



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 4

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371, de 2021 e 1372, de 2021, para "apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios."

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues

RELATOR: Senador Renan Calheiros

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Eliziane Gama, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Kátia Abreu, Mara Gabrilli, Rose de Freitas, Simone Tebet e Daniella Ribeiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva.** **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Ernesto Araújo, Ex-Ministro das Relações Exteriores, em atendimento aos requerimentos 249/2021 e 330/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa.** **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 70 de 2021** que: "Convoca Coronel ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, à época, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 119 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Antônio Elcio Franco Filho" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 326 de 2021** que: "Requer que seja convocado para prestar depoimento a esta CPI o Sr. Hélio Angotti Neto." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 436 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Antonio Elcio Franco Filho." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 504 de 2021** que: "Convoca Antônio Elcio Franco Filho, ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 506 de 2021** que: "Convoca Hélio Angotti Neto, Presidente do Plenário da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC)." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 511 de 2021** que: "Convoca Hélio Angotti Neto, Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 526 de 2021** que: "Requer ao Secretário Especial de Comunicações do Ministério das Comunicações, informações sobre os produtos adquiridos e serviços prestados na área de comunicação, publicidade e marketing durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de abril de 2021." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 527 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto França, informações sobre tratativas para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fornecimento de medicamentos e vacinas." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 528 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre Procedimento Operacional Padrão empregado na análise de vacinas pela Anvisa." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 529 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, informações sobre compra, produção e distribuição de cloroquina e a hidroxicloroquina pelo Governo Federal." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 533 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde a disponibilização de todos os contratos de compra de vacinas, bem como de protocolos de intenções celebrados com fornecedores." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO Nº 534 de 2021** que: "Requer a gravação que originou a matéria da Revista Veja com o Sr. Fábio Wanjgarten, veiculada no dia 22 de abril pela internet e no dia 28 abril na edição impressa (nº 2735)" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO Nº 541 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério das Relações Exteriores ao spray nasal de combate à Covid19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO Nº 542 de 2021** que: "Solicita informações ao CONITEC quanto ao pedido de incorporação tecnologia ou protocolo clínico relacionado à Covid19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 543 de 2021** que: "CPI infos MS pedido de incorporação tecnologia ou protocolo clínico" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 548 de 2021** que: "Requer as seguintes requisições de informações ao Ministério da Saúde: 1. Estudos que justifiquem a adoção do intervalo de 03 meses entre a primeira e a segunda dose da vacina da Pfizer conforme estabelecido no Plano Nacional de Imunização, conforme publicado no décimo quinto informe técnico publicado em 02/05/2021. 2. O plano de distribuição e logística da vacina da Pfizer para os Estados, considerando as previsões de entrega do primeiro contrato de 14 milhões de doses até 30 de junho e 86 milhões de doses até 30 de setembro. 3. O inventário de refrigeradores com temperatura abaixo de 70º existente no Brasil, indicando localidade em que se encontra o mesmo" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 557 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações relativas aos valores e quantidades totais de aquisição de cloroquina e hidroxicloroquina, para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, segregando as informações por contrato e explicitando os contratados para cada contrato. Solicita-se também a informação, para os exercícios citados, da distribuição por Unidade da Federação." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 559 de 2021** que: "Requer o encaminhamento de todos os contratos, e respectivas cópias integrais além de valores pagos, da área de comunicação social, em qualquer espécie de mídia (televisiva, radiofônica, digital e outras),



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive com a discriminação dos critérios utilizados para direcionamento da publicidade e os destinatários finais no serviço do Google AdServices ou de correlatos de outras empresas, do Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Comunicação Social entre o período de 1º/1/2019 e o presente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 337 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Antonio Elcio Franco." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, **juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/05/18>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e à oitiva do Sr. Ernesto Araújo, ex-Ministro das Relações Exteriores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério, V. Exa. poderia dar presença no painel? *(Pausa.)*

Nós temos requerimentos de oitivas aqui.

Convocação do Coronel Antônio Elcio Franco Filho: os Requerimentos 70, do Senador Otto Alencar; 119, do Senador Girão; 436, do Senador Randolfe; e 504 do Senador Humberto Costa.

Convocação do Sr. Helio Angotti Neto, Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde: Requerimento 326, do Senador Alessandro Vieira; Requerimento 506, do Senador Marcos do Val; Requerimento 511, do Senador Humberto Costa.

Requerimento 526, do Senador Randolfe; Requerimento 527, do Senador Humberto; 528, do Senador Humberto; 529, do Senador Humberto; 533, do Senador Alessandro Vieira; 534, do Senador Omar Aziz; 541, do Senador Humberto Costa; 542, do Senador Humberto Costa; 543, do Senador Humberto Costa; 548 do Senador Alessandro Vieira; 557, do Senador Humberto Costa; e 559, do Senador Randolfe.

Ainda há o Requerimento 521, de autoria do Senador... Este aqui, não.

Os que aprovam os requerimentos...

Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Esses requerimentos todos estão pautados?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Estão. *(Pausa.)*

Ah, não... Os requerimentos de informação são extrapauta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O que nós estamos votando agora? O extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sem problema nenhum. Votaremos quinta-feira o extrapauta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Quanto aos de informações, sem problemas, Presidente, mas o de convocação sempre...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sem problema nenhum. Então, retira o... *(Pausa.)*

De informações não têm problema, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, os de informação não têm problema. Só em relação à questão de convocação, porque aí tem que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os de convocação nós vamos... Nós temos já.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque a gente faz aquele entendimento de lado a lado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 1º será o Secretário Estadual de Saúde do Estado do Amazonas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque até o dia 27 nós já temos pauta.

Dia 2 e dia 3, nós vamos ainda convocar essas pessoas, eu acho; se não foram convocadas, podemos fazê-lo amanhã ou na quinta. O.k.?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero convidar o Chanceler Ernesto Araújo para que ele possa ser ouvido pela Comissão. (*Pausa.*)

O Senador Izalci Lucas pede a palavra. Eu não sei se é agora...

Senador Tasso, com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente Omar, Senadoras e Senadores, eu gostaria de registrar aqui que o nosso partido, o PSDB, está entrando na Justiça com uma ação que obrigue o Presidente, em ações públicas, principalmente aquelas com recursos da União, a obedecer as regras sanitárias estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pela Anvisa.

É um problema que nós estamos vendo ocorrer recorrentemente. É um boicote ao programa de afastamento social. Lembro aos senhores que nós estamos, neste momento,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivendo novamente uma crise de vacinas, e o afastamento social é a única outra alternativa diante da falta de vacinas.

Se fosse o caso, eu pediria ao Presidente aí que se manifestasse – ou alguém que esteja me ouvindo aí – já que talvez seja o caso de chamar o Ministro da Saúde novamente aqui para ver também qual é a reação, qual é a posição que o Ministro da Saúde vai tomar em relação a essas aglomerações frequentes feitas pelo Presidente.

Lembro que, no Espírito Santo, do Fabiano – que estou vendo aqui –, se tiver uma festinha, a polícia chega lá, fecha e prende. Aqui, nós estamos vendo festinhas todos os domingos, pelo menos, e nada acontece.

Eu queira, como estou remoto, que houvesse a sua opinião, Presidente, sobre esse assunto e a do Relator também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Relator – o Senador Tasso fez um questionamento. (*Pausa.*)

Senador, V. Exa. disse que seria necessária a convocação novamente do Ministro da Saúde?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu estou pedindo a opinião, como eu disse e vou repetir aqui, porque o PSDB está entrando na Justiça com ação obrigando o Presidente da República a respeitar, como todos os cidadãos brasileiros, as regras de distanciamento social e de uso de máscara, assim como todos os cidadãos brasileiros. Então, nós estamos entrando com ação diante da Justiça, mas pergunto a opinião, antes de começar, do Sr. Presidente e do Sr. Relator se não seria o caso de chamarmos o Ministro da Saúde aqui novamente para nos dar uma explicação de qual a reação do Ministério da Saúde diante de, recorrentemente, o Presidente da República estar desrespeitando as orientações do Ministério da Saúde, públicas e oficiais, e da Anvisa também, que recomendam, mais do que nunca, o distanciamento social e o uso de máscaras. Lembro que estamos entrando em uma crise de vacinas neste mês: nós estamos com falta de vacinas da Fiocruz e falta de vacinas do Butantan. E o distanciamento social e as máscaras são as únicas ferramentas que nós temos para combater a pandemia.

Lembro também... E eu fiz uma brincadeira aqui – e não é hora de brincadeira – com o Fabiano, dizendo que, no Espírito Santo, em qualquer festinha que haja, a polícia chega lá, fecha, prende quem estiver participando, quem estiver orientando, o dono da festa por desrespeitar as normas do Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não seria o caso... Eu estou pedindo a opinião, se for positiva, para nós darmos entrada no requerimento, chamando o Ministro da Saúde novamente para dar uma explicação de qual é a atitude que o ministério pretende tomar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Faça o requerimento, Senador Tasso, para a gente analisar aqui com os Senadores, porque acho que é uma questão realmente... A gente tem feito um apelo ao Presidente para que o Presidente colabore com a gente em relação a essas atitudes. Isso não vai melhorar a situação no Brasil, e nós esperamos que possamos ter um discurso unificado em relação à pandemia. Não dá para um falar uma coisa, outro falar... Isso é o protocolo que eu sempre venho batendo: esta CPI tem que sair com leis em relação à prescrição de remédios, tem que sair com leis em relação à pandemia, a qual será o comportamento, independentemente de quem seja o Presidente, quem seja o Governador e quem seja o Prefeito. Se a gente não tirar diretrizes nesse sentido, nós podemos ter cada um pensando de uma forma, e as diretrizes não serão nunca corretas para a população. Então, V. Exa. levanta uma questão muito séria sobre isso.

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) - Pela ordem.

Obrigado, Presidente. Quero dar um bom-dia a todos.

Eu estava acompanhando a CPI remotamente e fazendo uma análise. Eu queria propor ao Presidente a possibilidade de fazer uma troca. Nossos convidados estão extremamente intimidados, depois do que aconteceu, e eu queria propor de, de repente, o Senador Randolfe assumir a relatoria, o Relator ir para o lugar do Randolfe, como Vice-Presidente, ou o próprio Girão ir como Vice, mas trocar o Relator, porque não é pela pessoa, mas os movimentos que os convidados estão fazendo junto ao STF estão e estarão atrapalhando os trabalhos da CPI. Esse é o meu entendimento. Eu queria só propor se há essa possibilidade para que a gente possa avançar com um Relator menos passional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Senador Renan Calheiros tem o meu respeito e tem tido uma conduta aqui de inquirir pensando no Brasil; não é pensando na eleição, até porque o Senador Renan não é candidato o ano que vem. Tem feito isso... É lógico que desagrada. Agora, é bom a gente ver algumas pessoas irem ao Supremo pedir auxílio do Supremo, até porque outro dia estavam querendo tocar fogo no Supremo, queimar o Supremo essas mesmas pessoas; literalmente, queriam fechar o Supremo Tribunal. Agora já não: já estão atrás do Supremo, pedindo auxílio, para que possam chegar aqui e ficar caladas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que não é o momento de a gente estar discutindo isso. O Senador Renan tem o meu respeito e tem o respeito da grande maioria dos Senadores que estão aqui.

Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Srs. Senadores, o nosso convidado já está aqui, e eu acho que nós teremos outros momentos para debater outras questões. Eu peço aos senhores para que a gente possa ouvir o Chanceler Ernesto Araújo.

Se tenho a compreensão de todos... Senador Otto, meu irmão. Você que fale.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) - É apenas para discordar da posição do nobre Senador Marcos do Val. É uma coisa até, dentro de um Colegiado de iguais, um tanto quanto antiética, no meu sentir, no meu pensar. O Senador Renan Calheiros tem conduzido a sua relatoria dentro dos padrões legais, da ordem. O momento de tensão que surgiu aqui foi por provocação. Alguém o agrediu, e ele não provocou essa agressão. Ele foi aqui atingido até por uma palavra que não condiz com ele, porque a palavra, o sinônimo é "desocupado", e não me parece que o Senador Renan Calheiros seja desocupado. Pelo contrário. Ele está tendo muita ocupação, como sempre fez, até como Presidente aqui do Senado Federal.

Portanto, eu quero manter a minha posição, o meu voto e, inclusive, a indicação de que o Senador Renan Calheiros continue na relatoria, como está fazendo até agora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pela ordem, Sr. Presidente, rapidamente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - Eu queria só colocar o seguinte: a população brasileira que ainda acompanha esta CPI, que começou com uma grande expectativa em relação ao nosso povo, espera de nós uma posição equilibrada, espera de nós uma busca realmente técnica pela verdade. Eu quero dizer que, infelizmente, nós tivemos alguns momentos, espero que não se repita isso, alguns momentos, com os depoentes anteriores, onde houve, sim, intimidação, houve, sim, indução nas respostas. Teve colegas aqui que ficaram atentos a cada palavra dita. E nós chegamos ao cúmulo de alguma coisa dita pelo depoente o Senador Relator, Renan Calheiros, depois, dizer outra coisa que não foi colocada. Então, isso desequilibra o jogo e tira a credibilidade da CPI.

Eu queria convidar os senhores todos aqui para que a gente possa dar uma volta, no tempo que nós tivermos - muitos aqui andam em praças, andam em feiras, em comércio, e eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gosto sempre de sair desta bolha aqui de Brasília, gosto sempre de conversar com as pessoas... E o sentimento, realmente, da população é um sentimento de indignação, porque a CPI está apenas focando um lado, ela está parcial, completamente parcial. E esse equilíbrio é muito importante. O respeito entre cada um de nós é fundamental para que a gente possa construir um povo e uma Nação. É isto que nós somos: um povo e uma Nação.

Então, eu queria falar para o senhor isto: que eu espero não ver espetáculos, como nós tivemos aqui na semana passada – vai prender, não vai prender, aquela coisa toda –, porque isso é um péssimo exemplo que a gente dá aqui nos trabalhos que a gente vai fazendo, e vai derretendo a credibilidade desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, não adianta tentar constranger o Relator, tentar diminuir o trabalho do Relator, porque esse negócio não vai pegar para a população. A indignação de todos os brasileiros é falta de vacina, é falta de um protocolo. Essa é a indignação hoje. Dizer que a população está indignada porque o Relator foi mais duro ou menos duro, isso aí, não. O que a população do meu Estado, que sofreu muito, pede é vacina; a todo momento, é vacina.

Então, eu acho que nós estamos indo no caminho certo. Há excesso de ambas as partes. E a gente tenta contemporizar e pedir o auxílio para que a gente possa trabalhar plenamente na CPI e ouvir todas aquelas pessoas que serão necessárias.

Eu vou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu concordo que vacina é fundamental – não tenho a menor dúvida. Agora vamos dar uma volta ali na feira dos importados, na antiga feira do Paraguai, para ver o que as pessoas estão achando desta CPI? Eu faço esse convite aos nossos colegas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para posicionar adequadamente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – A feira do Paraguai agora é o novo instituto de pesquisa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – ... na feira do Paraguai.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É melhor ir a um hospital. É muito melhor fazer uma visita a um hospital.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Para a estrela do Brasil agora. Paciência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor...

Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) - É um pela ordem, só para comunicar a V. Exa. o seguinte: acabamos de oficializar a V. Exa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, acabamos de oficializar a V. Exa. que alguns colegas desta Comissão Parlamentar de Inquérito - eu creio que não devam ser todos - têm recebido nas suas comunicações pessoais, têm recebido no seu WhatsApp, e de diversas formas, diferentes tipos de ameaças, o que me parece ser claramente uma ação coordenada, Presidente. Então, com base na Lei 1.579, de 18 de março de 1952, especificamente, *ipsis litteris*, com o art. 4º, que estabelece o seguinte: Constitui crime impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições [...] dos seus membros. Pena: A [estabelecida] do art. 329 do Código Penal.

Diante da Lei 1.579, Presidente, acabei de oficiar a V. Exa. que encaminhe para a Polícia Federal o conjunto de ameaças que os membros desta CPI têm recebido para as providências devidas, nos termos da lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Será encaminhada hoje mesmo, Senador Randolfe.

Isso daí está virando uma rotina, mas o papel nosso é continuar trabalhando aqui.

Eu vou ouvir o Senador Izalci, e, logo em seguida, o Chanceler irá se posicionar.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) - Presidente, é só para comunicar que eu estou protocolando aí na CPI... Eu recebi na sexta-feira o relatório do Tribunal de Contas da União de um requerimento que aprovamos na Comissão do Covid, solicitando uma auditoria aqui dos recursos do Distrito Federal. Foram quase R\$3 bilhões neste período de pandemia, onde foram detectadas dezenas de irregularidades, como o direcionamento das contratações nas dispensas de licitações, indício de sobrepreços, preços superfaturados nas contratações diretas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

majoração de valor registrado em ata de registro de preço, ausência de estimativa de preço para contratação de serviços, ausência de documentação exigida... Então, foram várias irregularidades.

Eu estou protocolando na CPI para poder, realmente, confirmar aquilo que está já nos documentos acostados aí relacionados à Operação Falso Negativo. Então, é só para informar a V. Exa. que vou protocolar hoje aí esses documentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou agora passar a palavra, se assim desejar, ao Chanceler Ernesto Araújo. Se quiser se posicionar ou ir direto às perguntas, fica à sua disposição. O senhor prefere falar antes? *(Pausa.)*

Está o.k.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Muito obrigado, Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Exmo. Sr. Relator, Exmos. Srs. Senadores, Exmas. Sras. Senadoras, demais presentes, agradeço muito a oportunidade de contribuir para os trabalhos desta Comissão, informando e esclarecendo sobre as ações do Ministério das Relações Exteriores para o combate à pandemia da Covid-19 durante o período em que eu comande o ministério.

Antes de mais nada, eu gostaria de destacar que o Itamaraty atua e atuou como parte do Governo Federal, dentro da sua esfera legal de competências, em condenação com outras pastas, nesse caso, muito especialmente, o Ministério da Saúde, e não de maneira avulsa ou autônoma.

Eu gostaria de falar das ações do Itamaraty durante a pandemia, mas, se me permita, eu gostaria antes de discorrer brevemente sobre os principais objetivos e linhas de ação que orientaram a política externa brasileira durante a minha gestão para mostrar que nada – absolutamente nada – na concepção, execução dessa política criou qualquer percalço para o cumprimento das suas incumbências durante a pandemia, muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Houve uma falha minha aqui. Eu tenho que fazer duas perguntas para V. Exa.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Prometo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que "fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, [...], tradutor [técnico] [...] perante a Comissão Parlamentar de Inquérito" constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Fique à vontade.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Muito obrigado. Muito obrigado, Presidente.

Então, se me permite prosseguir, queria destacar que o Itamaraty faz parte de um governo, e a política externa deve fazer parte de um projeto escolhido nas urnas e iluminado pela democracia. E é natural que um governo eleito com um projeto de mudanças profundas no Brasil tivesse uma política externa diferente das anteriores, que correspondiam a outros projetos políticos.

Em quatro dimensões principais, o Itamaraty, na minha gestão, procurou contribuir para essas mudanças.

A primeira é o comércio internacional e a inserção econômica. Nós implementamos uma política comercial compatível com o objetivo de abrir e dinamizar a economia e transformar o Brasil numa verdadeira economia de mercado, competitiva, moderna, diversificada, sem dependência do Estado, capaz de gerar empregos de qualidade para todos, com agro, indústria e serviços, todos pujantes.

A economia fundamentalmente estatal que tínhamos, onde até grandes empresas dependiam do Estado, onde praticamente todos os atores econômicos dependiam de conexões políticas para o seu modelo de negócios, onde os recursos da Nação eram alocados seguindo uma lógica político-partidária e não uma lógica econômica, gerou estagnação, atraso e imensas oportunidades para a corrupção. Uma política comercial muito tímida reforçava esse processo.

Diante disso, adotamos, na minha gestão, a política comercial mais ambiciosa e mais intensa que já tivemos. Montamos um conjunto dinâmico de parcerias internacionais. Concluimos as negociações de dois grandes acordos de livre comércio: com a União Europeia e o Efta. Avançamos nas negociações com Canadá, Singapura e Coreia; decidimos pela abertura de negociações com a Indonésia e o Vietnã; concluimos instrumentos de várias naturezas, sempre favoráveis aos negócios com Estados Unidos, China, Índia, Japão, Israel, Emirados Árabes, Arábia Saudita e muitos outros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Mercosul, tivemos, em 2019, com a Presidência brasileira, no segundo semestre daquele ano, aquele que foi considerado o ano mais produtivo da história do bloco, onde concluímos acordos importantes entre os sócios. Para dar apenas um exemplo, o Acordo de Facilitação de Comércio, que elimina barreiras não tarifárias entre eles.

Adotamos uma nova atitude na OMC, derrubando velhos preconceitos, negociadores e assumindo um papel de protagonismo no processo de reforma da organização, com iniciativas concretas, como a adesão ao Acordo sobre Compras Governamentais e propostas de eliminação de subsídios industriais e agrícolas que distorcem o comércio.

Redobramos os esforços na promoção comercial, através do próprio Itamaraty e da Apex, com reconhecido aumento da eficiência em todos os setores, entre os quais gostaria de destacar as vendas do agronegócio e dos produtos de defesa.

Colocamos o Brasil a um passo de iniciar o seu processo de tornar-se membro da OCDE. Ao aderir àquela organização, o Brasil fixará normas e se sujeitará a padrões das principais sociedades democráticas e economias de mercado do mundo, tanto em áreas clássicas do intercâmbio econômico, como os investimentos e as transferências financeiras, como em áreas tão ou mais importantes para o nosso processo de transformação, como a educação, o combate à corrupção e a sustentabilidade ambiental.

A segunda dimensão é a segurança e o combate ao crime organizado, na nossa região, para a defesa da democracia. Identificamos que o crime é o principal obstáculo à consolidação democrática e à prosperidade na América Latina e especialmente na América do Sul. Debelar o crime organizado, em todos os seus aspectos – narcotráfico, terrorismo, tráfico de pessoas, tráfico de metais preciosos, corrupção e lavagem de dinheiro, que serve a todos esses delitos –, é o principal requisito para a integração regional, um dos objetivos da nossa Constituição.

Para enfrentar a grande ameaça do crime e defender a democracia, criamos, participamos da criação do Prosul, uma nova entidade de integração sul-americana alicerçada na democracia, e atuamos em várias frentes bilaterais, regionais, mundiais, com destaque para a OEA. Não podemos falar seriamente de democracia no continente americano, nem de crescimento econômico sustentável, enquanto não debelarmos o crime organizado.

A terceira dimensão é o nosso trabalho nos organismos internacionais. Sempre insistimos na necessidade do bom funcionamento, transparência e eficiência dos organismos internacionais. Propugnamos pelo papel preponderante dos Estados-membros, e não dos secretariados, de acordo com as próprias cartas constitutivas desses organismos. Partimos do princípio da possível e necessária complementariedade entre a dimensão nacional e a esfera multilateral de ação. Recusamos o automatismo multilateralista, aquilo que eu chamei de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

multilateralismo mágico, a crença irracional de que basta dar tratamento multilateral a um tema para que tudo se resolva. Trabalhamos para que o "multi" do multilateralismo seja respeitado, e não substituído por um pensamento único.

Se o Brasil quer ser livre e próspero, precisa promover, no plano internacional, as condições necessárias a essa liberdade e prosperidade, condições que, por sua vez, serão benéficas a todas as nações. O Brasil não pode fugir à sua responsabilidade de colocar a sua força, no mundo, em favor dos valores do povo brasileiro: os valores da liberdade, da dignidade humana, que são essencialmente aqueles consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Assim, nós nos dedicamos, durante a minha gestão, a defender o direito à vida, à liberdade de crença, à liberdade de opinião, à liberdade de expressão; o direito de todas as pessoas escolherem seus governantes – e aqui cito, entre aspas – "em eleições honestas, segundo um processo que salvguarde a liberdade do voto", fecha aspas, conforme consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Essa atuação não é um luxo, é um dever. Seguimos aqui, escrupulosamente, seguimos aqui o princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos, bem como o da cooperação entre os povos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

A quarta dimensão é a dos relacionamentos bilaterais. Nós abrimos novas frentes de promoção dos nossos interesses concretos com os mais diversos parceiros: União Europeia, China, Índia, Estados Unidos, Japão, Rússia, Reino Unido, Israel, Ucrânia, Líbano, Polônia, Hungria, países do Golfo, Austrália, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, França, países do Benelux, países escandinavos, Canadá, todos os países da América do Sul e muitos países da América Central e do Caribe. E concebemos uma nova relação com a África, baseada na busca da integração comercial, cooperação na segurança e promoção dos valores e identidades comuns.

No Oriente Médio, conseguimos a elevação concomitante das nossas relações, tanto com Israel quanto com os países árabes. Naquele período, aconteceram os maiores avanços no processo de paz no Oriente Médio em décadas, com o apoio do Brasil. E aqui um pequeno detalhe, mas gostaria de citar: no dia em que foi assinado o acordo de paz entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, fui contactado tanto pelo Chanceler de Israel quanto pelo Chanceler dos Emirados Árabes, para se congratularem por aquele momento especial e reconhecerem a contribuição do Brasil para os horizontes que se abriam no Oriente Médio.

Bem, nessas relações bilaterais nós não procuramos um mínimo denominador comum; ao contrário, procuramos dinamizar e valorizar cada relação bilateral de acordo com as suas potencialidades e a partir de convergências de visão e não apenas das circunstâncias imediatas. Acreditamos que a paz e a cooperação não nascem da renúncia à identidade e aos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus próprios sentimentos, mas, sim, do respeito mútuo, da autoconfiança e do orgulho de cada nação.

À luz de todas essas considerações, Sr. Presidente, gostaria de falar do famoso binômio ideologia-pragmatismo, um binômio equivocado ao qual, infelizmente, se reduzem praticamente todas as análises de política externa no Brasil. O pragmatismo diz respeito à busca dos melhores caminhos para chegar a um determinado objetivo, mas o pragmatismo não pode ser um objetivo em si mesmo. Quem não sabe para onde está indo não pode escolher o melhor caminho. Eu apresentei, desde o começo, quais eram os objetivos da política externa brasileira, dentro da implementação de um projeto de nação. Essa política tem sido qualificada de ideológica por dois tipos de observadores: aqueles que discordam dos objetivos, sem, no entanto, apresentar objetivos alternativos; e aqueles que, ao meu ver erroneamente, acreditam que se pode construir uma política externa eficiente sem uma estratégia de transformação nacional e de inserção internacional que a ela corresponda.

O objetivo da política externa brasileira que, sob orientação do Presidente Jair Bolsonaro, procurei implementar era o de contribuir para um Brasil grande, livre, consolidado como uma das grandes democracias do mundo, com uma economia de mercado mundialmente competitiva, em linha com os melhores padrões dos países desenvolvidos na educação, no meio ambiente, na economia, com liberdade, oportunidade para todo o povo brasileiro; criar um Brasil onde liberdade política e liberdade econômica avançassem inseparavelmente.

O objetivo também, sempre deixei claro, não era perpetuar uma estrutura fechada, patrimonialista, clientelista, ineficiente e oligárquica, avessa ao verdadeiro exercício da democracia. Busquei sempre os melhores caminhos para avançar rumo ao objetivo aqui enunciado, seguindo os princípios constitucionais de política externa, dos quais o primeiro a independência nacional.

A defesa de valores muitas vezes também é desprezada sob o epíteto de ideológica, entretanto, estou convencido de que, sem a preservação dos valores, a vida humana, tanto de um indivíduo quanto de uma nação perde o sentido, perde o significado e perde a direção. E não se trata sequer de trocar os valores pelos interesses materiais. Valores ou interesses: eis outra falsa dicotomia, pois, sem a estrutura de caráter nacional ou individual que somente os valores proporcionam, eventuais ganhos materiais serão sempre frágeis e efêmeros.

Perseguindo objetivos e defendendo valores, o Brasil conseguiu, na minha gestão, importantes resultados. Em dois anos e três meses, assinamos 180 atos internacionais de diferentes tipos, com os mais diversos países e grupos: acordos comerciais, de cooperação técnica, tecnológicos, de investimentos, etc. A média foi mais de um acordo a cada cinco dias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro índice dos bons resultados encontra-se na balança comercial, onde atingimos, em 2019, o saldo de US\$35 bilhões e, em 2020, o saldo recorde de US\$50 bilhões.

Diante da pandemia, especificamente, conseguimos também resultados muito significativos. O Itamaraty teve papel central, desde o início, na Operação Regresso à Pátria Amada, que trouxe dezenas de brasileiros que se encontravam isolados em Wuhan, na China, e, a partir daí, o Itamaraty executou a repatriação de mais de 38 mil brasileiros, a grande maioria em aviões ou ônibus fretados pelo Governo brasileiro através do Ministério das Relações Exteriores. Muitos desses brasileiros se encontram em situação de desvalimento no exterior, e trouxemos de volta os brasileiros tanto de países onde eles se encontravam aos milhares quanto de países onde havia só um único brasileiro necessitado de repatriação. Ninguém ficou para trás. Foi a maior operação consular e humanitária da história do Itamaraty.

No combate à Covid propriamente dito, onde a definição das estratégias coube primordialmente ao Ministério da Saúde, o Itamaraty atuou para viabilizar as importações de doações, de equipamentos, itens de proteção pessoal e para a execução da estratégia de vacinação. Recebemos doações significativas de países como China, Estados Unidos, Japão e Alemanha. Ajudamos também, na medida das nossas possibilidades, países amigos de diferentes maneiras.

Em janeiro de 2020, logo no início do que viria a ser a pandemia, postos do Itamaraty no exterior foram instruídos a começar a prospecção de pesquisas de medicamentos e vacinas, em coordenação com o Ministério da Saúde. Manifestamos, desde junho de 2020, a intenção de aderir ao consórcio Covax da OMS tão logo essa iniciativa foi definida e dela participamos ativamente desde então. Graças à qualidade das nossas relações com a Índia, fomos o primeiro país do mundo a receber vacinas exportadas por aquele país. Graças à relação madura e construtiva com a China, fomos o país do mundo que mais recebeu vacinas e insumos de vacinas fabricados naquele país. Obtivemos o desembolso de US\$1 bilhão do Banco do Brics em favor do Brasil para combate à pandemia; o Brasil está participando de todos os 12 projetos escolhidos para serem financiados pelo Brics em concorrência pública que se dedicam à busca de medicamentos e vacinas entre outros aspectos. Com os Estados Unidos, estamos participando de reuniões de um grupo de autoridades de ciência e tecnologia de 14 países, coordenado pelos Estados Unidos para compartilhar investigação científica sobre a Covid. A qualidade das nossas relações com o Reino Unido contribuiu para a consecução de um contrato com a Oxford, da AstraZeneca, que permite ao Brasil já nesses próximos dias, pelo que se noticia, tornar-se um dos únicos países do mundo que estão passando dos *status* de importadores àquele de produtores de vacinas, com transferência integral da tecnologia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao final da minha gestão no Itamaraty, estavam disponíveis no Brasil aproximadamente 30 milhões de doses de vacinas contra a Covid, bem como insumos para a produção de mais cerca de 30 milhões de doses. O Brasil já era, naquele ponto, o quinto país com maior aplicação de doses de vacinas no mundo em números absolutos, e, dentro do G20, era o décimo em números relativos.

Portanto, das cerca de 82 milhões de doses que hoje figuram no vacinômetro como já distribuídas, que fazem do Brasil agora o quarto País que mais vacina no mundo, cerca de 60 milhões de doses chegaram ao Brasil durante a minha gestão ou foram produzidas com insumos importados durante a minha gestão no Itamaraty. Desse modo, em suma, conduzi uma política externa voltada para o objetivo de construir um Brasil melhor e que especificamente contribuiu de maneira efetiva para o enfrentamento da pandemia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vou passar a palavra ao Relator. Senador Renan Calheiros com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Presidente Omar Aziz, Vice-Presidente Randolfe Rodrigues, Srs. Líderes, Srs. Senadores, Senadora Kátia Abreu, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Ministro, muito obrigado por sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nosso propósito, como todos sabem, é esclarecer, iluminar os compartimentos cinzentos desse enfrentamento à pandemia, especialmente nas relações internacionais, e agilizar fundamentalmente o calendário de vacinação. A sua presença no Ministério das Relações Exteriores foi marcada por polêmicas e quebra de posições tradicionais da diplomacia brasileira. Essa quebra de paradigmas não passou despercebida pelos especialistas nacionais e internacionais. Nem mesmo na pandemia, suas posições mudaram, o que pode, evidentemente, por isso estamos aqui, ter trazido sérias consequências para a saúde da população brasileira. Até hoje já morreram 436.862 brasileiros e suas famílias, pais, tios, irmãos, sobrinhos têm o direito, sim, de saber o que aconteceu.

Desde o início da pandemia no Brasil, ficou claro que seria necessário realizar compras internacionais de equipamentos, insumos e medicamentos para o combate à Covid-19.

Primeira pergunta: o Governo Federal definiu uma política internacional para lidar com as questões relativas à pandemia? Em que instrumento ela foi formalizada?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) - Obrigado, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o Governo Federal não acredito que tenha definido um documento único de orientações para atuação internacional, as orientações surgiram em diferentes momentos, quase sempre as orientações que o Itamaraty recebeu vieram a partir do Ministério da Saúde, de acordo com o requisito do momento, se se tratasse de facilitar importação ou participar de trâmites para a importação de equipamentos, fosse apoio à negociação de vacinas, fossem outros elementos, mas não tenho conhecimento de um plano único, se é a isso a que V. Exa. se referiu, da dimensão internacional do enfrentamento da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não houve diretrizes?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Senador, acho que houve diretrizes que foram sendo proporcionadas ao longo do tempo, em diferentes momentos, de acordo com a realidade daquele momento, com os requisitos daquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foram circunstanciais, meio improvisadas pelas circunstâncias.

V. Sa. recebeu alguma orientação do Presidente da República para a construção dessa política?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Senador, não recebi diretamente, como eu digo, instruções do Presidente de maneira geral sobre a implementação dessa política. O fato de não ter havido um documento, uma orientação geral, uma política com esse nome formalmente definida não quer dizer que tenha havido improvisado. No caso da vacinação, por exemplo, houve uma estratégia definida basicamente pelo Ministério da Saúde, que foi apoiada pelo Itamaraty onde necessário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não houve orientação do Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Pois não. Bem, houve orientações do Presidente da República. Imagino que tenham sido passadas ao...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quais?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - ... Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quais?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Eu digo que não tenho conhecimento das orientações passadas diretamente ao Ministério da Saúde. O Itamaraty, praticamente em todos os momentos, atuou por coordenação com o Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durante a sua gestão, alguma vez houve divergência entre a orientação do Itamaraty e a da Presidência da República em relação à pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho conhecimento de um momento em que tenha acontecido isso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca houve, não houve? É essa a pergunta. É essa a resposta, não é?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Olha, depende de como se interpreta, mas eu não tenho lembrança de nada que possa ser caracterizado como uma divergência entre o Itamaraty e as orientações do Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que frequência V. Sa. se reunia com o Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Com bastante frequência. Eu diria que, ao longo desse tempo, normalmente, pelo menos uma vez por semana.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como foi a interação com o Ministro da Saúde? V. Sa. tinha encontros regulares com o Ministro ou com alguém da sua equipe?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. Não havia uma regularidade marcada de encontros com os sucessivos Ministros da Saúde. Tive vários encontros com o Ministro Mandetta, com o Ministro Teich, com o Ministro Pazuello em muitas ocasiões. A coordenação se dava de maneira diária basicamente entre as equipes dos dois ministérios, entre as pessoas que, no Itamaraty, estão trabalhando dedicadas exclusivamente ao tema da pandemia ou da área da saúde e as autoridades do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Respeitosamente, pergunto: a que V. Sa. atribui sua demissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não. Certamente, não à questão de vacinas, como foi falado. O Presidente me manifestou que haviam surgido, a partir de determinados fatos, dificuldades que poderiam dificultar o relacionamento especificamente com o Senado e, diante disso, me pediu que eu colocasse à disposição o cargo, o que eu fiz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve alguma estratégia de política internacional específica para a obtenção de vacinas contra a Covid durante a sua presença no Ministério das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, houve uma estratégia, como eu disse, definida, ao que eu sei, fundamentalmente pelo Ministério da Saúde, uma estratégia que... Mas sempre em coordenação conosco, quando necessário, em coordenação com Itamaraty, uma estratégia que abrangeu as negociações com a Oxford/AstraZeneca, que abrangeu negociações com, enfim, a participação nossa no Consórcio Covax e, enfim, outras iniciativas definidas a partir da avaliação do Ministério da Saúde, que é, ao meu ver, quem tem a condição de definir quais são as melhores vacinas, qual é a melhor estratégia, e o ministério ao qual, claro, é importante lembrar, foi atribuído o orçamento específico destinado à compra de vacinas, aprovado pelo Congresso Nacional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério das Relações Exteriores atuou no acordo com a Oxford/AstraZeneca?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Apenas em aspectos de apoio logístico. Nós não participamos da negociação do conteúdo do acordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que o Ministério das Relações Exteriores fez concretamente para que o Brasil obtivesse mais vacinas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Concretamente...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Como dito, sempre a partir de orientações de quem centralizava a estratégia de vacinação, que era o Ministério da Saúde, portanto não de forma autônoma, entendendo, então... Desde o começo, na verdade, da pandemia, antes de ser declarada a pandemia, ainda em janeiro de 2020, já instruímos vários postos no exterior, já, então, a pedido do Ministério da Saúde, para que prospectassem pesquisas que estivessem surgindo sobre medicamentos e vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, houve um trabalho conjunto com o Ministério da Saúde?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, sempre é um trabalho conjunto com o Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Ministério das Relações Exteriores manteve contato com nações amigas e parceiros comerciais para que se aproximassem de acordo para aquisições de vacina?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, quando necessário. Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Com quais países?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim. Em diferentes momentos, tivemos tratativas basicamente com a Índia, e a China, e também com o Reino Unido, em apoio ao processo de confecção do acordo com a Oxford/AstraZeneca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quais países têm cooperado mais com o Brasil nesse sentido?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Pois não.

Se me permite, Senador, em relação à pergunta anterior, só para complementar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor, fique à vontade.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Também com os Estados Unidos da América nós entramos em contato assim que surgiu a perspectiva de uma, talvez, liberação de exportações de vacinas por parte dos Estados Unidos, do excedente que eles criaram; também estabelecemos esse contato.

Então, a pergunta seguinte é sobre...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quais países têm cooperado mais com o Brasil nesse sentido? E qual o espaço da China nesse contexto?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito, perfeito.

Sim, eu destacaria justamente a China e a Índia como os países que mais têm cooperado, com os quais temos nos relacionado mais nesse contexto. A Índia, através da exportação de vacinas prontas. O Brasil foi o primeiro país que recebeu vacinas exportadas pela Índia. Recebemos dois lotes, depois havia perspectiva de mais lotes, que foram interrompidos quando a Índia interrompeu todas as suas exportações de vacinas. Continuamos tentando, enfim... Até o final da minha gestão, tentamos que fosse reaberto esse processo, mas, de toda forma, recebemos quantidade significativa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual o contexto que a China enfrenta nesse contexto? Qual é a correlação com relação a vacinas, Ministro?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não, pois não.

A China é o país onde se produzem tanto vacinas... Vacinas CoronaVac estão sendo importadas pelo Instituto Butantan, e as tratativas, segundo entendo, são diretamente entre o Instituto Butantan e os fornecedores chineses – pelo menos durante a minha gestão foi assim. E a China também é o país onde se produzem os insumos que estamos importando para a produção da vacina AstraZeneca no Brasil antes de nos tornarmos autossuficientes também e não dependermos mais da importação de insumos. A China já nos informou, suas autoridades já informaram publicamente que o Brasil é o país que mais recebeu insumos e vacinas produzidos pela China.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. avalia que tinha prestígio junto à comunidade internacional para ter seus pleitos bem recebidos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, avalio que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Brasil tentou realizar negociações de vacina em bloco com outros países? Ou suas iniciativas multilaterais se limitaram à adesão à Covax Facility?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A Covax Facility foi o principal mecanismo internacional para a aquisição de vacinas. Esse foi o principal instrumento buscado em nível internacional, que foi avaliado desde o começo graças às nossas comunicações, sobretudo com a missão em Genebra, junto com o Ministério da Saúde. Esse foi o instrumento ao qual nós nos dedicamos muito.

De outras iniciativas internacionais de aquisição, neste momento não me ocorre que nós tenhamos participado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nas negociações para a aquisição de vacinas, o Itamaraty se valeu de algum modo de sua posição internacional como participante do Brics, bloco formado por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, já que três desses países são produtores de vacina?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Dentro do Brics, nós, basicamente, levamos adiante iniciativas – inclusive eu citei rapidamente na intervenção inicial – na parte de pesquisa, de financiamento à pesquisa de vacinas e outros elementos para o combate à Covid e também recebemos esse financiamento do banco do Brics para o combate à Covid, mas que, no caso, foi direcionado, acho que por decisão brasileira, ao aspecto social, digamos, ao financiamento de ações sociais dentro da pandemia.

Mas o que ocorre é que as iniciativas para a aquisição de vacinas específicas, nós as conduzimos em nível bilateral com cada um dos países dos Brics que são produtores, e sempre achamos que era a maneira produtiva e que não havia necessidade, talvez nem conveniência, de duplicar as iniciativas bilaterais com iniciativas conjuntas no Brics.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, já em seu discurso de posse, V. Sa. sinalizou que o Governo Bolsonaro optaria por mudanças significativas na orientação da política externa brasileira. Desse modo, foi evidente o alinhamento com o Governo de Donald Trump em detrimento de relações multilaterais nas quais crescia o protagonismo brasileiro. Testemunhamos atritos diplomáticos e políticos com a China, inclusive durante a pandemia, quando parece ter-se difundido entre os integrantes do Governo a ideia do vírus chinês, expressão cunhada pelo então Presidente norte-americano.

Diante disso, questionamos: de que maneira essa nova política externa impactou as negociações para a aquisição de imunizantes contra a Covid-19 pelo Brasil?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não. Muito obrigado, Senador.

Senador, se me permite, eu acho que a descrição que V. Exa. fez de aspectos da nossa política externa é uma visão que não corresponde à realidade do que foi implementado. Então, não houve um alinhamento com os Estados Unidos, com qualquer outro país. Houve uma aproximação com os Estados Unidos a partir de um distanciamento que tinha havido anteriormente, mas, seja com os Estados Unidos, seja com qualquer país, o Brasil só entrou e só embarcou em iniciativas que fossem do interesse brasileiro e que correspondessem aos nossos objetivos de política externa. Jamais entramos em qualquer iniciativa apenas porque fosse uma iniciativa, nesse exemplo, de interesse americano. E também não foi uma questão de isso ser feito em detrimento do sistema multilateral. Como eu procurei explicar, nós não temos nada contra o sistema multilateral; queremos que ele funcione, como se supõe que ele seja, um sistema em que países membros se reúnem e, com a ajuda de secretariados, negociam e estabelecem formas de cooperação, e não fóruns em que surgem determinações



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, inclusive, muitas vezes, sequer são implementadas nos países membros sem que isso tenha passado pelos Legislativos desses países.

Bem, também jamais promovi nenhum atrito com a China, seja antes, seja durante a pandemia, de modo que os resultados que nós obtivemos durante a pandemia, na consecução de vacinas e em outros aspectos, decorrem de uma política externa que foi implementada de acordo com os nossos objetivos, mas que não era uma política de alinhamento automático, como se diz, com os Estados Unidos, nem uma política antimultilateral – isso ficou claro com a nossa participação na Covax –, nem uma política de enfrentamento com a China.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Brasil se retirou de sua histórica atuação pragmática e multilateralista para prestar apoio às posições do ex-Presidente Trump em troca da perspectiva de tratamento favorecido pelos Estados Unidos? É uma pergunta concreta, Ministro.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não, Senador.

Não, não procedemos dessa maneira. Primeiro, enfim, nós, como procurei explicar, não mudamos uma posição pragmática por uma posição ideológica. Nós apenas concebemos pragmatismo uma maneira... Quer dizer, concebemos o caminho para determinados objetivos de uma maneira diferente, talvez, da que existia anteriormente. De modo que, assim...

Pois não. Perfeito

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve êxito nesse objetivo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Acho que houve êxitos. O senhor falava de iniciativas dos Estados Unidos. Vou dar um exemplo concreto. Os Estados Unidos tinham, já anteriormente à nossa gestão, uma posição no sentido de reformas da OMC que levassem a uma atualização do papel da OMC, em criar condições corretas de competição internacional, já que as normas de 1993 em muitos casos precisam de atualização, mas, ao mesmo tempo, de voltar a OMC como uma entidade que funciona em torno de normas de economia de mercado. Nós acreditamos que isso é uma posição compatível com os interesses brasileiros. Então, não é pelo fato de ela ser americana, mas pelo fato de ela ser compatível com os nossos interesses. Inclusive, lançamos, junto com os Estados Unidos, uma proposta na OMC para, digamos, retomar esses princípios originais de uma entidade, de uma organização que funciona em torno de princípios de economia de mercado. Isso favorece a competitividade das nossas exportações, favorece países que não têm condições de subsidiar suas exportações, países que não têm condições de uma interferência estatal pesada no seu comércio internacional e, portanto, favorece o Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ao mesmo tempo, para dar um exemplo, então, de que não há um alinhamento automático na OMC também, os Estados Unidos bloquearam um processo de... Um mecanismo de solução de controvérsias da OMC, achamos que não era favorável ao nosso interesse. Então, o Brasil entrou numa iniciativa com vários outros países, vários outros membros da OMC, para criar uma espécie de organismo de soluções de controvérsias provisório e paralelo, enquanto os Estados Unidos não fazem esse desbloqueio.

Então, para dar alguns exemplos concretos da nossa atuação de não alinhamento, digamos, aos Estados Unidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em que medida essa aproximação com o ex-Presidente Trump nos prejudicou com relação ao atual Presidente dos Estados Unidos, país que, em breve, terá estoque de vacina contra a Covid devido ao fim do seu processo de imunização?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Obrigado, Senador.

Acredito que de nenhuma maneira nos prejudicou. Enfim, eu sempre dizia, na época, que a nossa aproximação, os acordos que estávamos negociando e desenvolvendo eram com os Estados Unidos da América, e não com o Presidente Trump, embora, claro, a boa relação entre os dois Presidentes facilitasse o avanço desses entendimentos favoráveis aos interesses brasileiros. Então, não havia porque não explorá-los, e foi o que fizemos.

Mas, com a mudança de Governo dos Estados Unidos, claro, houve uma mudança de ênfase por parte do Governo americano, mas, ainda na minha gestão, nós já estávamos em contato muito estreito e muito fluido e frutífero com o novo Governo americano para, digamos, rearmar a relação a partir dessas novas prioridades do Governo americano, sempre a partir de uma coincidência de interesses, de uma convergência de interesses.

Então, no tema ambiental, por exemplo, que se tornou uma grande prioridade, ainda na minha gestão, estabeleci, juntamente com o Ministro Ricardo Salles, uma interlocução com o ex-Secretário John Kerry para, digamos, uma nova posição conjunta nos temas ambientais e do clima. Cheguei a ter uma primeira e excelente conversa com o novo Secretário de Estado, Antony Blinken, no qual falamos de objetivos, continuação de objetivos que já perseguíamos antes, por exemplo, promoção da democracia na América Latina e combate ao crime organizado - uma grande prioridade sobre a qual eu já falei. Então, estávamos em processo de reestruturar a partir dos nossos interesses e de interesses comuns essa relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu vou inverter a pergunta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a proximidade com o ex-Presidente dos Estados Unidos resultou em algum benefício para o combate à pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Acredito que sim, acredito que sim, Senador, mas, bem, recebemos uma doação significativa, por exemplo, de mil respiradores dos Estados Unidos, ainda em junho, num momento onde havia falta de respiradores no Brasil e em todo o mundo.

Houve esse convite para que o Brasil integrasse, junto com um grupo de apenas 14 países, países com o maior nível tecnológico do mundo, esse grupo, ao qual me referia na intervenção inicial, coordenado pelos Estados Unidos de autoridades de pesquisa para compartilhar pesquisas sobre a Covid. Isso realmente é um grupo seletivo – tenho aqui a lista até. Acho que não há nenhum outro país em desenvolvimento, se não me engano – talvez um ou dois –, além do Brasil, acho que nenhum outro país latino-americano. São exemplos que me ocorrem.

No caso das vacinas, especificamente, os Estados Unidos adotaram uma posição, desde o começo, de proibição total de exportação de vacinas para qualquer país. Então, é claro que isso não foi dirigido ao Brasil, isso se colocou como uma barreira, digamos, claro, para cooperação de qualquer país com os Estados Unidos nas vacinas, mas acho que sim, houve elementos concretos nos quais a nossa boa relação com os Estados Unidos no Governo Trump nos ajudou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, objetivando, com relação à vacina, nada foi obtido em razão dessa relação?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, é verdade, porque, como eu disse, os Estados Unidos proibiram completamente qualquer exportação de vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 2017, o senhor escreveu o artigo "Trump e o Ocidente", no qual defende o Presidente norte-americano como alguém capaz de recuperar um passado simbólico, histórico e cultural das nações ocidentais, tendo como eixos o nacionalismo e "o anseio por Deus, o Deus que age na história".

Nos pouco mais de dois anos em que V. Sa. foi Ministro das Relações Exteriores, reuniu-se pelo menos seis vezes com o Secretário de Estado norte-americano Mike Pompeo. O único encontro no Território brasileiro durante a pandemia foi em Boa Vista, Roraima, em 21 de setembro de 2020, em que pouco se discutiu sobre a pandemia, mesmo que V. Exa. soubesse que o Brasil já tinha 140 mil mortos por Covid. Pergunto: naquela dia, não teria sido o caso de aproveitar as boas relações com o Governo dos Estados Unidos para pedir apoio ao Secretário



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pompeo com relação à venda de vacinas de pelo menos uma das fabricantes daquele país para o Brasil?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não. Obrigado, Senador.

Bem, se não me engano, o encontro foi em setembro de 2020, quando ainda não havia vacinas já totalmente desenvolvidas e aprovadas nem por parte dos Estados Unidos, acredito, nem por outros países. Então, não havia essa perspectiva concreta de, digamos, pedir o que seria então uma exceção, digamos, para exportação de vacinas por parte dos Estados Unidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. se empenhou na negociação com os Estados Unidos para que fosse disponibilizada ao Brasil uma parcela de 30 milhões de doses excedentes da vacina AstraZeneca, que não serão usadas naquele país por falta de autorização para uso emergencial da FDA? Foi isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. No mês de março, nós recebemos uma comunicação, através da Embaixada em Washington, da Casa Branca dizendo que estavam começando a pensar na disponibilização para o exterior de doses desse excedente de vacinas. E imediatamente fizemos contato com o Ministério da Saúde aqui para exatamente confirmar qual vacina queríamos pedir e comunicamos imediatamente aos Estados Unidos, pelos canais que a própria Casa Branca recomendou, canais discretos, porque é algo que eles não queriam que aparecesse muito em público, com a perspectiva de que o Brasil fosse contemplado, esperando-se, com alguma prioridade nesse processo.

Então, foi... Partiu inclusive de uma iniciativa americana essa... Embora, claro, estávamos a nossa Embaixada lá, conversando todos os dias com o Governo americano sobre esse tema, mas especificamente foi uma abertura feita pelos Estados Unidos, que imediatamente nós procuramos aproveitar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República, dia 21 de outubro de 2020, assim declarou sobre a vacina CoronaVac – aspas: "Da China nós não compramos. É decisão minha", disse o Presidente. Continua ele: "Eu não acredito que ela [a vacina] transmita segurança suficiente para a população, por sua origem".

Pergunto: V. Sa. discutiu com o Presidente sobre a China e a CoronaVac em outubro de 2020?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, Senador. Não discuti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não discuti, e ele fez essa declaração.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem foi responsável, então, por orientá-lo antes dessas declarações? V. Sa. sabe?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não discutiu nem tem conhecimento de quem discutiu com ele para embasar essas declarações, é isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De quem partiu a iniciativa de, naquele momento, desdenhar da CoronaVac e buscar outras alternativas? Foi do Presidente da República, foi sua, foi de terceiros?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Minha certamente não foi, interpretando que houve uma iniciativa nesse sentido. Não tomei nem advoguei por nenhuma iniciativa nesse sentido. Não tenho conhecimento de outras pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem sabe o fundamento dessa decisão que embasou a declaração do Presidente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. avalia o impacto das suas ações e declarações antichinesas em relação à atual carência de insumos para a produção de CoronaVac?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Senador, se me permite, eu não entendo nenhuma declaração que eu tenha feito em nenhum momento como antichinesa. Houve determinados momentos em que, como se sabe, por notas oficiais, o Itamaraty, eu tomei a decisão, nós nos queixamos de comportamentos da Embaixada da China ou do Embaixador da China em Brasília, mas não houve nenhuma declaração que se possa qualificar como antichinesa. Portanto... Enfim, não há nenhum impacto de algo que não existiu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual o seu grau de responsabilidade pela situação atual? Ou não tem responsabilidade? Ou quem teria responsabilidade?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Bem, situação atual... O senhor se refere após a minha saída do cargo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não... A situação da CoronaVac.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Da Coronavac.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Da vinda dos insumos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A pergunta foi a seguinte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Entendeu?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - O senhor entendeu a pergunta?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Acho que sim. Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A pergunta do Relator se refere à vinda dos insumos.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Dos insumos. Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual o seu grau de responsabilidade como ex-Ministro das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito.

Minha responsabilidade como Ministro, entendendo que nenhuma. E nada que eu tenha feito pode ser caracterizado (*Falha no áudio.*) ... levado a qualquer percalço no recebimento de insumos. O Itamaraty acompanhou todo o processo burocrático de liberação das exportações de insumos de vacinas na China, especificamente insumos para as vacinas da AstraZeneca. Isso, basicamente no mês de janeiro. E jamais foi identificada nenhuma correlação entre o atraso que houve e qualquer atuação da minha parte ou qualquer elemento político, digamos assim, oriundo do Governo brasileiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. pode nos informar quantas vezes e quando o Embaixador brasileiro na China atuou para intermediar o fornecimento de vacinas ou insumos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quero alertá-lo de que o senhor está sob juramento de falar a verdade. E há pouco eu estava na outra sala...

V. Exa. deu várias declarações anti-China. Inclusive, se indispôs, por várias vezes, com o Embaixador chinês. O senhor escreveu um artigo no *Diário do Poder*. Esse artigo, que V. Exa. chama de "Comunavírus"... E há pouco o senhor disse para o Relator que não teve nenhum, nenhuma declaração. Tem várias declarações. E eu posso ler aqui o seu artigo. Inclusive, você fez uma alusão, erroneamente, em relação a que a pandemia era para ressuscitar o comunismo, porque deixa as pessoas em casa, dependendo do Estado, e uma série de coisas. Quer dizer, na minha análise pessoal, V. Exa. está faltando com a verdade. Então, eu peço a V. Exa. que não faça isso - não faça isso! Porque V. Exa. escreveu no seu Twitter, V. Exa. escreveu artigo sobre isso. E, se V. Exa. acha que isso não é se indispor com um país com que nós temos uma relação comercial muito importante para a gente, então, não entendo mais sobre como é que se faz relações internacionais. Chegar aqui agora e desmerecer o que V. Exa. já praticou e dizer aqui, nesta CPI, para todos os Senadores que o senhor nunca se indispôs em relação à China é... Aí, V. Exa. está faltando com a verdade. Se o senhor quiser, eu leio aqui alguns trechos que V. Exa. escreveu. Então... Até bateu boca com o Embaixador chinês. Por isso eu peço a V. Exa. que se atenha...

O senhor tem uma carreira muito bonita, chegou ao grau mais alto de uma... E não pediu, inclusive - V. Exa., que é oriundo do Itamaraty -, não foi ao Supremo pedir para se negar a falar; pelo contrário. Então, V. Exa., por favor... O que nós estamos procurando é a verdade só. Nada pessoal, nada disso, mas eu tenho que fazer esse alerta para que, depois, a gente não entre aqui num conflito em que V. Exa. nega aquilo que o senhor escreveu. Aí, não dá.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Obrigado, Presidente. Posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em março, por exemplo, continuando, Presidente...

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Desculpe, Senador. Eu posso...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Araújo) – ... fazer uma observação sobre o que dizia o Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... antes de continuar?

Presidente, muito obrigado.

Não, eu queria insistir, não houve nenhuma falta com a verdade. Vou, se me permite, falar especificamente de algumas coisas que V. Exa. mencionou.

No artigo que escrevi, se não me engano em abril de 2020, quando uso o título "Comunavírus" – e a leitura do artigo deixa isso claro –, é uma referência não ao coronavírus, mas àquilo que um autor marxista, Slavoj Žižek, cujo texto eu analiso no meu artigo, qualificou como um vírus ideológico.

Esse autor escreveu um pequeno livro dizendo que há o vírus, havia o vírus, o coronavírus, e ele tinha criado oportunidade para o surgimento de um vírus ideológico, que esse autor saúda, que é um vírus que cria as condições para a implementação daquilo que ele mesmo considera ser uma sociedade comunista global.

Então, eu usei esse termo jocoso, enfim, esse termo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor não acha que chamar "comunavírus" não é uma coisa que indis põe a relação amigável que nós sempre tivemos – comercial – com a China? Se o senhor não acha isso, eu não sei o que mais achar. É para isso que eu estou lhe chamando atenção, porque há vários posicionamentos... Inclusive, é até de se estranhar um Chanceler, um Ministro das Relações Exteriores escrever um artigo contra um país com que nós temos uma relação comercial superavitária, que ajuda muito no superávit primário do Brasil, coisa que nós não temos com os Estados Unidos – e V. Exa. sabe disso – e nem com outros países que vocês fazem questão de enaltecer. Com aqueles que nós temos relações comerciais superavitárias... E aí nós estamos falando de uma economia, estamos falando da China, de países árabes, de modo geral. O agronegócio depende muito da venda para esses países. Nós vendemos *commodities* para China a torto e a direito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, como Senador, eu estou, hoje, Presidente da CPI, mas o meu mandato não é baseado na CPI da Covid, o meu mandato é baseado em relação ao Brasil e principalmente ao meu Estado.

Para se ter uma ideia, você sabe quantas empresas chinesas tem no Estado do Amazonas, na Zona Franca de Manaus? Então, veja bem, tecnologia hoje... Os próprios americanos produzem produtos inventados nos Estados Unidos na China hoje. Então, os Estados Unidos têm poder muito maior do que o Brasil e fazem um contraponto com a China, mas o nosso contraponto com a China não é muito saudável para a nossa economia.

Por isso, eu estou dizendo a V. Exa. para se ater nas suas respostas a falar a verdade. É isso que eu estou lhe pedindo, Chanceler.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu posso novamente responder, Presidente?

Não, eu acho que esclarecer isso é extremamente importante. Voltando ao tema do artigo, o artigo não é absolutamente contra a China. A leitura do artigo deixa claro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A leitura do artigo deixa isso claro. A China é mencionada apenas lateralmente num ponto do artigo, justamente onde eu comento a tese do escritor, do texto de base, do texto do Slavoj Zizek, que diz que a China – segundo ele – não é o modelo de sociedade comunista que ele tem em mente. Então, o artigo não é sobre a China, não vejo nada ali que seja ofensivo à China. O "comunavírus" – o artigo deixa claro – não é uma designação ofensiva ao coronavírus; é uma designação àquilo que o autor comentado chama de vírus ideológico...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso, Ministro, por favor! Como é que não é ofensivo? Se fala em vírus ideológico, se repercute que pode ser uma guerra química, se não sei o quê... Então, veja bem, se não for um artigo desse... Quantas entrevistas... Depois que o senhor teve discussões via Twitter com o Embaixador da China, o senhor esteve quantas vezes com ele?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Se permite, eu nunca tive discussões via Twitter com o Embaixador da China. Eu fiz duas notas do Itamaraty: uma em março e uma em novembro – notas oficiais do Itamaraty, não foram discussões minhas com o Embaixador da China –, justamente apontando comportamento inadequado dentro da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas por parte do Embaixador da China – em março, depois em novembro. Isso não foi um bate-boca com o Embaixador da China.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou dizer uma coisa: uma das maiores injustiças que o Presidente Bolsonaro fez foi pedir a sua carta de demissão. Que injustiça que cometeram contra V. Exa.! Foi uma injustiça muito grande, porque V. Exa. é uma pessoa que realmente não teve atrito, não é? O Senado aqui se posicionou muito duramente em relação à sua vinda aqui por causa disso. Mas eu acho que esse assunto já está...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe, Senador Renan, mas é que eu estava vendo e aí depois alguns vão dizer que nós estamos sendo rudes, que nós estamos sendo grosseiros, mas também não dá para permitir que os nossos ouvidos aqui e aquilo que a gente assistiu ao longo desse tempo passem em branco, porque eu já falei isso uma vez: os governos vão passar – todo governo passa, já passaram tantos –, mas a nossa relação amigável com a China... E é este o apelo que eu faço ao Embaixador chinês, para que ele não puna, a China não puna o povo brasileiro com a falta do IFA, para que a gente tenha vacina. Nós não temos, o povo brasileiro não tem responsabilidade sobre isso.

Então, essa relação comercial e amistosa com a China é muito antiga para que a gente jogue tudo por água abaixo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, objetivamente, em março do ano passado, o Deputado Eduardo Bolsonaro afirmou que a culpa pela pandemia era da China. Em abril, o ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub acusou a China de criar de propósito a crise sanitária para se beneficiar economicamente. V. Sa. insinuou que a China estava tentando controlar o mundo, mas não conseguiria. O próprio Presidente Bolsonaro fez afirmações negativas sobre a CoronaVac, que chamou de vacina chinesa do João Doria. Até mesmo duas semanas atrás, quando a vacina chinesa da Sinovac já era o nosso principal imunizante e dependíamos da importação de insumos para produzi-la, há duas semanas, o Presidente afirmou não saber se o vírus foi produzido em laboratório, falou em guerra química e questionou qual país teve o maior crescimento do PIB durante a pandemia, em clara referência à China. O Governador de São Paulo declarou que esses ataques à China prejudicaram a última remessa de insumos, o que paralisou, durante alguns dias, a produção de vacina pelo Instituto Butantan.

Pergunto concretamente, para não ensejarmos novamente aquilo a que o Presidente Omar chamou a atenção: V. Sa. concorda que sua atuação prejudicou consideravelmente nossa relação com a China, que é o nosso principal fornecedor de insumos para o combate à pandemia, notadamente da vacina?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não concordo, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Governo Bolsonaro tem sido tão hostil com a China, nosso principal parceiro comercial?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Senador, se me permite, eu não vejo, nos exemplos que o senhor mencionou, hostilidade em relação à China, certamente não de minha parte, o que eu posso, sobretudo, avaliar, obviamente. E acho que isso se reflete em dois dados muito concretos: o nosso comércio com a China aumentou significativamente ao longo desse Governo. Entre 2019 e 2020, os números de 2020, mesmo com a pandemia, mostraram um aumento de 9% das nossas exportações destinadas à China, que, se não me engano, já atinge o posto de 33% do mercado total das nossas exportações. E, pelos dados que eu consultei dos quatro primeiros meses de 2021, dos quais três transcorreram na minha gestão no Itamaraty, houve um aumento ainda mais significativo das vendas brasileiras para a China.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. está dizendo que esse avanço nas relações comerciais se deve à política que o Presidente fazia e à política que V. Sa. fazia também à frente do ministério? São os saldos, são os ganhos nessa mudança de paradigma da política externa com o nosso principal parceiro, é isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não é essa relação direta, mas o que eu digo é que não se pode ver, no comércio, nenhum indício de uma piora da relação. É claro que o comércio não é necessariamente o único indício da qualidade de uma relação bilateral, mas é um dos indícios. Então... E normalmente se fala do possível prejuízo que essa alegada hostilidade em relação à China causaria nos nossos interesses comerciais. Ora, acho que esses números indicam que não há um prejuízo nas relações comerciais. Então, não estou dizendo que a relação seja de causa e efeito entre a nossa atuação e o comércio, mas certamente não há indício, aqui no comércio, de que a nossa atuação tenha causado prejuízos comerciais.

E o outro indício é o fato de que – é reconhecido por autoridades chinesas – o Brasil é o país que mais recebeu insumos e vacinas de insumos produzidas pela China; num momento de escassez mundial, não fomos aparentemente, de nenhuma forma, discriminados. É um problema que se caracteriza – temos avaliado desde dezembro, janeiro – como uma falta, como um excesso de demanda mundial, falta de oferta. E, dentro desse mecanismo, o Brasil tem conseguido ser o país que mais recebe insumos da China. Então, esses são os indícios; os indícios são de uma relação positiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, em que medidas V. Sa. considera que as posições ideológicas pessoais do Presidente da República compartilhadas por V. Sa. são mais relevantes que os interesses internacionais do País e especificamente mais importantes que a proteção e a defesa da saúde dos brasileiros?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu não considero que nada que se possa caracterizar como posições ideológicas, sejam do Presidente, sejam minhas, se superponha aos interesses nacionais, muito pelo contrário. No caso, posso garantir que todas as posições que eu assumi se caracterizam, como se caracterizaram, sempre tiveram em conta, antes de tudo, esse norte dos interesses nacionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por que V. Sa. preferiu sair em defesa do filho do Presidente da República, em vez de preservar a boa relação com a China neste episódio?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Se me permite, Senador, eu não saí em defesa do filho do Presidente da República. Na nota que eu fiz e publiquei, como Chanceler, e não, enfim, privadamente, digamos, eu disse que o Brasil, o Governo brasileiro não endossava declarações do Deputado Eduardo Bolsonaro. No entanto, o Embaixador da China tinha se excedido, sobretudo, ao fazer um retuíte de uma postagem ofensiva ao próprio Presidente da República. Isso é importante que se lembre. O Embaixador da China fez um retuíte de um tuíte que dizia, abre aspas, "a família Bolsonaro é o veneno do Brasil", fecha aspas. Isso foi extremamente ofensivo. Isso obviamente é totalmente fora das atribuições de um diplomata, de acordo com a prática diplomática, com a Convenção de Viena. E eu procurei chamar atenção para isso, nessa ocasião, em março. Então, dissemos que é inaceitável o Embaixador ofender o Presidente da República. Não endossávamos as declarações do Eduardo, do Deputado Eduardo Bolsonaro. Lembrava, se não me engano, que existe a liberdade de expressão no Brasil e que não cabe ao Governo Federal cortar a liberdade de expressão, seja de um Parlamentar, seja de qualquer pessoa. E enfatizava que o objetivo era preservar as ótimas relações com a China. Não é? Isso está no texto que foi publicado – agora, não sei exatamente a data – em março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais objetivamente, a troca de telegramas diplomáticos revelada pela *Folha de S. Paulo* entre V. Exa. e o Embaixador brasileiro na Índia, Elias Luna Santos, deixa claro que, em defesa da economia e contra o isolamento social, V. Sa. deu apoio à busca de remédios supostamente milagrosos, como a cloroquina, na matéria da Patrícia Campos Mello.

Em março de 2020, o diplomata Elias Santos mediou, a seu pedido, tratativas para importação da cloroquina. Assim, resumindo as intenções, aspas, "esta proposta garantiria continuidade da produção em ambos os países e ajudaria a manter os fluxos de comércio bilateral no setor farmacêutico neste momento de crise, o que pode ser benéfico para Brasil e Índia, agora e no futuro". V. Sa. confirma a autenticidade dessa troca de telegramas e o teor das mensagens?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito, Senador. Sim, houve essa troca de mensagens naquele momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim. Nós temos outras perguntas. Eu já considero respondida a anterior.

Quais foram os testes bem-sucedidos em hospitais brasileiros?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim.

Isso tem a ver também com a pergunta anterior, se me permite, Senador. Naquele momento, março, havia uma expectativa de que houvesse eficácia no uso da cloroquina para o tratamento da Covid, não só no Brasil. Havia notícias sobre isso de vários lugares do mundo. Houve uma grande corrida aos insumos para hidroxicloroquina e baixou precipitadamente o estoque de cloroquina – fomos informados por isso, pelo Ministério da Saúde – no Brasil. Em função de um pedido do Ministério da Saúde foi que nós procuramos ajudar viabilizar uma importação de insumos para farmacêuticas brasileiras produzirem hidroxicloroquina, o que já estava contratado, mas a Índia – justamente como havia uma procura mundial, não se sabia se a cloroquina teria uma procura ainda maior – havia bloqueado exportações. Lembrando que isso ficou claro, inclusive, nas comunicações, eu acho.

A hidroxicloroquina é necessária, é um remédio usado para doenças crônicas e outras doenças no Brasil. É um remédio muito importante, que tem o seu estoque preservado no sistema de saúde, e esse estoque havia baixado. Então, isso independe dos testes que pudessem ser realizados com a hidroxicloroquina para o tratamento da Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para informar aos Senadores e àqueles que estão acompanhando, o laboratório indiano referido na premissa se chama IPCA, e o importador seria a empresa brasileira Apsen, de propriedade do empresário bolsonarista Renato Spallicci.

Sobre a pergunta, confirma a autenticidade das mensagens? Já confirmou.

Quais foram os testes bem-sucedidos em hospitais brasileiros? – é a pergunta seguinte; e os resultados promissores? – na sequência.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Bem, em relação a testes de hospitais brasileiros que eu tenho conhecimento, como foi noticiado na época e não ao que foi comunicado a mim oficialmente, testes no Hospital Prevent Senior, em São Paulo. Mas, enfim, na minha atribuição, eu não tenho como...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Na minha atribuição, eu nunca recebi uma relação de testes realizados. Como eu disse, essa atuação para liberar a exportação de uma determinada partida de hidroxicloroquina da Índia foi a pedido do Ministério da Saúde e devidamente justificada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Quais foram as datas dessas mensagens?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho presente, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O Relator tem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu tenho e mandarei para V. Exa.

O Ministério das Relações Exteriores orientou os embaixadores brasileiros a – aspas – "sensibilizar" – fecha aspas – o Governo indiano para liberar exportação de insumos para laboratórios que fabricam cloroquina. Qual foi o fundamento técnico dessa orientação?

Por favor.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Obrigado, Senador.

Nesse caso é o mesmo caso anterior: um pedido do Ministério da Saúde, tendo em vista, pelo que nos foi comunicado à época, a baixa do estoque de hidroxicloroquina no Brasil, um remédio usado inclusive para outras doenças.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério das Relações Exteriores, sob sua gestão, teve empenho semelhante para conseguir vacinas para a população brasileira?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. Tudo que nos foi atribuído como função, dentro da estratégia de vacinação, tivemos total empenho para viabilizar a chegada de vacinas, de insumos de vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem foi o responsável pela decisão de buscar às pressas um remédio que fosse argumento contra o isolamento social em nome do bom fluxo comercial?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Como eu disse, a nossa atuação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem foi o responsável?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – No caso, o Ministério da Saúde foi quem nos pediu que procurasse viabilizar essa importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. discutiu esse assunto com alguém?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não me recordo de discutir o assunto. Enfim, eu implementei esse pedido a partir de uma coordenação com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas lembra de alguém que conversou com o senhor para o senhor implementar esse pedido?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Esse especificamente da Saúde?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, especificamente.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não. Eu não me recordo não. Enfim, houve... Claro, houve o... Não foi exatamente um pedido para implementar esse pedido do Ministério da Saúde, mas o Presidente da República, em determinado momento, pediu que o Itamaraty viabilizasse um telefonema dele com o Primeiro-Ministro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, houve a participação do Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. O Presidente, vamos dizer...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Qual foi o papel do empresário Renato Spallicci...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele deu até entrevista no programa de Datena, dizendo que tinha mandado fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, perfeito. Obrigado pela confirmação.

Qual foi o papel do empresário Renato Spallicci nesse processo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não conheço absolutamente nenhum papel dessa pessoa, que eu não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. não conhece o empresário?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, me parece que conheço o empresário, mas certamente não conheço nenhum papel desse empresário nesse processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o conhece, já esteve com ele?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho lembranças de ter estado com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem se lembra de quando se reuniu com ele?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho lembrança de ter estado com essa pessoa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem de quem mais estava presente nessa reunião?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu não sei a que reunião o senhor se refere, Senador, V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 1º de julho de 2020, o Itamaraty comemorou a doação e a entrega ao Brasil pelos Estados Unidos de 2 milhões de doses de cloroquina, que seriam usadas conforme nota do próprio Ministério das Relações Exteriores, aspas, como "profilático para ajudar a defender enfermeiros, médicos e profissionais de saúde do Brasil contra o vírus", fecha aspas. Questiono: essa entrega foi feita por solicitação de alguma autoridade brasileira ou surgiu de uma oferta de autoridade americana?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Foi um oferecimento de autoridades americanas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o fundamento técnico para essa decisão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O recebimento da doação foi comunicado ao Ministério da Saúde e não se verificou nenhuma razão para rejeitar essa doação, inclusive porque, nesse momento, segundo me consta, não havia ainda sido ainda solucionada a problemática da falta ou da escassez de hidroxiclороquina no sistema de saúde brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A OMS já tinha emitido nota sobre essa questão da cloroquina em julho e em junho o Ministério das Relações Exteriores ainda estava atrás de insumos de cloroquina, depois que a OMS já tinha se manifestado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, o Ministério da Saúde participou da decisão de solicitar ou aceitar esses medicamentos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - De solicitar, pelo que me consta, não houve uma solicitação brasileira, mas o Ministério da Saúde foi comunicado, inclusive fez o desembaraço aduaneiro da doação quando chegou ao Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Aceitou.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, aceitou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem definiu a forma de distribuição desses medicamentos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não tenho conhecimento, Senador. Imagino que tenha sido o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Ministério da Saúde. V. Sa. participou dessa negociação?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não, não participei. O senhor diz em referência à alocação dos medicamentos? Não, não participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E os Presidentes dos dois países participaram ou deram alguma orientação nesse sentido?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não que eu tenha conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Na sua avaliação como diplomata, por que os Estados Unidos se dispuseram a doar cloroquina, mas não a doar vacinas para o Brasil quando os imunizantes foram desenvolvidos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Bem, entendo que são situações diferentes, no caso da cloroquina, nesse momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu falo quando o imunizante foi desenvolvido...

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito, perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Antes não tinha o que mandar para o Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Exato. Eu entendo que havia uma disponibilidade, dentro da estratégia de saúde americana, da cloroquina naquele momento. E, na estratégia deles, não havia disponibilidade, como aparentemente ainda não há, de imunizantes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é que, no seu entendimento, orienta o Presidente da República nessas ações específicas em defesa da cloroquina e do tratamento precoce, em estímulo à aglomeração e em desestímulo ao isolamento social? Quem é o guru do Presidente? Quem o orienta nessas questões? Não eram os Ministros da Saúde, que aqui disseram não partir deles.

Disseram também três, contando com o Presidente da Anvisa, que haveria um aconselhamento paralelo do Presidente da República mais próximo, porque localizado num ministério do Palácio do Planalto, que era uma espécie de "ministério da doença", em contraposição ao Ministério da Saúde. Só que, no "ministério da doença", através de seus variados representantes, eles despachavam com o Presidente, definiam política pública, tentavam mudar bula de medicamento, enquanto o Ministério da Saúde não podia comprar nem vacina. O Olavo de Carvalho, que é amigo de V. Sa., participava desse aconselhamento, era um dos gurus, ou era apenas guru do Ministério das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Não tenho conhecimento da existência de nenhum mecanismo desse tipo. Não tenho conhecimento de influência do Professor Olavo de Carvalho em qualquer decisão desse tipo. E, quanto a guru do Ministério das Relações Exteriores, não é também como eu caracterizaria, de forma nenhuma, a relação de amizade que eu tenho o Professor Olavo de Carvalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No ano passado, o Governo brasileiro foi o único a embarcar na campanha de Donald Trump contra a Organização Mundial da Saúde (OMS). Uma resolução debatida por um dos comitês da Assembleia Geral da ONU reconhecia a importância do organismo no combate em emergência sanitária global ao novo coronavírus. Em uma contraposta, os Estados Unidos, que haviam rompido com a OMS, queriam apagar essa parte do documento. Nenhum aliado histórico da Casa Branca votou a favor, nenhum, só o Brasil.

Pergunto: de quem partiu essa orientação?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Partiu de mim a orientação de agir nesse sentido e em outros sentidos, não para contestar a importância da OMS, mas para que nada fosse interpretado como uma carta branca para a OMS, no momento em que já se haviam identificado várias idas e vindas daquela organização...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi seu fundamento diplomático para a decisão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. O fundamento diplomático é a necessidade de que um organismo internacional, ainda mais dessa importância, nesse momento, tenha transparência e eficiência nas suas decisões. E, naquele momento, eu interpretei, interpretamos que esse tipo de menção poderia ser considerada como uma aprovação de todo o comportamento da OMS até ali, quando esse comportamento tinha sido problemático. A OMS – isto está documentado –, em vários momentos, voltou atrás em orientações, em percepções, em diferentes recomendações a respeito da pandemia, e nós achamos que isso precisaria ser avaliado e que não se deveria simplesmente colocar um pano em cima disso, e essa frase poderia levar a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, o assunto foi debatido com o Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não me recordo de ter debatido esse assunto com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em seu blogue, V. Sa. afirmou que a OMS faz parte de um plano para instaurar o comunismo no mundo.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não afirmei isso no blogue, não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa declaração está em linha com a sua posição de não aderir ao consórcio global de vacinas, conhecido como Covax Facility, lançado em abril de 2020 pela OMS?

A adesão do Brasil ocorreu após a data limite com quantitativos mínimos, já que os países integrantes do consórcio poderiam pedir reserva de vacina para até 50% de sua população e o Brasil optou por pedir apenas 10%. Por que V. Sa. foi contrário à adesão ao consórcio Covax Facility?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, se puder, Ministro, será uma...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Muito obrigado, Senador. Sim... E justamente para esclarecer os fatos... Em relação à declaração, o senhor disse que eu teria afirmado que a OMS é parte de um plano comunista...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu disse não; o Twitter que diz. O Twitter.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O Twitter ou o artigo publicado no meu blogue? O senhor pode...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Artigo do blogue.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Então... Acho que se refere àquele mesmo artigo que eu já comentei anteriormente, que é uma análise, uma interpretação de um texto de um autor. Então, isso faz parte da minha interpretação do que é a visão dele. Eu me recordo bem de um trecho que eu cito desse autor no blogue, onde ele diz algo assim: querem saber como será...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, sem pretender interrompê-lo, a pergunta é bem objetiva: por que V. Sa. foi contrário à adesão do consórcio...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e optou por 10% por ao invés de 50%, que era o que o Brasil teria direito?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma pergunta objetiva.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Certo. É porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o fundamento para isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Se V. Exa. me permite, é só porque a sua pergunta começou como uma referência que está equivocada a uma frase minha. Eu não declarei isso como "eu"; isso é parte da interpretação minha de um texto de um outro autor – essa apreciação.

Bem, perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. pode declarar por que não optou pelos 50%?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito, perfeito.

Bem, nunca fui, jamais fui contra a iniciativa Covax. O Itamaraty, através da missão em Genebra, esteve totalmente atento desde abril, onde surgiu o ACT, o Acelerador ACT, que é um mecanismo para acelerar tanto vacinas, quanto medicamentos e diagnóstico da Covid. E, assim que o Covax tomou forma, já em começo de julho, se não me engano 2 de julho de 2020, após coordenação interna no Brasil, eu mesmo assinei uma carta para o gestor do Consórcio Covax dizendo que o Brasil tinha interesse em entrar. E ainda não havia o contrato, o modelo de contrato estabelecido. Entre julho, agosto, começo de setembro, vários países, praticamente todos os países pediram mais informações. Negociaram-se os termos desses contratos.

Então, não é que o Brasil decidiu esperar até o final; vários países latino-americanos, sobretudo - isso eu sei; não sei se outros, mas latino-americanos certamente -, junto com o Brasil, pediram no final um pequeno adiamento do prazo para assinatura do contrato, porque tinham, cada um deles, diferentes necessidades, em suas capitais, de análise. No caso do Brasil, dependeu, inclusive, de medidas legislativas que permitissem a assinatura desse contrato.

Então, nós acompanhamos, com concordância do Itamaraty, enfim, e com participação do Itamaraty, desde o começo o processo do Covax. O Covax não estava pronto para ser assinado em abril. Só ficou pronto o modelo de contrato em setembro e nós assinamos naquele momento onde o contrato estava pronto. Então, isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ministro, eu fiz três perguntas objetivas.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Isso. Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E encarei, com uma certa gentileza, que, por favor, V. Sa. as respondesse objetivamente.

Eu volto a perguntar: por que V. Sa. foi contrário à adesão ao consórcio Covax Facility? É uma pergunta objetiva.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito.

Eu nunca fui contrário à adesão ao consórcio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Contrário aos 50% e optou pelos 10%.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Essa decisão não foi minha, não foi do Ministério das Relações Exteriores, foi uma decisão do Ministério da Saúde, dentro da sua estratégia de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem foi o responsável, especificamente, pela decisão de aderir ao consórcio, mas permanecer no mínimo de 10%?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A decisão de aderir ao consórcio foi tomada em coordenação. Se não me engano, houve uma reunião na Casa Civil, da qual participamos Itamaraty, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia e não me lembro se outros órgãos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram os fundamentos técnicos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Para aderir?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para aderir apenas aos 10% e não aos 50%.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Refiro-me à recusa dos 40%.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Dessa decisão eu não conheço o fundamento técnico, foi uma decisão tomada... Nesse caso, falei de coordenação para entrar no consórcio. Para entrar pedindo os 10% foi uma decisão tomada, entendo, pelo Ministério da Saúde, e não sei se se coordenou com outros órgãos, mas não com o Itamaraty.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já declarou que a decisão foi discutida no Palácio do Planalto. O Presidente da República participou da decisão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Em relação a essa reunião na Casa Civil: foi uma reunião, se não me engano, em junho, para avaliar inicialmente a conveniência de o Brasil entrar, sem falar da quantidade que nós pediríamos. Acho que, nesse momento, nem estavam definidas ainda quais seriam essas modalidades.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estava, já estava.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A reunião não teve a participação do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estava, já estava.

O Itamaraty informou a esta Comissão que foi o Ministério da Saúde que definiu o quantitativo mínimo de 10%.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia nos informar como se deu a formalização dessa decisão e como ela foi encaminhada ao Itamaraty?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho isso agora exatamente presente, Senador, não sei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não sabe informar? Foi de boca, por telefonema ou teve uma formalização qualquer?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não saberia informar como ocorreu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma mensagem, uma carta ou um ofício?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não saberia informar neste momento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, o Chanceler Ernesto, no dia 20 de dezembro de 2020, disse que quem é contra a cloroquina age politicamente – essa foi uma declaração sua para outros embaixadores – e por isso é que o Brasil... Com esse pensamento de que a cloroquina salvava é que nós perdemos tempo e não compramos a vacina. Acho que isso está mais claro, e ele está colocando isso claramente para a gente, que ele não tinha... O Ministério da Saúde não falou em 50% de adesão, por isso é que nós tivemos só 10%, se tivermos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Presidente.

Quer dizer que não sabe informar como se deu a formalização e como ela foi encaminhada ao Itamaraty? Só para reafirmar a pergunta anterior.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É, neste momento não saberia informar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Itamaraty também nos informou que solicitou a prorrogação dos prazos de adesão e pagamento dos valores das vacinas. V. Sa. poderia nos explicar as razões desse pedido?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. Se não me engano, a prorrogação do prazo para a assinatura do contrato foi uma iniciativa não só do Brasil. Outros países, como eu disse, estavam na necessidade de terminar a análise de diferentes aspectos desse contrato, que tem várias complexidades – exigia, no caso, acho, a adaptação da legislação brasileira.

Em relação ao pagamento, eu não saberia informar. Enfim, faz parte do orçamento, entendo, do Ministério da Saúde. Mas queria reiterar, queria enfatizar que as datas de assinatura e de pagamento em nada afetam as datas do cronograma de recebimento de vacinas ao amparo da iniciativa Covax, ou seja, países que eventualmente tenham assinado alguns dias antes, não quer dizer que vão receber ou que tenham recebido as vacinas antes. Inclusive, vários países que dependem da Covax e que fizeram pedido bem superior aos 10% de vacina da Covax, em alguns casos, ainda não receberam nenhuma vacina ou praticamente nenhuma vacina. Então, a Covax está em dificuldade de entregar tanto para os países que pediram 10%, 20% quanto 50%.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não considera que o pedido de prorrogação do prazo de adesão e pagamento dos valores da vacina poderiam – poderiam não –, dificultaram o acesso a vacinas perante a Covax?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, de forma nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por quê?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Porque não há nada que tenha sido indicado, seja formalmente, seja informalmente, pelos gestores da Covax, que façam uma correlação entre datas de assinatura e datas de pagamento e cronograma de recebimento das vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor afirmou há pouco idas e vindas da OMS na pandemia e alegou isso para justificar a oposição à organização. Por quê? Quais são as idas e vindas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, há vários exemplos, Senador.

Inicialmente, na própria declaração da pandemia, houve um momento em que, até no Brasil, as autoridades sanitárias já queriam que se declarasse a pandemia, e a OMS demorou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em fazê-lo. A OMS, em certo momento, disse que o vírus não era transmissível entre humanos. Isso está documentado, se me permite citar algumas datas, em 23 de janeiro; depois, em 4 de fevereiro, a OMS disse: "Sim, é transmissível entre humanos"; no dia 31 de janeiro, a OMS recomendava não fechar as fronteiras; depois vários países começaram a fechar fronteiras, e a OMS passou a reconhecer que isso poderia ser necessário; no dia 3 de março, a OMS dizia que não era uma pandemia; no dia 11 de março, declarou pandemia; no dia 13 de março, a OMS recomendava o isolamento social, sem fazer nenhuma referência a possíveis consequências de natureza socioeconômica; no dia 30 de março, o Diretor-Geral da OMS fez uma declaração dizendo que para países em desenvolvimento teria que se relativizar essa questão do isolamento social; no dia 31 de março, noticiou-se que a OMS disse que tinha dúvidas se o vírus se transmitia pelo ar; depois, no dia 28/04, confirmou que sim, que o vírus se transmitia pelo ar; no dia 27 de fevereiro, a OMS indicava que não havia transmissão do vírus por superfícies; depois, em 18 de maio, veio a confirmar essa possibilidade de transmissão por superfície. E, na própria questão da hidroxicloroquina, as notícias que surgiram eram que, em 25 de maio, a OMS recomendava suspensão de testes com hidroxicloroquina, mas, no dia 5 de junho, ela se retratava parcialmente disso em relação a problemas que tinham sido identificados com um dos estudos de base, que era o estudo da *Lancet*.

Então, são uns exemplos. Desculpe-me por ter tido que anotar aqui, mas, enfim, não tinha todas essas datas de cabeça, exemplos das idas e vindas da OMS.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em meados de janeiro de 2021, um carregamento de milhares de litros de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), fundamental para a fabricação dos imunizantes, tanto pelo Butantan como pela Fiocruz, passou vários dias parado no aeroporto de Pequim.

O ex-Ministro Pazuello afirmou que a China tem colocado barreiras, entre aspas: "Não tem dado"... Continua Pazuello: "Não tem dado celeridade e que há [continua Pazuello] movimentos fortes no nível diplomático para encontrar onde está essa resistência e resolver o problema". Fecha aspas.

V. Sa. confirma essas afirmações do Ministro Pazuello?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - De um modo geral, sim, não sei se é a terminologia exatamente, porque quando se fala em resistência pode parecer que haja uma má vontade de alguma maneira e isso nós nunca identificamos nas autoridades chinesas.

A nossa Embaixada em Pequim permaneceu o mês de janeiro diariamente em contato, várias vezes, com várias autoridades.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Especificamente, V. Sa. atuou para solucionar esse impasse?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, atuei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que medidas foram tomadas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, além da instrução permanente da Embaixada em Pequim para que atuasse nisso, no dia 15 de janeiro, eu dirigi uma carta ao Chanceler chinês, o Ministro Wang Yi, pedindo seus bons ofícios para a liberação desse carregamento.

Alguns dias depois o Ministro me respondeu dizendo que faria todo possível, e, pouco depois, veio a liberação do carregamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Embaixador fica aqui em Brasília?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não, o Embaixador do Brasil em Pequim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, aqui, o da China?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, a Embaixada da China é em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor mandou uma carta para ele?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não, mandei uma carta para o Ministro das Relações Exteriores da China.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas o senhor não conversou com o Embaixador chinês aqui sobre isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não, não conversei com o Embaixador chinês sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aqui do lado.

O senhor não teve...

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Podia ter conversado com ele e pedido ajuda a ele; não fez isso.

O senhor preferiu mandar uma carta que demoraria alguns dias, e a gente necessitando do IFA, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era atravessar a rua, o senhor conversaria, ou ele atravessaria a rua e conversaria com V. Exa. para tratar de um assunto tão importante.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe por que o senhor não conversou com ele? Por causa das declarações que o senhor deu, por isso... Aí vem a vaidade, aí vem uma série de coisas que atrapalharam muito, Ministro.

É essa a grande angústia nossa.

Do lado, o senhor poderia ter chamado o Embaixador, porque é uma coisa normal, um chanceler chamar o embaixador de qualquer país para ir tomar um café, um chá ou qualquer coisa, e isso não aconteceu. O senhor teve que mandar uma carta, coisa que ele fala e se comunica diariamente.

Então, o senhor me perdoe, mas eu acho que houve, por sua parte, não má vontade de resolver esse problema; o senhor disse: "Olha, eu vou fazer aqui o meu papel...".

O meu papel, se eu estivesse no seu lugar, eu precisando, eu iria à Embaixada chinesa e pediria para eles na hora: "Dá para você ligar agora para uma autoridade chinesa para liberar isso?". Porque era o seu papel, nesse momento, para salvar vidas.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso comentar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não, não, não precisa não, só estou... Não estou fazendo nenhuma pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O importante é que nós tenhamos respostas objetivas.

Nós estamos sendo acompanhados por uma grande audiência. Esta é a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito com a participação decisiva dos internautas.

Eu vou lhe dar só um exemplo. Eu recebo aqui recomendações de vários internautas dizendo que objetivamente o senhor não respondeu sobre algumas perguntas que eu lhe fiz.

Quem estava na reunião da Casa Civil? Repetindo.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Isso eu já falei na minha resposta, mas posso repetir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem estava?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – De que me recordo foi... Enfim, os ministros... O Ministro Chefe da Casa Civil, eu, o Ministro da Saúde e... Não me lembro se era o Ministro ou o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia... Eu não me lembro de outras pessoas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente não estava, nem ninguém representando o Presidente além desses ministros?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O Presidente certamente não. Não me lembro de algumas outras pessoas, funcionários da Presidência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quem – outra pergunta que eu fiz e de que os internautas lembram que eu não obtive a resposta, infelizmente – no Ministério da Saúde deu a ordem sobre os 10%, e não sobre os 50%?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu não sei quem deu a ordem. Entendo que qualquer decisão do Ministério da Saúde é responsabilidade do Ministro da Saúde. E, como eu disse, eu não me lembro de como isso nos foi comunicado nessa ocasião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre patentes e as dificuldades diplomáticas com a Índia, se nós pudermos ser objetivos, nós vamos avançar neste depoimento. Vários Senadores, a exemplo dos internautas, também querem fazer perguntas. Esse é um processo que está caminhando muito rapidamente em propagação dos nossos trabalhos na sociedade brasileira.

O atraso no envio de imunizantes e do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) de vacinas pela Índia foi associado ao posicionamento do Brasil perante a Organização Mundial do Comércio, único país entre os emergentes contrário à demanda para que haja quebra de patentes para produção de medicamentos e vacinas contra Covid-19. Até mesmo os Estados Unidos, que são o país mais interessado no recebimento de *royalties* das vacinas, passaram a apoiar a quebra de patentes a bem do combate à pandemia em países mais pobres. Contudo, até hoje, o Brasil não reviu a sua posição. Questiono: durante sua gestão, qual era a posição do Governo brasileiro sobre este tema da quebra das patentes?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Obrigado, Senador.

A posição era de que havia uma proposta basicamente da Índia e havia muita resistência por parte dos Estados Unidos e de outros países e de que seria muito difícil chegar a que uma dessas duas visões prevalecesse. As decisões na OMC não são tomadas por votação; são tomadas por consenso. Então, não basta somar votos a favor ou contra uma ou outra.

Então, o Brasil, desde o começo, foi favorável a que se buscasse uma solução que gerasse a possibilidade do consenso. Não foi o único país emergente a adotar esse tipo de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posicionamento; países como a Turquia, o Chile e a Colômbia – me ocorrem esses três – adotaram posições semelhantes.

Nós também nos baseamos no fato de que as normas já vigentes permitem a quebra de patentes numa situação como esta para produção de vacinas. Então, se o Brasil quisesse, poderia já hoje quebrar patentes para produção no Brasil. O que essa posição permitiria seria quebrar patentes para exportar; então, permitiria que outros países que, digamos, quebrassem patentes exportassem para o Brasil ou vice-versa. Portanto, já havia a possibilidade de quebra de patentes, caso houvesse interesse do Brasil em fazê-lo e produzir no Brasil. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, o que fundamenta a decisão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O que fundamenta a decisão é o fato de que a posição da Índia, no caso, e de outros países era uma posição extrema, que não parecia permitir a chegada a um consenso, e o Brasil tinha interesse, como, acredito, continua tendo, em favorecer ações que facilitem a circulação, o comércio internacional de patentes, de vacinas e de insumos. Então, nossa decisão foi de procurar o melhor caminho para chegar a esse objetivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse movimento de oposição ao Governo indiano prejudicou a obtenção de vacinas advindas daquele país?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – De forma nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. avalia que os atrasos nos envios dos insumos farmacêuticos ativos foram uma forma de retaliação da Índia contra o Governo brasileiro?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – De forma nenhuma.

Aliás, se permite, Senador, nós nunca programamos a importação de insumos por parte do que foi produzido na Índia. Nós programamos a importação da vacina propriamente dita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Novamente: V. Sa. discutiu essa questão com o Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O senhor se refere à questão da proposta de quebra de patentes?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, a questão da Índia, e nós estamos vindo numa sequência...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim.

Bem, num determinado momento, quando se tinha a expectativa de chegada das vacinas da Índia num determinado dia, e aquilo foi visto que não iria ocorrer, o Presidente me ligou, perguntou qual era a situação, eu expliquei, expliquei que tinha falado já com o Chanceler da Índia... Aliás, isso tem relação com o comentário que o Sr. Presidente, se me permite, fez anteriormente. Eu falei também desse caso com o chanceler da Índia, e não com o embaixador da Índia em Brasília, porque o chanceler é que tem muito mais poder decisório do que um embaixador imposto. Então, por isso é que eu falei, no caso, de um outro pedido ao Embaixador da China, e a carta, que demorou dias... Ela foi mandada imediatamente, em cópia, para que a nossa embaixada em Pequim atuasse, e de acordo com a própria visão do que era o instrumento melhor para a atuação, no caso, da China.

No caso da Índia, igualmente falei com o embaixador... Perdão, com o chanceler indiano, e isso viabilizou que o atraso fosse mínimo na entrega dessas vacinas. Acho que seis dias depois do que tinha sido imaginado originalmente elas chegaram, mas não há nenhum indicio, absolutamente, nada do que foi dito nem sugerido de que esse atraso de seis dias esteja ligado a posições que o Brasil assumiu na OMC.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Três depoentes apontaram a esta Comissão que o Presidente da República se guiava pelas orientações de um aconselhamento paralelo. Ou seja, de pessoas fora do Ministério da Saúde que participavam de reuniões no Palácio do Planalto e tinham influência sobre a condução da pandemia, até mesmo contra as orientações técnicas do Ministério da Saúde. O Ministro Mandetta falou no nome do Vereador Carlos Bolsonaro, e o Presidente da Anvisa mencionou o da Dra. Nise Yamaguchi.

As perguntas: V. Sa. confirma a existência desse aconselhamento paralelo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não confirmo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. saberia identificar outras pessoas que aconselhavam o Presidente da República em questões relacionadas à pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não tenho nenhum conhecimento, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em questão de política internacional relacionada à pandemia, também havia pessoas de fora do Ministério das Relações Exteriores que aconselhavam o Presidente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não tenho nenhum conhecimento, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Havia um aconselhamento paralelo internacional?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não, não havia um aconselhamento paralelo internacional de ninguém, certamente, que não tenha atribuição para fazê-lo. É claro que o Presidente tem assessores na área internacional com os quais se aconselha sobre temas da realidade internacional, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual era o papel de Eduardo Bolsonaro, ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, e de Filipe Martins, Assessor Internacional da Presidência, na condução da política internacional brasileira relativa à pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Bem, em relação ao Deputado Eduardo Bolsonaro, as funções de um Presidente de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, dentro dessas atribuições, como se exerceu o papel dele nesse caso, assim como em outros. E o Filipe Martins, Assessor Internacional do Presidente, também dentro das suas atribuições, enfim, aconselhando, entendendo, o Presidente, mas não sei de que maneira, enfim, na condução das relações internacionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual era a sua relação com essas pessoas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Conheço bem o Deputado Eduardo Bolsonaro e Filipe Martins. Tenho excelentes relações com ambos. E, no caso, conversava muito frequentemente com o Filipe Martins, o que é absolutamente natural e extremamente útil na execução de uma política externa entre o chanceler e o assessor internacional do Presidente. Nós já tivemos, inclusive, momentos no passado em que havia divergências e rivalidades entre chanceleres e assessores internacionais que prejudicaram a política externa em outros Governos. Então, eu tinha um relacionamento extremamente fluido com Filipe Martins nessa qualidade de assessor internacional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. presenciou Eduardo e Filipe opinarem sobre compra de vacinas, adesão à Covax Facility, orientações da OMS ou sobre o papel da China na pandemia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não me recordo de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não se recorda?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não me recordo. É possível que, em alguma reunião, sobretudo o Filipe Martins tenha dado opiniões nesse sentido, de acordo com as suas atribuições. Não me lembro exatamente em que momento, mas seria natural...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor pode nos ajudar? Qual o teor dessas opiniões?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Como eu digo, Senador, não me lembro de todos os momentos em que foi, em que surgiram, em alguma reunião com o Presidente, temas relacionados à pandemia. Então, não teria como dizer aqui o teor de coisas que foram ditas em diferentes momentos, por diferentes pessoas, dentro das suas atribuições.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nas conversas que V. Sa. presenciou no Planalto, ouviu de alguém importante do Governo ou mesmo aliado que não era do Governo, mas participava das reuniões, a tese de imunização de rebanho, a erradicação da doença pelo contágio, e não pela vacina?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não me recordo de ter ouvido isso em reuniões no Planalto, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E nunca ouviu falar da tese da imunização de rebanho?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Já, já ouvi falar dessa tese.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a impressão que o senhor tem dela?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Enfim, ouvi essa tese, me parece, originalmente, por parte do ex-Ministro e Deputado Osmar Terra, que é médico e mencionava – e creio que continua mencionando – essa tese, e não tenho condições científicas de avaliar a sua validade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. chefiou uma delegação brasileira a Israel entre os dias 6 e 10 de março de 2021, ao custo de meio milhão de reais, com a justificativa de ampliar a cooperação no desenvolvimento de tecnologias, terapias e vacinas para a prevenção e tratamento da Covid-19. A principal notícia que nos chegou dessa viagem foram os maus exemplos de não uso de máscara e de exposição



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das pessoas a risco. Esse vexame por si só já atrapalha a imagem do Brasil e causa ainda mais estranheza pelo pretenso objetivo da viagem, que seria o combate à Covid-19.

Sobre mais esse episódio, pergunto: quem definiu o rol, a relação dos convidados que participariam da missão? Quantos foram?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito.

A missão nasceu de um telefonema entre o Presidente Jair Bolsonaro e o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, em que o Primeiro-Ministro falou com muito entusiasmo de dois medicamentos com potencial de cura da Covid, que estavam sendo desenvolvidos por dois diferentes institutos em Israel. A partir disso, o Presidente pediu que eu liderasse essa missão, enfim, pediu a composição dessa missão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quantas pessoas participaram e qual o papel de cada uma delas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito.

Enfim, eu presidi, portanto eu chefei a missão. Pelo Itamaraty, participou o Secretário encarregado das relações com o Oriente Médio, portanto, com Israel, o Embaixador Kenneth Nóbrega; participou também um oficial de gabinete meu - um Chanceler sempre viaja com um oficial de gabinete; o Deputado Eduardo Bolsonaro; o Deputado Hélio Lopes; o Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde, Dr. Hélio Angotti; o Secretário de Pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, Dr. Marcelo Morales; o Sr. Max Guilherme, que é Assessor do Presidente da República; tem o... Eu posso consultar a lista completa, não sei se agora me ocorre... Creio que essa é a delegação. Ah, sim! E o Dr. Filipe Martins, Assessor Internacional da Presidência da República; e o Sr. Fabio Wajngarten, então Secretário de Comunicações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a relevância desse medicamento que o senhor entende como o objetivo da viagem em comparação com as 81 vacinas que, segundo a OMS, já estão em fase de testes clínicos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim. Bem, os dois medicamentos que originalmente motivaram a formação da viagem são medicamentos que tiveram suas fases de testes iniciais muito promissoras, e a questão do tratamento da Covid tem sido considerada pelas nossas autoridades sanitárias de todo mundo tão importante quanto as vacinas desde o começo da pandemia. Então, o Governo brasileiro, nesse caso, através dessa missão, procurou se antecipar na formação de cooperações que permitam - idealmente, claro, se tudo der certo num futuro próximo - termos acesso a medicamentos também para o tratamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tinha interesse específico na política de vacinação contra a Covid estabelecida em Israel, país que tem um dos processos de imunização mais adiantados do planeta?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, inclusive tivemos uma reunião com autoridades do Ministério da Saúde de Israel, durante a nossa viagem, além das reuniões com os institutos de pesquisa, em que descreveram o processo de vacinação e vários elementos da vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Portal G1 noticiou, em 15 de março de 2021, que um relatório do Governo dos Estados Unidos produzido na gestão Donald Trump afirma que o país persuadiu o Brasil a não comprar a Sputnik V, vacina contra a Covid-19 desenvolvida na Rússia.

V. Sa. confirma ter havido algum tipo de interferência dos Estados Unidos da América no processo de negociação do Brasil para aquisição da vacina Sputnik V?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho conhecimento de nenhuma interferência nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ex-Secretário Fabio Wajngarten entregou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito um documento da Pfizer atestando uma oferta de vacina em 12 de setembro que ficou sem resposta e atrasou o início da vacinação. Uma cópia dessa carta foi enviada ao Embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

Pergunto: o Embaixador informou V. Sa. sobre esse documento?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, o Embaixador fez um telegrama sobre esse documento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando? Quando?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A data é uma data semelhante a 12 de setembro. Agora não sei se é 12, talvez 14 de setembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que providências foram tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A carta, o telegrama, perdão, da Embaixada em Washington mencionava que já tinha sido dado conhecimento direto ao Ministério da Saúde, a quem, em nosso entendimento, cabia toda a centralização da estratégia de vacinações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores estudos, pareceres ou outros documentos relativos à oferta da Pfizer?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, isso nunca nos foi demandado, e o Itamaraty nessa área sempre agiu, como eu disse, a partir de coordenação com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que V. Sa. atribui a falta ou o grande atraso na resposta do Brasil ao contato da Pfizer para a venda de vacinas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho conhecimento do que possa ter motivado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas como? O senhor era Ministro das Relações Exteriores, o seu Embaixador recebe uma carta, a Pfizer comunicou aqui ao Brasil e ao mundo que não teve resposta – expressão do Presidente da Pfizer para a América Latina – nem contra, nem a favor. O Ministério das Relações Exteriores não sabia disso depois de ter sido comunicado pelo próprio Embaixador? Ninguém do Governo o procurou para tratar dessa questão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, ninguém do Governo me procurou para tratar dessa questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – MUITÍSSIMO obrigado, Senador Renan Calheiros, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Na sequência o próximo inscrito é o Senador Marcos Rogério.

V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ernesto Araújo...

Sr. Presidente, percebe-se muito claramente que o objeto desta CPI vem se transformando a cada dia em CPI da cloroquina, em CPI da carta da Pfizer, em CPI do gabinete paralelo; em resumo, em CPI da cortina de fumaça. Em governos anteriores, estaríamos em uma CPI para investigar o pagamento de propina, desvios de recursos. Diante de tantos contratos bilionários que o Governo Federal fez, especialmente durante esse tempo de pandemia, não há uma insinuação, um indício sequer de corrupção. Na falta disso, a CPI



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discute se um medicamento é ou não eficaz, como se até hoje houvesse consenso científico, no mundo, acerca de remédio com eficácia para tratamento da Covid-19. O que fariam os médicos do Brasil e de todo o mundo se tivessem que esperar remédios com bula indicando eficácia contra a Covid para atender os milhões de pacientes que chegavam, todos os dias, aos hospitais com sintomas graves, muitos deles com risco iminente de morte? Agora, uma vez que os testes forem comprovando os que são e os que não são eficazes, evidentemente que os médicos saberão, com maior segurança, quais deles receitar.

É interessante que a Pfizer sugeria que sua vacina pudesse ter problemas, efeitos colaterais, mesmo depois de ter sido testada e aprovada nos Estados Unidos, por isso não assumia os riscos: impõe, em contrato, responsabilidade total ao Brasil ou a quem compra. E o discurso aqui é no sentido de que o Governo brasileiro devesse comprá-la já naquela época e sem qualquer aprovação da Anvisa. A própria Pfizer reconheceu aqui que não havia condição legal para se fechar contrato antes da mudança da lei aprovada no Senado. Mas volto. Agora, aqui, quando o assunto é o uso de medicamento, a tese é totalmente contrária: "É preciso ter segurança absoluta". Com relação à vacina, não, pode contratar, independentemente disso, mas, com relação a medicamento, tem que ter. Essa dicotomia não é razoável.

Em governos anteriores, estaríamos assistindo a operações da Polícia Federal, com bilhões de reais escondidos em apartamentos ou depositados em contas no exterior; na falta disso, a CPI discute quem recebeu uma carta, se foi ou não respondida, se tinha ou não relação com as tratativas que estavam sendo feitas com a farmacêutica. Em governos anteriores, estaríamos discutindo as práticas de associação criminosa para saquear os cofres públicos; na falta disso, estamos discutindo se o Presidente reuniu ou não colaboradores para auxiliá-lo em temas sensíveis, como o enfrentamento da pandemia, como se fosse crime qualquer líder buscar aconselhamento para decisões importantes. Qual o Prefeito, Governador, Presidente da República ou qualquer gestor que não busca ou recebe aconselhamentos, sugestões ou ideias diariamente? Aliás, quantas sugestões, recomendações, ideias e até minutas de propostas legislativas não recebem constantemente os Deputados e Senadores? Isso configura gabinete paralelo? Isso, por acaso, é algo criminoso?

Como muitos aqui não querem ir atrás dos recursos que, segundo operações da Polícia Federal, foram desviados de Estados e Municípios, ficam gastando dias e dias para discutir essas questões triviais. Uma grande cortina de fumaça enquanto o tempo vai passando e deixa-se de buscar realmente desvendar os esquemas de corrupção que podem ter ocorrido pelo País afora, mas está chegando a hora. Vamos, Senador Fernando Bezerra, vamos seguir o dinheiro e vamos saber o que foi feito com ele nos Estados e Municípios. É bom que se diga: a investigação tem que acontecer no âmbito do Governo Federal, do Ministério da Saúde – ninguém está se opondo a isso –, mas não pode haver seletividade, não pode haver blindagem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja que, no caso da Pfizer aqui, o representante da Pfizer esteve onde está o depoente no dia de hoje e espancou todas as teses da Oposição, toda a narrativa da Oposição, porque disse que não podia fazer o contrato antes de ter mudança na lei brasileira; porque disse que a vacina só foi aprovada nos Estados Unidos no dia 13 de dezembro; porque disse que só veio o pedido para a Anvisa no início de fevereiro, mas a Oposição dizia: "Já tinha que ter vacina no braço dos brasileiros em dezembro". É a narrativa que não confere com os fatos.

Mas eu quero fazer aqui algumas indagações ao Chanceler. Quero fazer uma pergunta sobre um tema já tratado, mas que considero carecer de uma clareza maior. O senhor tem conhecimento de que os Estados Unidos da América tenham feito alguma parceria com algum país do mundo para o fornecimento de vacinas, especialmente durante o tempo em que V. Sa. esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador. Não, não tenho conhecimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nossa preocupação aqui é saber, de forma objetiva, se algum agente público brasileiro tenha, por ação ou omissão, prejudicado a adoção de medidas possíveis e necessárias para o combate à pandemia, mais especificamente em relação às vacinas. Vê-se com clareza que há uma dedução de que a política internacional brasileira tenha prejudicado o combate à pandemia.

É de todos sabido que o Governo Bolsonaro mudou o rumo da política internacional de nosso País, especialmente ao deixar de financiar ditaduras ao redor do globo com envio de bilhões de nosso BNDES, dinheiro do povo brasileiro. Houve nítida mudança em relação a países como Cuba, Venezuela, principalmente violadores de direitos e garantias fundamentais e exemplos de crise humanitária, como o mundo todo assiste.

Além disso, houve claras mudanças de orientação do Brasil na ONU em relação a outras nações, em temas sensíveis, como os conflitos no Oriente Médio, como é a questão entre Israel e a Palestina. Tais mudanças, ao que se entende, se deram pela busca de um maior alinhamento aos Estados Unidos da América, que havia sido claramente desprezado nos governos anteriores, que preferiam países de outras linhas ideológicas.

Pergunto: dentro da política internacional é comum haver incompatibilidades entre as nações, de acordo com as relações que cada uma delas estabelece com países ou blocos de países do globo ou isso independe? Explico melhor: é irrelevante a estratégia da política internacional de um país para o relacionamento com qualquer outra nação do globo ou é natural que existam alinhamentos em decorrência das estratégias definidas e isso influencie e defina as parcerias internacionais?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou explicar ainda melhor: apesar de a história já nos ter dado muitas lições quanto a isso, para uma clareza maior aqui nesta CPI, a pergunta é: é possível, na sua visão, fazer política internacional de forma comum e igualitária com todas as nações do globo, independentemente de suas políticas internas e parcerias políticas e ideológicas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Certamente acredito que não, que não é possível e nem é desejável. A isso eu me referi inclusive na minha intervenção inicial, com a imagem de que nós não seguimos a linha de procurar o mínimo denominador comum nas relações com todos os países. Procuramos identificar em cada parceria qual é lógica daquela parceria e, nos casos de convergência de visão de mundo, explorar essa convergência rumo à consecução de interesses mais altos. Então, acho que V. Exa. tem toda razão nessa apreciação.

Quando não se introduz numa política externa esse tema, essa dimensão da visão de mundo, das diferentes concepções, organizações das sociedades, o que acontece? Cria-se um teto para as relações. Vai até um certo ponto, mas, em certos casos, em muitos casos, se desperdiçam oportunidades. Essas oportunidades surgem quando se identifica que os países têm uma percepção semelhante, que têm objetivos semelhantes, que têm ideais semelhantes no mundo. E aí a parceria, a partir disso, pode avançar em outros rumos. Mas, ao mesmo tempo, não se deve, acho, que ver a imagem – se me permite – de uma gangorra, onde se tenha que escolher um parceiro ou outro, e um sempre estar necessariamente acima e outro, necessariamente abaixo. Não. Cada parceria tem a sua lógica e pode avançar independentemente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa.

Dentro de sua experiência como diplomata e não apenas quanto ao tempo em que atuou como Ministro das Relações Exteriores, considerando que a visão que se tem defendido aqui indica ser a de que a política internacional deve considerar apenas o aspecto comercial, o que sabemos não ser realidade nas relações entre as nações desde a antiguidade, quais os demais aspectos geralmente precisam ser considerados para as tratativas e acordos internacionais?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Obrigado, Senador.

Acho que, antes de mais nada, o aspecto da organização interna, digamos, da sociedade. Acho que países democráticos se movem no mundo de uma maneira diferente de países não democráticos. E é preciso entender também quais são os objetivos diferentes que os países têm. A gente não pode partir do princípio de que todos os países no mundo estão na cena internacional apenas para fazer comércio, porque não é verdade. Então, se nós seguirmos essa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lógica, já faremos maus negócios, porque, quando você faz negócio simplesmente com a visão comercial e a outra parte tem uma visão comercial mas tem uma visão que vai além, tem uma estratégia, você está em desvantagem, porque você está se sujeitando, no fundo, a uma estratégia de uma outra parte. Então, para o próprio comércio, mas além do comércio, é preciso entender quais são as orientações, quais são as estratégias dos outros países. Esse é um trabalho difícil, porque isso não vem publicado no diário oficial de cada país, qual é a estratégia de mundo. Isso requer justamente um trabalho de análise diplomática e de análise política e é preciso entender quais são as visões. E não rejeitar essa, digamos, comunidade de visões e essas afinidades eletivas, digamos assim, que normalmente democracias têm com outras democracias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agradeço a V. Sa.

Como as posições de um país da ONU refletem nos acordos que se pretenda entre países ou blocos, em termos específicos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Bem, muitas vezes são esferas bastante diferentes, a esfera do que se discute na ONU e a esfera do que se trata em arranjos bilaterais ou regionais. O que é preciso é buscar uma lógica, digamos, comum, produtiva em todas essas frentes. O que nos preocupa muitas vezes são discussões nas Nações Unidas que introduzem determinados conceitos que começam a virar como se fossem recomendações globais, sem que haja uma negociação ou um tratado sobre isso, e começa a haver uma pressão para que essas visões, essas orientações sejam incorporadas em diferentes países. Então, na minha gestão, sempre tivemos muita preocupação com isto: que discussões no plano multilateral, nas Nações Unidas sobretudo, não substituam o trabalho legislativo desta Casa, do Congresso Nacional, em realmente legislar para o Brasil. Se há tratados internacionais efetivamente firmados, seja multilaterais, seja bilaterais, é claro que esses tratados precisam passar pelo Congresso para serem incorporados ao nosso ordenamento. O que nós queremos evitar é que, de maneira sub-reptícia, determinados elementos entrem no nosso ordenamento sem que tenham passado pelo processo constitucional.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agradeço.

Só tenho mais duas perguntas, Sr. Presidente.

Eu algum momento o senhor presenciou ou tomou conhecimento de alguma orientação do Presidente da República ou do Ministro da Saúde para rejeitar parcerias internacionais, especialmente da China, quanto à aquisição de insumos para produção de vacinas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, nunca recebi nenhuma orientação para rejeitar nenhuma parceria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A vacina, o insumo da vacina adquirido da China é adquirido do Governo chinês ou de empresas chinesas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, o insumo para a produção da vacina AstraZeneca é adquirido de uma empresa instalada na China. Não sei a propriedade dessa empresa, se ela é estatal ou não, mas é uma empresa e não o Governo chinês que produz, é uma empresa contratada pela matriz da AstraZeneca para produzir insumos dessa vacina e que fornece ao Brasil. Em relação aos insumos da CoronaVac, como geralmente são tratados, com eu disse, entre o Butantan e as contrapartes chinesas, eu não saberia dizer exatamente de quem é a propriedade, digamos, das fábricas que produzem isso na China.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E eu concluo, Sr. Presidente, com a última consideração: em um momento no qual a China, no contexto do 5G, tenta mostrar ao mundo a independência de suas empresas, como a Huawei e a ZTE, não seria danosa à imagem da China essa ideia constantemente repetida pela Oposição de que empresas chinesas não cumpririam os seus contratos por interferência política? Faço essa ponderação porque seria o mesmo que insinuar que a China deixaria brasileiros morrerem sem insumos ou vacinas porque alguém criticou algum ponto do seu regime político. Estariam acusando a China de agir dessa maneira? Porque isso equivale a dizer, Sr. Presidente, que o Brasil deixaria de fornecer alimento para quem critique qualquer uma de nossas políticas, como sempre fazem acerca da Amazônia e de tantas outras coisas.

Então, eu faço essas ponderações e indago a V. Sa.: é justo, é adequado atribuir à China esta condição de que estariam boicotando o Brasil na entrega desses insumos por suas empresas em razão de uma fala ou outra sobre as posições daquele país?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Certamente, esse é um ponto muito importante, porque essas alegações de que haveria uma negativa por parte do Governo chinês de permitir o fornecimento de vacinas e insumos por razões políticas pressupõe algo de que, acredito, o Governo chinês não é capaz: negar vacinas que podem salvar vidas por causa de uma interferência política. Então, acho que isso pressupõe uma imagem realmente ruim da China, com a qual eu não concordo. Realmente, não temos indício nenhum de que tenha havido essa interferência política em relação ao Brasil nos atrasos que se registraram.

Então, eu, realmente, acho que há aí um problema – não cabe a nós analisar – de imagem da China no sentido de, digamos... Acho que a China não tem nenhum interesse em propalar a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imagem de que eles ou o Governo chinês... O Governo chinês não tem interesse em propagar a imagem de que administrariam algo tão importante como uma vacina que pode salvar vidas de acordo com considerações políticas.

E há a questão da dependência entre companhias chinesas e o Estado chinês. Isso é algo que... Independentemente da questão, acho que é algo transversal, que se discute, inclusive, na OMC. A China, é claro, tem uma estrutura econômica muito diferente da estrutura dos países ocidentais, dos países-membros da OCDE, por exemplo, na qual o conceito de empresa estatal ou de empresa privada é bastante diferente na prática. Então, dado o peso imenso da China no comércio internacional, isto é algo que se discute na OMC: como tratar, como garantir que a atuação de empresas que, muitas vezes, não são estatais, mas que respondem ao Governo, não só o da China, mas em geral... Como fazer para que isso não afete, não distorça o comércio?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agradeço a V. Sa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Senadora Kátia Abreu, representando hoje a Bancada Feminina; o Senador Humberto Costa, logo em seguida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) - Obrigada, Sr. Presidente. São 15 minutos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, senhora!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) - Eu gostaria de cumprimentá-lo pelo seu trabalho e pelo brilhantismo e equilíbrio nesta CPI. Mas é duro quando é necessário e quando percebe que, às vezes, as respostas estão desviando do seu curso normal. É um direito que o Presidente e qualquer membro desta CPI têm.

Quero cumprimentar o nosso Relator Renan Calheiros, que faz perguntas muito precisas, incisivas, para que nós obtenhamos respostas, e o nosso Vice-Presidente Randolfe.

Quero agradecer à Bancada Feminina, que me deixa, no dia de hoje, participar desta importante audiência, em nome de Simone Tebet.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de ousar particularmente ao cumprimentar aqui meu sobrinho Luiz Flavio, que está há 68 dias na UTI. Ontem, à noite, ele despertou depois de todo esse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período em coma. Quero saudá-lo. Ele está assistindo... Ele não fala, mas está assistindo à nossa CPI. Eu quero dizer a ele que há muita gente na torcida e que eu espero muito que ele possa sobreviver, diferentemente de outros que, infelizmente, não puderam.

Sr. Presidente, eu vou direto aos fatos, primeiramente para esclarecer à nossa audiência na TV Senado, que é muito concorrida, que nós estamos aqui, nesta CPI, com alguns objetivos diversos. Existe o objetivo e o foco da CPI para identificar qual foi a causa, quais foram, quem foram os responsáveis pela morte de 500 mil pessoas, praticamente. É claro que a CPI também permite a busca de desvio de recurso, de corrupção, aquilo que cada um aqui entender ser mais importante. E eu creio que para maioria da CPI, dos membros da CPI, o que tem valido mais – para cada um deles, na sua maioria – é encontrar os responsáveis e responder ao Brasil e às famílias dos mortos quem foram os responsáveis do Governo que permitiram que essa calamidade pudesse acontecer.

Ninguém discute que o Brasil teve uma infinidade, uma enormidade de mortes; o que o mundo inteiro discute é se deveriam ter ocorrido caso nós tivéssemos procedido de outra forma. Nós não sabemos quem são os responsáveis ainda. Nós estamos aqui para descobrir, para fornecer informações. Nós devemos isso às mais de 437 mil famílias que estão com seus entes enterrados e àqueles outros que estão com seus entes na UTI, como é o caso do meu sobrinho e de tantos outros anônimos e amigos deste País afora. Nós devemos isso a esses cidadãos, porque eles acompanham pela internet o descalabro que aconteceu no Brasil com relação a essas mortes. Eu poderia citar aqui – mas ela vai vir aqui – duas cientistas que disseram que, se nós tivéssemos agido diferente, um terço a menos, no mínimo, de pessoas não teriam morrido nessa pandemia.

Então, eu, particularmente, quero, sim, encontrar toda a corrupção que possa ter sido praticada no Tocantins, que é o meu Estado; mas, em primeiro lugar, eu quero descobrir, antes de mais nada, quem foram os responsáveis pelas mortes dos brasileiros e dos tocantinenses até agora.

Então, eu gostaria de deixar isto claro para nossa audiência: que nós não estamos desviando do assunto da CPI; nós não estamos aqui acusando o Governo Federal de corrupção; nós estamos atrás dos membros do Governo Federal que permitiram um número exorbitante de óbitos até agora. E uma economia que faliu ainda mais por conta de uma pandemia prolongada e mal administrada, 26 milhões de desempregados, empresas fechando, uma economia no chão, um endividamento das famílias exorbitante; tudo é um complexo que precisa ser responsabilizado, encontrados aqueles que nos prejudicaram.

E eu vejo, Sr. Ernesto, que... Eu sou psicóloga de formação, mas, na verdade, sou muito mais uma mulher do campo, da roça, com muito orgulho. Eu imagino que o senhor tenha uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

memória seletiva, para não dizer uma memória leviana. O senhor não se lembra de nada do que importa e do que ocorreu efetivamente; e se lembra de questões mínimas, supérfluas e até mesmo não verdadeiras, como o senhor vem fazendo aqui todo esse momento. A impressão que se tem é que existe um Ernesto que fala conosco, de que nós ouvimos a voz, e um outro Ernesto que eu não sei onde fica, nas redes, na internet, nos artigos, nos blogues, falando coisas totalmente diferentes. Eu sinceramente estou confusa de qual personalidade nós devemos considerar: se é esse que vem aqui e mostra o mundo cor-de-rosa... Porque o comércio brasileiro aumentou a despeito do senhor; a despeito do senhor, o comércio do Brasil vem aumentando cada ano, graças a Deus, e batendo recordes graças à competência dos pesquisadores do Brasil, da Embrapa e outros mais e dos produtores rurais.

Então, eu gostaria de lembrar o senhor de algumas coisas. Talvez isso lhe refresque a memória.

Em primeiro lugar, o senhor bateu no peito ao dizer que, graças à sua gestão no MRE, as vacinas vieram ao Brasil numa quantidade x. Quero lembrar a todos que, até abril, 85% de toda vacina colocada no braço dos brasileiros vieram da China, e a despeito do senhor, porque o Butantan, que é do Governo de São Paulo, para a contrariedade de muitos, fez uma contratação direta, que não teve uma palha de necessidade do Governo Federal. Talvez, se tivesse precisado, o Governo poderia ter apoiado, mas, nesse caso, foi zero a sua interferência como chanceler para que esse contrato do Butantan com... Ou nós poderemos chamar aqui o Dr. Dimas Covas para poder testemunhar se eu estou falando a verdade ou não. A despeito do senhor, a China fez o negócio com o Butantan, negociou as vacinas e, até abril, 85%, para desgosto de alguns, das vacinas vieram da China.

Quero fazer ao senhor um reparo importante, também lembrando aos meus colegas: que o Brics e todo financiamento do banco dos Brics, também a despeito do senhor, nós estamos conseguindo graças ao Marcos Troyjo, que era do Ministério da Economia e que foi presidir o Brics num rodízio entre os países do Brics. E ele, como bom brasileiro, está trabalhando duro para acumular um tanto de recursos para o Brasil. E, graças a V. Sa., nós ficamos devendo aos Brics, ao banco, para capitalizar os recursos do Brasil e deixar o nosso Presidente Marcos Troyjo vulnerável, devendo a esse banco, diferentemente dos outros países, porque, no Orçamento do ano passado, deixaram – e era da sua responsabilidade, porque é muito importante essa relação internacional – os pagamentos dos nossos compromissos com os organismos internacionais.

Eu quero aqui esclarecer uma pergunta de um colega Senador que o senhor não soube responder – engraçado isso! A empresa que fornece 85% da vacina até abril: ele não sabe se é do Governo ou se é privada. Então vou lhe informar, Sr. Ernesto: a Sinovac, que produz a CoronaVac, ela é exclusivamente privada, e a Sinopharm, que é tipo a Fiocruz ou o Butantan



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na China, é do público. E engraçado que o Butantan foi, comprou Sinovac e fez o acordo. E por que a Sinopharm não foi procurada? A Sinopharm, Senador Renan e Presidente Omar, já está autorizada no Brasil, como a Moderna, e ninguém ouve ninguém falando em comprar dessas duas vacinas. Eu acho curioso e, inclusive, eu propus que as empresas de vacina de aftosa poderiam fazer uma interlocução direta numa missão da China ao Brasil para que pudesse a Sinopharm produzir essa vacina que já está autorizada pela Anvisa, segundo o Presidente da Anvisa me informou ainda ontem, para produzir e nós transformamos o Brasil num *hub* produtor de vacina.

O que mais me deixa curiosa... Eu não gostaria de morrer sem ter essa resposta, mas não sei se conseguirei. Nós conhecemos febre amarela, varíola, catapora, sarampo, paralisia infantil. O que mais? Quantos milhões de vacinas este Brasil já fez? Por que a implicância com a vacina contra a Covid? Eu não consigo compreender! Se fosse uma novidade... "Não, gente, vamos ter paciência. Ninguém nunca viu vacina, é a primeira vez. O Brasil não é um craque na distribuição de vacinas e aplicação de vacinas, é tudo novo." Não, não é o caso. O senhor deve ter tomado um monte dessas vacinas, assim como eu e assim como todos os que estão aqui. Por que esse preconceito com vacina? Por que a insistência num medicamento que, no início, muitos gostariam que fosse ótimo? Quem não queria que esse medicamento fosse maravilhoso? Mas, ao contrário, infelizmente, esse medicamento foi condenado, condenado no sentido de não ser útil.

Agora, eu gostaria, Sr. Presidente, ainda de apontar ao Sr. ex-Chanceler Ernesto que esse relacionamento e essas agressões que ele fez à China, talvez o senhor não esteja lembrando... Nós temos 56 novos frigoríficos que já estão em Pequim, de todo o Brasil – no Tocantins, são três –, esperando a habilitação. Sabe o que falta para essa habilitação? Diplomacia, empatia, agrado, conversa, diálogo, não falta um documento. Pode perguntar à Ministra Tereza Cristina. E isso dobraria as nossas exportações de carnes para a China, porque os frigoríficos habilitados hoje já estão no *top* das suas exportações. Então, estamos tendo prejuízo, sim. O que tivemos de aumento para a China foi em função do aumento do consumo chinês, do aumento do consumo asiático e de toda parte do mundo e por conta das políticas que apoiaram essa doença, os auxílios que foram colocados por todo o País.

Eu quero lembrar ainda – o senhor está esquecido, porque a sua memória não é boa – uma reunião ministerial que houve no Palácio em que foram ditas algumas coisas e foi pedida a abertura dessas falas dessa reunião ministerial. O Ministro Celso de Mello autorizou, e a AGU pediu encarecidamente que um pedaço fosse retirado, pelo amor de Deus, ou daria um problema diplomático seriíssimo. E adivinha de quem era esse trecho? De V. Sa., em que o senhor atacava fortemente a China. Portanto, o Ministro Celso de Mello, graças a Deus, permitiu a retirada da sua fala, porque só estava fazendo bonito para a família Bolsonaro, mas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na verdade, iria fazer muito mal ao País. Eu gostaria que o senhor tivesse coragem e pudesse repetir quais foram as palavras que o senhor disse lá, porque nós poderemos pedir pela CPI a quebra desse sigilo e ver quais foram as palavras ditas naquela reunião ministerial.

No Fórum Econômico Mundial, o Brasil estava, naquela época, acabando de fechar São Paulo, Butantan e CoronaVac... O senhor, no Fórum Econômico Mundial, disse que o Brasil ia fazer uma aliança com os Estados Unidos para barrar o "tecnototalitarismo", em referência à China, num momento crucial, que poderia muito ter repercutido e prejudicado essas negociações.

Eu gostaria de ditar aqui, Sr. Presidente, para refrescar a memória do Ministro, do ex-Ministro, do ex-Chanceler. No dia 11 de março de 2019, uma segunda-feira, em discurso na aula magna para os alunos do Instituto Rio Branco, afirmou que o Brasil não venderia sua alma para exportar minério de ferro e soja para a China. O então ex-Chanceler disse ainda que o Brasil, nos últimos anos, fez uma opção equivocada ao querer se integrar com a América Latina, com a Europa e com os Brics em vez de aprofundar as relações com os Estados Unidos. Araújo também questionou se a parceria com a China seria benéfica para o Brasil: "De fato [aspas suas, meu senhor], a China passou a ser o grande parceiro comercial do Brasil e, coincidência ou não, tem sido um período de estagnação do Brasil".

O senhor criticou a nossa proximidade com a China, com a Europa, com os Brics e com os países da América Latina. O senhor de fato é um homem muito ousado, muito corajoso. Em algum momento, o senhor se lembrou que estava lançando ao mar todo o trabalho de anos da diplomacia brasileira?

E esses comentários que V. Sa. livremente, a liberdade o fez fazer, lhe deu o direito de fazer, o senhor acha que isso colaborou na compra de vacinas? Isso colaborou com o combate à pandemia? Ou foram palavras ideológicas jogadas ao vento?

Eu me lembro como se fosse hoje, o Governo do PT, as críticas que os opositores faziam de que era uma diplomacia preconceituosa e direcionada a questões políticas ideológicas. Quantas vezes nós ouvimos isso? E até por alguns momentos eu acreditava nisso. E agora, nós estamos vivendo o quê? Nós estamos vivendo preconceito, nós estamos vivendo ideologia ou nós estamos vivendo o livre mercado, a livre iniciativa, sem preconceitos, sem reparar no sistema de Governo dos países que não nos diz respeito? Nos diz respeito a defesa do nosso País, e a defesa do nosso País é a defesa do emprego e o emprego vem com o aumento também das nossas exportações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, ainda lembro aqui, reitero, o seu artigo: "Chegou o comunavírus". É o título do artigo, "comunavírus". Isso não é um ataque? Eu queria saber se isso ajudou ou atrapalhou a compra de vacinas e as relações do Brasil com aquele país?

Muitas pessoas dizem: "Que bajulação à China". Eu quero bajular qualquer país que tiver vacina para o meu povo brasileiro, para o meu povo do Tocantins que me elegeu. Qualquer um que tiver vacina, eu sou capaz de deitar no chão e deixar que pisem em cima de mim para que tragam vacina. Não tenho o menor orgulho e nessa hora não tenho ideologia, nessa hora não tem a sua vontade própria. O senhor estava lá como servidor do Estado brasileiro, recebendo para isso, para defender os direitos dos brasileiros e não a sua posição ideológica.

O senhor disse no seu artigo: "O globalismo é o novo caminho do comunismo". Aliás, foi o senhor que inventou isso. Esse globalismo ainda não está muito bem na cabeça de muita gente.

"O vírus aparece, de fato, como uma imensa oportunidade para acelerar o projeto globalista". Queria que o senhor explica o que é isso?

"Este já se vinha executando por meio do climatismo ou alarmismo climático". Ele, agora há pouco, disse para nós aqui, para todos, que ele, durante a sua gestão, se preocupou demais com o meio ambiente. Isso aqui é preocupar com o meio ambiente? Isso aqui contribuiu de alguma forma com as relações do Brasil com o mundo?

E os ataques que V. Sa. fez pessoalmente? Aos atacantes do capitólio americano, o senhor minimizou a ação daqueles vândalos ao invés de se solidarizar com o Governo americano. O senhor não era parceiro do Governo americano, vocês eram parceiros do Trump. Na hora em que substituiu, o senhor não entendeu, como um bom aluno do Rio Branco, que deveria ser, que nós não somos amigos de Presidentes, nós somos amigos das nações, nós somos amigos dos países, que são muito maiores do que nós.

O senhor ainda apoiou o ataque ao Presidente Tedros Adhanom, Diretor-Geral da OMS, que por incrível que pareça nós estamos muito em mãos dessa criatura, que aglutina todo um consórcio, o Covaxin, para vacinar os países pobres e países em desenvolvimento.

É muito triste! Justamente a China tão atacada, Tedros Adhanom tão atacado, o Governo Biden tão atacado e hoje nós estamos nas mãos dessas pessoas que o senhor apoiou e ajudou a atacar com tanta força - na porta humilhando e pedindo vacinas. Eu não me importo de me humilhar, agora, o senhor deve desculpas aos Países!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor é um negacionista compulsivo, omissos! O senhor no MRE foi uma bússola que nos direcionou para o caos, para um *iceberg*, para um naufrágio, bússola que nos levou para o naufrágio da política internacional, da política externa brasileira. Foi isso o que o senhor fez!

Isso é voz unânime dos seus colegas no mundo inteiro! Um alívio que tiveram quando V. Sa. de lá saiu, porque o senhor colocou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Só um questionamento, Presidente: o tempo é livre agora? Já passou mais de seis minutos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) - Porque o senhor passou... Porque o senhor não só colocou o Brasil como pária, porque pária ainda tem uma...

O senhor está gostando da minha fala?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) - O Brasil não é pária, o Brasil foi muito pior: em vez de pária, o senhor colocou o Brasil na posição de irrelevância! E eu não aceito o meu País ser um país irrelevante! Não aceito que isso aconteça!

Para concluir, Sr. Presidente, o maior vexame que nós já passamos na vida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigada, Senadora. Para concluir.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) - ... foi na cúpula do dia 22 de abril. Eu, assistindo do começo ao fim, esperando o pronunciamento do nosso Presidente da República... Porque ele é nosso Presidente, ele foi eleito pelo povo brasileiro - não foi com meu voto, mas foi eleito! O Presidente da República americano levanta-se da cadeira e deixa o Presidente do Brasil falando sozinho! Aquela mensagem, se o senhor não conseguiu ler, disse para o mundo: "Eu não tenho nada para ouvir do Brasil". Não tem justificativa para aquela levantada de cadeira, a não ser a insignificância com que o senhor trabalhou para colocar o Brasil nessa posição!

Eu peço, Sr. Presidente, toda a correspondência entre o MRE e os ministérios a fim de vacina - Ministério da Economia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde e Casa Civil. Eu gostaria de pedir, se for possível, a esta Comissão todas as correspondências tramitadas pelo sistema interno entre ministérios especificamente sobre vacinas a que esta Comissão possa ter acesso e também as desses ministros para o Presidente da República, porque, com essas comunicações em aberto, Sr. Presidente, nós vamos poder identificar qual foi o ministro que mais mal influenciou o Presidente, qual foi o ministro que melhor orientou o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente. E nós queremos toda a comunicação do MRE para as embaixadas no mundo, especialmente dos embaixadores de onde tem os laboratórios de vacinas. Nós queremos todos os ofícios, todas as mensagens relacionados à pandemia, à vacina, à cloroquina, à hidroxicloroquina, ao que tiver. Nós queremos encontrar – não é isso? – quem são os responsáveis pela desgraça brasileira da mortandade que ocorreu? Nessas correspondências, Sr. Presidente, eu tenho a convicção de que nós vamos encontrar quem paralisou as decisões, quem fechou os olhos do Presidente Bolsonaro! Nós vamos encontrar, com certeza!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Senador Humberto Costa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para comunicar à CPI que estamos colocando a termo as requisições da Senadora Kátia Abreu para deliberação, espero, o quanto antes desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será pautado para votar na reunião de quinta-feira.

Senador Humberto Costa, por 15 minutos. Por favor, vamos respeitar os 15 minutos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Mas logo no meu? Mas logo no meu? (*Risos.*)

Depois do interrogatório do Presidente Renan e da fala da Senadora Kátia Abreu, fica muito difícil a gente poder falar e encontrar o que perguntar, mas eu vou fazer um esforço aqui.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro...

Eu quero começar perguntando uma das poucas coisas que não perguntaram. Diz respeito ao Brasil em relação à Rússia.

O Governo Trump alega, por intermédio do relatório do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, de 2020, que, sob a gestão de Trump, conseguiu impedir que o Governo Federal do Brasil comprasse "a maligna (sic)", a vacina Sputnik V.

É verdade? Os Estados Unidos pressionaram o Brasil para não comprar a Sputnik? É verdade que o Brasil acedeu a essas pressões?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu jamais recebi nenhuma pressão nesse sentido, nenhum contato nesse sentido de qualquer autoridade americana e não tenho conhecimento de nenhuma outra autoridade brasileira que tenha recebido esse tipo de pressão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Pois bem. Então, o departamento de saúde norte-americano publicou uma notícia falsa ou, então, como neste Governo quem e da área não exerce o seu papel, tem que outro fazer, pode ser que o Wajngarten tenha rejeitado essa vacina vinda lá da Rússia. Bom...

Mas, Sr. Presidente, eu me lembro de, há pouco, o Ministro Queiroga, lá na OMS, fazendo um verdadeiro pedido de misericórdia, pedindo vacinas. Só que o Brasil, quando poderia ter adquirido... Tem uma certa controvérsia aí, se podíamos comprar 50% ou se podíamos comprar 30%. Mas, comprando para 30% ou para 50%, é muita coisa. Para 30%, seriam 140 milhões de doses, e o Brasil adquiriu só 47 milhões de doses, que não recebeu até agora.

A revista *Época* diz que V. Sa. era contra. Que teria sido a representante do Brasil em Genebra, Maria Nazareth Farani Azevêdo - que poderá vir aqui para dizer se é verdade ou não -, que teria convencido V. Sa., de última hora, de aderir ao Covax Facility, mesmo assim com atraso, mesmo assim não participou da primeira reunião, que houve ainda no mês de abril, mesmo assim sem garantir o interesse do Brasil.

É fato que a Dra. Maria Nazareth foi que convenceu o senhor?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não, não é fato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - A decisão de que não seriam os 210 milhões de doses, mas que seriam 47 milhões de doses, o senhor confirma que não foi sua, foi do Ministério da Saúde, né?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não foi minha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O Ministro Pazuello, amanhã, vai ter que explicar muita coisa. E essa aí não está nos processos ainda não, né?

A outra questão... Eu não teria muito o que dizer depois do que falou a Senadora Kátia Abreu, em termos do que prejudicou a relação Brasil e China a postura do nosso ministério, mas tem um fato... Eu fui Ministro da Saúde, fiz muitas viagens internacionais, e existe uma liturgia, um protocolo, um conjunto de regras que os países adotam entre si nesse relacionamento. Um deles, a não interferência, ou, então, fazê-lo de maneira formal, se tiver configurada alguma situação que justifique. O que aconteceu aqui, no Brasil? O Sr. Eduardo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro fez um comentário desairoso à China, inclusive, sem ter a dimensão do cargo que ocupava, porque era Presidente de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o Embaixador chinês respondeu, V. Sa. assumiu as dores do Deputado Eduardo Bolsonaro e, articulado com o Presidente da República, fez gestões junto ao Chanceler da China, ao Ministro de Relações Exteriores para trocar o Embaixador da China no Brasil. Pode existir ofensa diplomática maior do que essa, Ministro? Me responda, por favor.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Pode. Uma grande ofensa diplomática foi cometida pelo Embaixador da China ao retuitar uma postagem em que dizia: "A família Bolsonaro é o veneno do Brasil".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Porque contestou o filhinho do Presidente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - O senhor acha normal? Bom, não posso perguntar ao senhor. Mas ali, sim, me parece que é algo muito grave quando um Embaixador, que está comprometido com os princípios da Convenção de Viena, com a prática diplomática, retuita uma publicação que diz que o Chefe de Estado daquele país, a família daquele Chefe de Estado é o veneno do Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Agora, o Deputado Bolsonaro podia dizer o que quisesse da China?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não. Nós, inclusive, na nota, porque tivemos que responder a essa troca de mensagens, digamos, chamei a atenção para o fato de que não endossávamos as falas do Deputado Eduardo Bolsonaro, mas que o comportamento do embaixador... O embaixador, de acordo com a Convenção de Viena, de acordo com a prática diplomática, está sujeito a determinados limites na sua atuação que são diferentes dos limites de um Parlamentar ou de um cidadão de um país onde ele exerce as suas funções.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Então V. Exa., V. Sa. confirmou que realmente houve um pedido do Brasil pela substituição do Embaixador, não é?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Eu escrevi ao Chanceler da China com queixas sobre a atuação do Embaixador da China...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Era uma coisa tão difícil.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - ... em nome das boas relações Brasil-China.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O ex-Ministro Mandetta aqui disse que teve que fazer uma reunião na Opas com o Embaixador da China porque o Deputado Eduardo Bolsonaro não queria permitir que ele fizesse essa reunião lá, no Palácio do Planalto, para discutir, exatamente, insumos, equipamentos, uma série de coisas para o enfrentamento à pandemia. Foi o Ministro Mandetta que falou aqui.

Eu pergunto a V. Sa.: V. Sa. concorda com aquele discurso que o Senador Renan reproduziu aqui, feito pelo Presidente da República, de que a Covid, de que o coronavírus foi gerado em laboratório, é parte de uma guerra biológica, que tem um país que quer aproveitar isso para dominar o mundo e que a pandemia é uma coisa produzida... Eu pergunto só se o senhor concorda com isso.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O senhor pode repetir exatamente a declaração em que perguntou se eu concordo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A declaração do Presidente da República de que não se sabe se esse vírus foi gerado em laboratório ou não – foi agora, há poucos dias –, que, na verdade, serviu ao interesse de um país que, inclusive, foi o único a ter o crescimento do seu produto interno bruto em 2020. Bom, para bom entendedor, basta saber que é a China. Eu pergunto se o senhor, como diplomata, concorda com essa colocação.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, em primeiro lugar, não quero comentar uma declaração do Presidente da República aqui, mas eu jamais fiz qualquer declaração que desse a entender...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É sempre assim. É sempre assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É só uma pergunta simples... É simples.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não tem...

Agora veja... O Brasil está de cabeça para baixo, infelizmente. Veja, o Ministério da Saúde é um ministério que tem uma expertise histórica de comprar vacina, de comprar medicamento, de montar programas com compras internacionais. Quando se chega à discussão do contrato com a Pfizer, o Ministério da Saúde não participa.

O Ministério das Relações Exteriores poderia ter sido um fator de facilitação para que muitos desses contratos internacionais pudessem ser feitos. Segundo ele, o Ministério das



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relações internacionais não participa... Ele soube ir aos Estados Unidos para receber dois milhões de comprimidos de cloroquina que os americanos estavam desovando, mas não foi capaz de participar dessa negociação da Pfizer, quer dizer capaz, se chamaram o senhor, porque esse negócio é muito obscuro! O Secretário de Comunicação do Governo é que recebe uma autorização do Presidente para negociar um contrato bilionário de vacina!

Então, o Governo está de cabeça para baixo: quem negocia as coisas da saúde é o Secretário de Comunicação, e nem o Ministério da Saúde, e nem o Ministério das Relações Exteriores têm qualquer participação em algo que deveriam ter.

Aí é bom, inclusive, a gente responder aqui ao Senador Marcos Rogério: nós aqui não estamos discutindo uma carta, não é uma carta de amor, é uma carta que comprova que, durante três meses, já ao final do processo, o Governo não teve iniciativa, competência para comprar as 100 milhões de doses de vacinas que foram oferecidas ao Brasil. Não é uma discussão aqui de carta, nem de cloroquina, não.

Quantas pessoas poderiam ter tido as suas vidas salvas se, em dezembro, nós tivéssemos começado a fazer vacinação com as vacinas da Pfizer? Quantas? É isso que está em discussão aqui – é isso que está em discussão aqui.

Mas, Sr. Presidente, eu quero terminar aqui a minha fala, já que não tem mais pergunta fazer... Renan já fez quase todas elas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – O pior é que não tive muitas respostas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria ajudá-lo na elaboração do seu relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou fazer uma interpretação aqui de o que aconteceu: primeiro, o grande responsável por tudo se chama Pazuello, que estará aqui amanhã. Ninguém fez nada neste Governo. "Foi o Pazuello". "Foi o Ministro da Saúde, foi o Ministro da Saúde"... Amanhã ele vai ter que responder.

Na verdade, vai ser difícil a gente olhar para o Dr. Pazuello ali e não enxergar o Presidente Jair Bolsonaro sentado, porque tudo que ele fez, ele fez questão de dizer: "Um manda, o outro obedece". Então, se não comprou 30% ou 50% da Covax Facility, Bolsonaro!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se criou problema na relação com a China, Bolsonaro! É isso, é isso que nós vamos ter que escrever no nosso relatório.

Na verdade, nós tivemos uma política externa que foi inspirada por uma figura sombria chamada Steve Bannon, preso porque estava roubando dinheiro da construção do muro para separar o México do Brasil. Steve Bannon, juntamente com o grande astrólogo, o Dr. Carvalho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - ... Olavo de Carvalho, inspiraram a política externa brasileira; uma política, Sr. Presidente, que representou uma aliança político-ideológica inteiramente subalterna à extrema-direita norte-americana. A Senadora Kátia disse muito bem: foi mais... não foi nem de um governo, foi de uma corrente política que estava no Governo dos Estados Unidos. Renunciou a uma política externa própria, respeitada mundialmente. E eu não estou falando dos Governos do PT só não, vem de muito tempo. Acabamos com esse respeito que havia e que se baseava no interesse nacional. Passamos a agir de acordo com os interesses estratégicos dos Estados Unidos. Partimos para um isolamento internacional. O próprio Ministro reivindicou a condição de pária para o Brasil numa das suas manifestações.

E agora viramos o quê? Uma ameaça sanitária mundial. Brasileiros estão impedidos de circular em vários países do mundo.

A subordinação da política externa do Brasil a um governo representou isso. É isto que nós estamos vivendo hoje: um isolamento a partir de concepções pré-iluministas que foram adotadas e que acham que difundir valores universais, como direitos humanos, democracia, meio ambiente, representam uma ameaça ao nosso Ocidente cristão. Ele próprio já disse que o globalismo é inspirado pelo marxismo cultural.

E, então, todos os países que ameaçam a hegemonia dos Estados Unidos têm que ser atacados, não podem ter espaço. Então, a China e a Rússia, nas suas ações, estariam atacando o Ocidente.

E aí eu vou dizer: a política externa brasileira, durante esse Governo Bolsonaro e a pandemia, foi um braço internacional da tese da imunidade de rebanho. O desinteresse em conseguir vacina, o desinteresse em conseguir os insumos, o desinteresse em ajudar a que o isolamento social acontecesse é um braço dessa política, Sr. Presidente; sabotaram o tempo inteiro a relação do Brasil com a China. E assim, na visão deles, enquanto o mundo estava fechado, as economias paradas, a gente tinha que ir para rua para não seguir esse intento que os comunistas queriam impor ao nosso País. Por isso a política externa brasileira sabotou a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégia do isolamento social, da vacinação e da cooperação internacional, e hoje estamos vivendo essa tragédia, que é sanitária, que é econômica, que é social e que é um drama para o nosso País.

Sr. Relator, V. Exa. – vou concluir – terá que se lembrar muito bem do nome do ex-Ministro Ernesto Araújo na hora de escrever o seu relatório desta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por modo remoto, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. ex-Chanceler, Senadoras, Senadores, eu, no início, apenas queria fazer aqui uma observação sobre o que disse o Senador Humberto Costa, salientando que eu concordo com tudo o que ele disse. É apenas uma observação que eu acho que torna mais grave ainda essa diplomacia do ex-Chanceler e do Governo Bolsonaro: não foi seguindo a estratégia do Estados Unidos da América; foi seguindo a estratégia do Governo Trump, de extrema-direita, com sérias posições ideológicas – o senhor mesmo citou aí o Steve Bannon, que está preso. E, com isso, criou uma animosidade hoje com o Governo atual, o Governo Biden, lembrando que o Brasil, se não me engano, se não me falha a memória, da América Latina foi o último país a reconhecer a vitória do Governo Biden. É quase que... também é quase que uma ofensa à democracia americana e ao atual Presidente Biden, que, evidentemente, não tem também toda essa simpatia pelo Brasil, pelo Governo Bolsonaro.

Mas, aqui, eu queria voltar ao presente. Eu queria lembrar que, hoje, nós estamos vivendo um momento muito grave ainda, e às vezes a gente esquece que esse momento está muito grave: nós estamos com uma média de 2 mil mortes diárias, 2 mil óbitos diários. Hoje, no jornal *O Globo* – eu não sei se os senhores leram –, fala-se de alguns cientistas preocupados com a terceira onda. Por que estão preocupados? Porque foi relaxado o distanciamento social – e o primeiro a fazê-lo foi o próprio Presidente da República –, e nós estamos numa crise de vacina: tanto o Butantan, quanto a Fiocruz pararam suas produções. Nós dependemos deles dois, nós só temos as vacinas deles dois! Pararam as suas produções! Então, o ritmo de vacinação vai cair mais ainda, e essa ameaça se torna mais latente ainda.

E, por coincidência – e eu chego ao Ministro –, a cessação de vinda de IFAs da China para o Butantan, e me parece que para a Fiocruz também, começou praticamente no dia seguinte em que o Presidente da República fez essa declaração de que se tratava de uma guerra química, proveniente do país "pá-pá-pá", que insinuou que era a China. Foi no dia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte! De lá pra cá, nós tivemos a suspensão do envio dos IFAs da China para os dois institutos brasileiros.

Aí, a minha pergunta vai ser muito rápida e muito objetiva: todos esses fatos aqui levantados pela Senadora Kátia, pelo Senador Renan, pelo Senador Humberto, tudo isso em conjunto, nesta época em que nós estamos precisando desesperadamente da China e vamos precisar do Governo Biden agora também, porque vai ser a alternativa que nós vamos ter, isto – eu vou fazer uma pergunta, eu estou querendo a objetividade, porque a minha preocupação é agora, como se fosse uma prova de múltipla escolha – isto é uma boa diplomacia? Um. Dois: ajuda... aumenta ou diminui a boa vontade da China conosco?

Responda só essas três perguntas e tudo que os outros falaram. Para mim, já estou satisfeito.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Bem, o senhor perguntou se isso é uma boa diplomacia, mas infelizmente V. Exa. fez uma descrição que parece incorreta da nossa diplomacia, da nossa atuação. Portanto, o que eu posso responder é que não há nenhuma indicação de que nada na nossa política externa tenha sido responsável pelo atraso que houve de insumos em janeiro, quando eu estava no cargo. Então, tenho os elementos para afirmar. E, agora, no momento, o atraso que está havendo agora, não tenho os elementos, não estou de posse das comunicações que estão sendo trocadas, mas não acho que, como precedente...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Tasso, por gentileza.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Estou perguntando se esse conjunto de incidentes protagonizados por V. Sa. e pelo Presidente da República, e mais as críticas à OMS – enfim, já foi descrita por aí –, é uma boa diplomacia com a China. Não a geral; especificamente, esse conjunto de incidentes provocados pelos filhos do Presidente Bolsonaro, pelo Presidente Bolsonaro e por V. Sa., se isso é uma boa diplomacia com a China.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Ainda temos esse problema de que esses fatos foram descritos, peço vênica, de maneira incorreta por V. Exa., mas, então, o que eu vou dizer é que a minha diplomacia, tenho certeza, foi uma boa diplomacia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu perguntei: essa sua diplomacia de pedir a expulsão, a troca de embaixadores, essa sua diplomacia desses artigos que V. Exa. fez, dos seus tuítes etc., mais do Presidente da República, eu descrevi incorretamente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, porque V. Exa. descreveu como uma atitude de hostilidade, o senhor descreveu de uma maneira, enfim, que não corresponde à realidade daqueles momentos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Está bom. Então, eu não sei mais o que é realidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Próximo inscrito, Senador Eduardo Girão.

V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, paz e bem, Sr. Presidente.

Seja muito bem-vindo, ex-Ministro Ernesto Araújo, a esta Casa.

O senhor, não é a primeira vez que vem aqui, já veio outras vezes. E, na última sessão, eu confesso que eu não consegui ficar até o final, tamanhos os ataques que o senhor recebeu antes de ter sido desligado do Governo. Eu acho que a gente precisa... A regra da boa convivência é o respeito. Hoje, nós estamos aqui no Senado, amanhã nós estamos em uma outra missão na vida privada, enfim, mas eu acho que nada justifica que a gente possa agredir as pessoas, como eu vi o senhor na última sessão aqui – não desta vez; desta vez eu até reconheço o tratamento do Senador Renan Calheiros, tratamento mais polido nesta sessão.

Mas eu vejo que esta CPI está enveredando por um caminho um pouco preocupante realmente. É a primeira CPI – que a gente vê que teve realmente uma certa expectativa da população brasileira – que simplesmente fecha os olhos para a corrupção; que é um valor fundamental do povo brasileiro o combate à impunidade, à corrupção. Até agora, é a terceira semana de oitivas, e a gente espera, cobra que possamos rastrear os bilhões de reais enviados de verbas federais para Estados e Municípios. O meu requerimento, assinado por 45 Senadores, apensado ao requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, até agora é ignorado por esta Comissão. E o povo brasileiro quer uma resposta com relação a isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente vai continuar combatendo o bom combate. Eu acredito que a pacificação é importantíssima neste momento da Nação, o diálogo... Existe muita intolerância de um lado e de outro. Intolerância é uma marca que está muito forte hoje. Nós somos, como eu disse aqui no início, um povo, uma Nação. Precisamos conviver entre irmãos, e a gente percebe que ainda existe uma guerra obsessiva aqui nesta Casa visando a um projeto de poder. Para mim, com todas as críticas que eu tenho ao Governo, ao Presidente da República, ainda não aceitaram que ele venceu a eleição e que está ficando em segundo plano, neste momento, qualquer tipo de análise mais aprofundada do que tem acontecido no País.

Eu vejo, com todo respeito a quem pensa diferente, muita hipocrisia. Quando a gente aponta um dedo, aprendi isso, quando a gente aponta um dedo, tem três dedos voltando para a gente. É o julgamento. E isso de uma certa forma contamina o ambiente democrático que a gente vê. Então, assim... A gente sabe que o senhor saiu há pouco tempo do Ministério das Relações Exteriores – tenho perguntas nesse sentido para o senhor –, mas que tem respondido aqui, pelo menos, de forma muito serena as perguntas que têm sido feitas.

Eu quero colocar para o senhor o seguinte com relação à crise do oxigênio no Amazonas. Durante o pico das internações, em janeiro de 2021, existia uma demanda de 76,5 mil metros cúbicos, enquanto a produção dos três maiores fornecedores do Brasil soma 28,2 metros cúbicos, demonstrando a necessidade de importação. Eu pergunto ao senhor: na sua gestão, como foi a atuação do Ministério das Relações Exteriores para auxiliar na solução da crise do oxigênio de Manaus? Até porque nós temos ali uma fronteira com países vizinhos da América do Sul, e, de alguma forma, se poderia fazer alguma ação nesse sentido. Houve ou não houve, Ministro?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Bem, nesse, como acho em todos os casos da pandemia, o Itamaraty age quando instado, quando orientado, no caso, pelo Ministério da Saúde, já que não tínhamos como avaliar as necessidades eventuais de demanda para Manaus ou para outros destinos.

Houve um determinado momento, no auge da crise, em que eu fui procurado, o Itamaraty foi procurado por Parlamentares do Amazonas e pelo Governador do Amazonas com a demanda de que se trouxesse um avião capaz de transportar oxigênio no Brasil, no entendimento de que não havia avião para transporte, de que haveria oxigênio em outras partes do Brasil, e nós atuamos para viabilizar isso, com o Chile primeiro, não deu certo, não foi possível, depois com os Estados Unidos, estava tudo pronto, mas depois se verificou que não, que a demanda era por oxigênio e não pelo avião. Aí, insistentemente, pedimos especificações, no caso ao Governo do Amazonas, mas também em contato com o Ministério da Saúde, para pedir uma doação, no caso, dos Estados Unidos, pois já estavam mobilizados, mas não vieram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempestivamente. Pouco tempo depois os Estados Unidos doaram concentradores de oxigênio capazes de contribuir para essa crise. E, em relação aos países vizinhos, houve um oferecimento de doação da Venezuela, acho que mais especificamente do Estado venezuelano de Bolívar ao Estado do Amazonas, que nos chegou e foi tramitado normalmente pela Agência Brasileira de Cooperação, que é uma instância do Itamaraty e viabilizou essa doação para Manaus.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

Eu queria perguntar para o senhor também o seguinte... É fato, isso não é a gente procurar dourar a pílula, isso são fatos: o Brasil hoje, graças a Deus, é o quarto país do *ranking* total de doses de vacinas aplicadas – são 57,9 milhões de doses. Eu pergunto ao senhor: na sua gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores, no que efetivamente contribuiu o seu trabalho para essa quantidade que hoje nós temos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Obrigado, Senador.

Com a Índia, muito diretamente, os 4 milhões de doses de vacinas que vieram prontas da Índia tiveram acho que uma contribuição grande da minha interlocução pessoal com o Chanceler indiano. Foi um momento em que a Índia estava começando sua vacinação, com restrições à exportação, e isso se deveu, em grande parte – o Brasil foi o primeiro País, junto com o Marrocos, a receber doações, não doações, a receber exportações de vacinas da Índia –, à atuação do Itamaraty.

A liberação dos insumos provenientes da China também teve atuação grande ligada à nossa Embaixada em Pequim, é claro, coordenada por nós aqui, por mim, em Brasília, para navegar na burocracia chinesa, que era muito complexa, e que permitiu identificar sempre o que era preciso fazer, os passos burocráticos para liberar tanto o primeiro carregamento, que chegou em janeiro, quanto os posteriores. A embaixada atua diretamente. Pessoalmente, eu me dirigi, no caso, por carta, porque era o melhor meio, ao Chanceler chinês, e acho que essa carta terá contribuído para a liberação desses insumos. No total, acho que os insumos para a AstraZeneca que foram liberados pela China durante a minha gestão correspondem a mais ou menos uns 33 milhões de doses.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Ministro, o senhor falou aí, respondendo às perguntas do Senador Renan Calheiros, com relação à postura algumas vezes, digamos, dúbia – não sei se essa é a palavra que a gente pode colocar – da OMS (Organização Mundial da Saúde).



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro bem – esta foi uma das perguntas que eu fiz ao ex-Ministro Mandetta – que o Brasil tinha, logo no início de janeiro de 2020, emitido um comunicado para a OMS perguntando se era pandemia o que a gente estava vivendo, e a OMS respondeu, com atraso, cerca de um mês depois, dizendo que não era pandemia. Inclusive, esta foi uma pergunta que eu fiz ao Ministro Mandetta, que não me respondeu a contento: por que ele não cancelou o Carnaval, já que, quando a OMS depois reconheceu o erro e disse que era pandemia, dava tempo de cancelar o Carnaval no Brasil naquele momento?

A OMS, por essas e outras atitudes, por exemplo, no momento em que se salvam vidas, em que se busca salvar vidas, colocou como atividade essencial – essencial! –, logo no início da pandemia, o aborto. Então, assim, é algo que me passa a impressão de que virou uma casa política realmente a Organização Mundial de Saúde.

Eu queria lhe perguntar: em que ponto isso, de alguma forma, pode ter deixado o Governo brasileiro reticente com estas posições dúbias de dizer que não era pandemia e de depois atrasar e dizer que era pandemia, com toda essa confusão ideológica que existe dentro da OMS?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Muito obrigado, Senador.

Sim, certamente, essas dubiedades, essas idas e vindas da OMS afetaram a nossa percepção sobre a eficiência da organização no momento mais importante da vida dessa organização, talvez, que é o do gerenciamento da pandemia.

Não estamos atribuindo... Acho que nunca atribuímos isso à má-fé, mas há um problema de tomada de decisão e de comunicação de orientações, parece-nos, dentro da OMS, tanto que não só o Brasil, mas outros países têm advogado pela reforma da organização com mais transparência.

Então, é claro que isso, acho, deixou não só o Brasil, mas todos os países do mundo, talvez, inseguros em relação àquilo que provém da OMS, porque... Há o exemplo de que o senhor falou: perguntamos se era pandemia, demoraram a dizer que não, e depois era. Então, será que ações sucessivas da OMS estarão sujeitas a esse tipo de retrocesso depois? Acho que isso cria uma insegurança. É a isso que nós nos opomos com um olhar crítico, não com um olhar de que não deve existir a OMS ou de que queremos, digamos, modificar completamente o sistema multilateral. Não! O sistema tem que funcionar do jeito que ele é suposto para funcionar.

Eu acho muito importante mencionar que existe essa atitude crítica, mas ela, repito, não afetou de forma nenhuma a nossa participação, por exemplo, no Covax. Ela nos fez tomar mais atenção, evidentemente, para o Covax naquele momento. É bom lembrar que o Covax é algo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que nós despendemos dinheiro, despendemos recursos públicos. Investimos, se não me engano, US\$148 milhões já, com a previsão de mais trezentos e tantos milhões de dólares. Então, não é simplesmente nos colocar como um receptor. Nós contribuímos e, então, temos responsabilidade. Tínhamos e temos uma responsabilidade maior ainda em verificar o que era aquela iniciativa, qual seria a sua governança, assim como outros países também. E nenhum país pulou no primeiro dia para assinar, mesmo porque não havia ainda um modelo de contrato. Todos os países quiseram analisar isso diante da importância da iniciativa e diante também desse histórico da OMS. Mas embarcamos nisso.

Se me permite, Senador, há só um detalhe sobre a Covax – não é diretamente a sua pergunta, mas acho que esclarece também o contexto que foi tratado em perguntas anteriores –, ontem mesmo eu li uma matéria dizendo que... A imprensa dizendo que a Covax – a OMS, a Covax – está com muita dificuldade de entregar as vacinas prometidas para todo mundo, para todos os países que estão esperando essas vacinas. Portanto, isso, de forma nenhuma, pode ser atribuído a um problema do Brasil, a um problema da nossa percepção em relação à OMS.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito.

A última pergunta, Chanceler, é a seguinte: o senhor é uma pessoa muito viajada, que tem contatos com muitos outros Embaixadores, é estudioso no tema, dedicado... Eu lhe pergunto o seguinte: em algum outro país do globo, existe essa guerra política no momento em que todos deveríamos estar unidos para buscar soluções? Existe toda essa atmosfera de guerra política que a gente vê no Brasil hoje? O senhor se sinta muito à vontade para responder, porque eu emendo com outra pergunta: será por que é um Governo conservador que está existindo, de uma certa forma, uma perseguição com relação ao resultado do trabalho até aqui desse Governo? Será que existe alguma conotação ideológica por causa disso?

Essa é a pergunta final que eu queria fazer por hoje, fazendo uma solicitação, mais uma vez, ao Presidente e ao Relator: que a gente possa fazer nesta CPI, como aconteceu na CPI do Mensalão, no petrolão, nos anões do orçamento, com que seja rastreado o dinheiro de corrupção, porque é isso... Quando eu convido aqui para gente ir ao Entorno de Brasília, por exemplo, é este o sentimento que a população lá fora tem: por que não está se vendo toda a verdade, e, sim, apenas uma parte da verdade? Esse sentimento cresce e a gente precisa ouvir o que a população está dizendo, até para ter crédito realmente esta CPI.

Muito obrigado.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Obrigado, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha experiência e tanto quanto eu tenho acompanhado, acho que V. Exa. tem razão: não vejo nenhum país onde tenha surgido uma atmosfera de, digamos, politização como no Brasil, uma atmosfera onde praticamente qualquer iniciativa mencionada pelo Presidente da República foi sistematicamente atacada por correntes políticas a ele opostas antes de se ter dado sobre o mérito científico, técnico dessas iniciativas. Eu acho que em nenhum outro país há essa crítica tão violenta, que ignora aquilo que foi feito e ignora que aquilo que não foi feito não o foi pela circunstância de desafio da pandemia. E é uma crítica que também ignora a situação em outros países, não é? Muitas vezes a gente tinha impressão de que somente no Brasil nós não temos todas as vacinas que gostaríamos, que somente no Brasil nós temos determinados desafios.

Acabei de citar que a Covax, enfim, a OMS está declarando que tem problemas para entregar vacinas para todo o mundo. Países de menores populações, se não me engano, como Paquistão, Bangladesh, não receberam ainda nenhuma vacina da Covax, por exemplo.

Então, me parece que é um olhar, que existe um olhar que ignora o resto do mundo, que ignora que nós estamos dentro de uma situação – e não é corrida para estar melhor ou pior do que ninguém –, mas que, dentro dos parâmetros que existem, o Brasil, claramente, em nenhum parâmetro, é um dos piores países do mundo, longe disso. Na maioria dos parâmetros, é um dos melhores, e isso é um resultado, evidentemente, da gestão da pandemia.

Outra dimensão que eu acho que é ignorada e que eu não vejo outros países ignorarem é o esforço para a proteção da nossa população mais vulnerável, o auxílio emergencial, tudo o que isso custou aos contribuintes brasileiros. Eu, pessoalmente, em intervenções nos vários debates de chanceleres que houve ao longo desse tempo, por videoconferência geralmente, sempre insisti: "Olha, além do combate à Covid, quero mencionar aqui que o Brasil dedicou tantas centenas, bilhões de dólares para as populações mais vulneráveis." É que também se propalou aqui, internamente – esse é que é o problema, a imagem é transferida para o resto do mundo –, que o Presidente e o Governo não se importavam com as pessoas, quando, na verdade, foram feitos esses gastos em benefício dos mais vulneráveis, quando foram feitos os gastos de aparelhamento dos Estados e do sistema de saúde, de modo que... Claro, há países em que há discussão muito intensa. Hoje, na França e em vários países europeus, nos próprios Estados Unidos, houve muita discussão, e eu acho que tem uma correlação, sim, com a proposta política do Presidente. Eu acho que a tendência é que uma proposta conservadora... Acho que se sabe da popularidade dessa proposta, da força política que ela tem e, infelizmente, na minha avaliação, pelo que tenho visto, houve essa tentativa de, digamos, desmerecer tudo o que era feito por este Governo em função de dados da pandemia.

Essa é a minha resposta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Começo, Sr. Presidente, achando que há uma contaminação muito grande com a falta da verdade, inclusive com a fala do Senador Eduardo Girão. Ele disse que o Brasil é o quarto país que mais vacinou. O Brasil vacinou, da primeira e segunda doses, 9,7% da população. Da primeira dose... Primeira e segunda doses, 9,7% da população; segunda dose, em torno de 18%. Só para V. Exa. ter uma ideia: 47% dos idosos ainda não tomaram a segunda dose porque faltou insumo para o Butantan produzir, tanto quanto a Fiocruz.

Então, essa é uma coisa que virou um sistema quase que crônico e que me lembra muito bem um artigo feito por meu patrício Ruy Barbosa – quem quiser pegar, leia: *A Mentira*. Aliás, Ruy Barbosa dizia o seguinte: depois de apontar tantos defeitos para um torto – dizia-se assim – ainda por cima mente! É isso que aqui nós temos que colocar... Não é possível que se ache que a política da saúde no Brasil foi feita de forma correta, que nós temos vacina sobrando! Não se chegou a 10% da primeira e da segunda dose.

O Ministro Ernesto Araújo disse que o Brasil foi o primeiro país a participar da reunião do consórcio Covax Facility. Em abril, foi a primeira reunião, não tinha um representante do Brasil nem da diplomacia do Brasil naquela reunião. A outra reunião foi em maio, liderada pela Espanha, pela França, pelos países árabes, e não tinha um representante do Brasil. Só tomou iniciativa em junho. Então, o Ministro faltou com a verdade. Ele não falou aquilo que realmente aconteceu. Ministro, em abril, na primeira reunião do consórcio, não tinha um representante da diplomacia brasileira – nem em abril, nem em maio. O Ministério das Relações Exteriores se manifestou em junho. Então, é completamente descabida a colocação que V. Sa. fez.

Em segundo lugar, chegou ao ponto, por vacina, de o Congresso Nacional se manifestar. O Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, apelou, com a Senadora Kátia, para que os Estados Unidos socorressem o Brasil. O Presidente Rodrigo Pacheco fez uma carta à Vice-Presidente americana, Kamala Harris, para pedir vacina, e não foi atendido. Não é possível que nós estejamos já no mês de maio... Vacinaram-se da primeira e da segunda dose nem 10%, e o Brasil é o país que mais vacina. O Brasil tem, o País tem uma capacidade de rede básica instalada em todos os Estados para vacinar até 2 milhões de pessoas por dia, mas falta vacina. Está faltando vacina, isso é óbvio. Quem diz o contrário não está falando a verdade, ou melhor, está brigando com a verdade. Essa é a grande realidade.

Portanto, eu queria perguntar ao Ministro se ele realmente concordava ou concordava ainda com mais de 15 declarações do Presidente da República dizendo que não ia comprar a vacina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão aqui no meu celular. Se quiser, eu boto, ao vivo, o Presidente Bolsonaro dizendo, em agosto, setembro, outubro, novembro, que não ia comprar vacina. Chegou ao ponto de dizer que alguém que tomasse vacina ia virar jacaré, lá em Porto Seguro. "Eu sou o Presidente e eu mando." V. Sa. era muito alinhado com a política do Presidente. Na área de saúde, eu queria perguntar se, naquele tempo em que o Presidente falava isso, V. Exa. concordava que ia virar jacaré, que não ia comprar vacina, que, enquanto ele fosse Presidente, não ia comprar? O senhor tomou alguma decisão nesse sentido, já que o senhor defende a vacinação como estava fazendo agora aqui? Concorda com o Presidente ou discorda dele? Aqui estão – se eu quiser, posso refrescar a sua memória – 15 declarações do Presidente contra a vacina. O senhor concorda com o que ele dizia no ano passado e no começo deste ano?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Eu sempre determinei e o Itamaraty executou tudo o que foi necessário, tudo o que nos foi demandado para aquisição de vacinas. Jamais houve qualquer atitude...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, a pergunta é se concorda ou não concorda. Não foi isso que eu perguntei.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Senador, não cabe concordar ou discordar de uma declaração. Inclusive, se o Presidente declarou...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É só dizer concordo com o Presidente ou não concordo. Eu pergunto a V. Exa.

V. Exa. fez agora uma declaração como se fosse o maior defensor da vacina e não foi. V. Exa. brigou com a verdade. Fale a verdade. O que se exige de um chanceler é a verdade. Sabe por que, Ministro? Porque a Medicina – a Medicina – quer integralidade, honestidade, verdade sobre os fatos acontecidos.

Estão ali, 436 mil mortos. Ministro, desses 436 mil mortos, 302 mil tinham mais de 60 anos e perderam a aposentadoria. Nas ruas, nas casas do Brasil, choram as viúvas, os órfãos da Covid-19, os avós que perderam os netos. Trezentos e dois mil ficaram sem aposentadoria.

Se buscou vacina, como? O senhor faltou com a verdade. Só em junho se dirigiu ao Covax Facility, o consórcio. Só em junho, está aqui, eu posso provar, inclusive a imprensa já divulgou essa falta de honestidade de V. Sa.

Então, mais, Ministro, o senhor era um grande defensor da política do Presidente Jair Bolsonaro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois que V. Exa. foi demitido, não sei se por merecimento, provavelmente por merecimento, V. Exa. começou a criticar o Governo Bolsonaro. Por exemplo, que termo é esse que o senhor usou aqui? Gato pardo, que termo é esse, Ministro? "Leilões, privatizações, reforma tributária, administrativa, se não for combatida a essência do sistema essas reformas serão 'gatopardo'".

Que termo é esse? É um termo que é usado pelos chanceleres de uma maneira geral? Porque me parece que isso aqui é um termo usado no meio de pessoas que usam de um linguajar completamente inadequado.

O que é "gatopardo"?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Obrigado, Senador.

"Gatopardo" é uma referência a um romance do escritor italiano Tomasi di Lampedusa.

Tem uma frase famosa no romance que diz que é preciso que tudo mude para que tudo continue como está.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Mas o que o senhor está dizendo aqui é diferente.

O "gatopardo" é a articulação política inadequada que queria mudar o Brasil e só a pressão popular pode mudar o Brasil. Então, é isso aqui que está escrito.

Segundo, vou perguntar a V. Sa. também, que defende tanto o Governo.

O Congresso em Foco: "Ernesto Araújo diz que o Governo Bolsonaro é sem alma e sem ideal".

O senhor disse isso, está aqui escrito, no dia 1º de maio de 2021.

O senhor é daquele tipo, sou isso ou aquilo conforme dois pontos? No Governo, defendo, fora do Governo, critico e bato? É isso que eu quero perguntar a V. Sa.

Olhe bem, o senhor é do tipo, sou isso ou aquilo conforme dois pontos? Porque no Governo era só elogio, saiu do Governo, perdeu o cargo, está aqui. O senhor bate forte no Governo Bolsonaro, mas forte, mais do que até um independente como eu.

Por que o senhor mudou de posição?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Ou, então, seria aquela do filósofo baiano lá: "Só não muda de opinião quem não as tem por interesse próprio".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Enquanto estive no Governo, sempre acreditei no Governo como um projeto, como um novo projeto de País, como um novo projeto de Nação, com transformações profundas, procurei falar disso na minha introdução

Não tenho propriamente uma crítica ao Governo como um todo, mas tenho uma crítica ao fato de que isso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas isso aqui é verdade, o senhor disse isso, não é?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não pode negar, disse ou não disse?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É, que o Brasil... que o Governo foi perdendo a alma e o ideal, no sentido de que...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Perdendo a alma. Então, é o Governo desalmado. Não é isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não é isso, não.

O impulso de transformação do Governo parece que se desgastou, sobretudo ao longo do último ano. Eu acreditava muito nesse impulso, continuo acreditando que é um Governo que tem a capacidade de fazer, de implementar transformações no Brasil, profundas. Então, ao que eu quis me referir é que esse impulso transformador se desgastou.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, depois que saiu do Governo, começou a bater no Governo. Inclusive, aqui, numa matéria também, o senhor diz textualmente: "O Governo minguou". O Governo minguou. Nem com o Presidente o senhor teve uma diplomacia, porque não precisava sair batendo, não é? Sair batendo no Presidente, serviu a ele tanto tempo, foi tão submisso ao Presidente, a ponto de, numa churrascaria, num jantar com cantores sertanejos, o Presidente agredir a imprensa com palavras de baixo calão – que eu não digo nem sozinho, imagine numa churrascaria –, o senhor bater palma, e eu fiquei preocupada de o senhor quebrar a mão de tanto bater palma para o Presidente quando ele xingou a imprensa! E fica depois criticando o Governo! Esta matéria aqui é só crítica ao Governo o tempo inteiro: que era um Governo que negou, que ia fazer uma transformação que não fez, que ia resolver o problema, mas não, se submeteu ao sistema, se submeteu ao chamado centrão na Câmara dos Deputados... Enfim, é uma mudança tão radical, quase uma transformação grande! Mudar de cor de uma hora para outra assim... Mudar a pelagem e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começar a bater no Governo não é próprio de um chanceler que tenha altivez, consciência, formação e não seja nem submisso nem também depois ingrato ao próprio Presidente da República! E olhe que eu discordo completamente da política de saúde do Presidente. Eu não personalizo, não! Eu discuto aqui as questões importantes.

Quando eu vejo mesmo alguém dizer – como disse o Presidente, e o senhor também disse – "comunavírus", querendo atribuir que a China fez o vírus em laboratório, é de uma ignorância sem par! Ministro, até hoje, a ciência não conhece o hospedeiro intermediário do coronavírus, não tem a previsão de qual é o hospedeiro intermediário. Quando o coronavírus surgiu na Ásia Menor... O senhor sabe quando foi que aconteceu? Não sabe. Foi em 2012, o que foi chamado de a Síndrome Respiratória do Oriente Médio, causada por um tipo de coronavírus, o Mers, o MERS-COV, porque tem sete tipos de coronavírus agressivos. Pois bem. Quando surgiu lá, se pensava que era no camelo; na China, se achava que era o rato de bambu, que os chineses usam na alimentação, ou uma parte dos chineses; depois, se pensou que era o morcego; depois, se pensou que era o pangolim. Como é que vai dizer que o vírus foi feito em laboratório? A China é um país que precisa ser respeitado do ponto de vista tecnológico, da ciência, que está oferecendo a nós aqui o insumo farmacológico ativo para produzir a CoronaVac. Então, todas essas declarações foram quando o senhor estava no Governo para agradar e incensar o Presidente da República! Portanto, é preciso corrigir essa falta de verdade, essa briga permanente contra a verdade dos fatos, da ciência na sua integralidade, da honestidade do médico no tratamento com as pessoas.

Eu nunca vi na minha vida, nunca pensei – médico que sou, como o meu amigo aqui, Rogério Carvalho, o Senador Humberto Costa – que o meu País tivesse tanta vaga para charlatão, medicando medicamento que não tem eficácia nenhuma para a doença, tipo hidroxicloroquina, e outros também, em que são levados à população o risco de ter problemas muito graves, inclusive complicações até para levar os pacientes a óbito.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a V. Exa., e não esperava essa transformação tão grande do ex-Chanceler Ernesto Araújo.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Júlio, do Estado do Piauí.

O Piauí foi o primeiro Estado que abriu os braços para receber pacientes do Amazonas, e a gente é muito grato – viu, Júlio? – ao Estado do Piauí e ao povo do Piauí. Muito obrigado pela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solidariedade que vocês tiveram com o Amazonas, no momento mais difícil que a gente passou. Muito obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Sr. Presidente... Só pela ordem, só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É rapidamente o meu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senadora Leila.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) - ... minha irmã querida, Leila.

É só para fazer aqui um contraponto ao Senador Otto Alencar, que disse que eu falei com a verdade na pergunta que eu fiz ao nosso ex-Ministro Ernesto Araújo, quando eu falei, através da pergunta, que o Brasil vacinou. Isso é fato, isso é dado que está na mídia. O Brasil vacinou 58.686.976 pessoas. É o total do Consórcio de Imprensa. No mundo, a China...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Senador Girão, vale a primeira e a segunda dose. Seja honesto. Vale a primeira e a segunda dose.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor falou que isso dava 9%, e isso dá quase 15.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - A primeira e a segunda dose não chegaram a 10...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Agora, eu vou dizer uma coisa: charlatão... Charlatão é quando a gente coloca certas coisas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor botou a carapuça na cabeça.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, não, não, negativo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Botou a carapuça na cabeça.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Negativo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - O senhor está receitando aí?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Quando o senhor coloca que tem gente que morre com medicamentos que existem há décadas, o senhor está sendo mentiroso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Mentiroso, não. O senhor me respeite.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O senhor está sendo mentiroso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Mentiroso, não. Eu estou dizendo que a medicação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... porque aqui nós fizemos, no Plenário do Senado Federal...

(Tumulto no recinto.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Ivermectina e cloroquina não têm morte, não. Vamos ouvir os cientistas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Certamente, hoje de manhã V. Exa. se olhou no espelho, sabe que é mentiroso é quer colocar em mim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - É, mas aí o senhor está incomodado porque eu estou querendo ver o Consórcio do Nordeste. O senhor está incomodado porque eu estou querendo ver o que que está acontecendo na Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Não, não estou, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas nós vamos ver.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Vamos ver, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O povo brasileiro quer ver. Ande nas ruas da sua cidade para ver se eles não querem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - A gente vê sim, claro que vamos ver...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Será que a gente não vai ter uma sessão sem a gente ter que se desgastar?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Prescrever medicação, sem ser médico, é charlatão mesmo!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Quem que está prescrevendo? Quem que está prescrevendo aqui?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - V. Exa., a toda hora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, eu defendo a autonomia médica! Eu defendo a autonomia médica! Absolutamente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Amanheceu o dia, olhou-se no espelho, sabe que é mentiroso e quer colocar em mim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, aí você está sendo agressivo. Eu não vou entrar na sua... Eu não vou entrar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Com a palavra, Senador Randolfe.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) - E me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Randolfe... (*Pausa.*)

Senador Randolfe...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) - Sr. Presidente, é rapidinho, é só uma pergunta: eu gostaria de saber a lista de oradores, só para a gente se organizar aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... Desculpa... Vem, depois do Senador Randolfe, o Senador Eduardo Braga. Logo após, vêm os inscritos suplentes, que, na ordem, são: o Senador Rogério Carvalho; o Senador Angelo Coronel, de forma remota; Senadora Mara Gabrilli, que vai pela Bancada Feminina, segundo está escrito aqui; Senador Alessandro Vieira; Senador Fernando Bezerra; e Senador Luis Carlos Heinze, inscritos como suplentes. O.k., Senadora?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Perfeito. E os não membros da CPI? Só para saber se tem uma lista... Se tem uma lista... É porque me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Devo ter. Vou já... Eu digo já, já, para a senhora, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe com a palavra por 15 minutos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Está aqui: não chega a 12%.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Ontem nós vimos, ontem passou.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Está aqui. Dado oficial.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu acho, Presidente, que cabe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... cabe a V. Exa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Eu não estou mentindo ao falar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Consórcio do Nordeste.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... cabe a V. Exa. esclarecer isso para a opinião pública, porque o senhor é o juiz aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Isso é uma inverdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O consórcio de imprensa. O consórcio de imprensa vale ou não vale?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Aqui é Ministério da Saúde, Ministério...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Brasil é o quarto país em termos absolutos que vacina.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Esse copo é meio cheio ou meio vazio? É essa a questão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Ministério da Saúde. O Ministério do seu Governo é que está dizendo isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Pois é. Não, o meu, não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) - Do seu Governo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
O meu, não. Eu tenho críticas a fazer aqui e faço.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) - ... pelo Bolsonaro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Agora, eu acho que a gente tem que fazer a coisa num debate verdadeiro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) - Está aqui, olhe: o seu
Ministério não chegou a 12% primeira e segunda dose. Então, estou falando a verdade. Eu só
falo a verdade. Médico não pode faltar com a verdade. Eu jurei por Hipócrates. Estou falando
aqui a verdade, está aqui: seu Ministério da Saúde é que está dizendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Se o senhor quer a verdade, vamos atrás do Consórcio do Nordeste...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) - Vamos sim, claro. Vai chegar
a hora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
... junto comigo. Me ajude a ir atrás do Consórcio do Nordeste...

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) - Não tem problema...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
... do Governo da Bahia...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) - Claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Do Governo da Bahia, dos hospitais lá da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Girão, Senador Girão...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Girão, V. Exa. me ajude aí.
Senador Otto...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – V. Exa. não pode estar deste lado de cá, não, porque nunca recebeu nada. Eu tenho 35 anos de política, exerci todos os cargos no Governo e dou ouvido à lei. Precisa respeitar as pessoas. V. Exa. não pode testar...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, Senador Girão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, nós temos todo carinho e respeito pelo senhor. Conheço sua vida, sei que V. Exa. exerceu todos os cargos que um político poderia exercer e não tem absolutamente nada que abone a sua conduta. Em relação a terceiros, nenhum Senador aqui pode ser responsabilizado se houve algum erro no Governo, no Estado, ninguém pode ser responsabilizado por isso. Eu... Nós vamos chegar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Não aceito. Não fica assim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Senador Randolfe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor está me ameaçando, Senador? O senhor está me ameaçando?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não. Mas, olha, eu, eu, eu tenho o maior respeito aqui pelas pessoas e pelo senhor também, mas não me ameace, não, porque isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso não é uma coisa bacana, tá?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador Otto...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não. O senhor falou que eu faltei com a verdade, e eu não faltei com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, essa é a estratégia para que a gente não tenha CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, eu lhe dei os números aqui, tá? Eu só acho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Isso é estratégia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... que ameaça, isso não é por aí.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O respeito, o respeito da boa convivência, a regra da boa convivência é o respeito.

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O.k. A reunião está suspensa por dez minutos.

(Suspensa às 13 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 39 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) - Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Sr. Presidente...

Sr. Ernesto, eu queria começar indagando ao senhor, pedindo a sua opinião sobre a seguinte declaração e saber de V. Exa. o que acha dessa declaração, como essa relação pode contribuir com nossas relações diplomáticas, sobretudo com a China. Abre aspas:

É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra? Qual país que mais cresceu seu PIB? Eu não vou dizer para vocês.

Sua opinião sobre esse tipo de declaração para as nossas relações com a China.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) - Senador, obrigado. Eu entendo que a declaração do Presidente da República que o senhor leu não me cabe opinar, ainda mais neste momento, em que não me cabe mais gerir a política externa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas o senhor acha que essa opinião contribui com as relações com a China? O senhor



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabou de declinar que era uma declaração do Presidente da República, não tinha inclusive nem dito. Mas o senhor acha que isso contribui para termos uma boa relação com a China?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Acho que não me cabe opinar nesse sentido, num sentido outro, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então, vamos seguir sobre o Covax Facility.

O senhor aqui destacou, na resposta ao Senador Renan, a aliança mundial de vacinas foi firmada no dia 24 de abril de 2020. O Brasil aderiu em 24 de setembro de 2020. Na sua opinião, o Brasil aderiu no prazo certo, nas condições corretas para imunizar os brasileiros?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Obrigado, Senador.

Pelo que eu entendo, o Covax Facility, na verdade, não surgiu diretamente em abril, só foi o Acelerador ACT, se não me engano, que foi lançado, que era a iniciativa-mãe, digamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - ... que tinha a ver tanto com vacinas, quanto com medicamentos e diagnósticos, se não me engano.

E eu acho que falei em alguma resposta anterior: a partir daí, o Itamaraty começou a acompanhar, mesmo se... Não tenho certeza agora se não tinha alguém fisicamente presente representando o Governo brasileiro na primeira reunião, mas acompanhamos em Genebra as primeiras exposições sobre como seria conformado o Covax, o gerenciamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Mas me permita, é uma pergunta objetiva: o senhor acha que o Brasil aderiu ao acordo no tempo certo, no prazo certo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obviamente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, porque esse caso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor pode me confirmar a data, porque a data do Brasil de adesão ao instrumento foi 24 de setembro de 2020, certo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Creio que é isso, 24.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor acha que foi o tempo certo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, porque nesse período não é que não se fez nada. Durante esse período, houve todo um processo, sobretudo em Genebra, de entendimento de qual seria o conteúdo, entender as cláusulas do contrato de adesão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Quantos países até o dia 24 de setembro já tinham aderido?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu não tenho esse número aqui presente, mas eu sei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, eu tenho para informar para o senhor, Sr. Presidente, Sr. Relator: até o dia 24 de setembro, 170 países do globo – 170 países do globo – já tinham aderido ao consórcio internacional Covax Facility. O mundo, salvo engano, tem 196 nações independentes – salvo engano. Isso é mais de 80% das nações do globo já aderido ao consórcio internacional.

O senhor – eu repito a pergunta – acha que foi no tempo certo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, Senador, insisto, porque os efeitos da Covax, em termos de recebimento de vacinas, que é o efeito concreto, não são em nada afetados pela data de decisão em contrário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– E o senhor acha que nós não fomos afetados, hoje, pelo fornecimento?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, eu estou dizendo que o cronograma de recebimento de vacinas não depende da data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor acabou de dizer, ainda há pouco, respondendo, inclusive, ao Senador Girão: "O Brasil está tendo dificuldades com a Covax Facility". A palavra é sua.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Ainda há pouco. Certo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Todo mundo, o mundo inteiro está tendo dificuldades com a Covax Facility.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Mas o senhor falou isso, inclusive, criticando a Covax Facility, ainda há pouco.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não foi uma questão de crítica; foi um fato, o fato de que está havendo dificuldades para a entrega das vacinas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Para recebimento.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Se tivesse fechado em 50%, o senhor acha que essas dificuldades não seriam menores hoje, não teríamos recebido mais, em vez de termos fechado o contrato de 10%?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tem como avaliar, Senador. Os fatos que eu tenho para, digamos, comparar são de outros países que fizeram opções de proporções superiores e que também não estão recebendo nem perto daquilo que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Mas as informações que temos são de que os países que fizeram a opção de receber 50%, e não 10%, hoje, estão recebendo mais do que está recebendo o Brasil, que só optou por 10% proporcionalmente à sua população.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pode ser, não tenho esse dado, mas, aí, voltamos à questão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, mas eu estou lhe dando esse dado que corresponde à verdade. Veja, se nós tivéssemos adquirido, tivéssemos aderido aos 50%...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– ... por óbvio, nós estaríamos recebendo mais do que 10%. O senhor não concorda com esse raciocínio? Cinquenta não é maior que dez?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Certo, mas não quer dizer que o cronograma de entregas seja necessariamente correspondente à essa proporção, mas, aí, nós estamos, então, falando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da questão da opção por 10% ou 50%. E, aí, eu volto também ao que já respondi anteriormente, que não é opção pela qual eu participei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Essa opção... Só reiterando, porque eu acho que essa informação é preciosíssima: a decisão por 50%, então, foi do Ministério da Saúde; dos 10%, perdão, foi do Ministério da Saúde?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Entendo que sim; não foi de Itamaraty.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não teve, então, nenhuma participação do Ministério das Relações Exteriores nessa tomada de decisão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Nessa decisão dos 10%, não houve participação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Isso compromete gravemente a participação, amanhã, do Sr. Eduardo Pazuello.

Só uma pergunta última sobre a Covax Facility, para passarmos adiante: qual foi a participação da Embaixadora Nazareth Azevêdo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - A Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo é a chefe da missão Permanente em Genebra, encarregada de acompanhar a OMS, que reportava todas as movimentações na OMS a respeito, enfim, da pandemia, especificamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Em relação à Covax Facility?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Especificamente reportava os desdobramentos à Covax Facility e, enfim, respondia nossas perguntas a respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- É verdade que ela foi decisiva para dar a opinião favorável, finalmente, em setembro, depois de 170 países aderirem ao consórcio internacional Covax Facility?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Todas as informações que ela, como chefe da missão, proporcionou ao Governo brasileiro, aqui em Brasília, foram fundamentais para a nossa avaliação da conveniência, porque, repito, a intenção de entrar no consórcio Covax foi registrada oficialmente, por uma carta minha, ao gerente do consórcio, se não me engano, em 2 de julho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Eu lhe pergunto: qual foi o papel do Ministério das Relações Exteriores para serem firmados



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os acordos com Oxford para a vacina AstraZeneca ser regulamentada pela Fiocruz e para a vacina CoronaVac? Qual foi o papel do Ministério das Relações Exteriores na aquisição das duas vacinas, na transferência de tecnologia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - O senhor mencionou a negociação do contrato, ou seja, das condições?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Certo.

Bem, em ambos os casos, foi apoio secundário, apoio logístico, apenas operacional, digamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Operacional seria qual?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - É, digamos, de apoio a trâmites de comunicações, mas nós não participamos da substância da negociação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente.

O senhor manteve algum tipo de contato com alguma outra empresa, produtora e fornecedora de vacinas pelo planeta?

E eu lhe pergunto adicionalmente: qual foi a orientação do Itamaraty sob sua gestão para as embaixadas do Brasil no exterior sobre a aquisição de vacinas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Bem... Se eu tive algum contato com representante de empresa produtora de vacinas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Sim.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não me recordo de nenhum contato, exceto uma visita que eu recebi do ex-Deputado e ex-Governador Rogério Rosso. Entendo que faz parte de uma empresa brasileira que tem interesse na produção de vacinas. Recebi uma visita dele. E não me lembro de outro representante farmacêutico produtor de vacinas.

O senhor perguntava sobre...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Qual a orientação do Itamaraty às embaixadas internacionais?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito. Como eu disse, no começo da pandemia, ou ainda antes de ser declarada a pandemia, já em janeiro de 2020, pedimos que vários postos no exterior monitorassem o surgimento de iniciativas de produção de vacinas, pesquisa de vacinas e pesquisas de medicamentos. Mas posteriormente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor teria esse documento para declinar para a Comissão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, se não for um documento de natureza sigilosa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeitamente. Se não, Presidente, estamos declinando para requerer esse documento.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Eu posso completar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Pois não.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Posteriormente, quando surgiram negociações específicas, sempre... E repito o que eu disse na resposta anterior: esse pedido inicial, já em janeiro de 2020, foi já coordenado a partir de um pedido do Ministério da Saúde.

Bem, posteriormente, sempre atuando em coordenação do Ministério da Saúde, atuamos de acordo com as demandas desse ministério, quando era necessário apoiar uma negociação ou outra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Em 15 de setembro, a Embaixada brasileira em Washington enviou um comunicado relatando o teor de uma carta emitida pela Pfizer, frisando a necessidade de celeridade e urgência do assunto, que seria a aquisição das vacinas da Pfizer, carta essa que já está de posse da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu lhe pergunto: o senhor comunicou o Presidente da República tão logo recebeu esse comunicado da Embaixada brasileira em Washington?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não comuniquei diretamente. A comunicação da Embaixada em Washington ou telegrama informava que a Embaixada havia recebido uma cópia de uma carta dirigida ao Presidente da República, ao Vice-Presidente, ao Ministro-Chefe da Casa Civil, ao Ministro da Economia e ao Ministro da Saúde, se não me engano. Não houve...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Sim, ao Embaixador brasileiro em Washington também...

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, ele recebeu uma cópia da carta. O destinatário da carta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Sim. O senhor teve conhecimento?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor comunicou ao Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não, porque a carta deixava claro que já tinha seguido para o Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Mas, veja, o senhor não consideraria importante uma carta que o senhor recebe como Ministro Chefe das Relações Exteriores falando sobre vacina no meio de uma pandemia? O senhor não consideraria importante: "Senhor Presidente, veja, é importante isso."?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, veja...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Reiterar essa informação ao Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, veja... Obrigado, Senador. Eu não era destinatário da carta; recebi uma cópia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, o destinatário era um subordinado seu...

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- E, por óbvio, era um subordinado seu porque ele era Embaixador do Brasil em Washington, e a Pfizer é uma empresa norte-americana.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- E, se o Embaixador do Brasil em Washington declinou a carta para o senhor, por óbvio, era para o senhor tomar as providências devidas, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. As providências, no caso... Enfim, na questão do destinatário, o meu entendimento é de que a Embaixada em Washington recebeu uma cópia; o Embaixador não era destinatário. Mas, enfim, tive conhecimento do tema, e o telegrama de Washington também esclarecia que a própria Embaixada em Washington já havia antecipado também para a Assessoria Internacional do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Então, resumindo, o senhor não comunicou ao Presidente da República. E o senhor não comunicou ao Presidente da República porque tinha conhecimento de que o Presidente da República já sabia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Porque presumia que o Presidente da República já soubesse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente. O importante da informação é que ele não comunicou ao Presidente da República porque o Itamaraty, na pessoa do Sr. Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores, já tinha a informação de que o Presidente da República sabia da carta da Pfizer, datada de 12 de setembro. Isso só corrobora, Presidente, e muito, o depoimento aqui do CEO da Pfizer e o próprio depoimento do Sr. Fabio Wajngarten.

Dando sequência, Sr. Ernesto, sobre a visita, a cordial visita da delegação brasileira sobre o *spray* nasal em Israel, o senhor informou aqui que o convite partiu do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu. É isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É. O Primeiro-Ministro mencionou com grande...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– E foi um convite específico em decorrência de buscar medicamentos contra a Covid-19, certo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Foi um telefonema em que o Primeiro-Ministro falou com grande entusiasmo desse medicamento, do *spray* nasal, e de um outro medicamento desenvolvido por outro instituto. Não me recordo exatamente se na conversa ele convidou o Presidente a mandar uma delegação ou se a ideia surgiu diante desse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeito.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... entusiasmo do Primeiro-Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Então foi...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe de quando foi esse telegrama?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - O telefonema?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- Sim, o telefonema.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não me recordo a data exata. Terá sido em algum momento de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- Ministro Ernesto, Sr. Ernesto, em informação encaminhada à Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados, o Itamaraty oficialmente... Eu destaco que é uma informação oficial, sob as penas da lei. Em resposta à pergunta sobre o que originou a missão oficial, é dito aqui pelo Itamaraty: "Logo após a assunção do General Gabi Ashkenazi ao cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, em maio de 2020, o então Ministro das Relações Exteriores foi convidado a visitar Israel". Ou seja, em maio, ainda no começo da pandemia. E nesse documento não fala nada especificamente sobre remédios para Covid, sobre vacina. O que está faltando com a verdade: é o senhor aqui ou o documento oficial do Itamaraty à Câmara dos Deputados?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não... Nenhum dos dois, Senador. São informações que se complementam, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- Mas, se se complementam, por que o Itamaraty, em resposta oficial à Câmara dos Deputados, não disse que uma das motivações era um telefonema do Sr. Netanyahu, Primeiro-Ministro de Israel, ao Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Bem, eu acho que... Enfim, faz parte do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- O Itamaraty omitiu isso.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Se não está presente no relatório, enfim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)

- O Itamaraty omitiu.

Muito obrigado.

Dando sequência então... Eu já concluo, Presidente, com a sua condescendência.

Qual a sua opinião sobre o uso de máscaras?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sou a favor do uso de máscaras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Mas não é o que falava a Fundação Alexandre de Gusmão sob a sua gestão no Itamaraty. Inclusive, foi convidado para falar na Fundação Alexandre de Gusmão o Sr. Carlos Ferraz, que disse: "a nocividade do uso de máscaras".

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Hum...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Após essa declaração em uma palestra da Fundação Alexandre de Gusmão, o Itamaraty emitiu uma nota oficial contra, condenando esse tipo de declaração?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, foi uma palestra organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão com diferentes convidados, cada um deles responsável...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Inclusive nessa palestra ninguém rebateu o Sr. Carlos Ferraz.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Cada um é responsável por suas opiniões. Não nos parece que seja...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Mas veja: não é opinião; é uso de máscaras. É a favor ou é contra o uso de máscaras, medida sanitária com que eu acho que até os negacionistas hoje concordam. Em uma conferência na Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Itamaraty, de notório conhecimento, alguém diz lá claramente: "a nocividade do uso de máscaras". Ninguém rebate. Itamaraty e a própria fundação não emitem uma nota condenando?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Teríamos então que emitir notas nos dissociando de várias declarações com as quais não concordamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Sr. Ernesto, se trata de uso de máscaras; não se trata de dizer se é de direita ou de esquerda, se tem uma opinião ou outra; se trata de medida básica de ordem sanitária. O senhor não acha que era adequado repelir esse tipo de conduta?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu acho que os convidados vão lá e cada um é responsável por suas opiniões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Então o senhor acha que é uma opinião normal alguém dizer, é natural alguém chegar a algum lugar hoje e declarar "a nocividade do uso de máscaras"? É natural, pode fazer isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Mas o que seria natural? Isso foi uma opinião, e tem acho que vários meses dessa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Sobre a comitiva a Israel, eu lhe pergunto ainda: o Sr. Max Moura estava nessa comitiva. Qual a participação dele? Qual o papel que ele veio a cumprir?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Ele é assessor direto do Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Ele é assessor especial do Presidente da República? Ele é segurança do Presidente da República.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Ele tem um cargo de assessor do Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– E ele cumpriu qual papel nessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é assessor e ligado ao Senador Flávio Bolsonaro e ao Queiroz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Ah, muito obrigado pela informação, Relator.

E qual foi o papel dele? O que ele foi fazer lá em Israel? Esse simpático senhor, o que ele foi fazer lá em Israel? Qual era o papel dele? Ele tem especialidade em *spray* nasal, tem especialidade em vacina? Enfim, tem alguma especialidade técnica que poderia contribuir com essa viagem que custou, Sr. Relator, meio milhão de reais aos cofres públicos? Meio milhão de reais?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A missão continha, compreendia dois especialistas de alto nível, um do Ministério da Ciência e Tecnologia, outro do Ministério da Saúde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, tudo bem, eu sei que tinha. O Sr. Max Moura, o que ele estava fazendo lá? Qual a especialidade do Sr. Max Moura? O que ele conhece de ciência, de tecnologia, de vacina, de remédio, de *spray* nasal? O que que ele conhece? Por que ele foi nessa danada dessa viagem?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Enfim, o que eu queria apontar na resposta anterior era justamente o fato de que havia outras pessoas na delegação, inclusive, que não somos especialistas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Que outras pessoas tinha, Sr. Ernesto?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - ... que não somos especialistas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então era um passeio?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Claro que não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então o que estava fazendo, pelo amor de Deus, o Sr. Max Moura se não era um passeio? Se tem uma missão oficial, se o senhor vai, o senhor é chefe do Itamaraty. Se tem uma missão oficial em que vai um ministro da educação, é porque tem algo a ver com educação. O que uma missão oficial do Governo brasileiro, sendo o pretexto ir atrás de *spray* nasal e de vacina, por que essa missão tinha a presença do Sr. Max Moura?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Qual o papel técnico, científico dele?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito, era isso que eu queria contar, Senador. Eu, por exemplo, também não tinha um papel técnico-científico nessa missão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, o senhor era Ministro das Relações Exteriores, não tem nem comparação.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Exato, mas, enfim, nem todos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- E eu não estou perguntando do senhor, estou perguntando sobre ele.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito. A missão também compreendeu, enfim, contatos de natureza política com o Governo israelense. E, de toda forma, ele, como assessor do Presidente da República...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Então, ele tinha um papel político?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ministro, por favor... Ministro, ele está perguntando objetivamente. O senhor quer contar uma historinha. Não faça isso!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas aí, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se o senhor não sabe, diga: olhe, não sei por que ele estava na comissão. Tudo bem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É melhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É mais inteligente do que a gente falar alguma coisa.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Mas o papel dele era o de, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... como assessor especial, como assessor direto do Presidente da República, era o papel de assessor do Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só a última pergunta, Presidente. É o seguinte: durante a crise da falta de oxigênio no Amazonas, o senhor mesmo declarou que houve apoio humanitário do Governo venezuelano. Eu pergunto ao senhor: o senhor fez algum contato com alguma autoridade venezuelana para conseguir esse apoio?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, a doação foi oferecida pelo Governo venezuelano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O Itamaraty realizou algum esforço com os demais países vizinhos para socorrer os amazonenses que estavam com falta de oxigênio?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não permitiram que um avião fosse lá. Teve que vir de estrada. Enquanto estava morrendo gente sem oxigênio em Manaus, o oxigênio vindo da Venezuelana estava vindo de estrada. Um voo da FAB, se o Ministério das Relações Exteriores tivesse interferido, em uma hora ia e voltava!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Faço minha pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não fizeram isso. Não fizeram isso! Enquanto, Ministro, a gente não conseguia um voo - e o desespero era grande; eu estava lá - para ir buscar oxigênio na Venezuela e voltar, no tempo para levar esse oxigênio da Venezuela até Manaus, morreu muita gente! Poderiam ter sido evitadas essas mortes se V. Exa. tivesse agido. Nós fizemos um esforço danado! E aí, ressalve-se, o ex-Ministro da Defesa General Fernando foi um gigante para ajudar o povo do Amazonas.

Então, o Ministério das Relações Exteriores não fez contato com o Governo venezuelano por questões ideológicas! E, até hoje, eu estou esperando essa guerra - ouviu? -, em que o Brasil não aguenta duas horas!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Sr. Ernesto, o senhor confirma?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não, não confirmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não confirma? Então, não é verdade o que o Presidente está falando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Pergunte se ele ligou para alguém lá!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor ligou para alguém da Venezuela?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- O senhor agradeceu o gesto do Governo venezuelano?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

Presidente, eu acho que tudo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nessas horas todas, Senador Randolfe, estavam indo a óbito pessoas sem oxigênio!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nessa hora!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Presidente, eu concluo.

O Ministro trouxe importantes informações, Sr. Relator, sobre as responsabilidades do Governo brasileiro em relação à tragédia de Manaus. Mais que isso, Sr. Presidente, eu acredito que o Ministro...

Aqui eu me reporto ao senhor. Eu nem vou me reportar às nossas diferenças. O senhor pode ver aqui: ninguém do Governo, a base do Governo não veio para socorrer o senhor. O senhor está abandonado aqui nesta Comissão.

Eu acho que o senhor pode contribuir muito mais com esta CPI nas perguntas dos demais colegas aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Acho que o senhor pode entrar, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito - eu falo isto até em nome da biografia do senhor -, em uma ação de colaboração com o curso, com o encaminhamento das investigações que estão ocorrendo.

De qualquer sorte, eu estou satisfeito com as respostas do senhor. As respostas que o senhor presta nesta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- ... trazem importantes esclarecimentos para o relatório final do Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério, é uma questão de ordem?

Depois, o Senador Eduardo Braga terá a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, é só para consignar que os Senadores que são da base do Governo não têm que sair na defesa de quem quer que seja que esteja depondo na CPI. O que nos interessa aqui é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas a verdade, nada mais do que isso, esteja ela onde estiver. Agora, esse patrulhamento que é feito, em que se indaga o depoente e não o deixa nem responder, nem raciocinar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não, mas ele respondeu!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... a sociedade está acompanhando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Ele respondeu tudo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A sociedade está acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não... Senador, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, assim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa... Só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

V. Exa. me deu um telefonema preocupado com a falta de oxigênio em Rondônia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Correto? V. Exa. que não é o Governador; V. Exa. é Senador. Eu me lembro da sua preocupação e do seu desespero...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está certo? E eu, solidário a você, porque nós passamos por isso.

Senador Marcos Rogério, veio de carro. Poderia ter vindo de avião. Era um telefonema. Era uma aproximação. Era para salvar vidas. Não é questão política aqui, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Sr. Presidente. Eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você está entendendo? Não é nada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não estou questionando isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou dizendo o seguinte: eu vi o seu desespero. E o povo de Rondônia há de reconhecer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. foi muito atencioso comigo, embora o Governo do seu Estado não tenha feito nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sim. É, é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. foi extremamente atencioso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quanto a V. Exa. é o seguinte: eu sou testemunha – e o povo de Rondônia pode ter certeza – do empenho do Senador Marcos Rogério quando estava com problema de falta de oxigênio. O Senador Marcos Rogério ligando... Ligou para mim como ligou para outras pessoas atrás de oxigênio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Liguei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem, eu sou testemunha do seu esforço e do seu desespero.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Imagine o nosso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu penso que, na semana que vem, vai estar aqui o atual Secretário de Saúde e o ex-Secretário Executivo da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai ser uma boa oportunidade para a gente conversar sobre isso. Eu solicitei à própria White Martins documentos sobre essas tratativas que aconteceram sobre o oxigênio. Acho que esse é um ponto que todos nós temos de preocupação, não só o seu Estado, onde aconteceu, o meu também.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. ex-Chanceler brasileiro Ernesto Araújo, eu gostaria de iniciar relendo o requerimento que criou esta CPI, Senador Renan, no trecho em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Senador Randolfe, apoiado por outros 32 Senadores, depois perdemos o Senador Major Olímpio, subscreveram, entre eles, eu, um dos subscritores deste requerimento: "apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia do Covid no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas, com a ausência de oxigênio para os pacientes internados". Isso é fato determinado, portanto, que nós estamos tratando aqui.

Quero também reler um dos requerimentos que foi aprovado para convocar o ex-Chanceler Ernesto Araújo. Um desses requerimentos, subscrito pelo Senador Marcos do Val, diz o seguinte: "É fato público e notório que o Sr. Ernesto Henrique Fraga Araújo, durante o período em que foi Ministro de Relações Exteriores, executou na política externa o negacionismo de Bolsonaro na pandemia [quem diz isso é o Senador Marcos do Val, Fernando Bezerra], o que teria feito o Brasil perder um tempo precioso nas negociações por vacinas e insumos para o combate à Covid-19". Isso quem está dizendo não é o Líder do MDB; quem está dizendo é o Senador Marcos do Val num requerimento aprovado para que o ex-Chanceler viesse a esta CPI.

Por que faço essas duas lembranças? Porque, afinal de contas, o Sr. Ernesto Araújo está aqui na posição de ex-Chanceler do povo brasileiro. O que se esperar de um ex-Chanceler? A defesa do interesse do Brasil e do povo brasileiro, não a defesa da posição partidária ou a defesa de governos que estão temporariamente no poder, até porque a diplomacia brasileira é uma diplomacia reconhecidamente competente e reconhecidamente apartidária.

Para aqueles que possam não identificar a expressão "Chanceler": nós estamos falando do Ministro das Relações Exteriores, portanto, daquele que trata das relações do Brasil com outros países, como os Estados Unidos, e nós fizemos, lamentavelmente, uma opção partidária com relação aos Estados Unidos.

Com relação à China – lamentavelmente nós já ouvimos aqui vários Senadores e eu aqui não vou ser repetitivo –, quero apenas dizer que vários Senadores colocaram e deram oportunidade ao ex-Chanceler de contraditar a questão do negacionismo, de forma clara, de forma cartesiana, de forma objetiva e, na resposta que V. Exa. poderá dar a mim, V. Exa. terá novamente essa chance.

Agora, quais são os interesses do Brasil e dos brasileiros diante de uma pandemia? Salvar vidas, ter vacinas. O Sr. Ernesto não esclareceu isso e, lamentavelmente, o Brasil, que poderia ser o primeiro, de repente o segundo ou o terceiro... Ficamos aqui discutindo se somos o quarto, muito atrás. Enquanto isso, o número é entristecedor, Senador Marcos Rogério: 436.682 brasileiros morreram e, no Amazonas, mais de 12,8 mil brasileiros morreram.

Quando houve a crise de oxigênio no Amazonas, e o Senador Randolfe é testemunha disso, nós tivemos a oportunidade de falar com o Embaixador da Venezuela no Brasil, que,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lamentavelmente, não podia estar em Brasília porque o Governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com a Venezuela. Eu não defendo o Governo Maduro ou o governo A, B ou C, eu defendo os interesses do povo brasileiro e os interesses do povo do Amazonas. A independência e a autonomia do povo venezuelano que estabeleçam o destino do seu povo, mas a verdade dos fatos é que o Governo brasileiro, em plena pandemia, mandou que os representantes da Venezuela saíssem do Brasil, no mês de maio, dando um prazo até o mês de maio de 2020. E o ex-Chanceler precisa responder isso, porque, Sr. Ernesto Araújo, no Amazonas morreram, no mês de janeiro, mais de 3 mil pessoas por falta de oxigênio!

A distância que nos separa da Venezuela é de alguns milhares de quilômetros, asfaltados. Mesmo que fosse por estrada, Senador Omar, não precisava levar o tanto de dias que levou, porque chegou oxigênio no Amazonas vindo da Venezuela no dia 20 de janeiro. E foi chegar oxigênio mandado do Brasil para o Amazonas – como se o Brasil não fosse parte do Amazonas, ou o Amazonas não fosse parte do Brasil – no dia 24, para começar a ser distribuído a partir do dia 25.

Agora, Sr. ex-Chanceler, a diferença é que morriam mais de 200 amazonenses por dia. No dia 30 de janeiro, alcançamos o recorde de mortes no meu Estado tristemente: 225 mortos. E eu pergunto: por que a Chancelaria brasileira, em defesa dos interesses dos brasileiros que lá vivem, não agiu proativamente, afirmativamente, para levar o oxigênio que estava mais perto para salvar vidas?

O Senador Marcos Rogério ligou para mim pedindo ajuda sobre Rondônia. Eu disse: "Lamentavelmente não tenho relação com o Governador do Amazonas". Por quê? Porque é inepto, incompetente e, pelo que diz o Ministério Público e a Polícia Federal, não agiu com correção. E esta CPI terá que apurar a responsabilidade daqueles que deixaram os amazonenses e os brasileiros morrerem, não apenas o Governo Bolsonaro, não. Eu perguntei ao Ministro Mandetta: "Faltou dinheiro?". "Não, não faltou dinheiro". E nós vamos perguntar aos representantes do Governo e até ao próprio Governo do Amazonas o que faltou por parte deles, que, na minha opinião, foi competência e capacidade de gestão e de planejamento e vontade de salvar a vida do Amazonas, dos amazonenses.

Mas, Sr. Ernesto Araújo, por parte de V. Sa., o que faltou para poder agir e responder a duas questões básicas que eu espero que o senhor possa responder? Oxigênio para o Amazonas, porque tinha na Venezuela, podia vir via aérea, podia vir via rodoviária, podia estabelecer uma frota constante indo e vindo e evitando que os amazonenses morressem, até em socorro a um Estado federado, até em socorro aos brasileiros que lá vivem. E até onde eu sei da conversa que tive com o Embaixador Alberto Castellar, não houve essa ação, lamentavelmente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que o Brasil não teve também uma ação afirmativa para abreviar a questão de vacinas? Por que o Brasil não usou a sua diplomacia para interagir com países que podem nos ajudar? O Brasil votou contra, Senador Fernando Bezerra, à Índia na questão de quebra de patentes, quando o Brasil historicamente sempre se posicionou em defesa da quebra de patentes. O Brasil se posicionou contra, numa orientação de Governo ao nosso representante.

O Sr. Ernesto precisa responder a isto: por que o Brasil não fez negociações com o Governo americano, para quem está sobrando vacina, para poder socorrer o Brasil e o brasileiro ter vacina no braço, porque é isto o que verdadeiramente importa nesta Comissão: salvar vidas.

Por que o Brasil não estabeleceu relações diplomáticas de alto nível com a China para resolver o problema do IFA? Não é possível! O Brasil faz com que a segurança alimentar da China seja possível com as exportações nossas de *commodities* alimentares. E a reciprocidade? Qual a ação que a Chancelaria e o Chanceler de então fez concretamente nesse sentido?

Portanto, são perguntas claras e objetivas do papel da Chancelaria brasileira com a Venezuela, com os Estados Unidos, com a Índia e com a China para salvar vidas de brasileiros.

E qual o papel da Chancelaria brasileira para poder abreviar não só a questão do IFA, como também das vacinas propriamente ditas para o povo brasileiro ter essas vacinas no braço?

E, por fim, repetindo, a questão do oxigênio no Amazonas.

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) - Senador Eduardo Braga, só uma oportunidade de indagação.

Esse oxigênio que veio da Venezuela foi doação do Governo venezuelano?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Doação do Governo venezuelano.

O Brasil não comprou o oxigênio, não pagou o seu transporte e o Governo do meu Estado, lamentavelmente, também não comprou e nem pagou.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não foi transferência de estoque da White Martins, não?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não foi transferência de estoque da White Martins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E poderia ter vindo muito mais, porque está ali perto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só que o transporte... Só que de caminhão demora praticamente dois dias para chegar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Na realidade, Sr. Presidente, demoram praticamente dois dias, mas nada impede que em dois dias um chegue e o outro esteja saindo. E nós poderíamos, em cinco dias, ter recebido muito mais oxigênio e ter salvado muito mais vidas em volume, independentemente dos KC-390 que eu, inclusive, como Relator-Geral do Orçamento, em 2017, possibilitei o Brasil a ter – o que não salvou vidas de brasileiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, tem avião também, poderia ter vindo de avião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, vamos passar aos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, desculpa.

Ministro.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Senador.

Em relação ao oxigênio. Bem, aqui, mais uma vez, o Itamaraty não age de maneira autônoma em temas de saúde. O Itamaraty não tem condições de avaliar o momento e em que condições é necessário proceder a essa ou àquela ação em relação ao sistema de saúde, no caso o suprimento de oxigênio.

Então, tem duas situações específicas.

Primeiro, não tenho exatamente a data, mas deve ter sido 14 ou 15 de janeiro, fui procurado pelo Governador do Amazonas, pelo Governo do Estado do Amazonas, para tentar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viabilizar a vinda de um avião com capacidade para transporte de oxigênio dentro do Território nacional.

Chegou a mim imediatamente, quer dizer, pedir para que informassem ao Ministério da Saúde, mas para justamente não perder tempo, já sai logo em atuação para tentar localizar se haveria esse avião.

Soubemos que o Chile e os Estados Unidos teriam aviões com capacidade para transportar grandes quantidades de oxigênio.

O que me chegou, no caso do Governador do Amazonas, foi que haveria oxigênio disponível em outros pontos do Território nacional e se tratava de simplesmente ter o avião, porque me foi dito que não havia aviões disponíveis naquele momento, no Brasil, para o transporte.

O Chile não tinha o avião, os Estados Unidos tinham. Mais ou menos em 24 horas, o avião americano já estava praticamente com tudo pronto para decolar.

Aí eu recebi ligações do Ministro da Defesa e do Ministro da Saúde. O Ministro da Defesa dizendo que, sim, havia aviões disponíveis no Brasil, e o Ministro da Saúde no mesmo sentido, de que só interessaria ao Brasil se o avião já viesse carregado de oxigênio. Então, nós imediatamente contatamos, com toda urgência, o Governo do Estado do Amazonas para que nos desse as especificações, então, do oxigênio, quer dizer, que tipo de cilindro, que tipo de... As especificações mínimas, das quais nós não dispúnhamos e de que os Estados Unidos precisavam para proceder a isso. Passaram-se dois, três dias, e não recebemos essas especificações. Acabou não sendo... Não se materializando...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Então, Sr. Presidente, o que o ex-Chanceler está dizendo é que, ao comunicar o Governo do Amazonas quais as especificações necessárias para que esse avião pudesse transportar oxigênio para salvar vidas no Amazonas, essas informações não chegaram até a Chancelaria brasileira. É isso que V. Exa. está dizendo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Infelizmente, não. Sim, é isso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não chegaram?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - É, infelizmente, não chegaram.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Não chegaram essas informações, ou seja, é mais criminoso ainda! Havia o avião, havia as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratativas do Governo brasileiro, através da Chancelaria, e esse avião não foi utilizado para salvar vidas por não ter havido informações complementares. E, por outro lado, o Ministério da Saúde, substituindo o papel do Governo do Estado, também não o fez! Enquanto isso, lamentavelmente, brasileiros amazonenses morriam por falta de oxigênio.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, posso continuar as respostas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Presidente.

Bem, ainda em relação ao oxigênio, não se materializou este momento, mas, alguns dias depois, uma semana talvez, não sei exatamente a data, os Estados Unidos fizeram uma doação de concentradores de oxigênio – não sei se já estão operativos – para minimizar essa situação.

Em relação ao oxigênio vindo da Venezuela, assim que chegou a notícia de que havia essa disponibilidade de doação, eu determinei que se fizesse tudo que cabe ao Itamaraty, que são alguns procedimentos burocráticos, através da Agência Brasileira de Cooperação, para viabilizar o mais rápido possível essa doação, sem nenhum percalço político, de nenhuma maneira. Eu me lembro de que coloquei colegas, funcionários de alto nível para monitorar, inclusive durante a noite, se houvesse algum problema na passagem da Receita Federal ali na fronteira, para que pudéssemos comunicar: "Não, isso é uma doação que, sim, nós estamos aceitando". Então, fizemos plenamente o nosso papel, sem nenhum impedimento de natureza política.

Bem, V. Exa. perguntou sobre Índia, Estados Unidos, China.

Bom, com a Índia, essa questão das patentes, repito aqui, se me permite: nosso posicionamento não afetou em absolutamente nada o nosso relacionamento com a Índia – em nada, inclusive, especificamente não no caso das patentes. O Brasil não é contra a quebra de patentes. Inclusive, já existe o mecanismo dentro do esquema de propriedade intelectual da OMC que permite a quebra de patentes em caso de emergência sanitária. Para efeitos do Brasil, nós já hoje poderíamos quebrar patentes de vacinas e produzi-las no Brasil, se tivéssemos essa capacidade. O que essa proposta da Índia acrescentaria seria a possibilidade de que vacinas produzidas a partir de patentes quebradas seriam exportadas, porque hoje, digamos, se a Índia quebrar a patente, ela pode produzir lá apenas para o mercado indiano, não poderia exportar. Essa seria a diferença, mas nós não nos...

Só para esclarecer também, o senhor mencionou que a gente votou contra a Índia... Na verdade, a tomada de decisões na OMC não é por votação, é por consenso. Então, o que nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos posicionamos foi: "Olha, essa proposta nos parece extrema, não vai provavelmente encontrar consenso", porque havia a oposição de outros países fortes também, e quisemos, desde o começo, contribuir para uma solução de consenso e que facilite a circulação de vacinas. Mas, se houvesse um consenso em torno – na minha época, certamente – da proposta indiana, o Brasil jamais teria se furtado. Nós queríamos é contribuir pragmaticamente para uma solução. Mas isso não teve consequência nenhuma em recebimento de vacinas, ao contrário: trabalhei com o chanceler indiano para viabilizar a vinda de vacinas da Índia.

Em relação aos Estados Unidos, no mês de março, assim que surgiu a indicação, por parte do Governo americano, da possibilidade de alocar vacinas do seu excedente, a nossa Embaixada em Washington foi mobilizada, eu pessoalmente cuidei disso também aqui em Brasília, para que, imediatamente, pelos canais que os Estados Unidos pediram, que eram canais discretos... Eles pediram para que fosse discretamente, para não chamar muito a atenção. Acho que eles estavam oferecendo essa possibilidade preliminarmente para poucos países, por isso que eles não queriam que se soubesse largamente, para que nós desenvolvêssemos isso, e trabalhei para que nós déssemos as especificações, nesse caso também, que os Estados Unidos queriam, eu falei para o Ministério da Saúde... Eu disse: "A gente quer as vacinas da AstraZeneca e da Johnson", que faziam parte do portfólio que os Estados Unidos tinham disponível, e comunicamos isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por que não pedimos também da Pfizer, Sr. ex-Chanceler?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não sei. O que nós recebemos do Ministério da Saúde foi que a gente deveria pedir da AstraZeneca e da Johnson.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor teria alguma informação sobre por que que o laboratório Moderna não se interessa também pelo Brasil? Apenas para complementar as perguntas.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado.

Não tenho essa informação, Senador. Não tenho.

Bom, em relação à China, nós, sim, fizemos gestões, no meu caso, do mais alto nível que eu podia, que era com o chanceler chinês, no mês de janeiro, para ajudar a destravar os procedimentos que, tudo indica, eram procedimentos puramente burocráticos para as primeiras remessas do IFA provenientes da China, e tenho certeza de que essa ação diplomática de muito alto nível entre a gente e os chanceleres ajudou nesse processo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para concluir, quero dizer que o meu entendimento, Sr. Presidente, é de que o requerimento aprovado por esta Comissão deixou claro que há, lamentavelmente, um equívoco, na política externa brasileira, de negacionismo e de defesa não dos interesses do povo brasileiro em salvar vidas, obter a vacina e obter os insumos e os equipamentos necessários, mas, sim, lamentavelmente, a serviço de questões que não salvam as vidas do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O próximo é o Senador Rogério Carvalho, mas, ao que me parece, tem uma questão de ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Marcos Rogério tem abusado das questões de ordem, e isso tem obstruído a possibilidade de Senadores que estão aqui desde às 9h da manhã, tentando fazer uma pergunta, tentando participar... E eu acho isso um tanto quanto indelicado com os demais colegas. Mas, se V. Exa. julgar que ele tem o direito à questão de ordem, por favor, com toda generosidade, eu cedo a palavra a ele. Agora, não é justo com os demais colegas fazer esse tipo de subjugação por uma questão de ordem, certo? Até porque a gente está aqui para poder falar. Eu estou aqui desde as 9, esperando a minha oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Rogério. Então, eu peço ao Senador Marcos Rogério só para declinar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou ser sucinto, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... especificamente quais são os termos da questão de ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Vou ser sucinto.

É porque foi dito aqui, quando o Senador Fernando fez o questionamento sobre a origem do oxigênio que veio da Venezuela, circulou a notícia de que era *fake news*. E eu estou reportando que essa notícia é uma notícia do jornal *O Globo*, e que fala justamente sobre o oxigênio que veio da Venezuela. Então, estou informando à Mesa que vou solicitar à White



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Martins que decline à CPI a origem desse oxigênio, porque a informação que se tem é que a Venezuela tinha apenas autorizado a vinda desse oxigênio do país vizinho. Apenas porque foi dito que era *fake news*, e a matéria está publicada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Só para declinar a relação de todos os inscritos para...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sr. Presidente, só para deixar clara essa colocação, porque...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... a colocação do Senador Marcos Rogério diz respeito à minha fala, portanto, eu quero deixar claro.

Não tenho conhecimento de nenhum pagamento à White Martins e não vi a White Martins declarar que estava fazendo nenhuma doação ao Governo do Estado do Amazonas, ou ao Governo brasileiro, ou ao Governo da cidade de Manaus. Portanto, o que nós conhecemos - e aí invoco até o testemunho de V. Exa., Senador Randolfe - é que o Governo da Venezuela procurou o Governo do Estado do Amazonas e promoveu não só a articulação como a doação do oxigênio para suprir a demanda, lamentavelmente, existente no Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Confirmo, V. Exa., Senador Eduardo Braga.

Então, só para declinar a relação dos inscritos: Senador Rogério Carvalho agora; Senador Angelo Coronel pelo sistema remoto; Senadora Mara Gabrilli pelo sistema... Na verdade, Senador Angelo Coronel pelo sistema remoto; Senador Alessandro Vieira presencialmente; Senadora Mara Gabrilli pelo sistema remoto; Senador Fernando Bezerra; Senador Luis Carlos Heinze. Aí, conclui os suplentes nesta Comissão. Entramos, então, nos não membros. Não membros: Senadora Leila Barros presencialmente; Senadora Eliziane Gama no sistema remoto; Senador Flávio Bolsonaro presencialmente. E, aí, os demais inscritos: Senadora Simone Tebet, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Jean Paul Prates e Jorge Kajuru, todos pelo sistema remoto.

Senador Rogério, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu acho que a gente tem a obrigação de dizer o que é que motiva a nossa presença nesta CPI: são hoje os 436.862 mortos vítimas de uma condução, no combate à pandemia, na qual o Governo foi o seu principal promotor.

O Governo brasileiro, ao ser anunciado que estávamos numa emergência sanitária global, inclusive o seu Presidente, o Presidente da República, ele afirmou que era uma gripezinha. Esse mesmo Presidente aglomerou, fez várias manifestações, várias caminhadas, aglomerando pessoas. Esse mesmo Presidente, Sr. Relator, vetou o projeto de lei aprovado no Congresso Nacional que exigia o uso de máscaras em ambientes públicos, em ambientes privados. Esse mesmo Presidente da República entrou com uma ação no STF para proibir Estados e Municípios de fazerem isolamento ou de adotarem medidas de restrição de circulação de pessoas. Esse mesmo Presidente não deu importância ao consórcio da OMS para a compra de vacinas. Esse mesmo Presidente negligenciou a compra da vacina da Pfizer e negligenciou o fato de a vacina da Pfizer ter sido testada no Brasil – e isso possibilitaria ao País ter um maior número de doses disponíveis a um preço mais baixo. Esse mesmo Presidente fez uma queda de braço com o Governo do Estado de São Paulo contra a Sinovac, aqui no Brasil chamada de CoronaVac. Portanto, nós estamos diante de um Governo operoso no sentido de garantir a expansão da pandemia.

Vejam os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras e todos que estão nos vendo que aqui, hoje, a gente recebe o ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que assumiu junto com o Presidente. E ele afirmou aqui categoricamente que as relações internacionais precisam ou devem se dar a partir de preferências entre o governo do país e outros governos – preferências do Governo e não do Estado brasileiro, e não da sociedade brasileira. Isso é de uma gravidade estrondosa! Isso é também um crime contra o Brasil e contra o povo brasileiro, porque, quando um governo coloca a sua diplomacia a serviço de interesses ideológicos menores deste governo, está relegando a segundo, terceiro e quarto planos questões estratégicas de interesse do povo brasileiro.

Eu vou citar aqui, Sr. Relator, Sr. Presidente, que não está faltando IFA no México, não está faltando IFA no Chile. O Chile está vacinando a população com 32 e 33 anos. Sabe por quê? Porque a relação diplomática desses países respeita a autonomia e a autodeterminação dos povos, porque a diplomacia desse país tem um grau de neutralidade para garantir que o interesse do país seja ouvido e seja acolhido por outras nações. Por isso, eles têm IFA. Nós não temos IFA neste momento por conta de declarações. O Chanceler que aqui está, junto com o Presidente da República, pediram a substituição do Embaixador da China, maior parceiro comercial do Brasil, por motivos já citados aqui; o Chanceler que aqui está e o Presidente da República... O Chanceler divulgou, para competir com São Paulo, rompendo um acordo de confidencialidade com a Índia, para antecipar e dizer ao Brasil, que o Governo brasileiro, o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro vacinaria antes do Governo de São Paulo. Era uma questão que não podia ser revelada. Por isso atrasou a chegada das vacinas da AstraZeneca.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer que são muitos os argumentos para nós não termos vacina. A lei, por exemplo, da Pfizer: bastava editar uma medida provisória, como se editam centenas todos os anos, então isso não é óbice nenhum. A aprovação da Anvisa: algumas vacinas foram adquiridas antes da aprovação da Anvisa.

Eu quero lembrar Israel, que foi visitado por parte, por uma comitiva deste Governo, que foi lá para ver um *spray* nasal: aquele país foi um exemplo de imunização. Ele não largou, o Estado de Israel não largou o povo à própria sorte – à própria sorte – para adquirir, se contaminando, naturalmente imunidade, como deliberadamente se fez no Brasil. Conseguiu a imunidade de rebanho pelo caminho correto da vacina, da imunização em massa. Enquanto o Presidente de Israel, ou melhor, o Primeiro-Ministro de Israel foi o primeiro a se vacinar e a ir para a rua fazer campanha pela vacinação, o Presidente do Brasil disse que era contra a obrigatoriedade da vacina e que não se vacinaria, criando a ideia de que se vacinar... E ainda tirou brincadeira, dizendo que, se tomasse a vacina, ia virar jacaré.

Eu tenho aqui dois áudios, Sr. Presidente, que eu quero apresentar. Um áudio do Presidente da República e um áudio de uma reportagem sobre o Chanceler. Vou botar aqui para que todos possam ouvir.

Só um minuto para eu ver aqui como aumento o som.

(Procede-se à exibição de áudio.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, eu vou botar o outro; ainda não acabou.

(Procede-se à exibição de áudio.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, eu vou mostrar um vídeo, é um vídeo!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou botar de novo, para todo mundo entender.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Sr. Presidente, eu queria dizer que aqui está a ideologização do trabalho do Itamaraty, e o desserviço, e a cooperação de fato e de direito das relações internacionais do Brasil para manter a imunidade de rebanho a solto. Por isso, nós temos hoje 436.862 mortos; por isso que nós não temos a vacina; por isso que está faltando IFA no Brasil; por isso que nós não temos as doses da Pfizer; por isso que nós não temos vacina da Moderna, porque também é produzida na China. Todos esses elementos têm um elemento por trás: o preconceito, a posição ideológica do Sr. Presidente da República e da diplomacia brasileira, que se atrelou ao Bolsonaro. Está aqui, ó: "Alinhamento de Bolsonaro com Trump", está aqui!

E o jornal ainda diz: "A reorientação proposta por Bolsonaro e sua inabalável admiração pelas políticas de Trump não têm potencial para colocar o Brasil em uma posição de status internacional, como o Presidente eleito sugere". Depois, sobre a questão da Índia e da África do Sul, da quebra de patentes, está aqui: o alinhamento... "Sem apoio do Brasil, proposta para suspender patente de vacinas trava na OMC". Está aqui, está aqui.

Depois, a polarização com a China, nós temos aqui: "Alinhamento de Bolsonaro com Trump fracassou", diz *Washington Post*. "A política externa do Governo de Jair Bolsonaro, que tem como base principal o alinhamento com os Estados Unidos e o Governo de Donald Trump, fracassou". É o que escreveu o jornal americano *The Washington Post*, um dos mais tradicionais da imprensa global, em uma matéria sobre o anúncio das sobretaxas americanas sobre exportações brasileiras e argentinas de aço e alumínio, ou seja, o que que adiantou essa posição ideológica, essa preferência ideológica em relação aos interesses do País? A gente ficou sem vacina, a gente dificultou as nossas relações diplomáticas com a China, com a Índia, com o hemisfério sul inteiro, com a Venezuela, a Venezuela que nos salvou. Está aqui, o Presidente diz, depois de a Venezuela ter atendido... Durante a crise da falta de oxigênio em Manaus, a Venezuela enviou um suprimento de oxigênio para a cidade. O Governo brasileiro não só não agradeceu a ajuda do vizinho como utilizou de sua *live* para dizer que a Venezuela não tem mais cachorro, porque o pessoal comeu tudo: "É triste falar isso aí, mas não tem mais cachorro, nem tem gato também". O Presidente ainda disse que não foi a Venezuela que mandou e, sim, a White Martins. E isso não é verdade: foi uma iniciativa do Governo solidário da Venezuela, que fez um gesto de solidariedade ao povo do Brasil, que morria asfixiado - morria asfixiado!

Então, para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós estamos diante de uma situação que permite a gente apontar o crime permanente contra a saúde pública. E a manutenção e o crime permanente contra a saúde pública foi a declaração do Presidente dessas últimas duas semanas: uma em que ele disse que ia reeditar o decreto para suspender *lockdown* de qualquer tipo e a outra em que ele disse que quem faz isolamento é idiota. Isso é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime continuado contra a saúde pública. E, diante da quantidade de mortes que nós estamos vendo, nós podemos falar em extermínio, porque submeter a população à orientação, à desorientação, como tem aqui na... Como é que é o nome? "Fage, fag, fag"... Funag. A Funag tem várias mensagens, mais de 500 mil mensagens distribuídas, trazendo desinformação, a nocividade do uso de máscaras. Critica medidas de isolamento: isolamento e uso de máscaras são regras que não possuem evidência científica; prega a desobediência civil e a insurgência; a abordagem estética correta é, obviamente, garantir o tratamento precoce – aí volta a cloroquina.

Paulo Eneas: não há base científica para uso de máscaras. E aí vai.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Conclua, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vou concluir.

Paulo Eneas: desprezar orientações... Afirma que é preciso desprezar orientações da OMS, que o Brasil deve deslegitimar as orientações... Deve – presta atenção, Sr. Relator – deslegitimar!

O palestrante Fernando Melo afirma que as máscaras não são efetivas e que havia indícios apenas no início da pandemia. E assim vai.

Cristian Derosa afirma que as indústrias farmacêuticas combateram a hidroxicloroquina para vender vacinas.

E a Conitec esta semana disse que a hidroxicloroquina não tem eficácia no tratamento da doença, coisa que todos os periódicos de renome internacional já tinham afirmado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluindo, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E aqui, por final, durante... Só para concluir: durante palestra, Presidente da Funag recomenda *sites* de estudos nacionais. Olha aqui: tudo *fake news*. Todos os *sites* de *fake news*.

Então, Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Chanceler, porque a todas as perguntas que nós fizemos ele vai tentar encontrar uma resposta que não corresponde aos fatos. E os fatos falam mais do que as respostas que V. Sa. possa dar, porque V. Sa. até agora, em vários momentos, com algumas exceções, V. Exa. não falou a verdade sobre os fatos; V. Exa. omitiu ou desviou do assunto quando foi perguntado objetivamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria pedir que V. Exa. se dignasse a requisitar as fitas da reunião ministerial das quais o Chanceler participou enquanto Ministro das Relações Exteriores, para que nós possamos tê-las aqui, no acervo da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Determino à Secretaria as providências requeridas pelo Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, todos os requerimentos devem ser deliberados. O pedido do Relator é apropriado, mas tem que pautar e deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Então, determino que seja pautado, colocado a termo o requerimento do Relator, Renan Calheiros, e pautado para a reunião de quinta-feira.

A Presidência tem tido a tolerância devida para que os colegas concluam o raciocínio, mas eu queria a compreensão de todos os colegas para, dentro do máximo possível, cumprir o tempo estabelecido por esta Presidência de 15 minutos.

Pelo sistema remoto, o próximo inscrito é o Senador Angelo Coronel. É um do sistema remoto, o Senador Angelo Coronel; depois, o Senador Alessandro Vieira; depois, no sistema remoto, a Senadora Mara Gabrilli.

Senador Angelo Coronel V. Exa. tem a palavra. O depoente está à sua disposição por 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) - Boa tarde a todos. Boa tarde ao depoente, à Presidência.

Eu vou ser rápido aqui, Sr. Presidente, com quatro perguntas diretas aqui ao ex-Ministro Ernesto Araújo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, em junho do ano passado, 132 países aderiram a um compromisso mundial de combate a *fake news* e desinformação na pandemia, patrocinado pela ONU. O Brasil, juntamente com a China, Coreia do Norte, Cuba e outros, ficou de fora, mas aliados do Governo brasileiro como Estados Unidos, Israel e Hungria aderiram. Por que o Brasil se negou a assinar, sendo o único na América do Sul a tomar tal caminho?

Vou fazer logo a segunda, ou ele responde parcialmente, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Angelo, eu acho que fica à disposição para o depoente, mas eu acho que é mais produtivo a cada pergunta ter a resposta do depoente. O senhor prefere assim?

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, Sr. Ernesto, por favor.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Muito obrigado, Senador.

Sim, sobre essa iniciativa alegadamente de combate a *fake news*, nós optamos por não aderir no entendimento de que poderiam decorrer dali determinadas intenções de cerceamento de liberdade de expressão, que são garantidas pela Constituição e pela legislação brasileira. Então, nós não poderíamos aderir e pressupor que algum tipo de instrumento internacional pudesse vir a ser usado para ferir essas liberdades, que são garantidas pela nossa Constituição, pelo nosso quadro legal. Esse é mais um exemplo de iniciativas multilaterais nas quais a gente se posiciona, no fundo, defendendo, claro, o princípio da independência nacional, o princípio de que cabe ao Parlamento brasileiro legislar para os brasileiros e não, digamos, simplesmente transpor iniciativas multilaterais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O.k. Então, Ministro, o senhor acha que uma pessoa criar perfil *fake* para incentivar pessoas a não se vacinarem, o senhor acha que isso é uma coisa correta, já que o senhor não quis, na época, como Chanceler, aderir a esse acordo? Então, o senhor acha que a criação de um perfil *fake*, de um perfil falso para depreciar as pessoas – eu acredito até que o senhor já tenha sido depreciado ao longo da sua vida –, o senhor também acha que isso é cercear o direito à liberdade de expressão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, Senador, o que eu digo é que qualquer atitude do Governo, inclusive do Ministério das Relações Exteriores, que possa, digamos, aderir a algum



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipo de atitude de cerceamento da liberdade de expressão não pode ser tomada ao arrepio da legislação brasileira, ao arrepio da Constituição. Então, se há mecanismos na legislação brasileira que podem ser usados contra aquilo que é denominado *fake news*, contra perfis falsos, eu evidentemente não tenho nada contra que eles sejam utilizados dentro da legislação brasileira. Acho que uma legislação, algum tipo de iniciativa multilateral não pode substituir a nossa legislação.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O senhor tem conhecimento de outros países que viajaram até Israel para entender como funcionava o *spray* nasal anti-Covid?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, Senador. Eu, quando estava em Israel, a nossa delegação estava lá, fomos informados de que tinham acabado de estar ou estavam chegando delegações de vários países para propósitos semelhantes aos nossos, para conhecer medicamentos e outras iniciativas de Israel no combate à Covid, entre eles a República Tcheca, Áustria, Dinamarca e Chipre – eu me lembro desses quatro. Então... Todos eles, aliás, países da União Europeia e que, portanto, dentro da União Europeia, também têm acesso a outros mecanismos tecnológico, o que mostra interesse de países desenvolvidos, países de alta tecnologia, na cooperação com Israel, em termos semelhantes àqueles que nós estabelecemos.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O senhor não lembra o nome de nenhum país?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, Senador. Eu falei: República Tcheca, Dinamarca, Áustria e Chipre.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Obrigado.

Agora, uma pergunta (*Falha no áudio.*) ... importante até para esclarecer o povo brasileiro: como o senhor se sente ao ver o seu sucessor, que fez um verdadeiro (*Falha no áudio.*)

... diplomático, que tinha desaparecido durante a sua gestão?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor entendeu?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Angelo Coronel, o sistema remoto falhou na sua pergunta. O senhor pode refazer a pergunta ao depoente?

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Eu perguntei, Presidente, ao Ministro: como o senhor se sente ao ver que seu sucessor, o Embaixador Carlos França, já no seu discurso de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posse, fez um verdadeiro contraponto ao simplesmente retomar um tom construtivo e diplomático, que tinha desaparecido durante sua gestão? Alguns o chamavam até, em vez de Ministro das Relações Exteriores, de "Ministro das inimizades exteriores". Como o senhor se sentiu?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Senador, eu não quero fazer nenhum comentário sobre a atuação do meu sucessor, apenas reiterar minha convicção de que minha gestão atendeu plenamente aos interesses brasileiros, atendeu aos nossos objetivos de nos tornarmos uma grande Nação, aos objetivos básicos deste Governo e também aos objetivos de combate à pandemia.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - Presidente Randolfe, eu teria só uma última pergunta a fazer, porque eu não queria me estender.

Em muitas das perguntas feitas, o Ministro derrapou e não as respondeu. Disse que não se recordava, que não lembrava. Inclusive, eu até mandei ir à farmácia para comprar uma caixa de Memoriotol para deixar na Presidência, para, quando algum depoente não se recordar, ele tomar esse comprimido para ver se refresca a memória.

Faço a última pergunta.

Ministro, o senhor foi muito maldoso e leviano, posso assim considerar, com a nossa colega Senadora Kátia Abreu ao insinuar que ela teria algum interesse menos republicano ao suscitar a questão do 5G e a China. Embora ela e todo o Senado já lhe tenham respondido à altura de seu desaforo, eu lhe pergunto: o senhor não desejaria aproveitar seu depoimento para pedir desculpas à Senadora e se retratar, talvez, por aquelas palavras com que o senhor a acusou injustamente, levianamente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Vou, Senador... Bem, na referência que eu fiz a determinado comportamento da Senadora Kátia Abreu, eu simplesmente disse a verdade, eu simplesmente relatei um fato. Então, eu jamais vou me arrepender de dizer a verdade.

Obrigado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) - O.k.

Então, Sr. Presidente, eu agradeço.

Fica aí realmente um dos motivos que levou à exoneração do Chanceler Ernesto Araújo, por ter desacatado uma Senadora briosa, combativa como a Senadora Kátia Abreu. Realmente, é um absurdo ver um diplomata, que deveria usar a diplomacia para tratar bem as pessoas, usar realmente a diplomacia para atacá-las.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Angelo Coronel.

Fala o Senador Alessandro Vieira e, na sequência, pelo sistema remoto, a Senadora Mara Gabrilli.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, boa tarde.

Eu gostaria de indagar ao senhor: com a carreira relativamente curta na diplomacia, como V. Exa. chegou ao Ministério das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Eu não vejo relação com o tema da Comissão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor deixe isso a cargo da Comissão e a cargo da Presidência. Faz sentido: eu quero saber o momento em que V. Exa. aderiu a esse projeto de Governo e a esse perfil ideológico.

Repito a pergunta: como V. Exa., com a carreira que tem na diplomacia brasileira, chegou ao cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Em deferência a V. Exa. eu vou responder, embora continue com esse entendimento de que não diz respeito ao objeto da Comissão: cheguei por designação do Presidente da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. não conhecia o Presidente da República, nem seu projeto antes da designação que recebeu?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não conhecia o Presidente da República até depois da sua vitória na eleição. Claro que conhecia seu programa de Governo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor participou de reuniões sobre a Covid, combate à Covid, combate à pandemia no Palácio do Planalto?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Participei, em algumas ocasiões, de reuniões onde se falaram de diferentes aspectos do combate à Covid no Palácio do Planalto, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor pode elencar, mesmo que sucintamente, com quem V. Exa. se reuniu?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Senador, em várias ocasiões, basicamente com vários ministros, quase sempre sob coordenação, que eu me lembre, do Ministro-Chefe da Casa Civil, Ministro da Saúde, geralmente Ministro da Ciência e Tecnologia e outras autoridades.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. testemunha sobre a participação de pessoas de fora do quadro oficial do Governo em reuniões dessa natureza?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não sou testemunha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em todas as reuniões onde V. Exa. esteve presente eram formadas apenas por servidores do quadro, seja comissionado ou concursado, da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, pode ser que em alguma reunião houvesse pessoas que eu não conheço, portanto eu não sei se eram do quadro da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor foi demandado em algum momento pelo Senhor Presidente da República para alguma ação ou omissão específica no combate à pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, nunca fui demandado pelo Presidente da República, exceto numa ocasião, não como uma crítica, mas como um pedido de esclarecimento – acho que me referi em alguma pergunta anterior: no momento em que se noticiou que haveria atraso de alguns dias na remessa das primeiras vacinas da Índia, o Presidente me ligou especificamente sobre isso, perguntando como estava a situação e eu relatei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor nunca recebeu nenhum tipo de solicitação para acelerar contatos com fornecedores ou para escolher fornecedores de vacinas ou de insumos por parte do Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pelas declarações de V. Exa. nesta Comissão, pode-se compreender que todas as ações



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou omissões do Ministério de Relações Exteriores se deram por orientação técnica do Ministério da Saúde, é isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O Ministério de Relações exteriores sempre atuou a partir de uma coordenação, nessa área, do Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A escolha pelo percentual de vacinas da Covax se deu por orientação técnica do Ministério da Saúde?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor já respondeu, ainda que brevemente, ao Senador Angelo Coronel, mas eu vou repetir a pergunta para poder aprofundar um pouco mais: por que o Brasil recusou o acordo sugerido pela OMS contra *fake news* e desinformação durante a pandemia, acordo esse que foi subscrito por 132 nações, inclusive os Estados Unidos de Donald Trump, para dar um exemplo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim.

Bem, eu acho que não é propriamente um acordo de características mandatórias. O *status* jurídico do instrumento, do tipo de instrumento, não me recordo exatamente se era uma declaração ou um acordo. De toda forma, como eu disse também ao Senador Angelo Coronel, nós avaliamos que esse instrumento poderia conter determinadas expectativas de comportamento do Governo brasileiro que pudessem não ser compatíveis com a legislação nacional de proteção à liberdade de expressão e outros aspectos da expressão regulados pela nossa legislação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Era um compromisso para que as nações, os governos evitassem a disseminação de informação falsa sobre a pandemia. Era isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Basicamente, é o que foi alegado, exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o Brasil se recusou a subscrever esse documento.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O Brasil não quis subscrever esse documento pelas razões que eu aponte.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Essa decisão é exclusiva de V. Exa. ou ela tem algum tipo de orientação técnica, seja do Presidente da República ou de outro setor?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Essa decisão foi minha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Exclusivamente sua.

V. Exa. tem diversas manifestações públicas curiosas. Eu vou citar só uma delas, que me chama a atenção, abro aspas: "Quando você compra a biopolítica do 'fique em casa', talvez esteja ajudando o narcotráfico." – declaração que V. Exa. deu em 31 de dezembro de 2020, ou seja, já com a pandemia a pleno vapor, e onde o senhor atribui a uma conduta orientada pelo próprio Ministério da Saúde, que é de, dentro do possível, evitar a circulação, um potencial auxílio ao narcotráfico. O senhor consegue nos explicar essa declaração?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. Eu, também em outros textos e em outras ocasiões, chamei atenção para o risco de uma ideologização, seja da pandemia, seja de outros aspectos da vida internacional de hoje. Nesse caso, eu fazia referência a essa ideologização, ou seja, à criação, digamos, de determinados parâmetros que não respondem à ciência, que podem responder a determinados interesses. Basicamente, foi isso que eu chamei, nesse caso, de biopolítica. Não são as orientações concretas de isolamento ou de outras coisas com base em critérios científicos, é a apropriação de determinados aspectos da pandemia para objetivos políticos. E a minha tese, que eu expus claramente nesse texto, é de que várias, digamos, correntes de ação e de opinião, mesmo que inconscientemente ou mesmo sem deliberação, acabam, digamos, convergindo em torno de determinados interesses. Então, eu apontava que existe uma espécie de conjunto, um arco, de posicionamentos ideológicos que alimentam uns aos outros e muitas vezes, infelizmente, se alimentam de aspectos da criminalidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Se o senhor me permite só, talvez, tentar resumir para quem nos acompanha e para o próprio Relator: o cidadão que adota a conduta do isolamento social porque pode adotar essa conduta – a maioria dos brasileiros não pode, infelizmente, não foi provida de condições para fazê-lo, ainda que a ciência recomende –, esse cidadão que escolhe ou tem condições de optar pelo isolamento social, ele não é apenas um idiota, ele é um colaborador do narcotráfico sob o ponto de vista de toda essa conversa nebulosa de ideologia, enfim, conspiratória, de que existe alguma ligação entre um cidadão, para não se contaminar e não morrer, ficar em casa e ele colaborar com traficantes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou tentando conectar isso porque é incompreensível para mim, sinceramente. O senhor pode tentar minimamente sintetizar o que o senhor quis fazer com esse texto? E, claro, eu li o texto.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Bem, é claro que não é uma opção do cidadão. Eu estou falando do pretexto da pandemia para determinadas atitudes de controle social, ou seja, de criar determinadas propensões entre as pessoas para que ajam não de acordo com medidas, como eu disse, cientificamente comprovadas, mas com determinada atitude ideológica, no caso, diante da pandemia.

Eu acho que nós podemos observar... Isso aconteceu, eu acho, comprovadamente, em alguns lugares do Brasil, em que, por exemplo, durante a pandemia, houve, em certos casos, aumento de criminalidade – e talvez em outros lugares do mundo, eu não sei –, mas o pretexto do uso da pandemia para que, digamos, se cerceassem determinadas atividades de combate ao crime me parece que esteve presente. Então, é um exemplo dessa conexão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É óbvio que não satisfaz a resposta, mas eu respeito a sua opinião ideológica, Sr. ex-Ministro.

V. Exa., em algum momento, na condição de Ministro das Relações Exteriores e, evidentemente, diplomata, orientou o nosso Presidente da República com relação aos riscos que o comportamento dele gera sob o ponto de vista de prejuízo para os interesses nacionais? Exemplifico: quando ele, mesmo em tom de brincadeira, agride nações amigas ou parceiras comerciais relevantes, o senhor alguma vez orientou o Presidente no sentido das consequências dos atos que ele pratica?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, Senador, eu não acho que nenhum desses atos do Presidente tenha prejudicado as nossas relações.

Eu sempre procurei conduzir a nossa política externa de acordo com os nossos interesses. O que eu identifiquei, ao longo desse período, foi que o que se consideram prejuízos à imagem do Brasil no exterior decorreram basicamente de interpretações e notícias completamente equivocadas, oriundas daqui do Brasil, que procuravam criar uma imagem de que havia ou de há ameaças à democracia no Brasil, o que, a meu ver, é completamente falso; de que há ameaças, de que há uma política de afrontamento aos direitos humanos por parte do Governo brasileiro, o que também é falso; ou de que há uma política deliberada de destruição ambiental, o que também é falso. Então, essas três dimensões principais, sempre com base em interpretações totalmente equivocadas da atual realidade brasileira, conduziram a problema, sim, de imagem no exterior, e não falas do Presidente da República.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

Retomando essa sua compreensão, apenas para deixar claro, essa sua visão da pandemia como uma desculpa para atacar as liberdades no Brasil e no mundo é uma visão exclusiva de V. Exa. ou é compartilhada pelo Governo brasileiro?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não posso falar de outros membros do Governo brasileiro. A visão que o senhor descreve não é exatamente esta de que a pandemia é apenas um pretexto. A pandemia eu acho que, em alguns casos, tem sido usada como pretexto, mas não estou dizendo que a pandemia é simplesmente um pretexto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Agradeço as suas respostas. Elas, ainda que não sejam objetivas, deixam muito claro quais são os problemas na definição de políticas.

O senhor foi o nosso Ministro, foi o nosso Ministro das Relações Exteriores. O senhor nunca foi chamado para tratar sobre a necessária relação com parceiros comerciais estrangeiros. Então, provavelmente, alguém tratou disso no combate à Covid?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Desculpa, Senador, eu não disse que não tinha sido chamado para tratar de relações comerciais, eu não entendi.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Eu indaguei a todo instante, e não foi a primeira pergunta, se o senhor foi chamado alguma vez, pelo Presidente da República, para tratar sobre medidas de combate à pandemia, e V. Exa. me disse que não.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não, mas eu disse que participei de várias reuniões em que se tratou de combate à pandemia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Mas não foi demandado pelo seu superior hierárquico?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Acho que em algumas ocasiões, sim, foram reuniões com o Presidente da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Só para tentar deixar um pouco mais claro, porque eu acho que talvez seja o cansaço do tempo.

A minha pergunta foi bastante objetiva para V. Exa. Se em algum momento o Presidente da República lhe demandou para interferir, de forma positiva ou negativa, no combate à



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia? V. Exa. respondeu, com todas as letras, que não; e agora o senhor me diz o contrário, que algumas vezes, deve ter sido demandado.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, desculpe. Eu acho, se me lembro bem, talvez tenha sido formulada diferentemente a pergunta.

Se o senhor puder, então, reformular as perguntas, de maneira objetiva?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Ernesto, o senhor me permite...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador, ele foi claro na pergunta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas eu posso tentar uma estratégia, os meios não me permitem desenhar. Eu vou tentar ser novamente objetivo apenas falando. Eu perguntei se V. Exa., como Ministro das Relações Exteriores, foi em algum momento demandado pelo Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, no sentido de ter uma atuação, seja proativa, para buscar insumos e vacinas, seja negativa, para indicar omissão ou evitar determinados países, parceiros ou fornecedores?

O senhor já me respondeu duas vezes que não e uma vez que sim. Vamos tentar um desempate?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Vamos.

Bem, eu acho que a interpretação do demandado é que tem sido talvez problemática.

Inicialmente, eu entendi que V. Exa. tinha perguntado se eu havia sido, digamos, cobrado pelo Presidente da República, no sentido de que ele contestasse determinadas ações minhas, ou alegadas omissões. Eu disse que não e apontei um exemplo onde não foi propriamente uma cobrança, mas um pedido de informação específica sobre algo que estava passando. Isso não quer dizer que eu nunca tenha participado de ocasiões, com a presença do Presidente da República, em que se discutiram diferentes aspectos do enfrentamento da Covid.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço a memória de V. Exa., pela reativação, e indago: nessas reuniões, qual foi a linha de estratégia definida pelo Governo brasileiro, através de seu Ministro, no tocante ao combate à pandemia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, a linha seguida pelo Itamaraty foi sempre de atuar a partir daquilo que era requerido, basicamente, pelo Ministério da Saúde, em termos de negociação com a Covax, por exemplo, e em termos do momento de pedir ou não pedir a aceleração de insumos, o momento de pedir a aceleração de venda de vacinas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso nunca partiu do Presidente? Ele eventualmente estava nessas reuniões, mas não estava falando sobre o assunto, não se manifestava?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, veja bem, houve, ao longo desse tempo, claro, muitas reuniões ministeriais, em que o Presidente falava de diferentes aspectos, de diferentes assuntos, em que se discutiam diferentes assuntos. Agora, especificamente, nos aspectos concretos: Olha, vamos definir a compra de vacinas de tal país... Isso normalmente, que eu me recorde, não eram tomadas em reuniões com a presença do Presidente, muitas vezes... Não me lembro de ter participado de reuniões...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vamos tentar, para facilitar o seu trabalho, pedindo a compreensão dos colegas e também de V. Exa.

Nessas reuniões, onde nós tínhamos a presença do Presidente da República, e o senhor também estava, eu estou pedindo que V. Exa. testemunhe sobre o conteúdo dessas reuniões, se elas indicavam no caminho de buscar vacinas, se elas indicavam no caminho de buscar cloroquina. Analisando as documentações que recebemos do Ministério, por enquanto, só encontrei cloroquina, mas é possível que a gente vá encontrar uma ação mais ativa em busca de vacinas. Qual era a orientação oficial do Governo? Porque é muito claro, e com todo o direito eleito que foi, o Presidente Jair Bolsonaro exerce o poder de comando. Todos os depoentes que sentaram nessa cadeira foram unânimes nesse sentido. A última palavra sempre foi dele. E é direito dele e foi conferido pelos brasileiros. Ninguém está questionando isso. Mas V. Exa. é a primeira testemunha que senta nessa cadeira e diz que não se recorda de qual é a posição do Presidente.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não é isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, qual é a posição que foi orientada ou nenhuma posição foi orientada? "Ernesto, faz o que você quer" – é isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, de forma nenhuma, de forma nenhuma.

Bem, em diferentes reuniões ministeriais surgiu o tema da Covid. O Presidente, enfim, basicamente, falava da sua preocupação com a pandemia, diferentes aspectos, inclusive do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aspecto econômico também, do aspecto de saúde, do aspecto de vacinas. Agora as orientações específicas para a atuação do Itamaraty... Então, exemplos concretos: na Covax, negociações com a Índia, negociações com a China provinham do Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O Presidente não tinha interferência?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não sei se na deliberação que formava essa posição...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Não, coisas que o senhor tenha presenciado ou ouvido falar. O senhor nem presenciou nem ouviu falar o Presidente falando nada sob o ponto de vista de uma linha de atuação?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Enfim, não presenciei... Claro, nessas reuniões se falava da preocupação com a pandemia, mas não me recordo de reuniões onde se falasse especificamente: "Olha, vamos comprar tal vacina ou não vamos comprar tal vacina". Agora, como exceção, uma reunião em março, se não me engano, ou final de fevereiro, onde se decidiu que o Presidente faria um contato com o Presidente da Pfizer para obtenção da vacina da Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Que mês? Que mês foi?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Mês de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - De 2020?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não, de 2021.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - De 2021. O senhor recebeu a notificação através da Embaixada brasileira em Washington em setembro, aquela que o senhor já depôs aqui dizendo que não comunicou ao Presidente porque achava que ele já sabia?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sim, mas, veja bem, isso não quer dizer que foi a primeira atuação, no caso do Presidente da República, desde setembro. Eu estou dizendo que foi uma reunião... Reuniões onde se falou, por exemplo, o tema de vacinas. Recordei que foi uma reunião onde o Presidente disse: "Sim, eu quero falar com o Presidente da Pfizer". Não sei se era o primeiro contato que ele faria para a aquisição das vacinas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, até para não atrapalhar os demais colegas, eu agradeço e desejo boa sorte na continuidade da sua carreira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Pelo sistema remoto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto, por gentileza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – É só fazer uma pergunta. Eu não entendi muito bem. O Senador Angelo Coronel perguntou ao depoente se ele mantinha o que ele disse, ainda no tempo em que era Ministro, depois de receber a Senadora Kátia Abreu lá no Ministério, e que depois ele divulgou que ela teria dito a ele que, se ele resolvesse o problema do 5G, ele ia ter o Senado todo ao lado dele. Eu entendi isso. Ele reafirmou aquela agressão, foi isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, por favor. É uma pergunta que já foi feita.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu vou solicitar a V. Exa. para que a gente não descambe para um outro rumo, porque isso não é objeto desta CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas eu estou só perguntando. Então, não vou pedir...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E eu acho que nós vamos acabar esse... Eu acho que nós vamos colocar no centro do debate uma colega...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não vou pedir para prender ele não. Eu quero só que ele diga.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas não é isso. Nem poderia nem teria competência para isso. A possibilidade de prisão é em flagrante de falso testemunho sobre os fatos e objetos da CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Teve desacato também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, nesse caso, não, Sr. Presidente. Nós estamos... Inclusive, uma colega nossa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só estou perguntando, meu amigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E todos nós temos respeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E eu não perguntei nem a ele. Eu perguntei a ele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, veja...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o apelo que faço a V. Exa. Acho que nós não devemos entrar nesse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi uma pergunta objetiva do Senador Angelo Coronel.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que não tem pertinência com esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, se for todos os temas que não têm pertinência, eu vou interferir na fala de todos os Senadores. Foi uma pergunta objetiva. Foi uma pergunta objetiva do Senador Angelo Coronel.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Da CPI, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O depoente quer falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hã?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) - O depoente pediu para falar sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pediu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Sr. Presidente, o depoente está dizendo que não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ele pediu. Acabou de pedir para mim, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. está faltando com a verdade.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ele acabou de pedir para mim para falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu estou olhando para o depoente, e ele está dizendo que não pediu.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Não, não pedi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Não, ele não pode responder ao que eu perguntei.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Não tem a ver com o tema da CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não é objeto da CPI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Não tem pertinência com o tema da CPI. Ele responde se ele quiser.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, eu estou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, o depoente tinha dito que iria responder. Agora, mudou de opinião e disse que não ia responder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – As notas taquigráficas estão aí e a filmagem está aqui. Depois, vamos sentar para discutir o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Eu peço para a Secretaria, determino à Secretaria que separe tanto as notas taquigráficas quanto o vídeo onde teve a resposta à pergunta do Senador Angelo Coronel. Resolvido.

E o próximo inscrito é a Senadora Mara Gabrilli, pelo sistema remoto.

Por gentileza.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Ernesto Araújo, sua gestão, todos sabemos, colecionou ofensas a países parceiros do Estado brasileiro, sobretudo com a China. Os resultados foram desastrosos, com sucessivos atrasos para a aquisição de vacinas e insumos para a nossa população já tão sofrida com as mais de 437 mil famílias em luto. Assistimos a atritos e ofensas com o Governo da China, nosso maior parceiro não somente no comércio e no agronegócio, mas também nosso parceiro fundamental no combate à pandemia da Covid-19. A Senadora Kátia Abreu, o Senador Tasso Jereissati e outros Senadores já citaram, pela manhã, algumas dessas ofensas. E eu não quero ficar repetindo aqui, mas eu quero reforçar o dado apresentado pela Senadora Kátia Abreu, que é nossa representante na CRE, nossa Presidente, que falou em nome da Bancada Feminina do Senado, e eu agradeço à Senadora Kátia Abreu porque me senti extremamente representada por ela.

Ela trouxe dados de que, até abril, 85% das vacinas que estão protegendo os brasileiros vieram da China, e foi o nosso Instituto Butantan que negociou, no meio de seu prestígio, por meio de seu prestígio internacional e também da força do Governo do Estado de São Paulo. O senhor não ajudou em nada. Não defendeu a saúde dos brasileiros, não primou por seguir as lições mais básicas do Instituto Rio Branco. Nós, Senadores, só temos a lamentar sua gestão, porque os governos passam, sempre passam, mas o Estado brasileiro permanece. Eu gostaria de lembrar que seus interesses pessoais não interessam em assuntos de Estado. Ao contrário do que o senhor idealiza, a relação do Brasil com a China é permanente. E – sabe, Sr. Araújo? – eu sinto uma gratidão gigantesca à China, não apenas porque sou do Estado de São Paulo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde fica o Instituto Butantan, mas eu tenho gratidão, em nome de todo o Brasil, pela celeridade com que produziram o IFA e as vacinas.

Olhem, no próximo mês, no dia 21 de junho, celebraremos mais um ano de parceria estratégica global entre o Brasil e a China. O que mostra o alto nível das nossas relações bilaterais.

E, olhem, no final de 2019, após 45 anos de relações diplomáticas, em visita do Presidente Bolsonaro ao Presidente Xi Jinping, o Presidente enalteceu a parceria com o Brasil, valorizando a nossa economia como a representativa dos países emergentes no Ocidente, a maior delas, a mais representativa delas. E falou também que o relacionamento com o Brasil era um exemplo de união, cooperação, progresso. Um progresso comum entre duas das principais nações em desenvolvimento.

O senhor, logo no início da pandemia, ao invés de se solidarizar com a população chinesa, o senhor rasgou a diplomacia mais básica e atacou a China, fazendo até piada com a propagação do que chamou de "comunavírus". Agora, semana passada, o Presidente Bolsonaro seguiu seu péssimo exemplo e colocou suspeitas de uma guerra biológica promovida pelo Governo chinês.

Sr. Ernesto, eu tenho profundo respeito pela cultura milenar chinesa. Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, sobretudo no agronegócio, mas, para além dessa parceria comercial, nossos países são parceiros culturais e humanitários.

O SUS, por exemplo, adotou quase 30 práticas da medicina tradicional chinesa, como acupuntura, fitoterapia chinesa, auriculoterapia, ventosaterapia, tai chi chuan. No SUS, as práticas da medicina tradicional chinesa somaram mais de 150 mil sessões anuais.

Por isso, Sr. Araújo, eu pergunto: o que passava pela cabeça do senhor ao chamar a doença de comunavírus, ao ofender pessoalmente o Embaixador chinês no Brasil para defender o filho do Presidente? E por que o senhor apoiou o boicote do Presidente Bolsonaro à CoronaVac? Só para criar dificuldades para o Governo do Estado de São Paulo, o Estado que eu represento?

Pergunto-lhe muito respeitosamente, porque eu não acredito que seja possível que todos esses episódios tenham sido mera coincidência. Tratou-se de uma clara estratégia da sua gestão, e, graças a ela, à sua gestão, tivemos sérios problemas de retaliação diplomática da China para que o nosso Instituto Butantan acessasse os insumos, atrasando a produção de novas vacinas para serem distribuídas aqui, para serem usadas por todo o Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero saber o que senhor almejava com isso. Qual era a sua estratégia exatamente, Sr. Araújo? Eu queria saber. Da sua gestão faltou o essencial no tratamento com a China, que é a diplomacia, a empatia, o diálogo. Por isso, Sr. Ernesto, a gente precisa fazer sabe o quê? Congratular a China, agradecer à China, congratular a China pela sabedoria milenar do seu povo, em especial no campo da saúde. Respeitá-los, ter gratidão por eles, Sr. ex-Ministro.

E, já que o senhor não é mais Chanceler, é bom a gente falar com o Presidente Bolsonaro. É o senhor que tem que congratular a China, Presidente. Isso é imperativo. Agradecer-lhes pelo apoio no combate à pandemia. Isso é uma obrigação, Sr. Presidente. Esse deve ser o lema da nossa relação, a promoção da humanidade, do respeito pelos nossos povos e a expressão da nossa verdadeira gratidão ao povo chinês pela sua história e pela sua cooperação.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Mara.

Sr. Ernesto.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Muito obrigado, Senadora.

Senadora Mara Gabrielli, a sua pergunta infelizmente parte de uma leitura completamente incorreta de três situações que eu anotei aqui. Primeiro, que eu teria chamado a doença, a Covid, o coronavírus de "comunavírus". A leitura do meu artigo ao qual a senhora se refere deixa claro que essa é uma designação que eu usei para falar do vírus ideológico que, segundo um autor marxista, se implanta na esteira do coronavírus e levaria à instalação de um comunismo global. Então, seria esse vírus ideológico que eu chamei de "comunavírus", pela assonância com o coronavírus, mas justamente porque a tese desse autor que eu comentei é de que existe o coronavírus, uma pandemia, e, com base nela, a partir da atmosfera que ela gera, uma oportunidade para uma instalação ideológica do comunismo, segundo ele, não é? O texto não tem absolutamente nenhuma ofensa à China. E a leitura do texto deixa isso absolutamente claro.

Também jamais ofendi o Embaixador chinês. O que aconteceu, em duas ocasiões, a primeira foi uma ofensa do Embaixador chinês ao Presidente da República, através de um retuíte. E eu, o que fiz, através de uma nota do Itamaraty, foi o que qualquer diplomacia faria, que é dizer que isso é inaceitável, isso está fora da prática diplomática, está fora da Convenção de Viena.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E numa segunda ocasião, quando, também a partir de trocas de tuítes, a Embaixada da China fez uma nota em tom, de certa forma, ameaçador a pessoas brasileiras, dizendo que pessoas que falassem mal da China se arrependeriam no Brasil, o que evidentemente também e novamente contraria a prática diplomática.

Em nenhum desses casos, houve qualquer ofensa ao Embaixador da China. E em ambos os casos, eu deixei claro – e as notas do Itamaraty deixaram claríssimo – que o nosso objetivo nessa repreensão ao comportamento desse Embaixador era com o objetivo de manter as ótimas relações entre o Brasil e a China.

E, por fim, em relação a boicotes que a senhora alega, do Presidente à CoronaVac, enfim, qualquer que seja a atitude do Presidente da República em relação à CoronaVac, eu jamais participei de qualquer decisão de boicotar essa ou aquela vacina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Tudo bem, Senador Randolfe, Presidente. Muito obrigada. Eu sabia que não teria a resposta mesmo.

Eu utilizei o tempo mais especificamente para congratular e agradecer e mostrar a gratidão que eu, o Estado de São Paulo e o povo brasileiro temos pela China e por tudo que a China representa neste momento, tá?

E, assim, dizer que eu sinto vergonha de ter um Chanceler e um Presidente que descumpriram a diplomacia, que é o que a gente mais precisa para se relacionar bem com os outros povos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigada, Senadora Mara Gabrilli.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. ex-Ministro Ernesto Araújo, Sras. e Srs. Senadores, com relação às declarações do Ministro Ernesto Araújo, percebo que a condução da política externa, durante sua gestão, não constituiu fator que tenha prejudicado o Brasil durante a pandemia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil ingressou no consórcio Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde, recebeu vacinas e insumos – inclusive sendo o destino principal das exportações chinesas – e realizou o trabalho de assistência consular dentro dos limites de suas competências, lembrando que não cabe ao Itamaraty definir os tempos e a natureza dos contratos de compras de vacinas. Aliás, a assistência consular prestada pelo Ministério das Relações Exteriores foi fundamental, amparando um significativo contingente de brasileiros em situação de vulnerabilidade e facilitando o seu retorno ao País.

Ainda sublinho, Sr. Presidente, que o consórcio da Covax Facility tem tido problemas para a entrega das doses programadas para os países, como o Brasil, que aderiram ao programa. Isso porque os grandes produtores de vacinas do mundo não estão tendo as exportações autorizadas pelos seus governos. Há uma má e evidente desigualdade no fornecimento de vacinas, uma vez que os países ricos, cerca de dez deles, detêm 70% das vacinas aplicadas no mundo.

Outro exemplo que ilustra essa disponibilidade limitada por força da grande demanda de insumos e da pouca oferta ocorreu na América Latina, com o atraso na distribuição da AstraZeneca. Segundo matéria do jornal *O Globo*, milhões de doses continuam armazenadas e sem uma data para começarem a ser distribuídas. Segundo a reportagem, a demora tem gerado incômodo entre o laboratório mexicano Liomont, responsável pela separação e o envase das doses, e a argentina mAbxience, responsável pela produção da substância ativa. Como consequência desse impasse, nenhuma dose da vacina latino-americana foi aplicada na região.

Apesar dessas dificuldades, Sr. Presidente, para a obtenção de vacinas e insumos, que não são de natureza política, mas de insuficiência de oferta frente à demanda global, gostaria de registrar que, nesta terça-feira, alcançamos a marca de 90.664.475 doses de vacinas distribuídas aos Estados brasileiros e um total de 53.648.292 doses aplicadas. Com esse resultado, o Brasil se mantém em quarto lugar no *ranking* mundial em termos absolutos, tendo vacinado, com pelos menos uma dose, 36.377.591 pessoas e, com a segunda dose, já ultrapassamos 17 milhões de brasileiros.

Ainda é importante pontuar, Sr. Presidente, o recente anúncio do banco de investimentos BTG, que elevou sua projeção de crescimento do PIB brasileiro este ano de 3,5% para 4,3%. Ao revisar a estimativa, o BTG se alinha às previsões de outros grandes bancos, como o Berkley, que elevou sua projeção de 3,2% para 4,3%; do Credit Suisse, de 3,6% para 4%; do Goldman Sachs, de 4,1% para 4,5%; do Morgan, de 2,9% para 4,1%; e do UBS, de 3% para 4,5%.

Digo isso, Sr. Presidente, porque, no início do ano, se falava que a economia brasileira não ia crescer nem 3%, e hoje as estimativas já elevam o crescimento do nosso PIB para além



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 4%. E todos nós sabemos o que isso significa: significa emprego, significa renda, significa oportunidade de trabalho, de construção da felicidade individual de cada brasileiro.

Esses dados, em conjunto, mostram que a política de vacinação em massa e, consequentemente, uma maior retomada das atividades econômicas vão, aos poucos, pavimentando o caminho para a consolidação do crescimento da economia brasileira, ampliando os instrumentos de que dispomos para o enfrentamento dessa grave crise sanitária em todas as suas faces.

Feitas essas considerações, eu formulo alguns questionamentos ao ex-Ministro Ernesto Araújo.

Primeiro, V. Sa. mencionou a importância de preservar as relações comerciais do Brasil, por exemplo, com a China e os países árabes, tendo afirmado que essas relações não foram prejudicadas em face de sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores. Gostaria que V. Exa. apresentasse exemplos com números concretos do que foi feito durante o período em que esteve à frente do Itamaraty para incrementar essas relações, especialmente com a China.

E, ainda, em relação à China, eu indago: o Governo chinês, em algum momento, apresentou algum condicionamento à liberação de vacinas e insumos? O Brasil, na sua avaliação, foi discriminado pela China no fornecimento de insumos ou vacinas? E, finalmente, ainda nessa primeira pergunta, houve algum problema de natureza política que possa ter atrasado a entrega desses produtos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) - Muito obrigado, Senador.

Bem, em relação ao que foi feito especificamente com a China, se entendo bem, tivemos, nesse período em que eu comande o Itamaraty, oportunidade de organizar duas visitas presidenciais: uma do Presidente Bolsonaro à China e uma do Presidente Xi Jinping ao Brasil. Houve uma Comissão de Relacionamento Econômico, presidida, no caso do Brasil, pelo Vice-Presidente, como é praxe há dez anos

- existe esse mecanismo -, e mantive vários contatos com o Chanceler chinês, meu contraparte direto. Todo esse conjunto de contatos rendeu avanços concretos na relação do Brasil com a China. Para dar dois exemplos: a abertura do mercado chinês para o algodão e para algumas frutas do Brasil, coisas fundamentais para vários Estados brasileiros, um mercado gigantesco, claro, evidentemente, como é o da China, onde cada abertura de novo produto precisa ser sempre comemorada, porque tudo resulta de uma negociação. E, aqui, como em tudo, claro, o Itamaraty não agiu sozinho, sempre em colaboração com outros



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministérios, especificamente, claro, o Ministério da Agricultura naquilo que tem a ver com a abertura de mercados, mas isso também resulta da qualidade das nossas relações políticas.

Além disso, posso até procurar para V. Exa. os números específicos do crescimento também dos investimentos chineses, mas cresceram nesse período. Não houve nenhuma restrição a investimentos chineses, muito pelo contrário. E o saldo brasileiro com a China cresceu, a participação da China como destino das nossas exportações cresceu, o comércio total e, sobretudo, as exportações brasileiras para a China cresceram de US\$66 bilhões, em 2018, último ano antes do nosso Governo, para US\$70 bilhões, em 2020, o que é extremamente expressivo, tendo em conta que foi um ano em que as exportações caíram para muitos países do mundo por causa da recessão advinda da pandemia. E, no primeiro quadrimestre de 2021, vemos números extremamente promissores. Posso confirmar, posso estar ligeiramente enganado, mas, se não me engano, são 18% de crescimento das vendas para a China no primeiro quadrimestre de 2021, se comparado com o de 2020. Então, para dar números globais.

A China jamais apresentou qualquer condicionamento de natureza política, comercial ou outra para a liberação das vacinas e insumos de vacinas. E o Brasil não tem por que se sentir, de nenhuma forma, discriminado pela China, muito pelo contrário. Isto foi dito por autoridades chinesas à nossa Embaixada em Pequim e foi declarado também pelo Embaixador da China em Brasília: que o Brasil foi o país que mais recebeu insumos da China em todo o mundo.

Se me permite um comentário a partir disso, Senador, eu acho que muita gente aqui no Brasil, numerosas pessoas, todo mundo acha que nós criamos problemas com a China, menos a China. As autoridades chinesas jamais nos deram indicação, direta ou indireta, de que qualquer comportamento do Governo brasileiro tivesse resultado num problema. Depois dessa situação que nós administramos aqui com o Embaixador da China, em março de 2020, por exemplo, tivemos vários contatos, mas, especificamente, queria citar uma reunião por teleconferência muito boa que tive com o Chanceler chinês em setembro, quando repassamos toda a agenda bilateral, falamos não só dos pontos específicos da agenda, mas reiteramos a amizade mútua. Não houve absolutamente, nem nas entrelinhas, nenhuma queixa, nenhuma sinalização de problemas. Então, nenhum agente chinês oficial jamais nos fez chegar o sentimento de que o Brasil tivesse criado problemas com a China e de que isso se refletisse, de alguma forma, na questão das vacinas.

Então, nem condicionamento político, nem condicionamento comercial, nem discriminação aconteceram, e não há nenhum indício disso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. ex-Ministro Ernesto Araújo, V. Sa. esclareceu que os atrasos na adesão à iniciativa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Covax Facility ocorreram em decorrência das previsões legais que impediam o Governo de aplicar recursos financeiros em um produto que ainda não existia. V. Sa. entende que as datas de adesão ao instrumento afetaram o cronograma de recebimento de vacinas?

O Itamaraty fez algum esforço para antecipar o cronograma de recebimento de vacinas pela Covax? E, finalmente, ainda nesta pergunta: o Brasil foi discriminado pela Covax no fornecimento de vacinas ou isso não passa de narrativa?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Bem, na questão das datas de adesão, de forma nenhuma houve qualquer relação estabelecida pela OMS, seja formal ou informalmente, entre data de adesão ao instrumento e data de recebimento de vacinas. Não existe nenhuma correlação.

Sim, no mês de março – agora não tenho a data exata –, o Itamaraty encaminhou, através da nossa missão a Genebra, uma carta do então Ministro Pazuello ao Diretor-Geral da OMS, dizendo que, diante da situação da pandemia no Brasil, pedindo que houvesse algum tipo de antecipação do recebimento de doses da Covax.

Então, fizemos esse esforço, quer dizer, dentro da minha gestão, acompanhei esse esforço do Ministro Pazuello nesse caso – e apoiamos esse esforço. Mas, realmente, tenho certeza de que não é discriminação contra o Brasil, nem má vontade, de forma nenhuma, da Covax, da OMS, o fato de que não tenhamos ainda recebido tudo aquilo que se esperava até o final de maio, que seriam mais oito milhões de doses; chegaram quatro milhões. Isso tudo já estava previsto lá em março, que receberíamos inicialmente um milhão de doses, que foram recebidas ainda na minha gestão, junto com o Ministro Pazuello, e depois mais oito milhões até o final de maio.

E há sinais claros de dificuldades da Covax para entregar vacinas não só para o Brasil, mas para todo o mundo. Há quadros aí mostrando que países grandes, países populosos, alguns deles receberam até agora, em alguns casos, zero dose da Covax, como, se não me engano, é o caso – posso estar enganado – do Paquistão e de Bangladesh; portanto, caracterizando que não há uma discriminação, mas que há um problema de disponibilidade realmente de doses no mundo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, a última indagação: eu apenas gostaria de retificar aqui o que foi colocado pelo Relator, Senador Renan Calheiros, que os Estados Unidos encaminharam cloroquina e não vacina ao Brasil. Mas nós sabemos que o envio da cloroquina ocorreu em julho de 2020 e, naquele momento, não havia nenhuma vacina aprovada no mundo contra o Covid-19.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço duas perguntas.

A primeira: o ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, em março de 2020, autorizou o uso da cloroquina no tratamento para o coronavírus também para pacientes graves. À luz de decisões como essa, V. Sa., ex-Ministro Ernesto Araújo, caracterizaria a busca de cloroquina pelo Governo brasileiro como um impulso ideológico ou como uma resposta a uma escassez real, prejudicial para o atendimento de múltiplas doenças crônicas?

E, finalmente, a última pergunta ainda: o que foi feito junto aos Estados Unidos para tentar obter vacinas do excedente disponível dos Estados Unidos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Obrigado, Senador. Em relação à hidroxicloroquina, tenho certeza de que a ação correspondeu a uma necessidade real de suprir o sistema de saúde brasileiro desse medicamento, que é utilizado para várias doenças e que, naquele momento, gerava expectativa de que pudesse ser utilizado também para a Covid. Mas, concretamente, o que foi feito foi para suprir o mercado brasileiro de hidroxicloroquina. Portanto, nada de ideológico.

Em relação...

Desculpe-me, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - À antecipação do acesso ao excedente de vacinas americanas, se houve algum esforço do Itamaraty...

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... nesse sentido.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Sim, houve um esforço. A nossa embaixada em Washington estava plenamente atenta para que, em algum momento, isso surgiria, essa possibilidade, uma vez que os Estados Unidos avançavam na vacinação e pareciam ter um estoque excedente. Graças aos excelentes contatos que a nossa diplomacia - no caso, a embaixada em Washington - mantém já com a administração Biden, a Casa Branca, em determinado momento, também no mês de março, procurou a embaixada discretamente para dizer que estavam começando a pensar num plano de alocação de doses excedentes, pediu que o Brasil se pronunciasse sobre os tipos de vacinas e que indicasse o interesse, que confirmasse. Eu falei com o Ministério da Saúde aqui e imediatamente instruímos a embaixada a confirmar esse interesse, pelos canais que os próprios americanos sugeriram, porque



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendo que não queriam que houvesse uma discussão mundial sobre países que receberiam ou não.

O fato de terem nos procurado mostra a qualidade da relação, mostra provavelmente que estão, digamos, buscando atender países próximos, como o caso do Brasil, com algum tipo de atenção especial – é claro, também reconhecendo a nossa necessidade.

Desde então, pelo que eu sei, durante a minha gestão, isso sim, ficamos em contato, através da embaixada em Washington, permanente para, digamos, avaliar o avanço desse oferecimento americano.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu passarei pela ordem. O próximo é o Senador Heinze, mas passo, pela ordem, para a Senadora Simone Tebet.

Só um esclarecimento a esta CPI.

Foram requisitadas as informações sobre a doação de oxigênio da Venezuela – se teria sido, por parte do Governo Venezuelano, da White Martins. Acaba de chegar, trazida pelo Senador Humberto Costa, a fatura, sem valor comercial, do Governo da República Venezuelana, que confirma a doação.

Consta aqui: "Fatura sem valor comercial. *Este material es donativo de la Siderúrgica de Orinoco.*"

A fatura aqui está e eu encaminho para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senadora Simone Tebet, pela ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu peço a palavra pela ordem, como Líder da Bancada Feminina.

Eu estava no meu gabinete assistindo ao depoimento do ex-Ministro Ernesto Araújo, quando fui surpreendida por uma fala do Senador Angelo Coronel. Estou aqui com as notas taquigráficas e o Senador Angelo faz o seguinte comentário e questionamento ao ex-Ministro:

Ministro, o senhor foi muito maldoso e leviano, posso assim considerar, com a nossa colega Senadora Kátia Abreu ao insinuar que ela teria algum interesse menos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

republicano ao suscitar a questão do 5G e a China. Embora ela e todo o Senado já lhe tenham respondido à altura de seu desafio, eu lhe pergunto: o senhor não desejaria aproveitar seu depoimento para pedir desculpas à Senadora e se retratar, talvez, por aquelas palavras com que o senhor a acusou injustamente, levianamente?

Resposta do ex-Ministro: "Vou, Senador. Bem, na referência que eu fiz a determinado comportamento da Senadora Kátia Abreu, eu, simplesmente, disse a verdade; eu, simplesmente, relatei um fato. Então, eu jamais vou me arrepender de dizer a verdade".

Eu pergunto a V.Sa. se V. Sa. se arrepende de dizer tantas mentiras.

Com isso, eu quero dizer que V. Sa. está sob juramento. E há o crime de falso testemunho. Se V. Sa. não tem provas em relação ao que disse, V. Sa. agrediu, alegando a uma Senadora, respeitada, de credibilidade, como a Senadora Kátia Abreu, um crime que ela, tenho certeza, não cometeu, de tráfico de influência.

Portanto, V. Sa., se não provar imediatamente, terá que responder por crime de falso testemunho e crime de calúnia contra uma Senadora da República.

Volto a perguntar a V. Sa., sob pena de pedir a esta Comissão que um membro desta Comissão convide ou convoque os Embaixadores que estavam nesse almoço e os assessores da Senadora Kátia Abreu para, numa acareação, poderem dizer, afinal, quem está dizendo a verdade, quem está dizendo a mentira.

Porventura V. Exa. está confirmando nesta reunião, sob juramento, que a Senadora Kátia Abreu cometeu tráfico de influência? Ou disse, naquele momento, tentou insinuar, naquele momento, que estava tentando, de forma não republicana, oferecer a V. Sa. a oportunidade de estar vendendo, de alguma forma, a propaganda, junto ao seu Governo, do 5G oferecido pela China, ex-Ministro Ernesto Araújo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É uma questão de agressão a uma Senadora da República por um membro, que está aqui sob juramento. Ele está acusando a Senadora, como qualquer Senador da República, de um fato gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, mas ele falou isso agora aqui?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele falou, e eu estou com as notas taquigráficas neste momento.

Eu peço a V. Sa, com todo o respeito...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já requisitamos as notas taquigráficas, Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós podemos colocar uma pedra em cima desta questão ou podemos levar isto adiante, porque a Bancada Feminina não admite que qualquer membro dela seja agredida dessa forma, sem nenhum tipo de prova, ao contrário, num discurso leviano.

Repito: V. Exa. teve a oportunidade de se retratar e não teve a humildade fazê-lo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Mais cedo, a Senadora Kátia teve oportunidade de, por 15 minutos, falar aqui. Este assunto não foi nem levantado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi levantado posteriormente, Sr. Presidente, pelo Senador Angelo Coronel. Ele fez uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas não foi levantado naquele momento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agora, nesse momento, ele fez a seguinte pergunta, eu vou responder no final: "O senhor não desejaria aproveitar seu depoimento para pedir desculpas à Senadora e se retratar, talvez, por aquelas palavras com que o senhor a acusou injustamente, levianamente?"

Resposta do ex-Ministro: "Bem, na referência que eu fiz a determinado comportamento da Senadora Kátia Abreu, eu, simplesmente, disse a verdade. Eu, simplesmente, relatei um fato. Então, eu jamais vou me arrepender de dizer a verdade".

Ele, simplesmente, está aqui ratificando que está acusando a Senadora Kátia Abreu de um crime. É importante que ele se retrate neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor quer responder? Por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Se a Senadora Kátia Abreu se sentiu ofendida, ela vai tomar as medidas legais contra a pessoa. Não tem de tratar na CPI isto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pergunta da Senadora Simone, Senador Flávio, é muito objetiva: sim ou não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Sem tomar partido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim ou não, até porque só esse fato de ele não ter já basta para a Senadora Kátia, se se sentir ofendida ou acusada injustamente, já basta para ela tomar as providências legais que tem que fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas talvez a afirmação que ele tenha dito não tenha sido uma agressão como ela está colocando.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É distorcida a premissa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por isso nós estamos dando a oportunidade de o ex-Ministro falar. Se não, eu vou pedir a um membro desta Comissão...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Aqui não é o local.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu tinha dado a oportunidade de ele falar antes, ele não quis.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que convoque os Embaixadores que estavam no almoço, junto com os assessores da Senadora Kátia Abreu, para fazer a acareação.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O que 5G tem a ver com Covid?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso?

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nada. A pergunta não foi feita nem aqui; foi feita pelo Senador Angelo Coronel.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso responder, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Sim. Senadora Tebet, sim. Esse tema já está, na verdade, judicializado, e as testemunhas falarão em juízo para o esclarecimento desse tema.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, apenas para deixar muito claro, aqui é o Senado Federal. Qualquer pessoa, qualquer cidadão que ofender um Senador ou uma Senadora ou acusá-la justa ou injustamente, em qualquer ambiente do Senado Federal, está acusando injustamente uma representante do povo, seja Senador ou Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei, Senadora! Mas o que...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós não poderíamos, neste momento – o Senador Humberto Costa tinha pedido a palavra antes, eu disse que falaria em nome da Liderança da bancada –, nós não poderíamos, depois da ratificação do ex-Ministro, ficar calados diante dessa situação. Não importa se é numa CPI ou no Plenário virtual ou no Plenário presencial. Ele está, de alguma forma, dentro do Senado Federal, dizendo que a Senadora Kátia Abreu teria cometido um crime de tráfico de influência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu acho que é a senhora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E nós precisamos neste momento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... ouvi-lo, até para que ele possa confirmar ou não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele já...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele não disse que a Senadora Kátia está cometendo um crime.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele já acabou de responder que não quer responder. E nós depois vamos tomar as providências cabíveis.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Muito obrigada, ex-Ministro Ernesto Araújo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A Senadora Kátia tem o nosso respeito e a nossa solidariedade, mas as palavras do Ministro não indicam necessariamente que ele a esteja acusando de algum crime. A gente precisa ter mais tranquilidade, mais calma. O assunto está judicializado e estará explicado. A fala do Ministro não foi para fazer uma nova ofensa. Ele não veio com esse propósito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi para ratificar e confirmar o que havia dito antes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, mas a interpretação está sendo colocada por V. Exa. O Ministro apenas se resumiu...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estou temporariamente satisfeita porque ele não teve a capacidade de reconhecer e ter a humildade de pedir desculpas a uma Senadora da República.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Senador! Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma ponderação.

Agora há pouco, o Senador Humberto tentou fazer uma provocação ao Ministro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso, para que ele...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para que ele se manifestasse sobre essa situação. Eu fiz uma ponderação ao Presidente de plantão naquele momento de que não alongássemos nesse assunto, porque, primeiro, a Senadora Kátia não está aqui; segundo, essa situação tinha sido feita numa rede social, lá atrás, e não é objeto



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta CPI. Ele não veio aqui deliberadamente falar sobre essa situação, reposicionar-se sobre essa situação. Foi um Senador da República que provocou e pediu a ele que, se fosse o caso, se retratasse. Ele simplesmente disse que não o faria, porque disse a verdade. Então, ele não veio aqui deliberadamente fazer qualquer acusação. Não fez isso. Então, apenas isso. Eu acho que nós estamos...

O que está acontecendo aqui está colocando o tema numa dimensão que não era objeto da reunião. Apenas por essa questão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Estava colocando o tema na dimensão que ele merece, porque nós estamos falando de uma Senadora da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agora, com relação à Senadora Kátia Abreu, todos nós...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente, eu estou temporariamente satisfeita, mas, enquanto colegas falarem em relação ao assunto que eu tratei com a Presidência e com o ex-Ministro, vai ter resposta e eu vou pedir direito de resposta. Enquanto falar do assunto; do contrário, por enquanto, eu estou satisfeita.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agora, com relação à Senadora Kátia Abreu, todos nós temos profundo respeito por ela e manifestamos, inclusive, solidariedade a ela quando do acontecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu fui solidário à Senadora Kátia, continuo sendo solidário à Senadora Kátia. Eu convivo com ela há mais seis anos aqui e realmente eu não creio que ela tenha feito alguma coisa não republicana, mas a Senadora Kátia deve ter entrado na Justiça contra o ex-Ministro por injúria e calúnia, deve ter um processo, e ele acabou de dizer que está sendo judicializado. E a própria Senadora Kátia Abreu, numa demonstração clara de que aqui estava discutindo Covid, nem tocou nesse assunto. Ela poderia muito bem ter tocado no assunto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente, o assunto veio à baila posteriormente à fala dela.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu sei. Eu sei.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Eu, como Líder da Bancada Feminina, tenho a obrigação de aqui defender qualquer Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... da minha bancada quando ofendida.

Eu, por enquanto, estou satisfeita com a resposta do Ministro Ernesto pelo simples fato de que ele não teve a humildade de reconhecer que errou. Ele poderia muito bem dizer: "Olha, não foi bem isso. As palavras... Nós estávamos numa reunião onde foi tocado ou não o assunto". Ele não o fez. Então, ele que responda na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Agora, isso não faz com que um Senador tenha que questionar a mim o direito de fala porque outro Senador falou.

Com todo respeito, Senador Humberto Costa, eu não sou V. Exa. V. Exa. não fala por mim. Então, quando V. Exa. me ajuda ou ajuda uma colega, eu agradeço. Agora, eu tenho o direito de falar mesmo que alguém venha em minha defesa ou em defesa de uma outra Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senadora Simone Tebet.

Nós iremos continuar solidários à Senadora Kátia.

Eu, pessoalmente, tenho um carinho muito grande por ela. Eu a conheço e sei...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... que ela tem uma retidão muito grande e tem posições.

E, também, a gente, em toda eleição, tem que ficar preocupado. Já mandei fazer dois livros de ata. Em eleição para Presidente da Mesa, nós ficamos preocupados. Tem que ter dois livros de ata: um, a Senadora Kátia pode segurar e ninguém tira dela, e outro para a gente votar. (*Risos.*)

Então, sabe que eu tenho um carinho muito grande. O filho dela é do meu partido, é do nosso partido. A Senadora Kátia tem todo o meu respeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra à Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Senadora Leila.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - É o Senador Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Desculpa. Senador Luis Carlos Heinze. Desculpa, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A gente estava até brincando ali fora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) - Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, eu sou engenheiro agrônomo e sempre me espelhei em grandes nomes como Luís Fernando Cirne Lima e Alysson Paulinelli, meus mestres. Quando a gente vai falar em agronomia, a gente se lembra dessas pessoas que iniciaram um processo para que o Brasil fosse um grande exportador de alimentos - era importador nos anos 70 e, hoje, é um dos maiores exportadores do mundo.

Mas isso não é o que nos vimos hoje, infelizmente, aqui no Brasil, com cientistas como Luc Montagnier, cientista francês; Satoshi Omura, cientista japonês - esses dois médicos receberam o Nobel de Medicina no mundo -; Vladimir Zelenko, que hoje é um outro médico ucraniano que está concorrendo a um Prêmio Nobel da Paz; e também Didier Raoult, seguramente uma das maiores figuras científicas na área de virologia. Essas quatro pessoas recomendam o tratamento precoce e a ivermectina.

Então, falo em nome deles. A partir dessas pessoas é que nós estamos vendo que, desde o início da pandemia, diversas ações do Governo Federal e de pesquisadores e médicos brasileiros estão sendo alvo de campanhas difamatórias que visavam à desconstrução de reputações, perseguição a profissionais e até mesmo a ideias científicas. Parte dessa campanha tem certamente interesses políticos contra o atual Governo brasileiro e, de outro lado, interesses econômicos da própria indústria farmacêutica, que quer vender tratamentos caros e que a população aguarde as vacinas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou entrando, Sr. Presidente, com uma representação nesta Casa, só para fazer esse chamamento.

Um colega hoje falou em charlatões. Senador Renan, eu tenho, no meu gabinete, mais de 14 mil médicos do Amapá, do Rio Grande do Sul, com seu CRM, que adotam esse procedimento, fora outros tantos que, de uma certa forma, também não colocam, mas também adotam. Então, cientistas e esses médicos adotam esse procedimento.

A perseguição ao uso da hidroxicloroquina, utilizada com sucesso em vários países, começou de uma fraude deliberada.

Aqui vou citar dois fatos. Após a pesquisa da Universidade de Harvard, publicada na revista *Lancet*, envolvia uma companhia de fachada, Surgisphere, que dizia ter registro de 671 hospitais que misteriosamente pediam para que permanecessem anônimos e alegava que o tratamento com hidroxicloroquina estaria matando pacientes de Covid. Jornais brasileiros não noticiaram essa fraude da revista *Lancet* como uma farsa, publicaram apenas que era um erro técnico.

A *Folha de S.Paulo* disse: *The Lancet* retrata o estudo que apontava o maior risco de morte associado à hidroxicloroquina, dizendo que a retratação se devia ao fato de que a Surgisphere se negava a compartilhar sua base de dados, omitindo totalmente a farsa. É grave.

Da mesma forma, no *site* da NIH, dos Estados Unidos, ainda figuram estudos inapropriados para abortar o tratamento precoce, porque são de pacientes hospitalizados de doença avançada.

Aqui agora estou falando de um segundo erro gravíssimo, que é a pesquisa de Manaus. Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, que é do seu Estado, onde nós vimos 22 mortes nesse processo. Essas duas pesquisas, *Lancet* e da revista *Jama*, no caso de Manaus, foram fundamentais para que a OMS – escutem bem! – no final do ano passado retirasse a recomendação de hidroxicloroquina. Só foi retirada por pesquisas fraudulentas.

Aqui está, para quem quiser ver, a retratação da revista *Lancet* nesse processo. Então, nesse sentido, são casos gravíssimos e isso acaba tirando fora do processo um produto sério. Tivemos ensaios positivos de uso precoce da hidroxicloroquina, não apenas observacionais, como dizia Didier Raoult, como também de um estudo randomizado duplo cego, como o ensaio do pesquisador Boulware, com resultados que mostram benefícios da droga.

Hoje nós temos a ivermectina que, durante muito tempo, praticamente passou despercebida dessa perseguição porque Trump e Bolsonaro não tinham comentado sobre seu uso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso ensaio aqui no Brasil, também com Annita, que foi financiado 100% do Governo brasileiro, do Governo Bolsonaro, do Ministério da Ciência e Tecnologia, mostrou claramente a capacidade da droga de reduzir a carga viral entre o primeiro e o quinto dia. Esses carimbos de burocratas, não pesquisa de cientistas, têm impedido o Brasil de salvar vidas. Enquanto isso, milhares de pessoas foram salvas e tratadas pelo professor de medicina e infectologista Edimilson Migowski, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Annita; pelo infectologista Francisco Cardoso, do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, que usa hidroxiclороquina e ivermectina; pela pneumologista Alla Dolganova; e também pelo infectologista Ricardo Zimmermann, e seus colegas que compartilham de suas ideias. São milhares de casos. Estou falando de coisas sérias que nós temos hoje aqui no Brasil, mas infelizmente há esse assassinato de reputação. Só porque o Presidente Bolsonaro falou, hoje o mundo cai em cima dele e em cima de médicos de direita e médicos de esquerda. Estou falando de centenas, milhares de cientistas e médicos que hoje têm a sua posição achacada. E nós estamos trazendo, inclusive, nomes de alguns desses cientistas, para que a sociedade brasileira tenha noção. Infelizmente, a mídia não fala nesse assunto.

Portanto, os opositores que atacam o Governo são o motor das mortes nesta pandemia; são esses os genocidas, as pessoas que um dia disseram que a indústria farmacêutica lucrava com mortes e hoje são motor de lucro com seus ataques, seu interesse político.

Em relação às vacinas, o Governo brasileiro não só buscou, mas também estimulou o desenvolvimento de novas imunizações, com 100% de tecnologia brasileira. Através do árduo trabalho do Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje temos dez projetos desenvolvidos, quatro deles em fase de ensaios clínicos. Repito: recursos da USP, recursos federais – na USP de Ribeirão Preto, vacina bem adiantada, da mais adiantada que tem, com recursos federais; no Instituto de Cardiologia de São Paulo, também; e na Universidade Federal de Minas Gerais. São três projetos em fase adiantada, em torno de dez que existem hoje funcionando aqui no Brasil.

Da mesma forma um trabalho que estamos fazendo, citar aqui o Senador Wellington Fagundes, que estava conosco, o Senador Nelsinho Trad, que nós temos trabalhado, Senador Confúcio Moura, para que empresas brasileiras, empresas brasileiras hoje, o chamado grupo G12, de doze grandes laboratórios em medicamentos humanos e mais quatro laboratórios de medicamentos veterinários, negociando com 16 princípios ativos de empresas chinesas, russas, indianas, belgas e canadenses. Essas empresas estão negociando para produzirem vacina aqui no Brasil. Então, isso é um ponto importante, que já está em andamento, para que, juntamente com o Ministério da Agricultura, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde e a própria Anvisa, em negociação com esses princípios ativos desse laboratório, desses medicamentos que falo, nós possamos ser produtores de vacina. Isso é uma realidade e já está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo no Brasil. Infelizmente, não é o que nós ouvimos aqui. E eu quero retificar e ratificar.

E, para finalizar, sobre o tratamento precoce. Cito aqui, Senador Renan, Chapecó, que adota o tratamento, Prefeito João Rodrigues, o índice de letalidade, Senador Omar, está em 1,66; Condor, Rio Grande do Sul, 0,77; Porto Feliz, São Paulo, 1,14; Porto Seguro, Estado de Bahia, 0,85. Temos uma média de 40 Municípios, Senador Renan, onde fizemos a média – e deu 1,4 – adotando esse procedimento de tratamento precoce. E 1,4 é a metade de 2,8, que é a letalidade do Brasil. V. Exa. fala em 436 mil mortes. Aplicada essa regra, nós teríamos 218 mil mortes. Então, o genocida é aquele que não recomenda esse tratamento e está criminalizando esse tratamento por milhares de médicos que adotam esse procedimento. Imagina que hoje, em Natal, médicos fizeram um protesto para poder usar esse procedimento. Em Joinville, Santa Catarina, da mesma forma. E assim, no Brasil inteiro, médicos têm que entrar com ações na Justiça para não serem criminalizados.

Hoje à noite, Senador Omar, estou juntando a Procuradoria-Geral da República e a Advocacia-Geral da União para colocar à disposição do Conselho Federal de Medicina e de alguns desses injustiçados. São cientistas que querem ir embora do Brasil por causa de questões políticas. Nunca houve isto: médicos de direita, médicos de esquerda. Existe o tratamento. Por que criminalizar?

Nosso Embaixador falava da cloroquina. Essa cloroquina que veio dos Estados Unidos naquele instante, era uma pesquisa que estava sendo feita, parece que numa universidade na Flórida, e seria feita também a pesquisa no Brasil, com aquilo que veio lá. Não era para substituir vacina, que nem tinha vacina naquele instante. Então, só... Essa é uma colocação importante que eu quero registrar nesse instante aqui, e que nós não possamos criminalizar essas pessoas que estão salvando vidas. Por isso, é importante...

E se nós examinarmos dados, como eu citei desses 40 Municípios, nós temos vários outros... Dá para comparar, Senador Omar, no seu Estado do Amazonas, Manaus com Belém, que estão no mesmo paralelo, e são situações bem diferentes; o próprio Estado do Amapá, Senador Randolfe aqui, que já está aplicando um tratamento de multidrogas, onde esse tratamento precoce está preconizado: a letalidade lá é bem menor que do Estado do Amazonas.

Então, esse é um problema sério, e eu gostaria que esta Comissão também se debruçasse nesse sentido, para evitarmos assassinato de reputação, porque nunca houve médico de direita ou médico de esquerda. Eu disse num pronunciamento que fiz, num debate, imaginem: eu sou agrônomo. O Brasil hoje é o maior exportador de soja do mundo, de laranja do mundo, de boi do mundo, de frango do mundo. Aparece um vírus, uma doença, quer dizer,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não posso usar porque quem recomendou é um agrônomo de esquerda? Jamais! A mesma coisa da soja, maior item da balança comercial brasileira. Aparece uma doença, como é que eu vou dizer que eu não usar porque veio do médico agrônomo de esquerda? Negativo. O que vem para somar àquilo que é necessário para a produção brasileira.

Portanto, esse é o ponto, Senador Omar, que eu venho trazer aqui, nesse instante, que nós temos que parar de assassinar reputação de especialistas, cientistas, que têm a sua posição, e de algumas das universidades brasileiras, que hoje estão sendo criminalizadas justamente por essa posição, Senador Marcos Rogério. É muito ruim quando se tira a liberdade. O próprio Conselho Federal de Medicina deu a liberdade do ato médico, de ele fazer a receita que quiser, pode recomendar, e é permitido isso.

E veja: esses dois fatos, Manaus e Harvard retiraram; sabe quando é que a OMS retirou, Senador Renan? No final do ano passado. Até então não tinha problema com relação à hidroxiquina, cloroquina, estavam permitindo. Na próxima sessão, eu vou trazer protocolos médicos de outros países que estão usando também, e ninguém criminaliza lá porque é de direita, ou que é de esquerda, mas aqui dentro do Brasil, porque o Bolsonaro falou, "bom, então, eu sou contra o Bolsonaro, eu tenho que ir contra esse tratamento".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não foi o Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Morrem vidas. Morrem vidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Presidente Bolsonaro não falou, ele falou... Alguém, cientificamente, o orientou, porque ele não ia falar da cabeça dele isso. Ele não ia buscar... Quem é que disse para ele sobre essa questão? Não foi ele que tirou isso, ele não acordou e disse "não, isso aqui salva". Alguém o convenceu...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... de que era um medicamento, então não é o Presidente que fala só, alguém o convenceu a fazê-lo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Didier Raoult, um dos maiores virologistas do mundo, primeiro falou a Trump, que usou a frase "Didier Raoult". Não é qualquer pessoa: Didier Raoult é um dos maiores virologistas do mundo. Falou, Trump falou esse assunto nos Estados Unidos e, na sequência, dias depois, Bolsonaro falou no Brasil. Aí veio a guerra, por causa de questões políticas, por questões ideológicas e também por questões econômicas. Não queira imaginar que a big pharma não tem seus interesses nessa questão, num mercado bilionário. Não é uma empresa, inúmeras empresas têm seu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse. Essa é a realidade, esse é o fato, e esse desabafo que faço, como profissional da agronomia, é em relação ao respeito aos profissionais da saúde, que merecem respeito.

Infelizmente, estão criminalizando pessoas sérias neste País, de Norte a Sul do Brasil. Em qualquer canto do País, esses profissionais estão sendo achacados. Uma repórter perguntou assim: "O senhor já está prescrevendo hidroxicloroquina?" Eu, não. Eu tenho procuração desses 14 mil médicos – já tenho o nome deles e o CRM – de qualquer Estado brasileiro que estão usando esse tratamento. E vejam: uma pesquisa fraudulenta.

Se vocês olharem exatamente, Senador Omar Aziz, o que foi feito em Harvard, vocês vão ver o que aconteceu, um abuso. O que foi feito em Manaus foi um abuso. Não podemos fazer uma dose letal. Em Manaus, fizeram uma dose letal, que sabiam que hidroxicloroquina é para uso em pacientes de um a cinco dias. Lá, há gente que já estava intubada e fizeram dose letal, muito mais do que a dose normal que se aplica nas pessoas. Foi um ensaio criminoso.

Por isso, na sexta-feira passada, eu representei, na Polícia Federal, pedindo que eles analisassem a pesquisa de Manaus. Alguém tem de ser responsabilizado. Já apresentei aqui, nesta Comissão, para que o Presidente do Conep e o Presidente da Fiocruz viessem aqui explicar. É um abuso.

Senadora Leila, se pegarem as datas, elas estão adulteradas. Não se pode fazer isso. Datas adulteradas numa pesquisa que alguém tem de explicar a forma como fizeram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Talvez um dos poucos Estados brasileiros que tenha especialidades em várias doenças é o Estado do Amazonas. Isso eu posso falar para você, porque eu governei aquele Estado. O Instituto de Medicina Tropical do Estado do Amazonas é reconhecido mundialmente e é onde tem pesquisadores sérios.

A Fiocruz, no Estado do Amazonas, é uma instituição respeitadíssima. Se você for no Alfredo da Matta, cuja especialidade é em todo tipo de doenças, que tem na nossa região, poucos têm isso. Então, a cloroquina é uma velha conhecida nossa. É o quinino, que é utilizado na malária. Quem lá no Amazonas não teve malária ainda? O problema do quinino é que ele afeta o fígado. Tomado, vai dar um... Isso é normal. Todos nós sabemos disso. Qualquer caboclo sabe disso.

Foi o grande problema que aconteceu na BR-319, na 174, na 364, todas as estradas que foram feitas na década de 70, feitas lá, o grande problema foi aquela ferrovia que tem lá na região, o número de óbitos por malária... Daí descobriram que o quinino salvava, isso é antigo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje a cloroquina é isso. Mas não dá para a gente discutir, Senador. Eu não estou aqui, eu não prescrevo remédio. Eu não tenho essa mania. Eu não sou médico.

Então, veja bem: nós vamos trazer a Dra. Yamaguchi aqui para falar. Vêm outras pessoas que defendem a utilização precoce da cloroquina. E, aí, vai ter um debate em cima disso. Até agora, infelizmente – infelizmente, eu digo porque seria bom se dessem resultados positivos –, ontem, uma Comissão formada pelo Ministro Queiroga analisou que não é para ser colocada em hospitais. Isso foi colocado. Não fui eu quem disse isso. Foi uma Comissão que o Ministro Queiroga montou. É uma Comissão que não é de funcionários públicos, são profissionais e tal. Então, é um debate que vamos levar.

A gente espera, realmente, que haja um remédio que não permita o óbito das pessoas. Estamos torcendo por isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Mas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila, depois Senador Flávio Bolsonaro, depois Senadora Eliziane, remotamente. A Senadora Simone Tebet retirou a sua inscrição. Senador Izalci, Senador Fabiano Contarato, Senadora Zenaide, Senador Jean Paul Prates e Senador Jorge Kajuru.

Eu quero dizer a vocês que já abriu a sessão. Então eu vou ouvir logo a Senadora Leila, logo em seguida o Senador Flávio e depois a gente discute aqui o que nós vamos fazer.

Senadora Leila, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente Omar Aziz. Saúdo a todos, cumprimento a todas as Senadoras e Senadores e também o ex-Chanceler Ernesto Araújo.

Eu me sinto contemplada pela maioria dos questionamentos que foram feitos aqui nesta sessão, mas eu gostaria de retomar o tema *fake news*. Eu gostaria de indagar o senhor sobre o que acha do uso de *fake news* sobre a pandemia em redes sociais. Aliás, depois da pergunta do Senador Alessandro Vieira, sobre o porquê de o Brasil não assinar um acordo com outros países contra a disseminação de *fake news* na pandemia, me parece até claro por que não assinamos, mas vamos lá.

Vale lembrar que, há algum tempo, o senhor foi corrigido publicamente pelo Ministro do STF Gilmar Mendes, ao publicar em suas redes sociais, precisamente no dia 10 de março agora, de 2021, em inglês, notícia falsa sobre o enfrentamento da pandemia no Brasil. Em comentário à reportagem da CNN, o senhor diz, abro aspas: "A CNN entendeu tudo errado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre Brasil e Covid. [...] Depois da decisão da Suprema Corte, de abril de 2020, os Governadores – não o Presidente – têm na prática toda autoridade para estabelecer e administrar todas as medidas de distanciamento social". Foi então que o Ministro Gilmar Mendes lhe corrigiu, postando o seguinte, abro aspas: "*Fake news!* Aqui está o fato real: a Suprema Corte brasileira decidiu que as administrações federal, estaduais e municipais têm autoridade para adotar medidas de distanciamento social. Todos os níveis de Governo são responsáveis pelo desastre que estamos enfrentando".

Eu pergunto ao senhor, ex-Chanceler Ernesto Araújo: qual era o seu objetivo ao publicar uma notícia com tamanha desinformação? Foi por isso que nós não assinamos o acordo contra *fake news* sobre a pandemia? Porque o senhor não respondeu claramente ao Senador Alessandro sobre o fato de nós não termos assinado esse acordo, e eu gostaria de entender por que o senhor postou essa desinformação, tirando a responsabilidade do Presidente e dizendo que caberia só aos Governadores, e foi corrigido pelo Ministro Gilmar Mendes. E sobre a questão desse acordo, por que nós não o assinamos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senadora.

Em relação a essa postagem, eu me preocupei muito realmente quando vi uma notícia na CNN Internacional que tratava de uma maneira que me pareceu muito distorcida a realidade da pandemia no Brasil, dizendo que o Presidente não fazia nada porque não queria, em relação à pandemia, sem fazer nenhuma referência a vários esforços do Governo Federal. Aí sim, me parece, várias desinformações sobre a realidade no Brasil.

Eu me preocupei, já que era público internacional, em fazer uma postagem em inglês para mostrar... Isso faz parte da tentativa que o Itamaraty tem que fazer de mostrar a realidade da situação do Brasil em cada momento... Eu me preocupei em fazer uma postagem sobre vários aspectos, falei do auxílio emergencial, que tinha sido ignorado pela reportagem, muitos bilhões de dólares.

Eu falei das transferências, justamente, do Governo Federal aos Estados para reforçar o sistema de saúde; falei, se não me engano, da vacinação, falei do nosso esforço de busca de cooperação para o desenvolvimento de vacinas e de medicamentos; e expressei aquilo que acho que praticamente todos os brasileiros hoje percebem como a realidade, que é o fato de que, na prática, isso – é a expressão que usei –, a autoridade para implementar medidas, sobretudo, de organização social, ou seja, de distanciamento ou não, compete aos governos estaduais. Depois eu esclareci, procurei esclarecer, depois do *twitter* do Ministro Gilmar Mendes que eu tinha, justamente, procurado falar da situação na prática, e não da letra da decisão do Supremo Tribunal Federal, expressando aquilo que é, ao meu ver, o sentimento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social no Brasil, o sentimento da sociedade brasileira, que é de que essas decisões são basicamente da esfera dos Governadores.

Então, eu disse também, como a senhora leu, "depois da decisão", ou seja, não diretamente, literalmente, em virtude da decisão. Então, foi uma tentativa minha de transmitir qual era a realidade no Brasil e não de, digamos, reproduzir uma determinada decisão judicial.

Em relação ao tema *fake news* e, enfim, algum instrumento internacional, obviamente que eu não sou a favor da disseminação de nenhuma notícia falsa. O que me parece, a linha que nós seguimos na nossa gestão é de que, em qualquer situação, o que prevalece é a legislação nacional, a menos que haja um tratado internacional, incorporado pelo Congresso Nacional, no nosso ordenamento jurídico.

Então, os instrumentos legais que existem hoje no Brasil para tratar daquilo que se chama *fake news* – entendo que não é uma figura jurídica do nosso Direito hoje, mas o que a sociedade hoje chama de *fake news* –, esses meios existem e são aqueles cuja, digamos, autonomia, independência, nós temos que defender nas relações internacionais, senão...

Me pareceu que era mais um elemento de, digamos, pressão para países adotarem determinados instrumentos que podem afetar a liberdade de expressão, sem que isso tenha passado pelo Congresso Nacional.

Então, é essa razão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor está falando que a sua observação não se tratou de uma decisão judicial, mas o senhor coloca aqui, "depois de decisão de Suprema Corte", então, quando o senhor fala isso, aí fala "Governadores – não o Presidente", a impressão que se dá, e o senhor não concorda com isso, que o senhor está tentando de alguma forma eximir?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por que não deixar Presidente, os Governadores, enfim... Por quê?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. O que eu tentei foi não reproduzir, como eu disse, não reproduzir, literalmente, a decisão, mas explicar ao público internacional, como essa decisão está sendo vivida pelos brasileiros. Basicamente isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k.

Agora outra pergunta. Eu gostaria de abordar uma questão que é uma prática: de se minimizar a situação da pandemia. E eu gostaria muito de entender por quê, principalmente do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, não é? Primeiro, me vem à cabeça uma fala, no mínimo, assim, irreal do senhor durante uma audiência de membros do Conselho das Américas, realizada agora no dia 5 de março deste ano, quando o senhor disse: "O sistema de saúde está, claro, sob estresse, mas está conseguindo suportar bem. Tem falta de UTI em alguns Estados, mas, no geral, o sistema está suportando bem". Na ocasião, segundo o balanço do consórcio de veículos de imprensa, o Brasil contabilizava 10.796.506 casos e mais de 261 mil óbitos por Covid-19 no nosso País, sendo que 1.786 nas últimas 24 horas daquele dia.

Eu indago ao senhor: como assim "estava suportando bem", o que o senhor quis dizer com isso, quando o senhor fala que, naquele dia, quase 1.800 mortes, e a gente estava suportando bem tendo mais de 1.700 mortes? E que parâmetros são esses do senhor se o Brasil hoje, Sr. ex-Chanceler, é o mais afetado pela pandemia no mundo? Quais eram os parâmetros para o senhor minimizar, no Conselho das Américas, que o nosso sistema de saúde estava suportando bem, sendo que a gente entende aqui, todos nós entendemos que ele está absolutamente colapsado?

Então, o que a gente percebe é, o tempo todo, a tentativa de se minimizar o que está acontecendo no nosso País. E eu gostaria de entender um pouquinho, se o senhor puder me ajudar a entender, a postura do Governo, de um modo geral, e daqueles que o representam.

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Obrigado, Senadora.

Bem, essa intervenção foi feita num seminário do Conselho das Américas que se destinava a discutir o Mercosul, na perspectiva dos 30 anos de assinatura do Tratado de Assunção. Esse tema surgiu lateralmente, o tema da situação da pandemia nos países do Mercosul, e eu não pretendia, evidentemente, dar uma descrição completa do quadro da pandemia no Brasil, porque nem era o objetivo daquele encontro. Foi uma menção sobre a situação. Se eu me recordo bem, eu comecei dizendo que, obviamente, o sistema de saúde estava sob estresse, estava sob uma pressão muito grande. E o "suportar bem" não significa que não haja problemas, obviamente; significa que há um desafio, evidentemente. E isso é uma avaliação, claro, relativa, não é uma avaliação absolutamente quantitativa de quantos leitos, infelizmente, que estavam faltando, de qual era a situação em cada Estado, tanto que eu reconhecia que faltavam leitos de UTIs em determinados Estados.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Em determinados Estados?

O SR. ERNESTO ARAÚJO - Eu entendo que não era em todos os Estados que faltavam leitos de UTI naquele momento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Ah... Tá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – E essa afirmação diz respeito também não apenas àquele momento, quer dizer, ao que aconteceu durante a pandemia, porque, durante a pandemia, o sistema de saúde brasileiro, claro, sob o estresse representado pela pandemia, suportou de alguma maneira, enfim, e acho que temos visto ao redor do País; para evitar também, me parece, uma imagem equivocada de que houvesse um colapso completo de todo o sistema em todo o País.

Além do que, a questão do sistema de saúde, sobretudo da disponibilidade de vagas em UTIs para pacientes de Covid é um dos aspectos da pandemia, obviamente, apenas; eu não fiz nenhuma menção que minimizasse o número de óbitos que estava havendo, o número de casos, o crescimento do número de casos que se verificava naquele momento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nada mais a falar, Sr. Presidente. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigado, Senadora Leila.

Senador Flávio Bolsonaro, por 15 minutos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Para interpelar.) – Presidente, Sr. Ernesto, boa tarde a todos.

Ao mesmo tempo em que eu quero prestar minha solidariedade às famílias enlutadas, também agradecer a Deus pelo número expressivo já de quase 14 milhões de recuperados no Brasil da Covid.

E eu quero dizer, Sr. Ernesto, que hoje a Oposição teve mais um dia difícil aqui nesta CPI, porque o seu depoimento, muito transparente, objetivo, esclarecedor, e não cair em provocações sobre possíveis desavenças com o Presidente da República ou com alguns outros ministros nos dão a clareza de que o Governo fez e continua fazendo tudo que está ao seu alcance para evitar que mais vidas se percam e que o desemprego cresça de uma forma avassaladora.

E o senhor há de compreender que, em muitas situações, o depoente, quando está aqui sentado e fala aquilo que quem está perguntando não quer ouvir, quando o senhor fala algo que quem está lhe perguntando não quer ouvir, o senhor rapidamente é tachado como mentiroso. Aí, quando o depoente que está aí sentado fala o que quem está interrogando quer ouvir, aquilo é tido como uma verdade absoluta.

O fato é que muitos já chegam aqui nesta Comissão com o seu juízo de valor formado muito antes de ouvir o depoente. E aí, o nome disso é preconceito. E é inevitável que a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população perceba que há um grande exagero de se antecipar 2022, ao invés de se discutir aqui como evitar que mais vidas se percam ou ajudar o País a adquirir mais vacinas nessa disputa mundial, difícil, em que o mundo inteiro está à procura do mesmo produto em escassez.

E, com relação a isso, nós podemos ter orgulho de falar, Sr. Ernesto, que o Brasil já é, sim, o quarto país que mais vacinou no mundo, o equivalente a seis vezes quase a população do Estado de Israel – já que está havendo muitas comparações entre Brasil e Israel aqui. Porque, na hora de comprar uma vacina, você não chega a um laboratório e compra a quantidade proporcional à sua população, a quantidade proporcional à população do seu país. Isso em números absolutos. Então, é óbvio que países como Israel, com 9 milhões de habitantes, terá mais facilidade de, proporcionalmente, vacinar sua população mais rápido. Mas aqui no Brasil, graças a Deus – se Deus quiser, melhor dizendo –, até o final do ano, nós conseguiremos ter nossa população toda vacinada.

E também, Sr. Ernesto, não leve para o lado pessoal o que muitas pessoas vêm aqui imputar ao senhor, porque o que acontece de bom na área de política externa, acontece apesar do senhor; o que acontece de ruim é culpa do senhor. Então, não leve a mal algumas pessoas que vêm para cá se posicionar com relação à sua política, porque, na verdade, como bem dito, se não me engano, pelo Senador Eduardo Girão, alguns ainda não aceitaram os resultados das urnas. O Presidente Bolsonaro foi eleito para redirecionar, sim, a política externa do nosso País, e, pelos números que o senhor apresentou aqui, pelos resultados, pela forma como o Brasil está conseguindo se desempenhar ante essa pandemia mais drástica, sofrida da história de qualquer um que está aqui vivo, neste momento, assistindo, nós conseguimos um número menor do que o esperado de desempregados, nós tivemos uma redução do PIB menor do que a esperada, e, se Deus quiser, nós vamos ter uma recuperação do PIB e do emprego maior do que a esperada. E o Brasil vai continuar fazendo o que for possível para evitar que mais mortes ocorram. Sr. Ernesto, o que eu percebo aqui, de alguns também, é o negacionismo do óbvio. Os fatos estão colocados, o óbvio está posto, e hoje, felizmente, Presidente Omar Aziz, nós temos internet, temos meios de comunicação alternativos que inviabilizam que o monopólio das narrativas e da informação fique apenas com os grandes veículos. Então, rapidamente a gente pode, dando um Google, buscar dados e informações que desmentem aquelas narrativas que tentam imputar ao Governo, em especial ao Governo Bolsonaro...

Por exemplo, ele sempre disse que no caso dele, especificamente, caso pegasse Covid, as consequências seriam similares às de uma gripezinha. No caso dele, especificamente, seria uma gripezinha. E, graças a Deus, foi. Mas a narrativa que é construída é que ele dá um tratamento a todos que foram acometidos pelo Covid que deveriam, que passariam apenas por uma gripezinha, como a que ele passou, menosprezando o sentimento que ele sente de pesar e de luto por aqueles que se passaram.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma coisa, Sr. Ernesto, que também causa uma indignação, porque no ano passado o Governo Federal direcionou quase R\$700 bilhões para Estados e Municípios no combate à pandemia, entre diversas iniciativas – compra de equipamentos, respiradores, abertura de leitos de UTI, prorrogação de prazos de pagamento de dívidas de Estados e Municípios, transferência fundo a fundo do fundo de saúde federal para os estaduais e para os federais, enfim, R\$700 bilhões. Essa ajuda foi, obviamente, para reduzir os impactos, mas se a gente parar para pensar que se essa ajuda toda foi dada para que Estados e Municípios se preparassem, em especial, para receber aquelas pessoas que necessitassem de um tratamento intensivo, já que, como muitos defendem aqui, não há um tratamento existente para isso ainda, os Estados e Municípios tinham que se preparar para as consequências dessa doença, como é que você quer defender que não houve uma interferência, que não houve uma redução dos poderes do Presidente com a decisão dada pelo Supremo Federal? Porque se hoje o Presidente Bolsonaro, que botou dinheiro para aquele Município ou para aquele Estado, preparar leitos de UTI para receber as pessoas que precisassem...

E a pandemia veio. Passou-se a primeira onda, muitos prefeitos e governadores retiraram aqueles leitos de circulação, fecharam esses leitos, e aí veio a segunda onda. De quem é a responsabilidade por ter tirado aqueles leitos, se o Governo Federal deu todo o suporte para que Estados e Municípios promovessem essa preparação? E se o Presidente quiser, por exemplo, se ele entender que é para reabrir o comércio em um Município pequeno que recebeu todo esse suporte do Governo Federal, ele tem poder para fazer isso? Não – eu estou refletindo, não estou fazendo as perguntas ao senhor ainda não –; não tem poder, porque a decisão do Supremo diz que no Município, se se entender que o comércio tem que ficar fechado, vale a decisão do Prefeito, e não a do Presidente da República, em que pese o Presidente ter feito a sua parte para garantir que aquela Prefeitura se preparasse.

Então, Sr. Ernesto, eu vou passar à pergunta ao senhor, porque eu acho que passaram ao largo muitas coisas que o senhor fez de bom neste Governo, muitas famílias que eu tenho certeza de que são muito gratas ao senhor.

Ah, eu queria só, antes de entrar nessa pergunta, de dar uma pincelada rápida no assunto *fake news*, porque, mais uma vez, tenta-se construir uma narrativa que, pelo Brasil não ter assinado esse acordo, ele é a favor de *fake news*. É óbvio que não. O senhor foi muito claro aqui que o País já dispõe de mecanismos para evitar as *fake news*, em que pese aqui no Brasil ainda as agências que checam o que é notícia falsa ou verdadeira terem um viés ideológico absurdamente maior de oposição ao Governo, absurdamente maior. Por exemplo: eu não vi nenhuma agência dessa checar as falas que foram ditas aqui que o Bolsonaro trata, para população em geral, que a Covid é como uma espécie de gripezinha, quando, na verdade, ele falou que era para o caso dele específico. Isso era para ser rotulado como uma *fake news*, no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu entendimento e no entendimento de muitas pessoas. Então, fica aquela discussão: quem vai dizer o que é *fake news* e o que não é? Será que não há uma tendência maior dessas agências de checarem essas notícias como *fake news* quando são favoráveis ao Governo? E de dar suporte a várias notícias que são claramente falsas também como sendo verdadeiras pelo fato de atacarem o Governo? Então, assim, é uma discussão que a gente tem que resolver aqui internamente e esta Casa tem um papel importante nisso.

E, Presidente, a pergunta que eu faço aqui ao Sr. Ernesto...

Ah, antes também, é importante eu mencionar aqui, aproveitar aqui algumas centenas ou milhares de pessoas que estão nos assistindo, porque sobre a discussão da origem do vírus ainda tem muita água para rolar embaixo dessa ponte. Há investigações em todo o mundo, nada conclusivo ainda, mas eu quero sugerir a quem está nos assistindo agora que procure por uma reflexão muito bem-feita, com fatos, pelo jornalista Paulo Figueiredo Filho, dada no programa Jovem Pan, onde há, sim... Inclusive o Congresso americano, Senador Omar, está se empenhando em descobrir a origem, onde surgiu o vírus. Então, nada está descartado ainda. E, aí, demoniza-se quem fala que é vírus chinês, mas são as mesmas pessoas que não se incomodam em dizer que, quando houve uma cepa imputada ao Brasil, sem nenhuma também garantia de que essa cepa se iniciou aqui no Brasil, não têm nenhum pudor em dizer que é cepa brasileira. Então, não é ofensa; está-se fazendo uma referência de onde possivelmente pode ter chegado esse vírus, e, lá na frente, eu acho que as investigações em todo o mundo vão levar a saber qual a origem do vírus, se foi na China ou se não foi.

E, Sr. Ernesto, eu queria que o senhor falasse muito rapidamente – aqui já encerrando a minha participação – sobre os repatriados. Eu fui testemunha, inclusive me socorri de V. Exa., da sua equipe, na hora de encaminhar também alguns pedidos de pessoas que estavam isoladas em vários países do mundo, longe de suas famílias, desempregadas, sem acesso ao sistema de saúde dos países onde estavam. O senhor teve uma participação fundamental em trazer todas essas pessoas de volta ao Brasil, providenciando voos com o uso das Forças Armadas ou fazendo parcerias com companhias aéreas que foram muito solidárias naquele momento, aos quais o Brasil, sim, tem que agradecer por se prestarem a fazer esse papel. Então, quantas pessoas o senhor se recorda que conseguiu trazer de volta para o Brasil, de diversos países do mundo? Porque isso pode ajudar a configurar, um pouquinho, um pequeno exemplo de como o senhor tinha boa relação com países do mundo inteiro, que criavam dificuldades para que voos partissem de lá em direção ao Brasil, simplesmente fecharam as suas fronteiras, mas, com a sua diplomacia, com a sua competência, com a sua capacidade, o senhor conseguiu desfazer esses nós e repatriar essas pessoas, trazer essas pessoas de volta para os braços das suas famílias. Quantas pessoas foram aproximadamente?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador. Nós calculamos aproximadamente 38,8 mil pessoas repatriadas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – De quantos países diferentes, mais ou menos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Centenas de países, mais de cem países, certamente, talvez 150, agora não tenho o número total. Mas o fundamental também a que me referi é que descobrimos todo o espectro de brasileiros que precisavam de repatriação. Havia lugares como o México, por exemplo, o México, Portugal, os países aqui vizinhos, onde havia mil, 2 mil, 10 mil brasileiros. Havia países como o Laos, por exemplo, onde eu acho que havia um brasileiro. Havia alguns países da África, onde havia um, dois brasileiros. Nós conseguimos identificar e trazer todos esses, todos, mesmo em lugares onde era preciso fazer alternativas, encontrar alternativas para fazer a pessoa chegar a um aeroporto. Muitos países bloquearam naquele momento transporte terrestre, não apenas transporte aéreo, então era preciso a intervenção consular, diplomática, para que se liberasse o trânsito dos brasileiros. Então, mesmo para um voo, muitas vezes era preciso a logística do ônibus, que tinha que ser liberado, fretado para levar aqueles brasileiros até um aeroporto.

E sim, V. Exa. tem razão, em muitos casos isso envolveu contatos meus com os chanceleres de outros países para liberar voos, para liberar o espaço aéreo, para ingresso de voos brasileiros. Me lembro, por exemplo, do Chanceler do Peru, com quem falei várias vezes, havia brasileiros isolados lá em Cusco, se não me engano. Falei com o Chanceler da Argentina; havia, inclusive, outro aspecto do problema: nesse caso eram argentinos que não podiam voltar para a Argentina porque estava fechado lá – inclusive para a Argentina, num certo momento –, começaram a se acumular no aeroporto de São Paulo. Então, falei para também... Uma situação difícil de sustentar, conversei também para permitir que eles voltassem à Argentina. Enfim, alguns exemplos.

E também, dentro da nossa solidariedade, ajudamos a transportar nacionais de outros países, transportamos muitos nacionais do Uruguai, sempre que conseguíamos um voo. Havia uma combinação inclusive com o Chanceler do Uruguai, falava: "Vamos ver se naquele... Te ligo para saber se naquele país tem uruguaio, se tiver, o avião brasileiro poderá trazê-los também". Isso nos preocupou imensamente, nos ocupou imensamente durante meses, a equipe trabalhando 24 horas por dia – claro, as pessoas se revezando. Eu trabalhei com muito orgulho, com muito empenho, pessoalmente nisso, não descansava enquanto não se resolviam certas situações, falei com presidentes de companhias aéreas, tá? Tivemos imenso apoio do Ministério da Defesa em vários voos da FAB, alguns voos da FAB, apoio do Ministério do Turismo e da Embratur, então. Mas basicamente ficou com o Itamaraty esse trabalho, que nos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comoveu muito porque... Inclusive, reunimos isso em alguns vídeos do Itamaraty, as pessoas quando conseguiam chegar ao aeroporto para aquele voo de repatriação, sempre com a bandeira, sempre com aquela sensação de alívio, porque "olha, fui lembrado, o meu país, meu governo pensou em mim, estou aqui voltando para o meu país". Não era uma situação normal; era uma situação onde as pessoas estavam angustiadas. Muitas vezes pessoas tinham sido expulsas dos seus hotéis porque os hotéis estavam... Não queriam mais ter pessoas hospedadas. Pessoas desvalidas, enfim, uma situação realmente que foi a maior operação logística e humanitária do Itamaraty.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Obrigado pela resposta, Ministro Ernesto. Parabéns!

E eu, Presidente, encerro minha participação aqui, convencido de que tudo que foi perguntado ao depoente hoje só confirma o trabalho responsável e satisfatório com que a nossa política externa vinha sendo conduzida e como foi, ainda que acessória, a participação do Ministério das Relações Exteriores, uma participação importante também e decisiva, e que em nada houve o comprometimento por causa de questões ideológicas. Então, obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para fazer um apelo a V. Exa. A sessão do plenário já teve início, já começaram as tratativas para deliberações no dia de hoje. Penso que nós já estamos aqui desde as 9h da manhã nesta oitava do ex-Ministro Ernesto Araújo, de maneira que o Relator já esgotou seus questionamentos, os Parlamentares tanto da base quanto da oposição também – ainda há colegas que gostariam de fazer questionamentos –, mas faço um apelo a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente está me comunicando que tenho que encerrar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que, se fosse possível, encerrasse em razão da ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ter que encerrar. Eu vou ter que pedir desculpas aos Senadores e Senadoras que estão inscritos de forma remota, mas o acordo que fizemos foi que, assim que começasse a ordem do dia, nós teríamos que encerrar a CPI. E como já está bastante tarde, eu vou pedir desculpas à Senadora Eliziane, ao Senador



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Izalci, ao Senador Fabiano Contarato, à Senadora Zenaide Maia, ao Senador Jean Paul Prates e ao Senador Jorge Kajuru. Eu não tenho como manter a reunião, porque há um acordo e nós estamos desde 9h aqui, já vai dar quase 5h da tarde.

E eu encerro convocando para amanhã, às 9h.

Ah, Senador Giordano e Senador Roberto Rocha. Eu peço desculpas, mas é impossível manter a reunião agora porque existe um acordo entre a CPI e o Presidente Rodrigo Pacheco para a gente encerrar assim que começar a ordem do dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou agradecer a presença do Chanceler Ernesto Araújo. Que Deus possa te abençoar nesta caminhada. Tomara que dê tudo certo para o Brasil.

Muito obrigado e até amanhã.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e treze minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Roberto Rocha, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 8ª e 9ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Gen. Eduardo Pazuello, Ex-Ministro da Saúde, em atendimento aos requerimentos 117/2021, 132/2021, 196/2021 e 273/2021. **Resultado:** Oitiva suspensa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/19>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas das 8ª e 9ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Alguma questão de ordem? Posso mandar o nosso convidado entrar? (*Pausa.*)

Eu peço à Secretaria que conduza o Sr. Eduardo Pazuello à mesa para início do seu depoimento. (*Pausa.*)

Quero esclarecer que o depoente está amparado por medida cautelar no *Habeas Corpus* nº 201.912, do Ministro Ricardo Lewandowski, que lhe garante os seguintes direitos: o direito ao silêncio, isto é, de não responder às perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não obrigados a esta causa; o direito a ser assistido pelo advogado durante todo o depoimento; o direito a ser inquirido com dignidade, humanidade e respeito, ao qual, de resto, fazem jus todos os depoentes, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaça de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados, servindo essa decisão como salvo-conduto.

Eu irei lhe fazer uma pergunta, Ministro: V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Prometo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos no art. 203 do Código de Processo Penal.

Esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Diante da decisão do Supremo reverenciada, que não confere ao depoente um direito ao silêncio irrestrito, solicito ao depoente que, exercendo o direito ao silêncio, o faça especificando a condição em que esse direito é exercido, qual seja, de não responder a uma pergunta que possa, por qualquer forma, incriminá-lo.

V. Exa. deseja falar antes que o Relator?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade!

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão; Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, nosso Relator da Comissão; Sras. e Srs. Senadores que compõem esta Comissão; demais Senadores que estão conosco, hoje, aqui presentes; senhoras e senhores que acompanham; imprensa; meu bom-dia a todos!

Eu agradeço a oportunidade, inicialmente, de estar aqui no Senado Federal, para ajudar a esclarecer para todos os brasileiros os fatos e as verdades sobre a pandemia de coronavírus que assola o nosso País.

Antes de iniciar, quero apresentar os meus sinceros sentimentos a todos aqueles que perderam parentes e amigos pela Covid-19. Gostaria também de apresentar meus reconhecimentos a todos os profissionais de saúde que, na ponta da linha, estejam ajudando a salvar mais vidas. Já salvamos mais de 13 milhões de brasileiros.

Sras. e Srs. Senadores, inicio minhas considerações dizendo que quem está aqui sentado hoje é um homem comum; um filho que perdeu sua mãe muito cedo e que perdeu seu pai há pouco tempo. Minha mãe era D. Vera, uma gaúcha da fronteira, nascida em Bagé. Meu pai, Seu Nissim, era paraense, de família judaica, que imigrou para o Brasil, saindo da Espanha, fugindo da inquisição, passando por Marrocos e vindo para o Brasil, Belém e Manaus. Enfim, um cidadão brasileiro, mas que, por opção, jurou defender o seu País, independentemente dos riscos inerentes às missões recebidas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entrei para a vida militar muito cedo, aos 10 anos, no Colégio Militar de Manaus. Aos 17, fui para a Academia Militar das Agulhas Negras e, aos 21, voltei para servir em Manaus como oficial.

Durante a minha vida no Exército, pude aliar os conhecimentos logísticos e administrativos da formação acadêmica aos novos conhecimentos operacionais alcançados nas especializações que eu optei como oficial. Tive a oportunidade, como coronel de comandar dois batalhões logísticos e, como general, de comandar duas grandes unidades. A grande unidade logística do Exército, a maior de todas, e um grande comando logístico.

Cabe ressaltar que, nesses comandos, existem estruturas de saúde operacional que vão até o escalão de um hospital de campanha. Estas experiências foram fundamentais para me preparar para o primeiro grande desafio logístico humanitário da minha vida militar.

Em fevereiro de 2018, recebi do então Presidente da República, Sr. Michel Temer, a missão de ser o coordenador operacional das ações interministeriais para conter a crise humanitária causada pelo fluxo migratório de venezuelanos em Roraima, a Operação Acolhida. Tivemos a oportunidade ali de ajudar mais de 600 mil pessoas que cruzaram a nossa fronteira; fugiam da fome, da miséria e da violência, todos em estado de extrema vulnerabilidade. Essa missão foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas e suas principais agências como exemplo humanitário para o mundo. Fruto de um grande trabalho em equipe, também tive a honra de ser agraciado com o Prêmio nacional Direitos Humanos, oferecido pelo Ministério dos Direitos Humanos, em 2018.

Ainda naquele ano, em dezembro, tendo em vista a grave crise que se instalou no Estado de Roraima, o Presidente da República decidiu pela intervenção federal naquele Estado. Recebi a missão de ser interventor federal, juntamente com o Governador eleito, para que pudéssemos garantir a segurança da população e ajudar naquele momento tão conturbado por que passava um dos Estados da Federação.

Depois de quase 47 anos da minha entrada no Colégio Militar de Manaus, fui nomeado Comandante da 12ª Região Militar. Foi uma sensação de realização e reconhecimento; fiquei muito feliz de voltar a Manaus. A 12ª Região Militar é um Grande Comando, sediado em Manaus, responsável pela logística e assuntos administrativos em quatro Estados - Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre - e possui, em sua estrutura, cinco hospitais regionais, todos subordinados diretamente a mim.

Entre os dias 14 e 16 de abril de 2020, recebi algumas ligações telefônicas dos oficiais-generais que estavam no Governo Federal, para discutir uma possível indicação para que eu pudesse auxiliar na transição do Ministro Mandetta para o ministro que seria nomeado. Confesso que fiquei muito dividido. Estava ciente de minhas responsabilidades como



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comandante da 12ª Região Militar e honrado com a possibilidade de ajudar o nosso País naquele momento tão conturbado e crítico. Aquela sensação de coração dividido acabou no dia 16 de abril à tarde, quando o Comandante Supremo das Forças Armadas, o nosso Presidente da República, me ligou e se posicionou de forma clara e direta para eu vir.

A partir daquele momento, organizei a minha partida, peguei meus uniformes, embarquei com meu assistente-secretário, para vir cumprir a missão. Já em Brasília, eu me reuni com o Comandante do Exército, e ficou acertado que nós receberíamos 15 oficiais para auxiliar em cargos chaves e que a missão teria um período de 90 dias. Ao final de 90 dias, nós reverteríamos para a Força, e, no meu caso, eu voltaria para o Comando da 12ª Região Militar, em Manaus.

Cabe ressaltar que passarmos à situação de adido ou agregado, que são situações excepcionais, e termos sido nomeados em cargos civis comissionados foram condicionantes *sine qua non* para o cumprimento da missão, para que pudéssemos gerar atos e fatos administrativos legais, senão não poderia fazer as coisas acontecerem.

Os fatos, a partir daí, são públicos, mas relembro que a minha função inicial seria de secretário executivo, e os oficiais, para cargos administrativos e logísticos.

Com a saída repentina do Ministro Teich, passei a responder de forma interina, por força do cargo de secretário executivo, até setembro de 2020, quando fui efetivado Ministro de Estado da Saúde.

O primeiro desafio que encontramos foi o de mantermos e aprimorarmos as ações do ministério, considerando que praticamente não houve a passagem de funções de forma adequada. A lei dos afastamentos protocolares por suspeita e contaminação pelo coronavírus fez com que diminuísse drasticamente a nossa força de trabalho.

Passo agora a apresentar, de uma forma rápida, a visão e as ações do Governo Federal, principalmente por intermédio do Ministério da Saúde, no enfrentamento à Covid-19, com o objetivo de dirimir possíveis dúvidas dos Srs. e Sras. Senadores.

A Covid-19 é uma doença desconhecida que atingiu de forma contundente o mundo inteiro. Não há medicação antiviral específica e também não há tratamentos com medicamentos cientificamente comprovados. A prescrição de medicamentos de forma *off-label* é uma prerrogativa dos médicos e está alicerçada em seu juramento de aplicar os regimes da Medicina para o bem do doente, segundo o seu entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo Federal agiu prontamente, publicando a Portaria 188, em fevereiro, decretando emergência em saúde pública e, três dias depois, iniciou o resgate brasileiros que estavam em risco na cidade de Wuhan na China.

O desconhecimento dos riscos da pandemia levou alguns gestores a manterem e incentivarem o Carnaval em 2020. E, novamente, o desconhecimento da gravidade das nossas cepas que circulavam pelo mundo no final de 2020 permitiu às autoridades estaduais e municipais conduzirem os processos eleitorais e as festas de final de ano.

O Governo Federal, desde o início da pandemia, tem trabalhado nos dois principais riscos dessa pandemia: o sanitário e o econômico. Estamos falando de saúde, mas também de trabalho e sustento das famílias. De forma acelerada, o Governo Federal, em articulação com o Congresso Nacional, criou o auxílio emergencial, que atingiu diretamente mais de 77 milhões de pessoas, totalizando R\$288 bilhões em 2020, e já caminhamos para R\$7 bilhões em 2021, preservando a estabilidade e o sustento de muitas famílias.

Em meados de 2020, a Organização Mundial de Saúde confirma, de forma inequívoca, a importância de efetivar ações para preservar a saúde e a economia. Comandei uma das pastas mais importantes nessa grande mobilização do Governo brasileiro, tive em minhas mãos a ferramenta mais adequada possível para desencadearmos prontamente as respostas à pandemia. Cuidamos de todos os cidadãos através do SUS, o nosso Sistema Único de Saúde. Ao meu lado, ombreamos as equipes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), e do Conselho Nacional de Secretarias de Saúde Municipais (Conasems), que dividiram com o Ministério o peso da responsabilidade com tomadas de decisão pactuadas.

A Lei 8.080, de 1990, que cria e norteia o SUS, define as responsabilidades da União, Estados e Municípios de forma tripartite. Cabe à União, por intermédio do Ministério da Saúde, elaborar ações e disponibilizar recursos para as secretarias de saúde estaduais e municipais, baseados em critérios técnicos ou atendendo programas e projetos voltados às políticas de saúde pública pactuadas. Repito: a União disponibiliza recursos para que Estados e Municípios executem as ações de saúde. Aos Estados e Municípios cabe, por intermédio de suas secretarias de saúde, de forma plena, executar as ações de atenção à saúde.

A decisão do STF em abril de 2020 limitou ainda mais a atuação do Governo Federal nessas ações. Assim, não há possibilidade de o Ministério da Saúde interferir na execução das ações dos Estados na saúde sem usurpar as competências dos Estados e Municípios. Isso seria possível em caso de uma intervenção federal na saúde em algum Estado.

A interpretação da decisão do STF referente à adoção de medidas restritivas e de isolamento serviu para reafirmar as competências dos Estados e Municípios para execução das



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas sanitárias, de acordo com os cenários epidemiológicos locais. É bom lembrar que o gestor pleno do SUS é o secretário municipal de saúde. Então, fica clara ali a posição de Municípios e Estados, e do Governo.

Coube então ao Ministério da Saúde, em razão da interpretação da decisão proferida pelo STF, apoiar Estados e Municípios na execução das medidas e ações planejadas. Inclusive, uma das formas mais significativas de apoio foi a elaboração de uma ferramenta de gestão com os índices e medidas sugeridas, entregue a todos os Municípios. Essa ferramenta foi desenvolvida pelo Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE), foi pactuada pelo Conselho Nacional de Saúde dos Estados e dos Municípios e distribuída pelo Conasems, tendo em vista que essa ferramenta de apoio e decisão é direcionada exclusivamente aos Prefeitos gestores do SUS nos Municípios.

Todos os programas, projetos ou portarias emanados pelo Ministério da Saúde são previamente pactuados com o Conass e o Conasems, bem como todas as transferências de recursos ou distribuição de equipamentos, insumos, medicamentos e imunizantes para Estados e Municípios. O Ministro não decide sozinho nada no SUS; divide por um terço, os outros dois terços, pelo Conass e pelo Conasems, iguais.

Os valores transferidos pelo Governo Federal, fundo a fundo, para Estados e Municípios, tanto para as rotinas do SUS quanto para combater a Covid, são impactantes. Em 2020, quase 82,8 bilhões de rotinas do SUS foram transferidos – recursos de rotinas originais do SUS – e 32 bilhões a mais para combater a Covid-19, totalizando R\$115 bilhões. Em 2021, até a presente data, foram 30 bilhões para a rotina do SUS e 4,2 bilhões para combater a Covid-19, totalizando R\$34,2 bilhões. Isso apenas fundo a fundo, com execução direta para Estados e Municípios.

Além das transferências de recursos para Estados e Municípios fundo a fundo, o Ministério da Saúde entregou equipamentos, insumos, medicamentos e imunizantes para todos os Estados e Municípios da Federação no valor de 46,5 bilhões em 2020 e 11,2 bilhões em 2021. Nunca, repito, nunca se investiu tanto em saúde em toda a nossa história. Estes recursos, além de terem permitido ações para salvar mais vidas, deixarão ao povo brasileiro um legado em estrutura, equipamentos, soluções administrativas e pesquisas.

A organização das informações, no momento em que nós chegamos, não havia praticamente estrutura que captasse informações para a tomada da decisão. Ela foi focada em dois objetivos: a transparência e o suporte à decisão. Para atender ao objetivo transparência, foi desenvolvido o Localiza SUS, que permite a exploração até por *smartphone* e conta com 22 painéis que permitem acessar tanto os dados das ações Covid como das ações regulares do ministério. O Localiza SUS está direcionado para as secretarias estaduais e municipais, órgãos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de controle, imprensa, órgãos internacionais, pesquisadores e, principalmente, para o cidadão brasileiro comum. Para o suporte à decisão, foram desenvolvidos painéis de BI (Business Intelligence), que interagem com a área finalística do ministério, com foco nas decisões executivas em todos os níveis. Ambas as ferramentas possuem acesso 24 horas e atualização em tempo real.

Sras. e Srs. Senadores, o nosso País pode se orgulhar de termos o Localiza SUS funcionando *on-line* e aberto para consulta pela internet, para todo o mundo, uma plataforma que permite acessar a realidade da pandemia no País, nas regiões, nos Estados e chegando até aos Municípios. Já apresenta também as entregas e aplicações de doses de vacinas contra a Covid-19. Lembro que hoje chegaremos a 100 milhões de vacinas disponibilizadas – 100 milhões de vacinas.

Para melhor interagirmos de forma institucional, reorganizamos o atendimento institucional e parlamentar em três coordenações: Assuntos Legislativos, Assuntos Orçamentários e Assuntos Federativos, permitindo, assim, dar mais presteza aos atendimentos institucionais e respostas mais eficientes às demandas recebidas.

Nas relações internacionais, o Ministério da Saúde obteve a cessão de dois diplomatas de carreira do Itamaraty, o que permitiu criar protocolo junto a organizações internacionais, como a ONU, a OMS, a Opas, a União Europeia e o Mercosul. Permitiu também aliar ações sanitárias com países fronteiriços para o combate à Covid-19. Realizamos entendimentos e acordos com a China, com a Índia, com a Inglaterra, Estados Unidos, Rússia, Argentina e Uruguai, o que facilitou a aquisição de insumos, vacinas e medicamentos.

Para fomentar os princípios da administração pública diante da pandemia, o Ministério da Saúde, de forma inédita, assinou vários termos e acordos de cooperação com o Tribunal de Contas da União, com a Controladoria-Geral da União, com o Conselho Nacional do Ministério Público, com a Procuradoria-Geral da República e com o Conselho Nacional de Justiça. Esses acordos permitiram total transparência em relação à prestação de contas do Ministério da Saúde. Referidos termos e acordos possibilitaram a união do sistema de controle externo com o sistema de controle interno do ministério, otimizando as ações de auditoria, bem como o auxílio na tomada de decisões no Ministério da Saúde.

Nossa estratégia de comunicação foi baseada em ações voltadas aos brasileiros mais vulneráveis. Investimos em grupos e emissoras de jornais que representam e falam mais diretamente ao povo comum. Fomos pessoalmente à maioria dos Estados da Federação e de lá nos dirigimos ao povo, ressaltando sempre as medidas preventivas, a busca imediata pelo atendimento profissional, mas, principalmente, a manutenção da esperança na vitória.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Buscamos as mídias regionais, publicamos informativos, criamos materiais, fizemos inúmeras coletivas e entrevistas, mantivemos um relacionamento direto e transparente com os representantes dos meios de comunicação. Fizemos parceria de mídia com 25 empresas, o que permitiu economizar centenas de milhões de reais e, principalmente, atingir toda a sociedade brasileira. Atingimos 0,5 bilhão de visualizações no Facebook, 80 milhões no Twitter, 0,5 bilhão na internet, realizamos 20 mil inserções na televisão, 300 mil inserções em rádios, 11 campanhas publicitárias, uma por mês, 271 vídeos, 1.042 *releases* para a imprensa e 1.069 boletins para rádios.

Criamos, em maio de 2020, a Força Tarefa de Fundamentação para garantir os critérios objetivos para aquisição, distribuição de equipamentos e de insumos, de medicamentos e recursos, habilitação de leitos de UTI para o enfrentamento à Covid. Então, os critérios foram todos criados por uma força tarefa.

Com base nesses critérios, custeamos: a ampliação de leitos de suporte ventilatório pulmonar no valor de R\$135 milhões; a expansão de 66 UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), R\$120 milhões; para a habilitação de leitos de retaguarda nos hospitais de pequeno porte, R\$88 milhões; expansão assistencial para o Samu, 428 unidades, R\$67 milhões; expansão assistencial de 187 leitos de UTI, no valor de R\$16 milhões. Somando essas ações, foram quase R\$0,5 bilhão.

A estratégia de testagem foi um dos pilares no combate à pandemia. Foi baseada no programa Diagnosticar para Cuidar, a primeira grande estratégia criada pelo ministério, que incluiu ações que vão desde aquisições de testes RT-PCR e rápidos, passando pela capacitação dos profissionais e distribuição de equipamentos para os LACENs até a implementação de quatro plataformas de alta capacidade de processamento de testes.

O Brasil possuía, em março de 2020, a capacidade de processar 1,1 mil testes RT-PCR por dia. Com a implementação do programa Diagnosticar para Cuidar, atingimos a marca de 66 mil processamentos de testes por dia em abril de 2021. Hoje temos registrado no sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial 46 milhões de resultados, representando 23% da nossa população testada.

Na atenção primária, atendendo ao planejamento estratégico do ministério, foram implementadas várias ações, dentre elas a ampliação do horário de atendimento das unidades básicas de saúde, que é o programa saúde emergencial, R\$125 milhões. A estruturação de centros de atendimento para enfrentamento à Covid, com repasses de R\$1,6 bilhão; a criação de pontos de referência para atendimentos à Covid nas comunidades carentes, com repasse de R\$52 milhões; a contratação de médicos, pelo Programa Mais Médicos para o Brasil e pelo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programa Mais Médicos, para suprir a falta de recursos humanos, com investimento de R\$1 bilhão.

Ainda nas ações básicas, trabalhamos na informatização da atenção primária, com repasses de R\$380 milhões; no apoio à retomada segura das atividades presenciais nas escolas da educação básica pós-Covid, repasse de R\$455 milhões; no cuidado emocional aos profissionais que estão envolvidos diretamente no enfrentamento à pandemia, Projeto Atenção e Saúde Mental, por teleatendimento, R\$3 milhões.

Foi criado um cadastro nacional de profissionais da saúde, que possibilitou o recrutamento e a contratação de profissionais de saúde, o Brasil Conta Comigo, focado em profissionais de saúde, residentes e acadêmicos na área da saúde. O programa proporcionou a disponibilização de 6,5 mil profissionais de saúde para a Região Norte: Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia.

Para o enfrentamento à chamada quarta onda da Covid, lembro que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... quatro ondas: a onda da contaminação e óbitos, a onda do represamento das demais doenças não tratadas, a onda do agravamento das doenças crônicas e a onda da automutilação e do suicídio, que é a quarta onda. Essas são as quatro ondas de uma pandemia. Para a quarta onda da Covid, foram elaborados cursos de prevenção à automutilação e ao suicídio e lançado o programa Mentalize, marco inicial das ações voltadas ao fortalecimento das políticas para a saúde mental, além da transferência de recursos financeiros para a aquisição de medicamentos, nesse caso, R\$650 milhões.

O Brasil atualmente possui mais de 340 mil agentes de saúde comunitários e mais dezenas de milhares de agentes de combate às endemias. Com o intuito de aproveitar melhor esses profissionais no combate à Covid-19, criou-se o Programa Saúde com Agente, para prover a formação técnica em saúde desses agentes.

No que tange à saúde indígena, foi priorizada a vacinação contra a Covid-19, com a criação de unidades de atenção primária indígena com suporte de condensadores de oxigênio e com o envio de mais de 7 milhões de equipamentos de EPI. Para levar às comunidades indígenas o atendimento especializado de enfrentamento à Covid-19, foram realizadas 20 ações interministeriais com o Ministério da Defesa, levando pediatras, ginecologistas, infectologistas e clínicos gerais, reforçando, assim, os esforços já empreendidos pelos DSEI (Distritos Sanitários Especiais Indígenas).



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No campo da medicina de precisão, criamos o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão. Seremos, assim, o maior banco genômico multiétnico do mundo. Teremos acesso ao diagnóstico genético e às terapias mais avançadas, da mesma forma que já estamos monitorando as variantes do novo coronavírus por intermédio da rede genômica da Fiocruz.

O Ministério da Saúde disponibiliza, no Painel de Evidências *on-line* no Localiza SUS, as sínteses de evidências científicas sobre tratamentos, vacinas e temas diversos no contexto do enfrentamento à Covid-19. Repito: o Ministério da Saúde disponibiliza, no Painel de Evidências *on-line* no Localiza SUS, as sínteses de evidências científicas sobre tratamentos, vacinas e temas diversos no contexto do enfrentamento à Covid-19.

No programa para estratégias de reabilitação pós-Covid, executamos uma parceria com a Rede Sarah, a reestruturação dos centros especializados de reabilitação e executamos também o Projeto Reab, do Proadi.

Durante a pandemia, além de suas competências previstas, o Ministério da Saúde também auxiliou os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na execução e na gestão de políticas que foram elaboradas. O aumento desordenado da demanda por medicamentos para intubação orotraqueal causou uma grande instabilidade do mercado nacional no final de maio. Apoiamos as ações dos Estados e Municípios a partir de tratativas com a indústria, remanejamentos e licitações nacionais. Um exemplo de pronta resposta foi a Operação Uruguai, com a aquisição de medicamentos no mercado uruguaio, capitaneada pela Embaixada brasileira naquele país. A medicação chegou ao solo brasileiro em menos de 72 horas, salvando, assim, milhares de vidas. Nessa operação, foram envolvidos o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Saúde do Uruguai, o Ministério da Defesa, a Anvisa e a Receita Federal. Alcançamos a equalização nacional de medicamentos para intubação orotraqueal com a implantação de uma ferramenta de BI, que possibilitou o monitoramento em tempo real da produção da indústria nacional, bem como de toda a distribuição dos estoques desses medicamentos nos entes federativos. Desde junho, as ações já mais consistentes foram integradas também pela Anvisa e pela Receita Federal e garantiram o acesso nacional aos medicamentos e ao abastecimento adequado, superando uma crise internacional.

No começo de 2021, fomos expostos a um desafio maior do que qualquer um poderia esperar. Vi e vivi o impacto somatório de dois fatores: o surgimento de uma nova e mais agressiva variante do vírus e o colapso da rede de saúde de Manaus, o que resultou em milhares de mortes em um curto espaço de tempo.

Ainda no final de dezembro, antecipando-me aos fatos do Estado do Amazonas, tomei a decisão de destacar uma equipe do Ministério da Saúde para avaliar *in loco* a realidade da situação e propor medidas de apoio. Mesmo antes de conhecermos a profundidade plena dos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fatos, decidi deslocar imediatamente o gabinete do Ministro, juntamente com todos os secretários nacionais de saúde, para Manaus e de lá prestarmos todo o apoio possível ao Governo do Estado e ao Município.

A crise sanitária de Manaus nos levou a montar uma das maiores operações logísticas emergenciais já realizadas na história. Graças ao apoio incondicional da Força Aérea Brasileira e ao desprendimento de nossas tripulações, foram transportados 1,6 milhão de metros cúbicos de oxigênio e equipamentos, nos permitindo estabilizar o fornecimento de oxigênio em seis dias. Simultaneamente foi estabelecida uma ponte aérea para efetuar a remoção de pacientes hospitalizados com Covid-19 de Manaus para várias cidades do Brasil.

Mesmo enquanto não se falava em imunizantes, o Governo Federal já estava agindo de forma rápida... (*Pausa.*)

Desculpe-me.

Mesmo enquanto não se falava em imunizantes, o Governo Federal já estava agindo de forma rápida e estávamos em contato com todos os fabricantes de vacinas em desenvolvimento no mundo. Iniciamos com 16 prospecções mais adiantadas, acompanhávamos direto a produção da Moderna e a produção da Pfizer, nos Estados Unidos, e a produção da AstraZeneca, em Oxford, na Inglaterra. Esses foram os primeiros, a prospecção inicial entre as 16. E assim nós fomos trabalhando, escolhendo, inicialmente, a tecnologia que pudesse ser transferida para nós, para produção nacional, em detrimento daquela só de compra direta. Esse trabalho nos permitiu alcançar números que vão além do que nós estamos pensando hoje. Nós falamos de, ainda no final de setembro, já termos uma encomenda tecnológica que chegaria a quase 200 milhões de doses e os acordos de Covax Facility, que nos dariam 42 milhões de doses.

Na sequência das discussões, conseguimos fazer acordos e memorandos de entendimento que nos levaram a mais de 200 milhões de doses até o final do ano e, a partir de janeiro, com as adequações da lei, nós conseguimos fazer as contratações finais, chegando, até abril – desculpe, até março –, com a contratação da Pfizer nos levando a próximos de 550 milhões de doses. Lembro que em diversas fases dos contratos – em diversas fases dos contratos.

Hoje o Brasil figura entre os países que mais imunizaram no mundo. Ficamos atrás apenas de Estados Unidos, China e Índia, e nós não vamos passar nenhum dos três. Estados Unidos, China e Índia vão continuar sendo os países um, dois e três, e o Brasil já está em quarto. E lembro que esses três países detêm quase 100% da produção de insumos de vacinas no mundo – quase 100%!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta pandemia constitui um desafio inédito da história recente do Brasil e da humanidade. Todos os brasileiros esperam que esta CPI mostre as ações planejadas e executadas pelo Governo Federal de forma técnica, imparcial e sem interesses político-ideológicos.

Recebi o desafio de servir ao País no Ministério da Saúde como uma missão. Já vivíamos o caos da pandemia. Não poderia me eximir de tal responsabilidade. Nós, brasileiros, não cantamos em vão nosso Hino Nacional quando gritamos: "Verás que um filho teu não foge à luta". Eu não fugi.

No Ministério da Saúde, fui acolhido por inúmeros especialistas tecnicamente qualificados na gestão da saúde pública, pessoas que dedicam suas vidas em apoio aos mais vulneráveis. A missão de enfrentar a pandemia impôs um esforço cooperativo de todos nós. As experiências e atributos que trouxemos do Exército Brasileiro foram fundamentais para agirmos juntos, de forma coordenada e organizada, em prol de uma única meta: salvar mais vidas de nossos irmãos brasileiros, mas tendo como premissa o respeito aos princípios que devem nortear os gestores públicos, quais sejam: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Apesar de possuir a segunda mais alta patente do Exército Brasileiro, afirmo que o que faz notável o trabalho de um homem público à frente de um ministério ou de qualquer cargo de confiança não é a sua formação acadêmica, mas o seu caráter, sua retidão, o seu comprometimento com o bem público. Encerrei minha jornada à frente do Ministério da Saúde tendo passado pelo momento mais crítico desta pandemia, certo de ter me dedicado ao máximo para bem cumprir a missão de servir o meu País e salvar o maior número de vidas.

A verdadeira luta para salvar vidas está sendo travada nas enfermarias. Lá é o campo de batalha onde os profissionais de saúde se expõem, sofrem, se contaminam e, às vezes, morrem, tentando fazer o seu melhor. Esses são os verdadeiros heróis.

A pandemia serviu para escancarar uma realidade bastante conhecida na saúde pública: a superlotação, leitos nos corredores, falta de medicamentos, falta de insumos, equipamentos e profissionais insuficientes, profissionais da área da saúde desvalorizados e algumas vezes desmotivados. São problemas que se arrastam há décadas, resultado de anos de negligência, de inoperância e de desvio de recursos públicos em todas as áreas.

Muito antes dessa pandemia, o Brasil já sofria com a disseminação de dois vírus tão avassaladores quanto o novo coronavírus: o vírus da corrupção e o da impunidade, ainda bastante presentes e que também matam milhões de brasileiros todos os dias – registro – de forma tão avassaladora e cruel quanto o coronavírus, pois sugam recursos da saúde pública do Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero, do fundo d'alma, que essa pandemia, um capítulo triste de nossa história, sirva de ponto de inflexão, para que todos os representantes públicos e gestores façam verdadeiramente uma defesa ativa da nossa Constituição na forma mais ampla, sobretudo nas ações de saúde pública, inclusive, ou melhor, principalmente quando a luz dos holofotes se apagarem.

Eu gostaria de colocar dessa forma. Sei que me alonguei aqui um pouquinho para poder colocar tudo ou uma boa parte dessas ações. Isso representa uma pequena parte do que o ministério faz.

Os senhores precisavam conhecer como conhece o Senador Humberto Costa, que foi Ministro, o tamanho da estrutura do Ministério da Saúde e a amplitude de trabalhos que se fazem em todas as áreas. É realmente uma máquina que atinge 550 mil, desculpa, 5.540 Municípios no nosso País, que permite a capilarização da saúde pública em seus projetos de uma forma espetacular.

Nós não poderíamos estar hoje com a resposta que nós tivemos sem o SUS. Fica aqui uma defesa direta minha sobre isso.

Muito obrigado, Presidente. Desculpe por me alongar aqui um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Ministro.

Eu vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros, que irá fazer as perguntas necessárias para os esclarecimentos.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Senadores; Sras. Senadoras; Senador Eduardo Braga, Líder do MDB – cumprimentando V. Exa., quero cumprimentar todos os Líderes aqui presentes –, o Ministro Eduardo Pazuello, ex-titular da pasta da Saúde, foi convocado, como todos sabem, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em razão da aprovação dos Requerimentos 117, 132, 196, 235 e 273, de autoria, respectivamente, dos Senadores Eduardo Girão, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Humberto Costa e Renan Calheiros, todos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse fato já nos demonstra o absoluto interesse do Senado Federal nessa convocação, em razão da importância das informações de que ele dispõe para esclarecimento das ocorrências que ora investigamos.

Seu depoimento estava – todos lembram – inicialmente marcado para o dia 5 de maio, exatamente na mesma semana em que os demais ministros da gestão Bolsonaro seriam



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvidos. No entanto, por haver tido contato com pessoas acometidas pela Covid-19, e receoso de oferecer risco para as Senadoras e Senadores, solicitou que sua oitiva fosse adiada em pelo menos 14 dias, período em que se manteria em absoluto isolamento e em constante observação médica.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, às vésperas da nova audiência, o Ministro Eduardo Pazuello decidiu impetrar *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal alegando risco de sofrer constrangimento ilegal e de ter seus direitos individuais desrespeitados pelo Presidente desta Comissão, por seu Relator ou por qualquer um dos seus membros.

Prontamente, como membro da CPI e também como Relator, dirigi-me ao Relator da ação no Supremo Tribunal Federal, o Exmo. Ministro Ricardo Lewandowski, para esclarecer os seguintes pontos: que o Ministro Eduardo Pazuello compareceria na condição de testemunha, pois não havia elementos que o colocassem como investigado; que seu depoimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito seria de vital importância para as investigações; e que estariam garantidos a ele, bem como a todos os que aqui compareceram para depor, os direitos previstos em lei e na Constituição Federal, inclusive o de se fazer assistir por advogados e o de não fazer prova contra si.

Por fim, acrescentei para o Ministro Lewandowski: o paciente esteve à frente da pasta por dez dos quinze meses que até então caracterizam a pandemia de Covid-19; é, pois, peça fundamental no fornecimento de informações quanto à participação de pessoas que, de algum modo, contribuíram para o colapso do nosso sistema de saúde e, conseqüentemente, podem ser responsabilizadas pela lamentável morte de 439.379 brasileiros e brasileiras.

Será, portanto, com essas observações em mente que farei, Presidente Omar Aziz, as minhas perguntas, indagações. Meu objetivo – e creio que é o de todos os presentes aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – é, em respeito a essas 439.379 vítimas dessa terrível doença, buscar, com total obstinação, em cada decisão, em cada tomada de ação pelas autoridades, detalhe por detalhe, os erros e falhas que colocaram o Brasil como um dos líderes mundiais em número de casos e em número de mortes nessa calamitosa pandemia.

Vamos ao depoimento.

V. Exa. é militar de carreira, tendo chegado ao honroso posto de general de divisão do Exército Brasileiro, patente que ocupa até hoje. Cumpru com sucesso missões difíceis, como aqui foi colocado, como a coordenação logística do Exército nas Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro.

Sua chegada ao Ministério da Saúde ocorreu em abril de 2020, já no cargo de Secretário-Executivo, por indicação direta do Presidente da República, conforme esclareceu a esta CPI o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então Ministro Nelson Teich. Segundo o Ministro Teich, sua nomeação veio para melhorar a parte logística e de aquisições do ministério, embora V. Exa. não tivesse, até então, experiência alguma na área de saúde.

Pergunto, Ministro, V. Exa. pode nos detalhar quais eram suas qualificações para ocupar o segundo maior cargo do Ministério da Saúde e, mais tarde, para assumir o cargo de ministro?

O SR. GEN. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Sr. Senador, muito obrigado pela sua pergunta. Ela já nos coloca de frente para uma posição fundamental, e eu vou colocar de forma bem clara. Só na 12ª Região Militar, eu tinha cinco hospitais sob a minha guarda. Toda a saúde de 30 mil homens estava sob a minha responsabilidade, e ações de saúde, ações de contratações de empresas para fazer a parte de saúde privada também, em paralelo – só na 12ª Região Militar.

Na Operação Acolhida, toda a saúde dos 600 mil venezuelanos que passavam por lá estava sob a nossa responsabilidade. Desenvolvemos, em conjunto com o Ministério da Defesa, equipes de saúde em todos os níveis, inclusive com transferências, com operações, com partos, com tudo.

Só no comando da base logística do Exército, eu tinha, além das estruturas de saúde normais de um quartel, um hospital de campanha nível 3 da ONU. No meu comando, nós recebemos o nível 3, que é o de prontidão máxima da ONU, permitindo desdobramento completo em qualquer lugar do mundo. Esse trabalho era feito e treinado diuturnamente.

Nos batalhões logísticos que eu comandeï, tinham companhias de saúde, saúde operacional, onde você tinha que prestar o apoio aos paraquedistas ou à tropa para fazer a evacuação, a estabilização e evacuação dos doentes até os hospitais de campanha que eu viria a comandar depois.

Isso só para falar para o senhor sobre área de saúde.

Sobre gestão e liderança, eu acredito que seria perguntar se a chuva molha, se o oficial-general tem competência em gestão e liderança. Se nós não tivermos, tem que começar do zero a nossa instituição.

Então, eu acho que gestão e liderança são uma coisa que eu não preciso colocar, pela própria colocação, como o senhor colocou a mim, com relação à carreira militar. Quanto ao desconhecimento da minha vida militar e os meus comandos na área de saúde, eles são bem colocados, como eu coloquei assim.

Então, eu me considero, sim, senhor, plenamente apto a exercer o cargo de Ministro da Saúde. E lembro que nós tivemos aí, nas últimas duas décadas, quatro, cinco, seis ministros –



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se não me engano, quatro ministros – que não têm absolutamente nada com ligação de saúde, como os senhores conhecem, o Ministro José Serra, o Ricardo Barros, Occhi e outros. São profissionais que fizeram trabalhos especiais no ministério e não tinham ligação alguma com a área de saúde. Para ser Ministro da Saúde ou qualquer ministro nesse nível, ele tem que ter assessoria técnica, ele tem que ter capacidade de ouvir, ele tem que ter sensibilidade para a tomada de decisão e decidir rápido, porque, todos os dias, vidas eram perdidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais eram os problemas logísticos do Ministério da Saúde e como seu trabalho contribuiu para resolvê-los?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, quando nós chegamos com a equipe, quando eu cheguei com a minha equipe ao ministério, cheguei com 15 oficiais, e a ideia era, obviamente, trabalhar na Secretaria Executiva. E eu repito uma frase que falei outro dia: eu acho que aquele primeiro desenho foi muito bacana, quando o Presidente nomeou o Teich, médico, e me colocou como executivo para fazer o suporte de gestão e logística administrativa para ele.

Eu me lembro – desculpe-me falar dessa forma; não foi uma pergunta direta sua, mas eu acho que isso faz parte da contextualização da resposta – de que eu me sentei com o Ministro Teich e disse: "Olha, a parte finalística, que são as secretarias, eu, neste momento, não tenho como ajudá-lo muito. Eu preciso aprender sobre isso. Agora, sobre a parte de gestão e logística administrativa, eu vou tocar. Então, o senhor fique tranquilo nessa parte e o senhor foque na parte finalística, e a gente vai fazer um excelente trabalho". Foi assim que nós começamos a conversar. Infelizmente, o Ministro Teich decidiu partir, e o resto da conversa os senhores sabem. Mas eu repito que aquele primeiro desenho ali seria realmente a melhor coisa que a gente poderia ter tido. Mas a conduta acontece, e aí a gente vai respondendo à conduta.

Então, voltando à pergunta sobre logística, nós estávamos vivendo a pandemia, e a pandemia precisaria de entrega de equipamentos, ventiladores, EPIs; precisaria de contratação de estruturas para fazer processamento de testagens; a pandemia precisa ter um acompanhamento de recursos que seriam transferidos, criação de critérios. Isso tudo precisava trabalhar na Executiva. Essa primeira compreensão demonstra o tamanho do trabalho que precisaria ser feito. E nós estávamos vivendo exatamente a crise de falta de respiradores, habilitação de leitos, a compreensão do que estava acontecendo. Precisávamos fazer isso de forma rápida, de forma legal e tempestiva, rápida – já falei. Precisava ser rápido, e a gente não tinha tempo para perder. Essa é a resposta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, que medidas foram tomadas e quais os resultados?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A primeira medida foi nós centralizarmos os Centros de Operações de Emergência junto à Executiva. O COE já existia, centrado numa Secretaria de Vigilância. Então, continuou lá a parte de vigilância, e nós trouxemos uma representação de cada secretaria mais o Conass, o Conasems e a Opas para sentarmos juntos e ali recebermos as demandas e tomarmos as decisões de como resolver, sempre pactuando com o Conass e o Conasems de forma técnica, critérios técnicos. Esta foi a primeira medida: criação do COE.

A segunda medida foi nós buscarmos o fornecimento, a prospecção das indústrias nacionais para a fabricação de respiradores. Foi fantástico esse trabalho em conjunto com o MD. Cederam-me do MD uma estrutura de prospecção de indústrias. Nós fomos às indústrias nacionais e, a partir dali, nós não compramos um respirador importado, e fornecemos e apoiamos todos Estados e Municípios que precisavam com respiradores nacionais, fomentados na indústria nacional. Isso eu acho que é uma grande resposta, eu acho que a gente precisa compreender que a logística disso tudo num país continental foi um desafio fantástico. Aí, trabalhou a infraestrutura, trabalhou a Casa Civil e nós conseguimos fazer a logística externa e interna nacional e municipal, entregando até na ponta da linha tudo: EPIs, respiradores, medicamentos, vacinas H1N1, Tamiflu e todos os outros medicamentos e materiais necessários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. fez indicações de cargos durante a gestão do Ministro Teich?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quais? Ministro Teich?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Só os cargos da Secretaria Executiva. Só os cargos da Secretaria Executiva, que eram os militares que vieram conosco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, vou mandar levantar um por um para o senhor, mas, basicamente, vou lhe falar dos que mais lembro, dos maiores cargos: meu próprio secretário adjunto, chefe do COE; o chefe da SAA, da parte administrativa... Esses são os cargos principais, a partir daí, são cargos médios de apoio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já como ministro, V. Exa. teve autonomia para formar sua equipe de gestores?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Cem por cento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cem por cento.

Em vídeo, no dia da sua demissão, ao lado de V. Exa., disse o seguinte sobre a sua chegada ao ministério: "Não tinha nada nem ninguém para nos dizer nada. A gente andava nos corredores e não tinha ninguém. Salas vazias, pessoas que nunca nos passaram nada". V. Exa. teve alguma dificuldade com o corpo técnico do Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não houve uma passagem de função técnica como nós imaginamos. Vivia-se a pandemia, nós tínhamos 11% apenas, 12% das pessoas trabalhando no ministério, os corredores eram vazios, tudo era *home office* e os chefes, as seções, os chefes também tinham saído com a outra administração. Essa que é a lógica, para que o senhor compreenda. Imagine isso aí de uma forma ampla, isso em todas as secretarias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve algum momento de baixa aceitação do seu nome ou houve dificuldade no relacionamento com os servidores hábeis a prejudicar alguma ação do seu planejamento no ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, pelo contrário. Os profissionais que lá encontrei... Porque volto a colocar, no início encontrei pouquíssimas pessoas. Depois, nós fomos chamando o pessoal de volta, fomos convencendo o pessoal a rever a sua posição e eu acho que foi uma relação muito profícua e muito exitosa, profícua mesmo e exitosa, relação muito boa. O pessoal trabalhando muito, sem hora, sem dia e para tudo que se pedia se tinham respostas. Então, a estrutura elogiei bastante, inclusive na minha saída.

O senhor deve ter aí o vídeo elogiando muito o pessoal profissional do Ministério da Saúde que lá encontrei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No lançamento do Outubro Rosa, no ano passado, pouco depois de V. Exa. assumir o cargo de ministro, após passar quatro meses como interino, V. Exa. declarou que, aspas: "Não sabia nem o que era o SUS", fecha aspas, porque sempre fora tratado em hospitais militares. A pergunta é: qual era sua relação com o Presidente da República antes de abril de 2020?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, antes da pergunta direta sobre relação com o Presidente, eu vou contextualizar, já que o senhor colocou a ideia da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... minha frase.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fique à vontade!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu gostaria de dizer ao senhor o seguinte: eu acho que todos os brasileiros conhecem o SUS de uma forma simples, sabem que nós temos um sistema único em hospitais públicos que funcionam nas suas cidades. Como militar, eu não só não conhecia o SUS, como não conhecia também escolas particulares. Eu só estudei no Colégio Militar de Manaus, a partir da quinta série, e fui formado e tratado pelo Exército, até hoje, inclusive. Então, o meu conhecimento de SUS não poderia ser profundo. Aquilo ali era... O contexto daquela frase era: que surpresa espetacular! Eu acho que é o contrário. Foi muito, foi uma surpresa muito interessante ver como nós tínhamos um sistema fantástico, e isso precisa ser de conhecimento maior do povo brasileiro. O povo não tem a noção do esforço e dos recursos empregados para o sistema de saúde. Essa que era a intenção clara daquela frase.

A minha relação com o Presidente Bolsonaro, eu o conheci na Brigada de Infantaria Paraquedista, na década de 80. E, ao longo da vida, é claro, cruzei com ele em várias situações, em vários momentos, mas uma relação de amizade simples; nunca tive proximidade maior com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem indicou o seu nome, Ministro, para o Presidente Bolsonaro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que as indicações vieram dos oficiais gerais que trabalhavam com o Governo Federal. Eu não sei qual deles, mas acredito que veio do grupo de oficiais que trabalhavam com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o Presidente da República fez o convite para que V. Exa. viesse a integrar a equipe do Ministério Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Como eu relatei na minha abertura, de forma direta e inequívoca: "É para vir!".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que missões ele lhe deu na oportunidade?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, a missão de fazer, de cumprir... Eu acho que a palavra correta seria – eu vou usar aqui uma expressão, peço desculpas –, abre aspas, "trocar a roda do carro com o carro andando", fecha aspas. Era para não deixar haver perda de continuidade nas ações de combate à pandemia, essa era a preocupação do Presidente. Para não haver perda... Quando o senhor... Eu acho que todos os senhores já trabalharam, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma forma, ou no Executivo, ou ministros já, em outras situações: para você montar uma equipe, demora; você tem que trazer pessoas, têm que ser transferidas, os recursos são pequenos. Então, você ter pessoas de alta capacitação na linha privada e trazer para um cargo para ganhar R\$8 mil, R\$10 mil... Não que seja um salário pequeno; é um salário ótimo, mas a iniciativa privada paga melhor. Então, você conseguir montar uma equipe rápida, e essa equipe ser, realmente, comprometida e pronta, não é simples. A ideia do Presidente e a ideia que me foi passada era: venha, traga imediatamente as pessoas que você precise trazer, o Exército vai selecionar e você toca a transição. Em 90 dias, gradativamente, vão sendo substituídos os militares e, a partir dali, o Ministro Teich toca sozinho daí para frente. Essa foi a missão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sua nomeação deu-se sob a condição de cumprimento de alguma ordem específica, como a recomendação de tratamento precoce para a Covid com cloroquina ou outro medicamento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Em hipótese alguma. O Presidente nunca me deu ordens diretas para nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Com que frequência V. Exa. se reunia com o Presidente da República durante sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Menos do que eu gostaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Menos do que o senhor gostaria?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim. Eu preferia ter encontrado mais vezes com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não tenho elementos para fazer uma avaliação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu vou lhe colocar... Desculpa, eu dei uma resposta... Era para atender à finalidade da pergunta, não a pergunta objetiva. Desculpe. Serei mais objetivo.

Eu acredito que a relação com o Presidente precisaria ainda ser... Ainda poderia ser maior ainda, mas os cargos são complicados, as agendas são complicadas, e eu o via uma vez por semana, a cada duas semanas... Era o que a gente conseguia conversar. Eu, realmente, se pudesse voltar atrás, eu teria ido mais vezes atrás do Presidente para conversar com ele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que orientações e solicitações relacionadas às ações de combate à pandemia o Presidente da República lhe fez durante a sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Só um minuto, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fica à vontade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As orientações, volto a colocar aqui: na verdade, eu levava as ideias para o Presidente, contava como estava a pandemia, como que era a visão... Senhores, antes, só fazer uma pequena, uma pequena, uma pequena... Uma pequena mudança da pergunta. Eu vou já voltar a ela.

Quando a gente fala sobre como é que está qualquer coisa, você tem que ter um dado comparativo. "Isso aqui está bom"; está bom em relação ao quê? "Aquilo está rápido"; está rápido em relação ao quê? "Aquilo está demorado"; está demorado em relação ao quê? Quando você tem coisas inéditas, você está descobrindo as coisas. Não tem nem rápido, nem demorado; nem bonito, nem feio. São coisas que estão acontecendo pela primeira vez. É muito importante a gente compreender. E, quando a gente está numa função, no cargo de Ministro, você recebe informações todos os dias, 24 horas por dia; o telefone não para, e você atende a todo mundo. Então, você vai criando uma observação sua sobre o fato. E eu procurava levar ao Presidente, então voltando à sua pergunta, levar ao Presidente a minha visão em cada momento – como estava acontecendo a pandemia lá em abril, maio; como foi Manaus, naquele abril e maio em Manaus...

Então, quando eu vim de Manaus, eu trouxe ideias do que eu vi lá. Eu vi, já naquele momento, que já foi difícilimo Manaus. Já foi difícilimo. E eu vim de lá vendo isso e vendo que a pandemia se alastrava naquele momento ali pelo Norte, pelo Nordeste, especificamente Norte e Nordeste, e, pontualmente, nas duas grandes capitais Rio e São Paulo, pela própria dinâmica de relacionamento, relações e voos, que essas duas grandes capitais tinham.

Então, essas observações eram as observações que eu levava. E, obviamente, a conversa era de ineditismo. "Como é que eu ia fazer aquilo? Não pode faltar aquilo outro". "Pazuello, você precisa de mais alguma coisa? Já falou com o MD para fazer a logística disso ou daquilo?" Essas eram as conversas. As conversas eram em altíssimo nível para fazer soluções.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não lembra especificamente que orientações e solicitações relacionadas à Covid foram passadas pelo Presidente da República?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, as orientações foram fazer a coisa acontecer o mais rápido possível, era não aceitar... Uma colocação que ele sempre colocava, ele dizia: "Olha, se falarem qualquer coisa para você, dizendo que é em meu nome, não fui eu. Só aceite qualquer coisa que eu te fale. Observações só minhas. Não aceite ninguém dizer que falou comigo. Se houver qualquer coisa, fui eu que te falei. Não... Ninguém vai falar em meu nome". Isso é uma coisa que ele colocava sempre. Ele era preocupado que colocassem palavras aí ou observações diretas no nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, só para contribuir...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. falou que o Presidente pediu para V. Exa. assumir para não sofrer solução de continuidade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Qual foi o planejamento deixado pelo Ministro Mandetta e pelo Ministro Teich que não sofreu solução de continuidade? Porque V. Exa. falou em 43 milhões de testes que foram feitos. É lógico que tem brasileiro que fez 10 testes, 15 testes, mas tem dois milhões e pouco de testes que vão vencer, e aqui eu perguntei ao ex-Ministro Mandetta se ele tinha logística suficiente para fazer. Ele disse que estava fazendo uma central, algo utópico para o tamanho do Brasil, fazer uma central de exames. Então, qual foi... O que deixou... Até porque o início começa com o Ministro Mandetta, que teve tempo suficiente para fazer um baita planejamento. E, como V. Exa. disse que o Presidente disse para não ter solução de continuidade, alguma coisa foi deixada por eles, e eu queria que o senhor dissesse para nós o que eles deixaram.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Obrigado, Presidente.

Bem, senhores, é claro que o planejamento macro foi todo feito, já estava pronto quando eu cheguei. Mas eu lembro aqui, inicialmente, que o planejamento, um plano ou uma estratégia são feitos com suposições – você não sabe como vai acontecer. Então, no primeiro planejamento feito para a pandemia, os critérios foram lineares, foram por população. Não se sabia onde ia ter o impacto. Então, distribuem-se recursos e meios de forma linear. Ponto. Então, estou dando um exemplo de planejamento.

Quando você vê como a pandemia se desemboca, como ela está acontecendo, você começa a regular o direcionamento dos meios, começa a regular o direcionamento dos meios. Então, meios que estavam indo... Por exemplo, uma cidade em que não se tinha nem previsão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de impacto não era mais prioridade em relação a uma cidade que estava impactada ou quase colapsada. Nós precisávamos socorrer onde era necessário.

Então, a primeira compreensão de planejamento havia, e o planejamento foi feito da melhor forma possível, com certeza, com os dados que se tinham, e as condutas do planejamento são necessárias na execução, e essas condutas visavam a atender imediatamente onde era necessário, e onde não era poderia ser atendido numa sequência posterior. Essa é a primeira explicação.

Falando especificamente sobre testes, eu gostaria de, salvo melhor juízo – porque eu não estou tendo acesso a todos os dados, e eu peço desculpas se algum dado ficar fora de linha – sobre, por exemplo, testagem, a primeira coisa que o Ministro Teich pediu quando chegou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, sem interrompê-lo, é que nós temos perguntas objetivas, concretas. Mais adiante, com certeza, nós vamos ter oportunidade de falar sobre os testes. Seria muito importante que nós tivéssemos perguntas objetivas e respostas também objetivas para nós avançarmos no depoimento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só para efeito de organização do depoimento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, Sr. Senador. É porque eu estava tentando responder à pergunta dos testes do Senador Omar Aziz. Mas eu posso responder depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu perguntei qual foi o planejamento deixado em relação à Covid.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sobre testes, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sobre testes também, planejamento também, mas acho que você vai ter a oportunidade de falar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ser mais objetivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu guardo essa resposta para depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ser mais objetivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muitas perguntas que o Senador Renan está fazendo são "sim" ou "não". Vamos ser mais objetivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou colocar aqui uma ideia aos senhores. Eu acredito que nós temos uma população brasileira toda nos olhando, e respostas simplórias, sem contextualização, sem a compreensão do que nós estamos falando, não vão atender às pessoas que estão nos esperando. Eu vou responder a todas as perguntas – todas, sem exceção. E coloco de uma outra forma: vocês podem ter certeza, eu não vou ficar repetindo uma palavra. Eu vim com bastante conteúdo e eu pretendo deixar claro à população brasileira e a todos os senhores todos os fatos e todas as verdades que aconteceram sob a minha gestão, sob a nossa gestão. Então me desculpe: perguntas com respostas simplórias eu gostaria até que não fossem feitas. Perguntem-me coisas com profundidade, perguntem coisas com bastante profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – General, V. Exa. não vai dizer para a gente o que que nós vamos perguntar ou não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem decide isso aqui são os Senadores. V. Exa. está aqui para responder às perguntas dos Senadores, e para muitas delas basta um "sim" ou um "não". Quando a gente fala muito e não consegue explicar nada é que fica difícil para a gente ficar ouvindo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está compreendido, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que V. Exa. aprendeu sobre o SUS nesse período?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Aprendi que é um sistema fantástico, que atende por capilaridade 5.570 Municípios e que funciona de forma tripartite, o que foi uma surpresa também muito interessante, de como foi a visão da Lei 8.080. Por exemplo, por que a decisão tem que ser pactuada com Estados e Municípios? Para que não haja uma posição central, uma posição única, ou do Governo Federal, ou uma posição mais voltada aos municipalistas ou ao Estado. As decisões são... Senta-se e decide-se de forma tripartite e pactuada. Isso foi uma coisa fantástica que eu vi no SUS, talvez seja o grande exemplo que eu poderia colocar: a formação do SUS, a forma tripartite de se tomar decisões, a capilaridade, a compreensão da ação do Município, no atendimento básico e primário, e do Estado, no especializado. Isso é muito interessante. Muito interessante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, no depoimento de ontem aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo afirmou que, no início da pandemia, as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) eram cheias de idas e vindas e, por isso, muitas vezes as políticas sanitárias não as seguiam. Além disso, o ex-Ministro, em seu depoimento, eximiu a si próprio e ao Presidente da República de qualquer participação na condução da pandemia, para atribuir toda a responsabilidade ao Ministério da Saúde.

V. Exa. está de acordo com o posicionamento do ex-Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que cada um, cada ministério tinha suas próprias atribuições na pandemia. Eu acho que as decisões exclusivas, por exemplo, de um chanceler de relações, são exclusivas do ministério, do Chanceler Ernesto à época. Decisões que envolvem a infraestrutura são decisões do Tarcísio, e assim por... De comunicação, Fabio e a Secom. Então isso é um grande... É uma orquestra, não é? Isso é uma orquestra. Decisões exclusivas da saúde são exclusivas minhas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que todos tinham trabalhos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... só para repetir, foi: o senhor concorda com o posicionamento do ex-Ministro? É uma pergunta objetiva, concreta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E eu vou lhe responder de forma clara: se ele está falando apenas das ações de saúde, são todas minhas. Se ele está falando da resposta à pandemia, envolve vários ministérios. Ponto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se o ministério não seguia as orientações da OMS, quais eram as orientações que seguia naquele momento o ministério? Essa é uma pergunta de internauta. Ontem eu...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... fiz uma indagação na rede social se as pessoas queriam contribuir com perguntas para esse depoimento, e essa pergunta foi uma pergunta feita principalmente por familiares das vítimas da Covid.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As organizações como a OMS, Opas – só para lembrar, a Opas, ela representa a OMS na América Latina, e aqui representada pela Dra. Socorro Gross –, estavam presentes diariamente conosco no ministério e elas basicamente não impõem, a OMS e a Opas não impõem nada para nós. Nós somos... Nossa decisão é plena, o Brasil é soberano para tomar suas decisões em qualquer área, inclusive saúde. Não, nós não somos obrigados a seguir nenhum tipo de orientação de OMS ou de ONU ou de lugar nenhum. Nós somos soberanos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. foi responsável pela nomeação do advogado Zoser Hardman como assessor especial do ministério, no início da sua gestão como Ministro interino. Pergunto: como V. Exa. e o Dr. Hardman se conheceram?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Dr. Hardman, ele já era conhecido de um dos oficiais que veio comigo, e apresentou o Dr. Hardman como um candidato a trabalhar na nossa equipe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais eram as atribuições desse assessor especial?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele foi inicialmente trabalhar com o Ministro Teich no gabinete, para que o Ministro tivesse um assessor direto com a visão jurídica, tivesse com ele no gabinete, e, quando eu assumi interinamente, nós começamos a organizar o gabinete com quatro ações transversais: uma jurídica, uma institucional, uma internacional e uma de comunicação. A jurídica ficou com o Dr. José.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por quanto tempo ele permaneceu no cargo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele saiu comigo, entrou em abril e saiu comigo em março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. ainda tem contato com o advogado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tenho, o Dr. José, *pro bono*, ele permaneceu me auxiliando na organização das nossas documentações para apresentar aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele continua, portanto, lhe prestando algum serviço de consultoria.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, de consultoria jurídica, mas *pro bono*.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nesta situação de pandemia, o Governo Federal optou por seguir dois caminhos de enfrentamento, um sanitário e um econômico...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... como se houvesse antagonismo entre eles. Na verdade, não existe atividade econômica sem as pessoas e, por isso, preservar vidas é pressuposto para que exista a economia. Ainda assim, em vários momentos houve divergências entre as autoridades federais e os defensores de medidas não farmacológicas de combate à Covid-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, testagem em massa da população e distanciamento social, inclusive com o fechamento de estabelecimentos, *lockdown* e toque de recolher.

Pergunto, Ministro: durante sua gestão, qual foi a orientação do Ministério da Saúde sobre a adoção de medidas não farmacológicas de combate à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em todas as situações, todas, nós colocamos as medidas preventivas, basicamente o uso de máscaras, a limpeza de mãos, o afastamento social necessário, os cuidados. A preventiva, em todas elas, é a primeira ideia. Nós não deixamos de nos pronunciar em várias campanhas, em vários momentos, em todas as entrevistas. Em todas as entrevistas a que eu fui, eu terminava e colocava desta forma: nós não podemos abrir mão das medidas preventivas – uso de máscara, lavagem de mãos, cuidados pessoais e os afastamentos necessários. Essa é a posição sobre essa pergunta.

Sobre a imposição de medidas restritivas e a gestão, eu coloco ao senhor que eu vejo aí uma discussão hoje sobre o que quis dizer o STF, se ele quis dizer isso ou se quis dizer aquilo. Na realidade, o que fica claro nessa discussão é que os Prefeitos e os Governadores estão à frente do processo decisório das medidas restritivas que eles vão colocar. Disso não pode haver dúvida, eles estão à frente do processo decisório. E como nós nos posicionávamos? Nós apoiamos todas as medidas tomadas, apoiamos eles com o que eles precisassem. Ou seja, se um Governador com uma visão – independentemente de política ou ideológica, não interessa neste momento a discussão –, falando sobre uma visão de gestão, achava que deveria fazer essa medida, eu o apoiava no que ele precisava. E se o outro achava que era uma medida mais restritiva, eu o apoiava no que ele precisava, não fazia nenhum tipo de juízo para proibir essa ou aumentar aquela. Eu acho que, no momento em que a decisão está tomada, e eu vejo as ações acontecendo, cabe a mim, naquele momento, apoiá-los em qualquer situação de forma plena.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então qual a sua posição, Ministro, sobre medidas de distanciamento social para o combate à Covid? E eu queria lembrar também a V. Exa. que não houve uma resposta conclusiva com relação à pergunta anterior: se o Ministério não seguia as orientações da OMS, quais eram as orientações que seguia naquele momento o Ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k. Então, vou voltar à pergunta anterior, Senador, para deixar mais claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As posições da OMS, como colocou o Ministro Ernesto, como nós acompanhamos, eram posições que iam e vinham, não eram posições claras e, digamos... Claras, sim, desculpe, não eram contínuas, pela própria incerteza da situação. Então, nós usávamos as posições da OMS para amparar o nosso processo decisório. E o processo decisório no País ficou decidido que as medidas restritivas ficariam a cargo dos Estados e Municípios de uma forma inicial, digamos assim, e o que cabia então a mim fazer. As nossas posições com relação a distanciamento social nesse caso, já acabei de colocar, eu sempre posicionei da mesma forma: medidas preventivas, incluindo aí o distanciamento social necessário em cada situação. Essa era a minha posição em todas as nossas ações de comunicação, digamos assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, objetivamente: se não seguia as orientações da OMS, quais eram as orientações que seguia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As orientações eram as orientações do País, as nossas orientações do ministério. As orientações eram do ministério, não da OMS. A OMS te dá uma posição, cabe a nós decidirmos como vai ser no Brasil. As posições eram do ministério. Está respondido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua posição sobre essas medidas de distanciamento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou repetir: era positiva, deveríamos fazer medidas de distanciamento sempre que possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que ocasiões V. Exa. as expressou publicamente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em inúmeras entrevistas e coletivas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Exa. não tinha formação ou experiência em saúde, quem o orientava acerca de que medidas tomar para combater a doença no Brasil?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu me reunia muitas vezes ou quase diariamente com a minha equipe técnica toda, com meus secretários, com médicos. Nós tínhamos médicos em vários cargos do Ministério, e era deles que vinham as posições, com discussões claras ali.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que providências o Ministério da Saúde tomou ou deixou de tomar em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal de 15 de abril de 2020, na ADI 6341, que garantiu autonomia a Estados e Municípios para exercer sua competência constitucional concorrente de proteger a saúde de sua população?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós passamos a... A primeira medida foi nós desenvolvermos uma ferramenta de análise, uma ferramenta que avaliava os riscos. Já havia alguma coisa prevista ainda da gestão anterior numa nota técnica e nós aumentamos, robustecemos essas discussões, criamos uma ferramenta de análise e distribuímos para todos os Prefeitos por intermédio do Conasems.

A primeira medida foi auxiliar a tomada da decisão, auxiliar quem iria tomar a decisão com uma ferramenta para que ele fizesse a análise dos riscos e das providências que poderiam ter. Essa ferramenta foi distribuída para todos os Prefeitos, isso em... Essa ferramenta foi desenvolvida ainda em abril... Desculpe, ainda no começo de maio, com o Ministro Teich, e nós distribuímos em maio ainda para todos os Prefeitos. E, na sequência, como eu coloco ao senhor, tomada a decisão, o ministério apoiava em todos os itens e demandas que me eram pedidas por Prefeitos e Governadores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especialmente nesse momento de segunda onda, com o pico de casos e mortes por Covid, não seria recomendável, portanto, ter estabelecido critérios nacionais para orientar os gestores locais quanto à adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esses critérios estavam previstos na ferramenta. Nós elaboramos os critérios e ficava a cargo de... Porque é muito... Nós estamos falando de um país continental, nós estamos falando de um estado ou de um município como Blumenau ou como um município do Sul, comparado a um município do Amazonas ou do Amapá, completamente distinto, e que medidas são diferenciadas de um lado para o outro. Então, não seria... O que seria lógico? Fazer uma análise dessas medidas, propor a elas o grau e deixar os gestores locais fazerem as suas próprias considerações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabia a nós, volto a colocar, em contato direto... Isso aí eu acho que foi um ponto alto que precisa ser colocado aqui de uma forma clara: nós falávamos o tempo todo com os secretários de Estado, com os Prefeitos e com os Governadores – o tempo todo, o tempo todo. E, a partir dali, você ia tirando temperatura, compreendendo de fato como estava acontecendo. E eles recebiam muito os Deputados e Senadores. Praticamente todos os senhores, em algum momento, estiveram conosco lá tratando dos seus Estados e Municípios, alguns. E isso vai fazendo com que a gente tenha uma visão clara do que está acontecendo, do que precisa.

Eu acho que essa é a resposta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há convergência do seu entendimento com o do Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Convergência do meu entendimento com o Presidente da República sobre?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre essas questões que foram levantadas na sequência ultimamente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, se não havia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de combate à pandemia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Se não havia... Se não havia convergência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de medidas não farmacológicas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ...nunca me trouxe, nunca me trouxe nenhuma restrição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é objetiva, Ministro. Havia convergência do senhor com o Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nas conversas com o Presidente, não havia discussão de desconvergência nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas com relação aos tratamentos...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com relação a nada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... e encaminhamentos da Covid?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Em momento algum, o Presidente da República me orientou ou me encaminhou ou me deu ordem para fazer nada diferente do que eu já estava fazendo - nada, absolutamente nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, havia convergência das posições defendidas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Das minhas ações, das minhas medidas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... das posições defendidas pelo Presidente da República...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... as decisões... Senador, as minhas posições não eram contrapostas pelo Presidente. Acho que essa é a resposta exata. As minhas posições como ministro e as minhas ações nunca foram contrapostas pelo Presidente, para deixar bem claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Ministério da Saúde chegou a cogitar a adoção de medidas de âmbito nacional para controlar a pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Âmbito nacional, só a distribuição de equipamentos, distribuição de insumos; com relação a medidas restritivas, não. Com relação especificamente a medidas restritivas, âmbito nacional, de forma linear, não, e eu não concordo com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Presidente da República, em algum momento, em reuniões com V. Exa., posicionou-se contrariamente a medidas de distanciamento social em âmbito nacional?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Volto a colocar para o senhor: em nenhum momento o Presidente da República me desautorizou ou me orientou a fazer qualquer coisa diferente do que eu estava fazendo. As ações foram todas minhas nesse aspecto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Presidente determinou que o Ministério da Saúde se abstivesse de promovê-las em algum momento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Em momento algum.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Três depoentes apontaram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que o Presidente da República guiava-se pelas orientações de um aconselhamento paralelo, ou seja, de pessoas fora do Ministério da Saúde que participavam de reuniões no Palácio do Planalto e tinham influência sobre a condução da pandemia, mesmo contra as orientações técnicas do ministério. O Ministro Mandetta falou no nome do Vereador Carlos Bolsonaro e o Presidente da Anvisa mencionou a Dra. Nise Yamaguchi. O ex-Ministro Ernesto Araújo mencionou o nome do ex-Ministro da Cidadania e médico Osmar Terra, quando falou da tese da imunização de rebanho.

Durante seu período à frente do ministério, as políticas de gestão sanitária da pandemia na esfera federal advinham de técnicos do Ministério da Saúde ou continuava existindo esse aconselhamento paralelo do Planalto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sr. Relator, vou colocar de uma forma para botar uma pedra nesse assunto. O Presidente da República falou para mim e para todos os ministros várias vezes: de assunto de saúde quem trata é o Ministro Pazuello. Então, nunca, nunca, e vou repetir: nenhuma vez eu fui chamado para ser orientado pelo Presidente da República de forma diferente por aconselhamentos externos. Nunca, nenhuma vez. Não quero dizer com isso que qualquer pessoa, e principalmente um Presidente da República, ele não ouça ou não levante dados ou não procure avaliar o que está acontecendo em volta dele. Seria um absurdo o Presidente da República não ouvir opiniões, não ouvir versões para que ele crie a própria posição dele como Presidente da República. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Daí, para ele trazer de lá ou trazer de qualquer relação uma orientação contrária a uma posição do ministério ou minha, nunca houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá.

Quem no Ministério era o principal responsável pelas orientações técnicas que fundamentavam as decisões de V. Exa. como Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Todas as posições eram tratadas no nível secretarias, todas. Eu tinha três médicos, quatro secretários da área médica. Eu tinha o Robson, que eu já herdei ele no ministério como Secretário da Saúde Indígena, e eu tinha o Franco Duarte na saúde especializada, que eu já... Quer dizer, não coloquei aqui ainda para os senhores, mas eram pessoas que traziam as discussões da área finalística naquele momento ali. Então, as discussões das áreas finalísticas eram tratadas pelos secretários comigo, eram quem, as pessoas que traziam as posições da área médica. Era a forma como funcionava.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era o papel do Dr. Osmar Terra, que é médico e também foi ministro do Governo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O papel do Dr. Osmar Terra? Ele é um Deputado, e ele foi algumas vezes no ministério, se tornou até uma pessoa próxima para conversar, mas não tinha papel nenhum oficial no ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. sabe identificar outras pessoas que aconselhavam o Presidente da República em questões relacionadas à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não posso lhe dizer nenhuma oficialmente. O Presidente nunca tratou disso comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os filhos do Presidente da República influíram, de alguma forma, na administração da pasta da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, eu esperava... Coloco aqui uma coisa interessante: da mesma forma que eu esperava ter mais conversas com o Presidente, eu quero dizer também que eu esperava que eu pudesse conversar mais com o Flávio, com o Eduardo, com o Carlos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Vamos conversar mais, Pazuello.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E eu não tive isso. Pelo contrário, pouquíssimas vezes encontrei os três.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Presidente, está me citando. Eu estou aqui presente na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só perguntou.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Se um filho não pode falar com o Pai... Eu não consigo entender essa narrativa, aonde o Relator quer chegar, com todo o respeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, voltando, não havia nenhuma influência dos três filhos políticos do Presidente e volto a colocar: eu achava que eu ia me encontrar mais com eles – e faço essa observação aqui –, tanto com o próprio Presidente, mas não houve isso. A



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia nos consumia o dia inteiro. Nem para encontros sociais, nada. Foi muito pouco encontro, muito pouco encontro. Podia ter havido mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ministro, objetivamente, o empresário Carlos Wizard, ao defender que a Covid-19 poderia ser tratada na primeira fase da doença, disse, em entrevista à TV Brasil, aspas:

Passei um mês [atuando] em Brasília, junto ao Ministro Eduardo Pazuello, atuando como um conselheiro do ministério [...]. Posteriormente, fui convidado a assumir uma das secretarias...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) -

No entanto, preferi não aceitar o convite e trabalhar de forma independente e solidária ao combate da Covid-19. [...] E foi neste momento que eu tive, então, a oportunidade de conhecer autoridades médicas que são reconhecidas tanto no Brasil [...] [como] no exterior, [...] Nise Yamaguchi, [...] Roberto Zeballos, [...] Anthony Wong, Dante Serra e muitos outros que [...] [participavam] desse conselho científico independente [de voluntários].

Pergunto a V. Exa.: V. Exa. confirma que essas pessoas o aconselhavam acerca de assuntos relacionados à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sr. Relator, deixa-me voltar a quem é Carlos Wizard? Se o senhor permitir, posso começar pelo Carlos Wizard?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pode, eu citei uma declaração dele para embasar a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, é só para dizer quem é. O Dr. Carlos Wizard, logicamente, vem daquela franquia de inglês Wizard, de idiomas, e eu o conheci na Operação Acolhida como voluntário para tratar das pessoas. Ele e a esposa são mórmons, são da religião mórmon. Ele foi cumprir uma ação da igreja e lá ficou dois anos, morando lá, trabalhando e ajudando, de todas as formas, as pessoas que estavam em vulnerabilidade. Se tornou, então, um amigo, e é claro que me relacionei com ele nesses dois anos. E, quando fui chamado para cá, puxei o Wizard, liguei para ele e falei: "Você tem condição de tirar mais um tempo e vir nos ajudar aqui, porque você pode ser um grande *link* entre o ministério e a compreensão da parte social, do público?", pelas amizades dele, pela relação dele. E ele veio *pro bono*, ficou conosco aqui por quase um mês.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cheguei a indicá-lo para trabalhar na Secretaria de Ciência e Tecnologia, que é uma secretaria que tem muita ligação com a parte civil, as empresas etc., tal. Poderia ser uma boa relação. Mas ele não achou que conseguiria se desvencilhar da administração das empresas dele e achou melhor não entrar.

O Wizard...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É, mas ele disse que passou um mês ajudando no ministério...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Passou um mês conosco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... ajudando a administração.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Passou um mês ajudando. Eu o indiquei. E, na análise da indicação dele, ele desistiu, porque tinha que ter outras ações dos conselhos de empresa etc. Não dava para ser aceito na indicação oficial do cargo. E, a partir daí, ele se desvinculou da tarefa, digamos assim.

Ele, por si só, propôs reunir médicos para serem aconselhadores. E eu confesso ao senhor que eu não aceitei. A primeira vez que eu sentei para ouvir as ideias desses médicos, eu não gostei da dinâmica da conversa. E foi só uma vez, por 15 minutos, e nunca mais. Não tive assessoramento nem aconselhamento de grupos de médicos. Eu não gosto disso, desse formato das pessoas sentadas, e um fala, o outro grita, o outro... Não, isso não dá!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então só houve uma reunião...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Meia reunião, por 15 minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... no formato proposto pelo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pelo Carlos Wizard.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... Carlos Wizard.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - E mais nada! Uma vez! E eu não aceitei o formato de aconselhamento que ele tinha pensado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essas pessoas tinham também interesse ou interlocução junto ao Presidente da República?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desconheço, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Wizard fazia parte do grupo de pessoas que aconselhavam o Presidente especificamente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que não. Nunca o vi em Brasília indo especificamente falar com o Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que frequência V. Exa. se reunia com esse dito "conselho independente"? Não se reuniu mais...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou voltou a falar com Carlos Wizard, só com ele?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com Carlos Wizard eu conversei ao longo da... Converso com ele ao longo da minha vida. Virou um amigo. Uma vez a 15 dias ou um mês, quando ele me liga, bate papo, mas sempre de uma forma completamente informal, nada como conselheiro de nada da saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse conselho teria sido responsável pela indicação da cloroquina para o tratamento da Covid-19...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... conforme a orientação divulgada pelo Ministério da Saúde na sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, se nós vamos tratar desse assunto, eu pergunto se eu posso contextualizar esse assunto. Ele é mais profundo. Posso responder também "sim" ou "não".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou fazendo uma pergunta, mas eu não sou contra a contextualização...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isto é que eu ia dizer: posso contextualizar? Não estou perguntando se o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que V. Exa. faz.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Posso continuar então?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho que, se nós tivéssemos respostas mais objetivas, seria melhor para o andamento dos nossos trabalhos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, se o senhor preferir uma resposta mais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não vou constrangê-lo a isso, não, de forma nenhuma.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sem problema, Senador. Estou perguntando porque, nesse caso, ele é mais profundo, e aí eu teria que dar uma contextualizada. Como eu quero atender ao que o Senador Omar pediu, estou perguntando: respondo de uma forma mais prática ou eu, nesse caso, contextualizo? O senhor é que sabe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode contextualizar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, está bom.

Bem, senhores, esse assunto, eu acho, é um assunto chave, e eu vou me valer aqui de uma pequena... É uma pequena...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – A cloroquina foi orientada...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É uma pequena linha aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou só repetir a pergunta: esse conselho teria sido responsável pela indicação da cloroquina para o tratamento da Covid-19, conforme a orientação divulgada pelo Ministério da Saúde na sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, vou responder ao senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para lembrar, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esse conselho não foi reforçado por nada disso. Isso com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para lembrar e embasar também a sua resposta, o Ministério da Saúde publicou três orientações sobre o uso de cloroquina em pacientes com Covid.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Três notas técnicas, nºs 9, 11 e 17, de 2020. A primeira, na gestão de Mandetta, para indicar cloroquina para pacientes graves internados em UTI, num momento em que ainda não havia estudos sobre o tema; a última, no início da gestão Pazuello, como interino, expandiu o uso da cloroquina para o tratamento precoce da Covid.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, então vou contextualizar. Primeiro, a resposta, como o senhor colocou: não, esse tal conselho nunca me assessorou ou me sugeriu nenhum tipo de orientação a ser feita pelo Ministério. Essa é a resposta direta.

Quanto à utilização de hidroxicloroquina, eu pretendo contextualizar agora, já autorizado pelo senhor.

Nós precisamos compreender esse assunto de uma forma... Ele é simples; a gente não precisa botar um monte de fantasmas em cima desse assunto – ele é simples. O Brasil usa cloroquina há 70 anos. A cloroquina é um antiviral e um anti-inflamatório conhecido pelo Brasil – ela é antiviral e anti-inflamatória, ela tem ações antivirais e anti-inflamatórias. Pelo menos é o que me é trazido; eu não sou médico.

Desculpe, eu vou concluir. Isso foi o que eu recebi ao longo das histórias.

E, por exemplo, em 2016, na crise do zika vírus, ela foi utilizada e foi colocada como protocolo pelo Ministério da Saúde, cloroquina em altas doses – isso para grávidas. Na crise da chikungunya, em 2017, o Ministério da Saúde criou protocolos para uso da cloroquina – eu tenho todos eles, eu tenho todos eles – em altas doses. Então, são duas posições bem claras.

Quando a pandemia começou no mundo... Nós estamos com a internet, nós estamos ligados no mundo. Os médicos estão observando e viram que vários países no mundo, de forma *off-label*, usavam a cloroquina.

Eu não estou entrando na linha médica. Se causa discussão, se ela é antiviral ou não, eu retiro. Vou colocar só sob a lógica do medicamento para não haver discussão. Só como medicamento, doutor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se V. Exa. me permitir...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, por favor, eu queria concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... a hidroxicloroquina é antiprotosoário; não é antiviral.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor, mas ela teve ações dessa forma. Eu não vou entrar no mérito, porque, realmente, não tenho conhecimento para entrar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ao longo da pandemia, no final de 1919, começo de 1920, os médicos viram isso no Brasil, e, sim, começaram a ver que estava sendo usada em vários países.

Para que os senhores tenham uma noção, só uma pequena noção, nós estamos falando de 29 países que hoje têm protocolos de uso cloroquina no mundo contra a Covid. Vinte e nove países, e países como China, países como Coreia do Sul, países como Cuba. Cuba, que é mundialmente conhecida pela medicina avançada, Cuba tem um protocolo enorme de uso de cloroquina.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Para Covid. É, sim, senhor. Eu tenho, inclusive, ele todo impresso aqui. Para o senhor... Acreditem, Cuba tem um grande protocolo para uso de cloroquina para Covid, e eu trouxe aqui para disponibilizar.

A Índia tem, o México tem, a República Tcheca, a Venezuela tem e outros 29 países têm protocolo atual, de hoje, para uso de cloroquina. Então, o assunto não é tão difícil de entender que um médico olhe para a hidroxicloroquina ou cloroquina ou qualquer outro medicamento que esteja sendo usado no mundo e diga: "Olha, eu acho que tem que ser observado isso. Vale tentar como *off-label*, fora da bula". Então, essa é a primeira observação.

Quando começou a pandemia no Brasil, em fevereiro, o Ministério da Saúde – de fevereiro para março – emitiu realmente uma nota técnica orientando o uso da cloroquina na sua fase aguda, na fase inflamatória, na fase grave, com doses altas. Está orientado isso pelo Ministério da Saúde, feito pela gestão do Ministro Mandetta, que é um médico.

Senhores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi citado aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu gostaria de colocar. É isso, hein...

Em abril, eu estava em Manaus. No final de março, começo de abril, foi feito o famigerado estudo, em Manaus, com cloroquina em altas doses na fase aguda. Foram 20 mortos, 22 mortos. Foi um escândalo. Tem processo em Ministério Público estadual, Federal rolando até hoje. Esse estudo foi conduzido pelo Ministério da Saúde, pela Fiocruz e por vários médicos Ph.D. E o estudo foi publicado num periódico chamado *Jama* americano. Foi nesse momento que nós chegamos ao Ministério da Saúde.

E eu queria perguntar aos senhores: "Senhores, os médicos estavam usando *off-label*. Isso é público e notório. Senhores, o Ministério da Saúde tinha uma nota técnica para usar a cloroquina onde o estudo disse que estava morrendo gente e que eram 21 mortos, 22 mortos,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

20 mortos". Nós precisávamos fazer alguma coisa, só que eu não podia fazer protocolos nem deveria – e nunca fiz. Nem podia. Foi determinação. Nós podíamos fazer uma orientação, uma informação. Então, nós redigimos uma nota técnica...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, mas não naquele momento, no *timing*. O *timing* da coisa era muito sério.

Então, voltando, Senador, naquele momento nós precisávamos dar um freio de arrumação para não deixar as pessoas caminharem para outro lado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, para situá-lo um pouco mais nessa questão, porque a resposta tem...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É muito complexa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de uma forma "inobjetiva", demorado, o que esta Comissão está investigando não é quem prescreveu, quem usou, quem comprou. Não se trata disso. Trata-se de quem fez política pública e gastou dinheiro público com isso. Essa é que é a questão. É o ponto fulcral da investigação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas eu estou tentando colocar para o senhor exatamente o ponto fulcral. Era exatamente agora que eu estou dizendo que nós fizemos uma nota informativa, seguindo o Conselho Federal de Medicina. O Conselho Federal de Medicina fez uma publicação clara, dando autonomia aos médicos utilizarem tais medicamentos, inclusive a hidroxicloroquina, a cloroquina de forma *off-label*. E nós, seguindo o conselho, colocamos da seguinte forma – dois pontos –: "Médico, se você resolver prescrever os seguintes medicamentos que estão hoje, público e notório, sendo usados *off-label*, atenção para a dosagem de segurança. Médico, se você decidir prescrever os seguintes medicamentos que estão sendo usados, atenção para a dosagem da segurança e, atenção, não usem na fase final, porque, a fase final, está comprovado que não é a melhor forma de usar". Senhores, isso daí era o mínimo que eu poderia fazer, senão eu estaria prevaricando. Então, o que o Ministério da Saúde fez foi só isso, seguindo o Conselho Federal de Medicina, de uma forma clara, dizer: a prescrição é do médico. E outra coisa, isso é o que eu acho, é o que eu penso. Essa calça não veste em mim, eu não acho que se deva distribuir medicamento "a", "b" ou "c" por aí sem prescrição médica. Eu não concordo com isso, e eu não deixei isso e cada vez que eu ouvia alguém falar isso, eu dava no pé: não é para fazer, não distribua medicamento sem orientação médica, sem prescrição médica, nem que você ache que isso aí seja uma solução. Não faça isso. Em vários lugares, as pessoas chegavam: "Não, olha só, estamos pensando em fazer..."



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não façam isso – não façam isso. Cumpram exatamente o que o médico prescrever." O que tem que haver é disponibilidade de medicamentos, eles têm que estar disponíveis para que o médico prescreva o que achar que deva. Essa era exatamente o que estava escrito na nota informativa que se tornou a Nota 17. Ela teve três ajustes, mas, desde a primeira, isso nunca mudou sobre esses medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. tem familiaridade com a tese da imunização de rebanho, segundo a qual a imunidade da população poderia ser atingida não com a vacinação, mas também com a contaminação em massa pelo vírus e o desenvolvimento da imunidade natural por parcela relevante da população?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A tese é real quando você tem... Agora, o que tem de novidade e faz a tese não ser plena... O senhor me ajuda se eu escorregar. O que faz real e a tese não ser plena é que você não sabe o grau de atividade dos anticorpos que serão criados. Então, que você tem uma possibilidade de ter uma imunidade a partir de várias pessoas, não há dúvida, mas como a gente não sabe como isso se comporta no coronavírus, você não pode simplesmente achar que, a partir da contaminação, todos estão protegidos. Por isso que eu pedi para o senhor me ajudar, mas é mais ou menos isso. Como você não sabe o grau da profundidade, do grau de força desses anticorpos ou da capacidade de ele agir no organismo e por quanto tempo eles ficam, isso tudo são incógnitas, você não pode estar apoiado apenas nessa tese, tem que partir para a imunidade, para a imunização com vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. recebeu, tem conhecimento de algum estudo técnico ou outro documento qualquer contendo a análise dessa tese e seu impacto sobre a saúde pública?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, não tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em algum momento essa tese foi cogitada pelo Ministério da Saúde como estratégia de condução de ações de enfrentamento da pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Em hipótese alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não foi?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. tem conhecimento de alguém que defendesse essa tese no ministério ou em outro órgão do Governo Federal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Como defensor da tese, não. Defensor dessa tese: "É assim que tem que fazer", não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca presenciou uma conversa dessas pessoas que diziam interlocutores...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que participavam desse aconselhamento informal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nunca, nunca. Eu nunca participei de reunião com interlocutores que aconselhavam o Presidente da República, caso eles existam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como eram as discussões com Osmar Terra e Carlos Wizard, sobre a imunização de rebanho?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com o Carlos Wizard, zero; com o Osmar Terra, ele me falou sobre essa ideia, mas muito superficialmente, falando do que ele achava das vezes em que ele foi, como Deputado, lá, mas sem nenhum tipo de posição para o ministério, zero, zero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma vez...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Zero possibilidades de ele colocar como posição do ministério, ou programa, ou projeto do ministério; zero!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma vez o Presidente da República discutiu essa tese com V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou em algum evento em que V. Exa. estivesse presente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os depoimentos de Fabio Wajngarten e Carlos Murillo revelaram que o Governo não respondeu as propostas da Pfizer para o fornecimento de vacinas ao Brasil, desde agosto de 2020, uma delas com entrega de 1,5 milhão de doses, a partir de dezembro de 2020, e que totalizavam cerca de 18,5 milhões até o primeiro semestre de 2021. Contudo, de acordo com o relato do representante da Pfizer, somente em novembro, o Ministro da Saúde participou efetivamente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das negociações que foram esfriadas por conta de uma suposta inadequação da legislação às cláusulas de contrato que V. Exa. qualificou em entrevistas como leoninas.

Por que V. Exa. não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer ao longo dos seis meses?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O assunto Pfizer é um assunto também nos coloca de uma... Parece que é uma coisa tão complexa, né? E ela também é simples de se compreender. Eu infelizmente, aqui, fiz uma sequência sobre o assunto Pfizer...

Não, por favor, é aquela minha tabela sobre Pfizer, que o sargento... O Rangel montou para mim. Vê se você acha aí!

Enquanto está procurando aqui um documento de apoio, eu vou começar a colocar aqui para os senhores. Como fui eu que fiz, então, eu lembro de cabeça. É preciso compreender que a prospecção da Pfizer começou lá em abril e maio, primeiras prospecções da Pfizer, como discussões, tipos de vacina. Nós estamos falando de uma vacina completamente diferente do que a gente está acostumado, uma tecnologia que não era de conhecimento do Brasil. E nós estávamos falando de uma empresa que não topava a discussão da tecnologia conosco: é fechada, é porteira fechada; é isso ou é aquilo, não tem transferência de tecnologia, não tem nada!

E essas discussões foram, caminharam até os meses de maio e junho, maio e junho! Quando nós tivemos a primeira proposta oficial da Pfizer, foi o memorando de entendimento – você conseguiu, aí? –, foi o memorando de entendimento. Esse memorando de entendimento dava essas quantidades que o senhor está colocando aí: colocava 1,5 milhão, em 2020, sem data, e colocava o restante, da forma como o senhor colocou, dava 18,5 milhões, somando 20 até o final do primeiro semestre, e o final, totalizando 70 milhões de doses, até o final do ano.

Naquele momento, quando esse MOU chegou, ele chegou também com cinco cláusulas que eram assustadoras, na minha... No meu momento à época. As coisas têm que ser olhadas com aquele momento. Nós estávamos tratando de... Discutindo uma encomenda tecnológica de Oxford que chegaria a 200 milhões de doses esse ano; discutindo com o Covax Facility 42 milhões de doses; e a Pfizer nos colocando um primeiro semestre de 18 milhões de doses, com foco no final do primeiro semestre, e nos colocando cinco cláusulas complicadíssimas. E os senhores todos conhecem, mas eu posso relembrar. Então, nós estávamos falando de ativos brasileiros no exterior e fundos – e/ou fundos –, nós estávamos falando de isenção completa da responsabilidade por efeitos colaterais e transferência do fórum para julgamento das ações para Nova Iorque. Estávamos falando de pagamento adiantado, estávamos falando de assinatura do Presidente da República em contrato, coisa que não existe na nossa legislação, e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estávamos falando de não existirem multas quanto a atraso de entrega. Isso... Para ouvir isso a primeira vez... Talvez todos nós hoje possamos ouvir com o grau de normalidade, mas, a primeira vez que eu ouvi isso, eu achei muito estranho – muito estranho.

E coloco um dado interessante: a Pfizer que trouxe US\$10 a dose, e nós estávamos negociando a US\$3,75. Era três vezes mais caro. Então, eu coloco aos senhores: uma vacina três vezes mais cara, com todas essas cláusulas que eu coloquei aqui e com quantitativos que eram, a meu ver, muito inferiores ao que nós estávamos negociando, além das discussões logísticas de 80 graus negativos e das cláusulas sobre a logística de entrega, que era nossa responsabilidade... Não havia caixa, não havia nada. A primeira conversa foi: "Isso é problema de vocês". Essas discussões sobre as cláusulas, sobre a parte técnica e sobre a logística, essas discussões demoraram, nos levaram – isso foi em agosto, 26 de agosto –, nos consumiram setembro e outubro – nos consumiram setembro e outubro. E ela colocava bem claro, na posição dela, que ela precisaria da posição da FDA e precisaria da Anvisa, sem as quais também ela também não entregaria. Falei: "Ótimo, também é a nossa posição".

Quando nós chegamos em dezembro – quando nós chegamos em dezembro –, nós... Desculpa, em novembro, final de novembro ainda, citamos a Pfizer a refazer o seu morando de entendimento, porque nós queríamos pegar aquela documentação e forçar a um processo decisório que tivesse que haver. Isso em novembro, final de novembro. No começo de dezembro, a Pfizer manda o memorando de entendimento dela atualizado e, nesse memorando de entendimento, ela coloca: "Nós vamos para 8,5 milhões de doses no primeiro semestre e 62,5 milhões de doses no segundo semestre, desta forma totalizando 70 milhões de doses". Repito, 8,5 milhões de doses no primeiro semestre e 62,5 milhões de doses no segundo semestre.

Senhores, essa proposta foi, apesar de eu achar pouquíssima a quantidade de 8,5 milhões de doses no primeiro semestre – sendo 500 mil em janeiro, 500 em fevereiro, 1 milhão em março, dois, dois, dois, algo mais ou menos assim –, nós seguimos em frente: "Vamos assinar o memorando de entendimento". Mandamos para os órgãos de controle, a resposta foi: "Não assessoramos positivamente. Não deve ser assinado". A CGU, a AGU, todos os órgãos de controle, TCU. "Não deve ser assinado". E nós assinamos, mesmo com as orientações contrárias. Determinei que fosse assinado, porque, se nós não assinássemos, a Pfizer não entraria com o registro na Anvisa. Ela só entraria com o registro na Anvisa se nós assinássemos o MOU. Então, o MOU foi assinado contra as orientações da assessoria jurídica e controle externo, interno e externo. Isso em dezembro.

Na sequência, nós começamos a levar o problema para o nível de Governo Federal, para o palácio. Falei: "Olha, nós temos que resolver isso". E, ainda no início de dezembro, em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ligações com a base ou com os Deputados que estavam discutindo a votação da MP 1.003, um Deputado fez uma emenda, propôs uma emenda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Presidente, é importante responder objetivamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Desculpe?

O Hiran Gonçalves fez uma proposta de emenda, colocando essas cláusulas para autorizar a compra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ministro, V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Eu quero comunicar aos Senadores que, como existem respostas muito prolixas aqui, eu entendo que esta audiência aqui com o ministro... Caso o Presidente não suspenda a Ordem do Dia hoje, nós voltaremos depois da Ordem do Dia e continuaremos a fazer as perguntas necessárias, porque, pelo que eu estou vendo, são respostas simples, perguntas simples, mas há um contexto de protelar. Quanto mais tempo, não é? Então, eu quero só...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - São informações importantes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Do ponto de vista meu, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É importante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas eu acho que vocês...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Tem informações que a Comissão nem conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Veja bem, eu só estou comunicando aos Senadores que compõem a CPI, caso chegue, comece a Ordem do Dia e a gente tenha que suspender a reunião, nós voltaremos depois da Ordem do Dia a continuar ouvindo o Ministro Pazuello.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu não sabia que o Tribunal de Contas da União tinha uma recomendação contrária à assinatura do memorando de entendimento. Isso é novidade para mim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não, não é novidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é novidade. Como é novidade?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Para mim, é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entre agosto e dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram sete pedidos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o Ministério da Saúde – sete pedidos! – não acionou ninguém, nem órgão de controle, nem nada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, quando acionou, recomendaram não assinar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entre agosto e dezembro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, questão de encaminhamento, Presidente. Vamos seguir a sequência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, Ministro, objetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estou comunicando que a sessão só acaba – você está me entendendo? – quando todos os Senadores inscritos aqui fizerem as perguntas. Então, pode ser 10h da noite, meia-noite, 2h da manhã, nós vamos continuar aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E as perguntas terão que ser respondidas objetivamente. Eu acho que assim nós precisaremos melhor a evolução dos nossos trabalhos. E não me deixa mal também perante os outros Senadores, porque, na medida em que o depoente se delonga na resposta e basicamente não responde o perguntado, eu acabo tomando o tempo dos outros Senadores que terão que perguntar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, só para não parecer que é uma estratégia do depoente ficar alongando resposta. Está sendo importante ele falar o que está falando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Mas qual foi a resposta que ele não respondeu, Senador Renan?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - É porque quando o depoente não fala o que o Relator quer, ele reclama.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Sr. Presidente, uma questão de ordem objetiva, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Objetivamente, a pergunta que eu fiz, objetivamente, foi a seguinte: por que V. Exa. não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer? É essa a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Então, vou responder objetivamente. As respostas foram... Como assim não houve respostas? Nós tivemos 20 respostas para a Pfizer, com discussões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não, estou perguntando de agosto a dezembro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu estou respondendo. De agosto a dezembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não houve nenhuma resposta ou acionamento de órgãos de controle.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Deixa eu dizer para o senhor, por favor: o acionamento de órgãos de controle vem na assinatura do MoU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, depois de dezembro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É, porque até lá nós estávamos discutindo, por exemplo, temperatura criogênica de conservação, tecnologia de risco ainda sem qualquer avaliação, agências reguladoras, não transferência de tecnologia... Nós estamos falando sobre técnica e logística. Nós estávamos falando de preço. Nós estávamos discutindo com a Pfizer ininterruptamente - ininterruptamente! Então nós temos todos os históricos de conversas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E por que, Ministro, não respondeu às mensagens...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu estou respondendo ao senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não está me respondendo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Presidente, o depoente quer falar. O Relator não deixa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu estou respondendo que nós respondemos inúmeras vezes, inúmeras vezes, a Pfizer. Eu tenho todas as respostas aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Interrompe toda hora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - De agosto a setembro não...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - De agosto a setembro. Eu tenho todas as comunicações com a Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Presidente da Pfizer nos comunicou que, em nenhum momento, recebeu nenhuma resposta, nem a favor, nem contra.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Vou dizer para o senhor de novo: a resposta à Pfizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então ele mentiu? Ele mentiu para a Comissão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A resposta à Pfizer é uma negociação, que começa no momento da proposta e termina com a assinatura do MoU. Eu estou falando de dezenas de reuniões e discussões. Eu não estou falando de uma resposta. A resposta sempre foi: "Sim, queremos comprar". Está escrito em todo o final: "É nosso interesse comprar da Pfizer, mas não posso comprar se você não flexibilizar tal medida. Não posso comprar se você não auxiliar na logística de entrega". Isso é uma negociação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor tem isso documentado, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Claro que sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, era bom encaminhar para a Comissão.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Vai ser encaminhado. Eu tenho todas as respostas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É importante, Sr. Presidente, solicitar todas essas informações oficialmente para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Até porque eu quero aqui... Ministro Pazuello, o que o Fabio Wajngarten falou aqui é totalmente diferente do que o que V. Exa. está falando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque ele chegou aqui e disse o seguinte: que, quando recebeu um telefonema de um proprietário de uma TV, esse proprietário ligou para ele e disse: "Olha, desde setembro tem aí uma carta enviada para o Ministro Pazuello, para o Presidente, para o Vice-Presidente, para o General Braga Netto, para o Ministro Paulo Guedes, e até hoje nós não recebemos nenhuma resposta". Foi quando ele tomou a iniciativa de ligar. E mais: na revista *Veja*, ele disse que era muita incompetência dentro do Ministério. Já o senhor nos traz uma informação totalmente diferente daquilo que a Pfizer falou...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é o que faz uma CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho. Totalmente diferente do que a Pfizer falou e totalmente diferente do que o Fábio Wajngarten falou aqui. Por isso que era importante a gente ter acesso a esses documentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então a pergunta, só para passar para a pergunta seguinte: por que V. Exa. não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer ao longo dos seis meses?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram respondidas em negociação intensa e direta, com dezenas de documentação e reuniões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então a Pfizer está mentindo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa pergunta é para a Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. respondeu...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu só respondo por mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. respondeu, é isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu só respondo por mim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem... Por que V. Exa. não tomou o comando e o protagonismo dessa negociação com a Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que eu sou o dirigente máximo, eu sou o decisor, eu não posso negociar com a empresa. Quem negocia com a empresa é o nível administrativo, não o Ministro. Se o Ministro... Jamais deve receber uma empresa, o senhor deveria saber disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu... Eu estou dizendo ao senhor se o senhor não comandou...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso é desrespeito, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não comandou?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor! Mas é, Fernando, por favor!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu retiro. Tá bom? Retiro. Eu queria dizer que não posso colocar, o Ministro não pode receber as empresas, o Ministro não pode fazer negociação com empresa, o Ministro não pode fechar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Ministro não pode fazer... Eu recebo o Presidente da Pfizer socialmente, junto com a administração, mas a negociação é feita no nível da equipe de negociação. Foi isso que eu quis dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, objetivamente, Ministro: quem decidiu por não responder às propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que o senhor precisa compreender a pergunta que o senhor fez. Eu já respondi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou fazendo uma pergunta objetiva.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está conduzindo, o senhor está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos sendo acompanhados pelo Brasil todo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todo mundo está entendendo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o que eu estou perguntando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está dizendo que eu não respondi. Foram respondidas dezenas de vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Ministro... Ministro, só um minutinho. V. Exa... Ele fez uma pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Não, ele falou uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas responda só à pergunta dele, por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas ele não fez uma pergunta. Ele disse: "Como o senhor não respondeu sete vezes, quem foi o responsável?". A resposta foi feita "n" vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso foi a primeira. A última pergunta que eu fiz foi a seguinte: quem decidiu por não responder às propostas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou responder novamente: as respostas foram respondidas inúmeras vezes na negociação. Nós nunca fechamos a porta. Queremos comprar a Pfizer o tempo todo. O senhor me desculpe, eu acho que o senhor está conduzindo a conversa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, se eu tiver...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não tem que dar opinião sobre pergunta de Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Omar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu depoimento aqui é um depoimento esclarecedor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Você pode, você pode questionar o Relator, mas a pessoa que está sendo ouvida aqui não tem esse direito. Ele só responde às perguntas aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, Sr. Presidente, deixe os Senadores questionarem o Relator. Ele tenta conduzir, sim, o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não interessa. Então você fale. Fale você!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fale agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou falando. O Relator tenta induzir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Pazuello não tem esse direito aqui, de fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tenta induzir? Eu estou fazendo perguntas objetivas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o Relator perguntou várias vezes...

(Interrupção do som.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a mesma coisa, de forma diferente, para... (*Fora do microfone.*) ... tentar induzir o depoente a produzir uma resposta que é a que ele quer. Ele não tem o direito de fazer isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desde quando... Veja bem: V. Exa. foi Relator ou Presidente da Comissão que cassou o Eduardo Cunha, não foi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. pegar o processo, vai ver que é bem diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Foi ou não foi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fui. Fui Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, desde quando uma pessoa que estava sentada ao seu lado, e fazendo questionamento, tinha direito de desrespeitar o Deputado ou falar alguma coisa?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone.*) – Não está desrespeitando ninguém, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, o depoente não tem o direito de censurar o inquiridor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi isso que ele fez!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., V. Exa. chamou a atenção. Agora, não pode...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. pode questionar o inquiridor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, não cabe ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... fazer o que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O que ele está fazendo? Me fala aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ele perguntou várias vezes a mesma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim! Qual é o problema?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ele teve a resposta do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Qual é o problema?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não perguntei várias vezes...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Criando uma situação para constranger o depoente, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Está sendo transmitida ao vivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Deus o livre! Constranger não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É só ouvir o que o Relator está fazendo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A informação que eu tinha era de que era uma comissão de inquérito...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não faça isso. Ninguém está querendo constranger ninguém aqui, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sr. Presidente, vamos dar seguimento ao depoimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eles estão querendo tumultuar, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... senão nós vamos acabar não tendo depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não tenho hora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Vamos dar seguimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Presidente, vamos evitar esse tumulto, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Presidente da República participou dessa decisão de não responder à Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, até porque não houve decisão de não responder à Pfizer, pela quinta vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quando e por meio de quem o Presidente da República foi informado das propostas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O Presidente da República era informado nos momentos em que eu levava a situação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu falo dessa especificamente, da Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O Presidente era informado o tempo todo sobre as minhas conduções, todas elas, não só da Pfizer, quando eu ia despachar com ele, durante todo o processo. Durante todo o processo, eu despachava com o Presidente periodicamente e, nesses despachos, eu atualizava o Presidente sobre como estavam as negociações, inclusive da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

Eu estou fazendo uma pergunta concreta, objetiva: quando e por meio de quem o Presidente da República foi informado sobre as propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Foi informado por mim em todo o processo, que começou lá em julho, até abril, quando nós contratamos; até março, quando nós contratamos a Pfizer. Pessoalmente por mim, durante todo o processo, essa é a resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Presidente da Pfizer colocou aqui e, em cima da sua colocação, eu gostaria de fazer uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunta a V. Sa.: V. Sa. tinha conhecimento da participação do Vereador Carlos Bolsonaro em uma reunião com a Pfizer no Palácio do Planalto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca ouvi falar disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. discutiu o assunto com ele em algum momento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com o Vereador.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, em nenhum momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A suposta existência de cláusulas leoninas foi detectada por que órgão de assessoria jurídica e em que momento nas propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram detectadas pela nossa Conjur, que é a nossa divisão, e a nossa Dinteg, que são advogados da AGU, desde o início, desde a primeira proposta oficial, que foi no dia 26 de agosto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. poderia fornecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito cópias dos pareceres jurídicos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Serão fornecidos, vou mandar anotar aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Havia outras propostas de fornecedores de vacinas com cláusulas de teor semelhante às propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não havia, mas o advogado da AGU me lembrou aqui, desculpe, tem que requisitar essas posições da época, da Conjur, ao Ministério da Saúde. Eu não tenho mais acesso à documentação.

O senhor poderia repetir a segunda pergunta, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia outras propostas de fornecedores de vacinas com cláusulas de teor semelhante às propostas feita pela Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, naquela época não havia. Ela foi o primeiro laboratório que apresentou tais demandas. Hoje nós já temos outros laboratórios com a mesma demanda. Um deles é a Janssen – não todas, mas algumas cláusulas –, e a própria Covax



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Facility está exigindo, caso não se compre pela Opas, caso se compre direto com o laboratório. O laboratório também está exigindo cláusulas mais, digamos, mais duras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - As empresas ou instituições concordaram em retirá-las ou alterá-las depois?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, nenhuma vírgula, nada. Nós tentamos, nós forçamos, nós pressionamos, fizemos tudo o que tinha que fazer, mas nós não conseguimos mudar uma vírgula.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Senador Randolfe Rodrigues trouxe ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito a existência de dispositivo específico no anteprojeto da Medida Provisória 1.026, de 2021, destinado a tratar da assunção, pela União, das responsabilidades civis advindas de eventuais efeitos adversos da vacina. Por que esse trecho foi omitido no texto finalmente enviado à apreciação do Congresso Nacional?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Quando nós... Para o senhor saber, isso começou em dezembro, tá? Só foi a MP em janeiro, mas as discussões começaram 20 de dezembro, 21 de dezembro, com a proposta da MP feita pelo ministério. Nós propusemos realmente... Lembro que... Eu estava na sequência dizendo aquilo, eu ia chegar nisso, que, o: que após a negativa do Hiran, da emenda proposta pelo Deputado Hiran, nós partimos para uma proposta de MP e levamos isso ao Governo, à Casa Civil e aos ministérios. E ali, na parte jurídica do Governo, não houve consenso.

Pelo que nos trouxeram - e aí volto a colocar, como à época -, é que a jurídica dos ministérios considerava ali - os ministérios estavam discutindo a MP - que nem do Governo poderiam partir aquelas proposições, que teriam que vir de discussões do Congresso. Foi isso que me foi... Não havia consenso de que deveria sair de uma MP nossa, e sim de discussões no próprio Congresso. Foi isso que me foi passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A pergunta é: por que esse trecho foi omitido do texto final?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não havia consenso dos ministérios em mantê-lo e, então, foi retirado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que o Governo Federal não propôs a aludida alteração na legislação tão logo foi informado sobre esses supostos entraves, o que foi resolvido com a publicação da Lei 14.125, de 2021, oriunda do projeto de autoria do Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, eu acredito que, a partir da MP 1.026 – que é o mês de janeiro – houve as discussões do Governo – no nível do Governo, não meu –, discussões com o Congresso, para que aquilo acontecesse. Eu não participei. Eu acredito... Eu não o fiz. No meu nível... Claro que eu conversei com vários Deputados e Senadores, mas nós não fizemos, eu não fiz com o Ministério ações diretas nisso. Isso ficou a cargo... Ficaria a cargo não do Ministério. As ligações com o Congresso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu quero chamar atenção: o ex-Ministro está fabulando. Todas as suas ações passaram pelo crivo e aprovação prévia do Bolsonaro. Lembrem o episódio quando foi rasgado o acordo com o Butantan: ele foi desmentido ao vivo pelo Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a questão de ordem, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo que ele está falando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador! Senador!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ...que fez não é verdadeiro. Quem controlava ele era o Bolsonaro e seus generais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador, qual é a questão de ordem?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – É esta: está fabulando, está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, por favor!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O Ministro é do gabinete paralelo agora!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor!

Senador Renan, pode continuar com as perguntas por favor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Posso, e chegaremos já a essa questão especificada pelo Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, nós não podemos fazer uma interferência dessa... Nós temos aí um dia todo para fazer perguntas. Depois, no final, nós vamos ter...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei.

Veja bem, até agora... O que nós temos aqui que observar... Até agora o Ministro Pazuello, apesar de ter um *habeas corpus* concedido, não se negou a responder a nenhuma pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nem vou me negar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom? Então, veja bem, isso é bom para o depoimento que ele está fazendo aqui. E eu não posso... As interferências... Cada um vai ter direito de falar a hora que quiser. Inclusive, eu peço aos seus assessores que estão aqui para que a gente possa ter acesso, o mais rápido possível, aos documentos que V. Exa. encaminhou à Pfizer, porque senão nós vamos ter que chamar V. Exa. e o Presidente da Pfizer aqui para fazer uma acareação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou encaminhar os documentos que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, porque ele fez uma cronologia, o Presidente da Pfizer, e em momento algum... Ele usava o computador, inclusive, e pedia informações de duas moças que estiveram numa reunião com o Fabio Wajngarten. Falou aqui que esteve no ministério conversando com o coronel, eu não me lembro o nome do coronel...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Elcio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que o senhor entrou na sala, cumprimentou e saiu. Está certo? O senhor não participou da reunião. Conforme V. Exa. disse: "Olha, eu, como ministro, não tenho que discutir com a empresa, tem lá um...".

Então, nós estamos conduzindo bem, nós vamos chegar... Agora, tem muitas perguntas a serem feitas, será muito demorado. E eu espero que a gente possa ter essas informações. E peço aos meus colegas Senadores e Senadoras para que a gente se posicione na hora certa. Cada um vai ter o direito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também tenho muitas perguntas a fazer, até porque o meu Estado e do Senador Eduardo Braga sofreu muito. Todo mundo sabe. E o Ministro passou a vida dele praticamente toda no Estado do Amazonas. Então, nós temos muitas perguntas a fazer ao Ministro Pazuello.

Por favor, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Objetivando, porque o Governo não propôs a aludida alteração referida aqui no projeto de autoria do Presidente Rodrigo Pacheco? Qual é a resposta, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha, da parte do ministério... Na parte do ministério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, o Governo Federal. O Governo Federal inclui...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Por que o Governo Federal não fez, eu não tenho como lhe responder.

O ministério fez a proposta da MP, nós discutimos, o Governo achou que não era, não havia consenso. A partir dali, o que o Governo fez em conversas com o Congresso, eu não sei lhe responder, ponto. Não sei mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em relação ao atraso nas negociações com a Pfizer, como disse aqui o ex-Secretário de Comunicação, houve incompetência ou ineficiência da equipe do Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Na minha interpretação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Conforme afirmou Fabio Wajngarten, houve incompetência ou ineficiência?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Na minha interpretação, não. E eu acho que o Secretário de Comunicação não tinha todos os dados para fazer uma análise nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em 11 de fevereiro deste ano, V. Exa. compareceu a uma sessão do Senado Federal para debater a pandemia.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aqui V. Exa. disse textualmente aos Senadores, aspas: "A Pfizer, mesmo que nós aceitássemos todas as condições impostas, a quantidade que nos ofereceram desde o início foi 500 mil doses em janeiro, 500 em fevereiro e 1 milhão em março, 6 milhões no total do primeiro semestre. Senhores, nós não podíamos ficar só nisso." – fecha aspas. O Sr. Carlos Murillo, da Pfizer, nesta Comissão, desmentiu esse total de 6 milhões de doses e entregou documento atestando que a oferta sempre foi 70 milhões de doses da vacina. Pergunto: V. Exa. confirma essa informação sobre as 6 milhões de doses que deu aos Senadores?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Renan, não é verdade isso, Senador Renan. A primeira oferta veio de 30 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando... Estou referindo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Então esclareça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Senador Ciro, com todo o respeito, uma declaração textual do então Ministro da Saúde aqui no Senado Federal, quando ele disse que as quantidades não são as quantidades da Pfizer. Eu estou perguntando se ele confirma a declaração que deu naquela oportunidade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A declaração que eu dei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em 11 de fevereiro – 11 de fevereiro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós temos que lembrar que um depoimento a viva voz, sem documentos, às vezes, fica descontextualizado. Seis milhões, eles são o final do primeiro semestre. Dois milhões e meio são os números de 500, 500, 500 e 1 milhão. Então, você tem 8,5 milhões no primeiro semestre; 6 milhões são os últimos três meses. Então, às vezes, na hora de se posicionar lá atrás, fica atravessada a resposta, mas o que interessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor retira a resposta porque atravessada. Retira?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Eu não estou retirando. Eu estou lhe informando que, quando eu estava falando ao Senado, pode ter passado a impressão de que são só 6 milhões no primeiro semestre. Nunca foram. Foram 8,5 milhões – 8,5 milhões – no primeiro semestre e 62,5 milhões no segundo semestre. Então, a proposta da Pfizer de 8,5 milhões, sim, começava com 500, 500 e 500, ou 500, 500 e 1.000. Então, eram números pequenos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então houve equívoco, né? Houve equívoco na citação ao Senado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pode ter havido ou pode estar descontextualizado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Os documentos apresentados pela Pfizer são verdadeiros?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, são todos verdadeiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a verdade? A oferta da Pfizer foi de 70 milhões de doses, não é isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu já falei para o senhor: 8,5 milhões no primeiro semestre e 62,5. Sempre foram. A primeira foi 30, depois foi 70 - setenta - e nós fechamos em 100. Isso é uma negociação exitosa, hein! Nós fechamos em 100.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Para além, para além...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Começava em quanto a oferta?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Em 30.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... para além do equívoco de 11 de fevereiro. Para além do equívoco de 11 de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Relator, só uma pergunta: a entrega começava quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Começava a oferta com 30, depois foi para 70 e fechou em 100. É isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, não. A entrega começava quando?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A primeira proposta da Pfizer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É isso que eu estou entendendo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... a entrega seria 1,5 milhão. Porque era diferente: a primeira proposta da Pfizer era 70 milhões também e eram 18 milhões de doses no primeiro semestre, considerando 1,5 em dezembro, só que sem data e ainda deixando bem claro na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta dela que dependeria do desenvolvimento da vacina e aprovações da FDA e, depois, da Anvisa, e que ela não se responsabilizaria em cumprir prazos no contrato. Foi isso que ela colocou. Então, só para nós compreendermos: Pfizer, ela só aconteceu para nós no dia 23 de fevereiro, e nós contratamos na semana seguinte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Passamos agora...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Ou dez dias depois - dez dias depois.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... à CoronaVac.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Esta pergunta também foi sugerida pelos internautas: o nível de prioridade dada pelo Governo Federal à vacinação contra a Covid-19 é assunto de grande controvérsia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... seja pela já demonstrada demora na compra de imunizantes ou pelas repetidas declarações do Presidente da República. Depois de V. Exa., em 19 de outubro de 2020, assinar e anunciar publicamente o protocolo de intenções para a compra de 46 milhões de doses da vacina CoronaVac, o Presidente da República declarou que não as compraria, ao que V. Exa. respondeu na oportunidade: "É simples assim: um manda e outro obedece". Pergunto: V. Exa. poderia descrever esse episódio em detalhes?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Começo colocando na reunião do dia 20 com todos os Governadores... Foi uma reunião muito exitosa, onde nós estávamos discutindo o nosso PNI e como nós estávamos fazendo a compra de vacinas. E, naquele momento - naquele momento - , eu tinha assinado, ainda no começo de outubro, a carta de intenções com o Butantan, que era uma carta de intenções para a compra de 46 milhões de doses, como o senhor colocou - já havia assinado. E não era um contrato, tá? Eu não poderia fazer o contrato, não tinha as disposições legais para fazer contrato ainda. Explico que essas disposições legais só chegaram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquela MP que foi promulgada para comecinho de janeiro, que o senhor colocou – se eu não me engano, 1.046; eu não tenho certeza do número.

Então, não havia condições de fazer o contrato. Então, nós vínhamos negociando com Butantan o tempo todo, toda semana tinha reuniões com Butantan, e aquela reunião, e aquele momento foi a carta de intenções. Quando nós fechamos a carta de intenções, eu coloquei isso para os Governadores.

Naquele momento, houve um vídeo gravado pelo Governador de São Paulo e esse vídeo era um vídeo com uma posição política do Governador, colocando que: "Tá vendo? Comprou. Disse que não ia comprar, que vai comprar, que não vai comprar". E isso causou uma reação na discussão.

E naquele momento eu estava com Covid – estava com Covid –, estava no segundo, no terceiro dia, e o Presidente foi me visitar. Quando ele chegou na visita, nós estávamos conversando e a discussão era aquela, que a internet estava bombando, dizendo quem manda, quem manda, quem manda em quem.

Então, na verdade, aquilo é só um jargão militar, é apenas uma posição de internet e mais nada, sentado num quarto, colocando que ele manda e o outro obedece; quem manda é ele, e eu obedeço. Aquilo é um jargão simplório, colocado para discussões de internet.

Eu coloco... Eu queria colocar uma coisa para os senhores: acreditem, nunca o Presidente da República mandou eu desfazer qualquer contrato, qualquer acordo com o Butantan – em nenhuma vez. E eu gostaria de colocar aqui uma coisa diretamente ou por documento, ou por qualquer um. Eu queria colocar aqui, queria lembrar que o Presidente da República fala como chefe de Estado, fala como chefe de Governo, fala como Comandante em Chefe das Forças Armadas, chefe da administração federal, mas fala também como agente político – ele se pronuncia como agente político. Então, quando ele se pronuncia, quando ele recebe uma posição de um agente político de São Paulo, ele se posiciona como agente político também daqui para lá. Então, eu queria dizer que a posição de agente político dele ali não interferiu em nada do que nós estávamos falando com o Butantan. Nós temos reunião com o Butantan semanalmente, idas e vindas, desde então, por novembro e dezembro, sem parar. Isso aí é a realidade e depois eu posso, de alguma forma, mostrar para os senhores o tamanho disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, de que forma, sem pretender interrompê-lo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu já terminei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... de que forma o Presidente lhe comunicou dessa decisão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Nunca comunicou nada disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Da decisão de que não poderia comprar?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nunca falou?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Nunca falou para que eu não comprasse um ai do Butantan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas ele falou publicamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Ele falou publicamente; para o ministério ou para mim, nunca, até porque eu não tinha comprado nada, até porque eu não podia comprar nada. Esse é o fato, pode não agradar, mas é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. realmente acatou ou não acatou a ordem presidencial?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Ele não me deu ordem para não comprar nada, Senador. Já falei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como foi formalizado o cumprimento dessa decisão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não foi formalizado porque nunca foi efetuada a ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. produziu algum documento interno do Ministério para interromper...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não foi formalizado nem foi interrompido nada no Ministério. Nunca houve a ordem. Aquilo foi apenas uma posição do agente político na internet.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual foi a justificativa técnica dada para que a compra não fosse efetivada?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia compra, não havia contrato. Só havia o termo de intenção de compra, e foi mantido dessa maneira, dessa forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa., em alguma oportunidade, insurgiu-se contra a ordem do Presidente ou concorda com ela?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca foi dada essa ordem, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Publicamente, foi! Foi postada e...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca foi dada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... defendida em *lives*.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou explicar para o senhor: uma postagem na internet não é uma ordem. Uma ordem é uma ordem direta verbal ou por escrito. Nunca foi dada. Nunca!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. não tem como concordar ou não com ela porque ela nunca foi dada?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca foi dada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

V. Exa. tomou alguma medida relacionada à condução da pandemia por ordem direta do Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Passamos ao Covax Facility.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ex-Ministro Ernesto Araújo disse aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que partiu exclusivamente do Ministério da Saúde a decisão de aderir ao consórcio Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde, para recebimento de vacina para a Covid, com um montante de doses correspondente a somente 10% da população brasileira, quando podia ter reservado até 50%.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto: por que o Ministério optou pela compra de doses apenas para 10% da população, recusando os outros 40%?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, a negociação com a Covax Facility começou muito, muito nebulosa – vou usar um termo aqui. Não havia bases, o preço inicial era de US\$40 a vacina. E assim começou a discussão. Não havia garantia de fornecimento. Então, naquele momento, o que nós nos preocupamos era que nós assumíssemos um grau de recursos altíssimo sem uma garantia de entrega efetiva do laboratório. A Covax Facility não nos dava nem data, nem cronograma, nem garantia de entrega. Era um consórcio que, dependendo do desenvolvimento, fazia a entrega. Quarenta e dois milhões de doses para nós daquela forma era o máximo que eu poderia fazer, pelo risco que estava imposto ali dentro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então – só para concluir, por favor –, estar presente no consórcio era o mais importante, inicialmente com 42 milhões, podendo, se houvesse uma aceleração de entrega, nós poderíamos ter a opção de comprar mais. Não havia nenhuma imposição disso. Então, eu relembro: no primeiro momento, o risco era muito grande, mas, no segundo momento, eu tinha a oportunidade de comprar, se o volume vencesse.

Para o senhor compreender, os tamanhos dos 190... São 190 países. Eles iriam atendendo os 190 países. Na nossa visualização, nós não iríamos chegar nem aos 10% neste ano, em 2021. Como nós estamos observando, há dificuldade de entrega. Então, bate exatamente com a nossa análise.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continuando, o senhor se referiu o preço da Covax e da Pfizer, e reclamou dos preços. O senhor acha que o preço era um detalhe tão importante diante da iminência de imunizar a população brasileira?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, quem responde aos órgãos de controle não pode achar que o preço é irrelevante; ele tem que ser justo e tem que ser plenamente comprovado. Eu não posso aceitar uma proposta simplesmente de US\$40 uma dose, enquanto a outra vende a 3,75. Eu não posso simplesmente olhar...

Para o senhor ter uma ideia, de 40, caiu para dez, no Covax Facility, durante as negociações. Só para o senhor ter uma ideia, de 40, caiu para dez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente. A pergunta não foi respondida ainda: por que optou pelos 10 e não, pelos 50?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu optei pelos 10 pela simples razão de que não havia firmeza, estabilidade no processo para nós apostarmos tantos recursos e que era aberto às negociações bilaterais com os laboratórios, como nós estávamos fazendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que documento foi formalizada essa opção?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Documento junto ao Covax Facility. Está lá, no ministério. Tem que solicitar lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a unidade técnica e quem foram os técnicos responsáveis por essa orientação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi discutido no nível da Secretaria Executiva do COE e de todos os secretários, como era feito normalmente – todos. Eram discussões abertas. É assim que funciona o ministério, que funcionava o ministério: com o COE, com o COE e reunião com os secretários o tempo todo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa Precisa Medicamentos intermediou a venda ao Brasil...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Da Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da vacina indiana Covaxin, produzida pela Bharat Biotech...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... num montante de 1,6 bilhão, mesmo não fazendo parte da produção nem da cadeia de distribuição desta vacina. A Covaxin foi rejeitada pela Anvisa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunto: algum representante da empresa frequentava o ministério em sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza. A empresa Precisa foi em várias reuniões porque ela era representante legal da fábrica Bharat Biotech indiana, e soube que a empresa foi pessoalmente à Índia, mais de uma vez, tratar dos negócios com a Bharat Biotech. Para nós, ficou mostrado, de forma jurídica, que a empresa era a representante oficial da Bharat Biotech, sim, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. tem relações pessoais com alguém da empresa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não os conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. tem conhecimento do histórico de inadimplência dessa empresa em contratos com o Governo Federal, notadamente com o Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não tenho nenhum conhecimento desse assunto. Nunca me foi trazido nada do gênero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que explica a necessidade de intermediação da empresa Precisa Medicamentos para a compra da Covaxin? Por que o ministério não tratou diretamente com o laboratório indiano?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pela simples razão de que, se não houver uma empresa representante no Brasil, não tem como fazer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Desculpe...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - É uma pergunta muito boa para a gente questionar o pessoal do consórcio, que está tratando com União também. Só um comentário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não sei a que V. Exa. está referindo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Dessa vacina russa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Bem, então, voltando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A da Sputnik.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Era a indiana.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Não, tudo bem. Desculpe, indiana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quando V. Exa. não estava aqui, nós agradecemos ao Estado do Piauí pelo acolhimento do povo amazonense na pandemia. Então,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. sempre contribui muito, e o seu Estado contribuiu muito com o nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ainda bem que o senhor reconhece.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu reconheço isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é a seguinte: por que a intermediação da empresa Precisa, como atravessadora, já que não produz nem distribui? E por que o ministério não tratou diretamente com o laboratório indiano?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou explicar para deixar claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Para que haja a interlocução com a Anvisa para pedir autorização de uso emergencial ou registro, é necessária uma empresa, uma posição nacional. A Anvisa não recebe de uma posição externa pura; tem que ter uma representante. Então, pelo que eu sei, ela é uma representante oficial da empresa e, nesse aspecto, é ela que negocia. Agora, isso não impede que a gente discuta preços ou, então, tenha outros acessos a qualquer outro lugar. Agora, a empresa que apresentou a proposta da Bharat BioNTech foi a Precisa, e é com ela que nós negociamos – foi com ela que nós negociamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual é o motivo pelo qual o ministério não tratou com o laboratório indiano? Foi a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que nós tínhamos a ligação já com o seu representante.

O contato com os laboratórios, por exemplo, o Serum ou o laboratório da Bharat BioNTech, não é simples e direto. É sempre com um representante. Por exemplo, eu não trato com o Butantan; eu trato com a Fundação Butantan, que é a representante dele.

Então, para o senhor ter uma ideia, sempre tem um instrumento, um CNPJ específico que faz a parte de formalização do negócio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda no vídeo gravado ao lado do novo Ministro Queiroga, V. Exa. declarou o seguinte sobre a pandemia – aspas –: "A pandemia mudou. Ao final do ano, nós tínhamos uma perspectiva



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente, em outubro ou novembro. A perspectiva nossa era que as curvas caminhassem no Norte, subissem um pouco".

Pergunto: V. Exa. recebeu algum estudo ou orientação técnica no sentido de que a desaceleração da pandemia, a partir do quarto trimestre de 2020, justificaria o abrandamento de medidas de controle da transmissão da doença no Brasil?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, isso daí eram discussões das semanas, dos boletins epidemiológicos que são feitos pelo nosso sistema de controle de vigilância em saúde. Nós temos "radares" no Brasil inteiro, digamos assim, que pegam os dados. São os nossos relatórios, os boletins epidemiológicos. É uma análise. E nós temos o controle das curvas que são feitas em cima do nosso Localiza SUS, com nossos BIs de casos, óbitos e contaminação etc. É em cima dessa análise e de discussões com os técnicos que você observa que, no segundo semestre, há uma estabilidade, e essa estabilidade é rompida inicialmente ali, de forma abrupta, em Manaus.

Então, é claro que, naquelas observações do segundo semestre, você poderia inferir que a pandemia vinha num grau de controle, e, com a chegada das vacinas no começo de 2021, nós iríamos estabilizar as curvas de contágio e óbitos. Era essa uma perspectiva comum no final do segundo semestre de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, o Ministério da Saúde tomou alguma medida em função da informação de que a pandemia estava arrefecendo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde atribuiu a queda no número de casos a uma possível imunidade de rebanho adquirida pela população em razão dos altos níveis de infecção pelo novo coronavírus?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, porque o Ministério da Saúde não compreende dessa forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o Ministério da Saúde se preparou para uma segunda onda de infecções que há muito tempo vinha sendo alertada por cientistas e técnicos da OMS e já estava ocorrendo em vários países, notadamente na Europa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, a primeira coisa, coloco ao senhor, que a gente vem... É a parte de informação, acompanhamento e informação, e distribuição de recursos e meios para todos os Estados. No final do ano, nós fizemos a distribuição de todos os recursos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não tinham sido aplicados em programas e projetos para aplicar no combate à Covid. No último dia do ano, nós priorizamos todos os Municípios sede das regiões de saúde com a finalidade clara de se preparar para a Covid e se preparar para uma possível segunda onda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que o Ministério da Saúde não colocou no Projeto de Lei Orçamentária Anual, no orçamento específico, recursos para o combate da pandemia em 2021?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pela simples razão que no momento que a gente envia a documentação para a LOA, era o contrário. Nós tínhamos uma previsão de ainda perder recursos para 2021, pelos cortes que estavam sendo feitos nos ministérios. E a nossa previsão de leis para prever recursos era até 31 de dezembro e que em 2021, se houvesse necessidade, teria que se ter novamente créditos extraorçamentários. Não havia... Como nós tínhamos o instrumento de crédito orçamentário, que foi usado normalmente em 2020, nós consideramos que em 2021, caso fossem necessários mais recursos, viriam por medidas provisórias, créditos extraorçamentários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O ex-Ministro Mandetta tinha por hábito fazer entrevistas coletivas diárias e disse nesta Comissão que recebeu a orientação do Presidente da República para diminuir o número de entrevistas, mesmo sem uma proposta alternativa de comunicação. Pergunto: V. Exa. recebeu orientação no mesmo sentido do Presidente ou de outra autoridade, ou de algum especialista na área de comunicação? Quem?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Quando eu cheguei no ministério, nós estávamos vivendo uma - ainda como Secretário-Executivo -, nós estávamos vivendo ali a perda do contrato da empresa que nós tínhamos, que era a FSB. A empresa já tinha... O contrato dela estava se expirando, e não havia como mantê-lo. Então, além de tudo, nós tivemos uma dificuldade grande com a parte de apoio em comunicação, porque foi perdido o *timing* de fazer, digamos, dar continuidade correta ao processo para ter uma empresa de comunicação. Tínhamos que tratar com reconhecimento de dívida e por aí vai.

Então, não havia lá, quando nós chegamos e depois, como ministro, não havia uma estrutura de comunicação, nenhuma, nem a própria empresa estava mais em condição de continuar no contrato. Nós tínhamos que abrir os processos licitatórios e trabalhar com uma nova organização de cargos para ter uma estrutura de comunicação. Isso eu aprofundo depois, mas eu vou ser objetivo na resposta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ministro, respeitosamente, eu queria objetivar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu vou dizer; eu vou ser objetivo na resposta e lhe dizer: não, o Presidente não me deu orientação para fazer de um jeito ou de outro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma outra autoridade?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nenhuma autoridade me deu orientação para fazer de um jeito ou de outro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou algum especialista na área de comunicação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, com que frequência, o senhor deu entrevistas coletivas durante sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu dei entrevistas coletivas... Nas coletivas técnicas, eu decidi colocar a área técnica, que eram os secretários, o Secretário-Executivo e os seus secretários finalísticos. E, todas as vezes em que havia uma posição acima da discussão técnica que merecia estar o ministro, eu estava lá. Então, fiz coletivas, fiz entrevistas. Eu posso lhe dar aqui números, lhe passar números exatos; eu tenho essas relações; consultar e falar números exatos. Mas fiz entrevistas, fiz coletivas, fiz *lives* em "n" situações. Para o senhor ter uma ideia...

O senhor quer que eu aprofunde um pouquinho esse assunto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu queria precisamente quantas entrevistas o senhor deu, se o senhor tem esses registros.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, eu vou ter que... Eu tenho os registros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já que V. Exa. não foi orientado a reduzir o número de entrevistas, como os dois ministros anteriores, quantas entrevistas o senhor deu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou mandar levantar o número exato. Eu não levantei o número de entrevistas coletivas; eu tenho só números macro, números macro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu posso levantar para o senhor, tá bom?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - E faço chegar às suas mãos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... os números exatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

Conforme relatório do Tribunal de Contas da União, de um orçamento de aproximadamente R\$83 milhões em campanhas publicitárias de divulgação das ações de enfrentamento à pandemia, a maior parte das peças publicitárias foi direcionada às ações do Governo para preservação do emprego e da renda da população, em detrimento das campanhas do Ministério da Saúde. Isso sugere uma prioridade dada aos aspectos econômicos, repito, sobre os sanitários. O ex-Secretário Wajngarten colocou sobre o Ministério da Saúde a responsabilidade sobre a definição das campanhas do Governo Federal sobre a pandemia, aqui nesta Comissão.

Eu pergunto: qual era a unidade responsável por planejar as campanhas de saúde relacionadas ao combate da Covid-19, durante o período em que V. Exa. esteve à frente do ministério? E quem foram seus titulares?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Muito bem.

A primeira ideia aqui, a resposta é: o Sr. Fabio Wajngarten era da Secom. Houve a diretriz de centralizar na Secom as linhas de publicidade que iam ser feitas. Então, praticamente todas as nossas ações tinham que passar pela Secom, era um caminho normal. E eu trouxe aqui, para o senhor ter uma ideia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Houve a diretriz de centralizar na Secom?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim. Essa já é a diretriz da Secom. A Secom faz a centralização das pautas para que haja, para que... Isso aí até é como se... Está na própria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas ele disse o contrário aqui na CPI, ele disse que coube ao Ministério da Saúde fazer tudo de publicidade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, sempre cabe ao Ministério da Saúde propor as campanhas, até porque os recursos foram descentralizados para a Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, o caminho, claro, parte de nós; nós temos que propor. Para o senhor ter uma ideia, foram 11 campanhas publicitárias, uma por mês. Eu tenho todas elas aqui. Também está disponibilizado para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós tivemos, para o senhor ter uma noção – o senhor perguntou sobre coletivas –, nós tivemos 42 coletivas, 42 coletivas, em média duas por semana, e as coletivas tiveram, em média, de 40 minutos a 1 hora e 20 de duração. Então, são as coletivas técnicas. E, dentre elas, algumas eu desci para poder complementar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi: quem era o responsável no Ministério da Saúde...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Era a assessoria de comunicação, que estava vaga. E eu iniciei com uma das pessoas que foi me apresentada no ministério e que estava disponível para trabalhar, que era o Sr. Marcelo. Fiquei um mês com ele, 20 dias. Dali eu passei para a Sra. Simone, que é uma senhora da área de comunicação, especificamente da jornalística. E, no final, eu saí da Sra. Simone e a coloquei para fazer análise de mídia, e contratei o Sr. Marcos, que era um especialista em *marketing* e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Marcos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Marcos, que é o Markinhos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É, que virou Markinho Show.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Marcos Show...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Markinhos é um especialista em *marketing*, ele é uma... Ele tem essa especialidade. E, quando a gente fala de campanha – as campanhas publicitárias –, elas estão ligadas ao *marketing*, estão ligadas à ação. Então, eu achei que o currículo dele seria interessante nós termos. E eu o conheci lá quando eu fui na intervenção em Roraima. Ele trabalhava com o Governador na parte de comunicação, era o Secom de Roraima.

Então, essas três pessoas trabalharam comigo; basicamente a segunda e a terceira. A primeira ficou muito pouco tempo e eu não vi os resultados que eu achei que tinha que ter. E parti para a Simone e para o Markinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São essas pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. participava da tomada de decisões ou, de algum modo, opinava sobre os pontos que deveriam ser enfatizados na campanha? Nas campanhas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Com certeza. As campanhas, elas... As campanhas têm o rito e as campanhas têm empresas que têm concorrência. São apresentadas para a análise e eu opino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que pessoas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu e os secretários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que pessoas de fora do Ministério da Saúde influenciavam no conteúdo e na forma como as campanhas deveriam ocorrer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - De fora do ministério, ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A própria Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... acabou de dizer que tinha um que não era...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, escuta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... nomeado... Estava vago o cargo de secretário.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Desculpa, eu não entendi a sua pergunta, então. O senhor podia repetir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que pessoas de fora do Ministério da Saúde influenciavam no conteúdo e na forma como as campanhas deveriam ocorrer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Apenas a Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, mas Secom estava vaga. As pessoas trabalhavam...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, a Secom... Desculpe, eu vou repetir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... informalmente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Secom é do Governo Federal. No ministério, a assessoria de comunicação estava vaga e a empresa contratada estava com o contrato sendo rompido, que era a parte prática. Então, eu precisei estruturar a assessoria de comunicação. Criei... Transferi cargos para lá e contratei a primeira pessoa, a primeira tentativa, que foi o Sr. Marcelo, que passou em torno de 25 dias conosco. E, na sequência, contratei a Sra. Simone. Então, repito, externamente ninguém me dava, nem me sugeria, nem me assessorava em nada. Era com a equipe que eu tinha ali.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, eu estou... O Senador Eduardo está reclamando aí: objetividade nas respostas.

A Secom ou o Presidente da República opinavam sobre o assunto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A Secom, sim; o Presidente da República, nenhuma vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. Tercio Arnaud Tomaz, apontado como líder do chamado "gabinete do ódio" do Presidente da República, chegou a influenciar, a produzir ou a indicar os veículos que deveriam divulgar as campanhas publicitárias produzidas durante a sua gestão à frente do ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não conheço o Sr. Tercio, não sei quem é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As pessoas responsáveis por esse tipo de propaganda eram especialistas na área de saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. saberia dizer por que, nas peças de campanha de combate à Covid-19 referentes ao ano de 2020 que estão no sítio do Ministério da Saúde na internet, não se fala em distanciamento social?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque as ações de distanciamento... Não, distanciamento social, eu acho que falava, podia não falar de medidas restritivas de Estado. Agora, manter as preventivas, eu acho que todas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, distanciamento social. As propagandas não tratam disso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe, eu... Não havia orientação para não estar lá. Não havia isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a responsabilidade é de quem? Do ministério ou da Secom?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não havia ordem para não estar nada sobre distanciamento social. Se a campanha não entrava nesse ou naquele detalhe, isso é uma questão de campanha, não de ordem.

Por exemplo, só para o senhor ter uma ideia, eu vou só listar aqui as campanhas: medidas de prevenção, informações e sintomas, protocolos e orientações, convocação dos estudantes, TeleSUS, ações de combate à pandemia, orientações à saúde, medidas de prevenção – de novo –, informações regionalizadas, retomada segura, cartilha digital da criança, cuidado precoce, protocolo de turismo, esclarecimento da vacinação. Então, são campanhas enormes e mensais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, uma adequada estratégia de testagem é apontada como medida essencial de combate à pandemia. Países considerados bem-sucedidos no combate ao coronavírus realizaram a testagem em massa como forma de conter a cadeia de transmissão do vírus.

Pergunto: o Ministério da Saúde tinha um planejamento nacional para testagem em massa da população brasileira?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha, com certeza? Então, por favor, se puder apresentá-lo. É uma pergunta objetiva. Se tinha, por favor, pode apresentá-lo à Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, será encaminhada. A nossa estratégia chama-se Diagnosticar para Cuidar. Ela foi implementada... Começou-se o trabalho dela ainda na minha gestão de secretário executivo e foi concluída com a chegada do Secretário Arnaldo. Ela foi a base, essa estratégia foi a base de tudo que nós fizemos de testagem. E eu posso falar aqui ideias que são enormes, por exemplo...

Bem, desculpe, não, eu vou ser direto, está respondido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Eu queria, mais uma vez, pedir desculpas porque eu tenho me alongado aqui em função do alongamento consequente das respostas.

Em sua gestão, Ministro, foi retirada do Plano Nacional de Contingência a atribuição do Ministério da Saúde de garantir os insumos para diagnóstico da infecção humana pelo novo coronavírus, sendo alterada, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Ministro, para subsidiar a rede laboratorial quanto aos insumos para diagnóstico da infecção por SARS-CoV-2 e outros vírus respiratórios. Qual é, objetivamente, a justificativa dessa mudança?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, essa explicação bate para várias...

Com licença, só um minuto. (*Pausa.*)

Essa justificativa tem a ver com uma posição do SUS, onde nos planejamentos ou nas ações do Ministério, a gente não pode entrar, interferir nas ações dos Estados e Municípios. Então, talvez seja um cuidado excessivo, mas a gente tem esse cuidado. Uma coisa é a gente cooperar, coordenar, apoiar, entregar, fazer chegar, fazer a ação; outra coisa é a gente usurpar responsabilidades, entrar dentro do Estado ou Município ou dizer que nós vamos fazer isso ou vamos fazer aquilo. Então, a única intenção de alterações em relação a esse assunto é nos colocar dentro da legalidade, dentro da forma correta que o SUS preconiza. Então, diferente de estar nos colocando apenas como planejamento e já entrar dentro da lógica dos entes ou dos Municípios, nós agimos em cima de ações para resolver o problema em apoio e coordenação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa que foi a fundamental diferença no Plano Nacional de Contingência.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi exatamente isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi substituída, para quem não está acompanhando, a expressão "garantir os insumos para o diagnóstico da infecção humana pelo coronavírus" – fecha aspas – por "subsidiar rede laboratorial quanto aos insumos para diagnóstico da infecção". Quer dizer, uma mudança radical e desnecessária.

Então, objetivando, qual é a justificativa da mudança?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A mudança foi o que eu já acabei de colocar. Eu posso repetir se o senhor quiser.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, a justificativa, apenas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A justificativa é: não podemos entrar dentro das ações dos Estados e Municípios. Nós podemos apoiar, subsidiar, entregar, fazer recursos, mas não agir dentro, nós entrarmos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, garantir o fornecimento de insumos para a testagem deixou de ser importante para o combate à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É importantíssimo, e foi feito. É importante e foi feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa modificação do normativo anterior teve por objetivo driblar a decisão do Tribunal de Contas da União, que exigiu a execução de uma política de testagem que desse cumprimento ao plano nacional elaborado pelo próprio Ministério - o acórdão do Tribunal de Contas nº 2.817, de 2020. É isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não. Não é o objetivo driblar nada. Como o senhor acabou de colocar, nós tínhamos um plano. O senhor acabou de colocar aí. Inclusive, resolve o problema da dúvida se havia um plano. Então, o plano era nosso e, dentro do plano, nós fizemos tudo que tínhamos que fazer para haver as testagens. Se o senhor quiser, eu posso alongar; se não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Depois do descumprimento verificado pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Em hipótese alguma. Nós fizemos a execução desde abril, desde maio. Desde maio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está no acórdão.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Nós saímos de 1.150...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está no acórdão nº 2.817.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Isso é uma posição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre medicamentos estratégicos para a pandemia, o mesmo subterfúgio descrito na pergunta anterior foi utilizado pelo Ministério da Saúde para os medicamentos de intubação em UTI.

O relatório de fiscalização do TCU concluiu que o controle e o monitoramento do ministério para os medicamentos de intubação em UTI, aspas, "foram ineficazes", diz o TCU, "por falta de controle em tempo real e de sistema apropriado", diz o TCU, e continua: "e principalmente por desconsiderarem o agravamento da crise, as condições sanitárias do País e as reais necessidades das secretarias de saúde".

Pergunto objetivamente: por que, mesmo diante da possibilidade de recrudescimento da epidemia, foi retirada do Ministério da Saúde a atribuição de garantir o fornecimento de medicamentos estratégicos para o combate à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O termo não é garantir, o que foi retirado não é garantir... O que foi alterado, e não retirado, é a forma como o ministério se relaciona...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu já falei sobre isso. Só para aclarar: é a substituição de garantir os insumos para subsidiar a rede laboratorial.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É, mas o senhor está falando agora de um outro assunto, que é IOT. O senhor já podia ver como é que foi colocado? Desculpe. Só para lembrar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou lembrando lá atrás o que ensejou a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu sei, mas é que mudou. Nós estávamos falando sobre testagem, agora é sobre IOT.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa modificação do normativo depois da decisão do Tribunal de Contas da União, que exigiu a execução de uma política de testagem, teve o objetivo de driblar esse acórdão do Tribunal de Contas? É essa a pergunta objetiva. Sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não foi para driblar nada do Tribunal de Contas. Foi para ajustar as ações do ministério, responsabilidade de Estado e de Município. Com relação à capacidade de monitorar estoques em Municípios e Estados – estoques –, nós precisaríamos de um sistema realmente muito grande. Então, o que nós achamos que deveria ser feito era atender demandas que fossem necessárias. Se houvesse a necessidade, nós agiríamos. Foi o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi feito. E quando houve instabilidade do mercado, nós agimos também, de uma forma clara. Eu tenho todos os dados aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Em outra pergunta, posso aprofundar. A resposta é não, não foi para driblar o TCU, até porque o TCU está sendo ainda... Essa discussão ainda está em julgamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ministro, o mesmo subterfúgio - ou seja, retiraram de novo o "garantir" - descrito na pergunta anterior foi utilizado pelo Ministério da Saúde para os medicamentos de intubação da UTI. O relatório de fiscalização do TCU, também nessa questão, concluiu que o controle e o monitoramento do ministério para os medicamentos de intubação em UTI foram ineficazes por falta de controle em tempo real e de sistema apropriado e principalmente por desconsiderarem o agravamento da crise, as condições sanitárias do País e as reais necessidade das secretarias. Novamente foi substituído no plano a palavra "garantir" por "subsidiar", depois da decisão do Tribunal de Contas. Por que, mesmo diante da possibilidade de recrudescimento da pandemia, foi retirada do Ministério da Saúde a atribuição de garantir o fornecimento de medicamentos estratégicos para o combate à Covid?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Porque nós compreendemos ali no planejamento os níveis de responsabilidade diferentes, e nas ações nós garantimos com ações, e não com o planejamento. Nós fizemos toda a manobra no momento em que a situação se apresentou, toda, sem exceção, até entregar - não só garantir, entregar - até a ponta da linha, remanejar, licitações nacionais, coisas que vão muito além do que a missão básica do ministério.

A resposta não é para driblar nada, é apenas a posição legal que nós achamos que deveria ser tomada, a forma de planejamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Acabo de receber *on-line* uma informação do Tribunal de Contas afirmando que a Corte nunca deu parecer...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu recebi também aqui. É da AGU e da Conjur...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... contrário à compra de vacinas. E V. Sa. admitiu lá...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu reformulo aqui que eu me enganei, era CGU e AGU, eu peço desculpas. Eu confundi CGU com o TCU, eu peço desculpas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan, permita-me, porque nós estamos aqui há três horas e meia tentando contribuir. Da mesma forma que o General, aliás, o Ministro Pazuello equivocou-se sobre o Tribunal de Contas, me parece que também sobre a CGU e a AGU. Eu tenho aqui a decisão da CGU e da AGU, onde, no da AGU, da Advocacia-Geral da União, no inciso IV, diz: "Parecer no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis à assinatura dos contratos de aquisição de doses de vacinas".

Isso é a AGU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uhum.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – E aqui a CGU, que diz no seu último parágrafo: "Nesse contexto, considerando riscos da saúde pública ora vivenciados em território nacional, bem como a necessidade de se ampliar os meios de combate à pandemia, com o desenvolvimento de medidas para expandir a oferta e a abrangência das campanhas de vacinação no Brasil, entende-se que as assinaturas dos contratos se demonstram viáveis, especialmente se as medidas mitigatórias e preventivas recomendadas forem aplicadas, com vistas a diminuir o impacto".

Portanto, apenas para deixar claro que tanto a AGU como CGU e o Tribunal de Contas, Ministro Pazuello, não decidiram contra a assinatura dos contratos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, talvez eu esteja falando de pareceres diferentes. Eu tenho aqui o parecer e eu vou ler aqui, se o senhor permitir, o item IV do Parecer 0018, e ele fala: "no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis à assinatura de aquisição da Pfizer e Janssen, necessitando, contudo, a edição de autorização legislativa para a assunção de obrigações previstas em cláusulas e disposições contratuais que não têm previsão legal e necessitem dela ou que destoeem..."

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Era exatamente o 0018...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, mas eu estou... É que o senhor não leu até o final...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... a cláusula.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Enfim, apenas para deixar claro que, lamentavelmente, é sempre um equívoco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe, eu estou lendo. Não, o senhor não leu até o final a cláusula. Eu vou ler aqui.

"Parecer no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis..." Eu posso concluir aqui?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não há óbices.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Mas olhe a complementação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ..."desde que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – ... intransponível, que pode ser resolvido com a solução legislativa, é isso que ele está falando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, o senhor pode permitir que eu leia até o final?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito obrigado.

"Parecer no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis à assinatura dos contratos de aquisição das doses da Pfizer e da Janssen, necessitando, contudo [necessitando, contudo], a edição de autorização legislativa para a assunção de obrigações previstas em cláusulas e disposições contratuais que não têm previsão legal.". Desculpe.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Novamente, Ministro: lamentavelmente, não há óbices intransponíveis...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desde que haja...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... e a própria CGU reconhece, inclusive, que o PL 534, de 2021, resolvia o problema e que não houve iniciativa para resolver. Enquanto isso, brasileiros morriam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde tinha em seu estoque, em dezembro do ano passado, mais de 7 milhões de testes fornecidos pela Opas, com prazo de validade até dezembro de 2020 ou janeiro de 2021. A Anvisa autorizou a prorrogação do prazo de validade desses testes – e isso foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confirmado por seu presidente quando aqui estive – por mais quatro meses. O TCU recentemente determinou a destinação imediata desses testes dado o risco de serem perdidos.

Esses testes foram adquiridos na sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, foram adquiridos na gestão anterior, mas eu, salvo aqui dados que eu realmente... Só para lembrá-los: já estou fora do ministério há 45, 50 dias. Não temos nenhum teste perdido, não foi perdido nenhum teste, zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que foi feito, então, na sua gestão para evitar a perda dos testes já adquiridos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós aumentamos a capacidade de processamento do País: de 1.100/dia para 66.000/dia. Nós atualizamos todos os Lacen e criamos quatro plataformas de testagem nacionais. Tudo isso para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou perguntando...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... que nós chegássemos aos números, e não há testes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou perguntando especificamente com relação a esses testes...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Os testes foram distribuídos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que eles não foram distribuídos em tempo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Já foram distribuídos e usados!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, no tempo devido, de validade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe eu explicar para o senhor. A validade foi uma validade emergencial feita pela Anvisa e foi revista naturalmente. Fazia parte do processo aumentar a validade, até porque a testagem é por demanda, nós não enfiemos testes por Estados e Municípios. Ele começa na demanda do Estado ou do Município, e a gente fornece. E, sim, a campanha de testagem é muito forte, e todos os testes foram utilizados. A única quantidade de testes que não foi utilizada foi a dos testes que o INQS, Instituto Nacional de Qualidade, separou. Ele separou um lote e a fábrica está devolvendo esse lote. A fábrica está fazendo a devolução de um lote que o INQS considerou que a fábrica deveria fornecer



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novamente, um lote de 1 milhão e pouco de testes, que já é coisa antiga. Agora, testes com validade perdida ou que não cumpriu, na minha informação, é zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O TCU recomendou que o Ministério da Saúde elaborasse orientações sobre a forma de utilização de recursos repassados a Estados e Municípios, considerando a realidade de cada local, especialmente onde houvesse pouca incidência da Covid.

Perguntas objetivas, Ministro: essas orientações foram elaboradas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Todas as portarias do ministério para recursos saem com finalidades e orientações claras. Nenhum recurso sai sem que tenha a sua finalidade e orientação claras, todas elas, sem exceção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas são orientações ou regras específicas nos convênios?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim. Para tudo, para Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ou são orientações que foram elaboradas pelo ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Elaboradas pelo ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Caso positivo, como os Estados e Municípios deveriam aplicar os recursos federais para o enfrentamento da pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Bem, eles tinham liberdade para aplicar em custeio e alguns casos em investimento, mas era específico ali se era para um programa. Cada recurso tem uma finalidade. Então, resumindo, havia critérios para tudo, mas a liberdade de aplicação era dos Estados e Municípios. Havia critério para tudo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, não havia as orientações?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - As orientações vão nas portarias. Cada portaria tem as orientações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - No vídeo de sua despedida do ministério, V. Exa. declarou o seguinte, aspas: "Nós distribuímos, numa pequena porrada, quase R\$14 bilhões por critérios técnicos..."



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... para atender a Municípios que estavam sendo impactados".

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Cinco mil, quinhentos e setenta Municípios. Que critérios foram esses?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Vou lhe passar agora pessoalmente. Estou só pegando aqui na minha pasta. Recursos, por favor. *(Pausa.)*

Só um minuto, porque estou pegando a pasta, por favor. *(Pausa.)*

Recursos. Está aqui embaixo. Procure aí embaixo. *(Pausa.)*

Bem, enquanto eles começam aqui, eu vou lembrar.

Nós pegamos os critérios de PAB e MAC, executados em 2019, nós pegamos a parte populacional dos Municípios, priorizando os Municípios de menor população, e nós fizemos também um percentual em cima da incidência daquele Município. Município que estava com uma grande incidência recebeu mais que Município que estava com uma baixa incidência. Então, esses critérios são os critérios macro.

Enquanto a minha equipe aqui está encontrando a pasta para eu ler todos os critérios, a base dos critérios foi esta: foi PAB e MAC 2019, o critério populacional e a incidência da Covid naquele Município.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E qual fundamento para definição desses critérios?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Esses fundamentos estão discutidos... Nós fizemos uma.. Criamos uma força-tarefa para avaliar critérios. Foi uma primeira coisa que nós fizemos ainda em abril. E essa força-tarefa fez a avaliação de critérios para emprego de recursos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor se recorda quem participava dessa força-tarefa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - São vários integrantes do ministério. Não me recordo de cabeça, tenho que levantar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Se pudesse informar depois, seria muito bom, viu, Ministro?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. solicitou ao Denasus que auditasse os valores enviados a Estados e Municípios. Que informações foram produzidas nessa linha?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu não tenho essa resposta exata sobre esse tipo de auditoria, a conclusão da auditoria, mas, quando a gente faz transferências bilionárias pelo fundo a fundo e a gente tem nesse caminho... A gente não tem como observar a aplicação dos recursos, porque são sistemas distintos. A gente está tentando ter um sistema que possa acompanhar o recurso, fazer o *follow the money*. Esse *follow the money*, ele não tinha... Ele só seria simples de ser avaliado se nós tivéssemos todo recurso da saúde dentro do Siafi, por exemplo, mas cada Estado usa o seu próprio sistema de gestão e recursos, e eles não se falam. Então, a gente não consegue acompanhar a execução efetiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A pergunta é... A pergunta, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, eu não tenho a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. determinou que o Denasus fizesse...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim. Criassem um sistema para que a gente pudesse acompanhar o emprego dos recursos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E auditasse os valores enviados?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Acompanhar o emprego dos recursos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá.

Foi identificado algum caso de mau uso de verba federal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Que eu tenha conhecimento, não. Que eu tenha conhecimento, não. E o termo não é mau uso: o termo é o uso, e o uso dentro da finalidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não. Eu perguntei exatamente mau uso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não. Mau uso, não. Mas não era esse o objetivo. O objetivo é acompanhar os recursos até a ponta da linha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em junho de 2020, o Tribunal de Contas da União determinou que o Ministério da Saúde elaborasse instrumento legal para regular o funcionamento do Gabinete de Crise - Covid-19, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma que os diversos atores envolvidos no âmbito do Ministério da Saúde tivessem suas funções definidas e pudessem trabalhar de forma coordenada e colaborativa, buscando proteger vidas de maneira eficiente, racional e ao menor custo para a administração pública. O normativo somente foi instituído em novembro de 2020.

Considerando a urgência da situação, qual a justificativa para a demora na formulação do documento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Gabinete de Crise já funcionava e continuou funcionando naturalmente. Todas as... Todas as semanas tinha reunião no gabinete de crise. Talvez a resposta ao documento em si tenha demorado, não a própria execução. Gabinete de Crise era regulamentar nosso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou perguntando é...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O documento, a resposta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O normativo somente foi instituído em novembro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a resposta para isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta do documento ao órgão pode ter sido demorada, mas o Gabinete de Crise funcionava dentro dessas normas o tempo todo. A resposta pode ter sido demorada. Não há uma justificativa para o atraso. Houve atraso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde adquiriu máscaras KN95, chinesas. Algumas dessas máscaras tinham o termo *non-medical*, ou "não para uso médico" em sua embalagem. Outras foram proibidas pela Anvisa após a FDA americana detectar a falta de eficiência na filtragem. Ainda assim, essas máscaras foram distribuídas aos Estados, e o Ministério da Saúde recusou-se a substituí-las quando alertado da desconformidade com as indicações do fabricante. Em seu depoimento a esta CPI, o Presidente da Anvisa afirmou que as máscaras eram impróprias para o uso de profissionais de saúde, mas podiam ser utilizadas em outras situações. V. Exa. confirma esse fato?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Confirmando que nós compramos as máscaras e foram distribuídas. Quanto à análise da Anvisa, ela, para mim, é clara, está respondida. Talvez as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máscaras não tivessem, algumas máscaras não tivessem o selo para usar numa UTI, mas poderiam ser utilizadas em vários outros momentos que a pandemia necessitava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, V. Exa. confirma o fato?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, eu vou dizer para o senhor uma coisa: sim, eu sei que houve discussões do gênero, porque isso é uma etapa da parte logística nossa e da parte contratual, mas eu não intervim para não distribuir; não, eu não intervim para não distribuir. Soube que havia as discussões e que poderia ser distribuída independentemente daquela posição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A pergunta seguinte é: o Ministério da Saúde recolheu e substituiu essas máscaras após a decisão da Anvisa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu acho que a decisão da Anvisa foi clara de que a máscara poderia servir para diversas atividades, não apenas a parte médica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, mas elas tinham sido distribuídas para os profissionais de saúde. Houve recolhimento dessas máscaras?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, não sei lhe responder. Vou questionar e lhe passo. Não tenho certeza se houve recolhimento ou não houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nem qual foi a destinação final?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu não sei lhe responder exatamente. Eu posso aprofundar. Vou tentar aprofundar ainda para hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, há outra pergunta sobre o mesmo assunto.

O Ministério da Saúde agiu para que a Anvisa aprovasse o uso dessas máscaras?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Em hipótese alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em janeiro de 2021, uma verdadeira tragédia sanitária abateu-se sobre o Estado do Amazonas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... com a falta de oxigênio hospitalar para os pacientes. Em um momento de pico do número de casos e mortes por Covid naquele Estado, foi noticiado que, dias antes do exaurimento total do oxigênio hospitalar na cidade de Manaus - em 14 de março, exatamente -, o Diretor da White Martins, Sr. Lourival Nunes, enviou um *e-mail* ao Ministério da Saúde solicitando apoio logístico para o transporte de cilindros de oxigênio gasoso e de tanques de oxigênio líquido para Manaus, pedido que não teria sido atendido a tempo.

Pergunto, Ministro: V. Exa. confirma essa informação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O senhor podia só voltar à data que o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Catorze de março. Em janeiro de 2021, uma verdadeira tragédia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Obrigado. Deixa-me colocar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em janeiro de 2021, mas, em 14 de março...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Entendi a data já.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em 14 de março, o Diretor da White Martins, Sr. Lourival Nunes, enviou um *e-mail* ao Ministério da Saúde solicitando apoio logístico para o transporte de cilindros. A pergunta é: V. Exa. confirma essa afirmação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha, deixe-me dizer uma coisa para o senhor: no dia 8 de janeiro - aí já vão sete dias antes, seis dias antes -, nós já tínhamos iniciado o transporte aéreo de oxigênio para Manaus, então, para atender essas demandas logísticas: no dia 8, no dia 10, 11, 12, 13, 14, todos os dias. Transporte de oxigênio por avião, transporte por balsas e transporte... Isso em janeiro - isso é janeiro.

Então, no dia 14, nós já estávamos transportando oxigênio há bastante tempo. E a demanda da White Martins só entrou na lógica do que já estava sendo feito e muito. Isso não é uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quando, em que momento V. Exa. foi informado do risco de desabastecimento de oxigênio em Manaus?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A minha... Eu tomei conhecimento de riscos em Manaus no dia 10, à noite, numa reunião com o Governador e o Secretário de Saúde, quando eles me



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passaram as suas preocupações, porque estavam com um problema logístico sério com a empresa White Martins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em março do ano anterior.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, não, neste ano, em janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, o...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Foi em janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não. Em janeiro, foi a verdadeira tragédia, que eu citei aqui exatamente. Em março - em março! -, o Diretor da White Martins, Sr. Lourival Nunes, enviou um *e-mail* ao ministério.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Desculpa, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu queria esclarecer o seguinte: em março, nós tivemos a primeira onda. (*Fora do microfone.*)

Em março, nós tivemos a primeira onda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - ... em 2020. Na segunda onda, ele... Em janeiro, no dia 10 de janeiro ou no dia 11, começou a segunda onda, a falta de oxigênio, em 2021. Foi aí que até os Estados Unidos nos colocaram à disposição um Boeing. Por que é que a gente nunca pediu aquele avião, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha só: nunca me chegou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi em 14 de janeiro, ouviu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Todas as ofertas de entrega de oxigênio, eu aceitei todas. Se elas não foram concretizadas, eu não posso dizer por que não chegou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós tínhamos dificuldade... V. Exa. conhece bem a nossa região, até porque serviu lá, trabalhou lá e praticamente nasceu lá. Nós tínhamos dificuldade de trazer... O General Fernando foi um grande...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi ele que nos salvou ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele nos ajudou muito. Eu sempre faço questão de agradecer-lhe aqui. Ele era o Ministro da Defesa na época e nos ajudou bastante.

Mas, ontem, eu cobrei do Ernesto Araújo aqui por que ele não entrou em contato com a Venezuela para trazer o oxigênio. Era só um telefonema dele...

Mas teve um avião... Uma jornalista chamada Rosiene Carvalho, do meu Estado, fez essa matéria. Tinha um avião – e se passaram nove dias sem ter uma resposta, e a gente precisando de transporte –, era um cargueiro americano que foi colocado à disposição. A informação que eu tive foi que o Ministério da Saúde teria repassado para o Ministério das Relações Exteriores. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Do que eu me recordo exatamente sobre o avião era que para nós seria excepcional ter um avião. E, todas as vezes que aparecia a possibilidade: "Sim, nós queremos, e queremos, inclusive, com o próprio oxigênio, fazer uma ponte aérea Miami-Manaus". Essa era a nossa posição sobre o assunto, especificamente sobre esse assunto. Mas eu não, eu, pessoalmente, não liguei para os Estados Unidos nem fiz essa ligação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eles colocaram à disposição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Apenas para complementar, Sr. Relator, tendo em vista...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve um equívoco na data: é 14 de janeiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É 14 de janeiro de 2021. Essa deve ser a data a que V. Exa. está se referindo.

A que o Presidente Omar está se referindo? É que, ontem, aqui, em depoimento, o ex-Chanceler Ernesto Araújo afirmou, categoricamente, que os Estados Unidos da América



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponibilizaram um avião equipado para transportar oxigênio. E que pediu as especificações do Governo do Estado do Amazonas, aguardou um, dois, três dias e não recebeu as especificações para informar o Governo americano, e que o Ministério da Saúde também não deu essas informações.

Então, o que nós gostaríamos de entender, porque muitas pessoas morreram, é se o Ministério da Saúde não deu essas informações ao Itamaraty e por que o Governo do Estado não entregou essas informações, o que levou mais de 1,6 mil pessoas a morrerem no Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, com relação à posição lá de por que o Estado não fez, deveria ter feito, na minha análise. Agora, se não fez, tem que ser questionado.

Agora, com relação ao ministério se posicionar sobre o assunto, o ministério acho que nunca foi instado. O que eu soube do avião foi por telefone, e a resposta é: "Sim, temos interesse. Tem que vir o avião. Quem é que está negociando isso? Quem é que está tratando disso?". Essas foram as posições. "Sim, o ministério quer todas as possibilidades." Agora, em momento algum me chegou uma solicitação de especificações, ou demandas, ou algo que eu devesse fazer pelo ministério. Nós estávamos vivendo ali, digamos, o fogo forte naquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, especificamente, como e em que momento V. Exa. foi informado do risco de desabastecimento do oxigênio em Manaus? Pergunta concreta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No dia 10, à noite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia 10, à noite.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Numa reunião com o Governador e o Secretário de Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tomou conhecimento desse *e-mail* de 14 de janeiro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da White Martins?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não tomei conhecimento. Já estávamos no meio da operação, em Manaus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se o apoio ocorrido tivesse ocorrido... Se o apoio solicitado tivesse ocorrido a tempo, o problema de Manaus poderia ter sido evitado ou diminuído.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, a suposição é uma suposição. E se? Se tivesse feito, se não tivesse acontecido aquilo, se tivesse acontecido a balsa... Então, o assunto é muito profundo, Senador. É claro que ações proativas precoces trazem resultados melhores. Então, a resposta: em tese, qualquer coisa tratada com precocidade, com velocidade, com presteza traz respostas melhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As autoridades amazonenses...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, a experiência negativa do Estado do Amazonas, principalmente na cidade de Manaus e em alguns Municípios do interior... Depois a gente conseguiu, com a FAB, com ajuda, colocar várias usinas de oxigênio nos Municípios.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E teve, sim, contribuição do Ministério da Saúde nesse sentido. Não dá para você negar isso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a experiência negativa que nós tivemos lá, isso aconteceu em outros Estados e Municípios depois. Também faltou oxigênio em outros lugares do Brasil. Aquela experiência foi negativa, infelizmente, mas depois também isso aconteceu em outros Estados e Municípios.

Essas pessoas, os gestores desses Estados e Municípios, vendo essa experiência no Amazonas, por que eles não se prepararam para isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deveriam ter se preparado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, só para corrigir aqui, aqui nós já temos o acesso a um inquérito do Ministério



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público que trata de Manaus, e a informação que lá existe é que o Ministério da Saúde foi informado da iminência de falta de oxigênio no dia 8 de janeiro, por um representante da empresa chamado Petrônio. Esse ofício, inclusive, está lá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Está equivocada essa resposta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Bom...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Depois eu lhe passo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Nós vamos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está falando do processo que foi encaminhado para cá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Presidente, esse *e-mail*...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ministro, só para declinar que essa resposta foi dada pela Advocacia-Geral da União no processo no STF.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.

Deixa eu dizer para o senhor. Isso causou toda essa confusão, foi na leitura do *e-mail* que a White Martins mandou para... Esse *e-mail*, eu também tenho aqui, eu vou lhe passar, é o *e-mail* que foi mandado para a Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. não precisa responder, Ministro, porque esse processo está sob sigilo. Eu espero que a gente não toque mais nesse assunto aqui. Vamos passar essa parte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Por favor. Não, na realidade, ele tem um *habeas corpus* preventivo que dá a ele o direito... O direito é individual e intransferível dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não é disso que ele está falando, não, Eduardo. Não é disso que ele está falando, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós não podemos falar sobre processo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O direito é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... do Ministro Pazuello.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou falando de outra coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O processo que está aqui é que está sob sigilo; não ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu falei o processo – o processo – está sob sigilo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem está vazando informação, não é isso?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E nós não podemos falar sobre o processo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vazamento de informação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas sobre esse assunto, se o senhor permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas nós não vamos tratar do processo, não é?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... eu só queria. Senador Humberto, posso dar essa resposta para o senhor ainda?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a gente desrespeitar uma decisão que protege o sigilo do processo, nós estaremos indo para o caminho errado. Por isso estou dizendo a V. Exa. que não precisa responder, porque essa informação é no processo sob sigilo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Sr. Presidente, essa informação é praticamente pública já. Se eu não me engano, até saiu na imprensa isso. É público isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O Ministro pode falar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - O Ministro pode falar sobre isso aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Quem não pode são os Senadores expor parte do processo, que está sigiloso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu estou falando o seguinte: como esse processo chegou sob sigilo aqui ao Senado e quem tem acesso ao processo é de conhecimento, então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas a informação sobre a AGU, Presidente, é pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom, está bom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perguntando objetivamente: as autoridades amazonenses alertaram o Ministério da Saúde sobre a iminência da falta de oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Somente no dia 10, à noite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Dia 10, à noite - dia 10, à noite.

Quais medidas foram tomadas pelo ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Bem, eu começo a colocar o seguinte: estava em Manaus, com a minha equipe. Eu já tinha levado para Manaus todos os secretários, porque isso é uma coisa que a gente já vem conversando há bastante tempo - eu e o Senador Eduardo Braga. Então, a gente já vinha acompanhando o assunto de Manaus olhando *de per si* e, claro, não havia a discussão ainda conosco sobre oxigênio, mas havia uma curva de contaminação alta, havia um colapso nos hospitais. E, na minha interpretação, como ministro à época, eu precisava avançar para lá o meu gabinete com meus secretários, para poder de lá tomar as decisões imediatas e resolver o problema, ajudar a resolver o problema, não deixar acontecer uma catástrofe. Então, essa foi a razão de ter ido com a minha equipe para Manaus no dia 10, domingo, e direto para a reunião com o Governador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia seguinte, às 7h30 da manhã, eu me reuni com a White Martins – às 7h30 da manhã de segunda-feira. E, nessa reunião, a White Martins colocou para mim que, sim, estava com dificuldades logísticas grandes, porque ela recebia... Na realidade, isso vai ser mais longo, e eu não quero virar prolixo aqui. Mas a White Martins ali, naquele momento, disse que estava com dificuldade de cumprir a etapa dela, porque estava com atrasos na chegada de balsas de Belém e aquilo estava quebrando a lógica dela de estoques em Manaus.

Então, no próprio dia 11, na segunda-feira, depois da reunião da White Martins, eu achei necessário fazer a abertura do Centro Integrado de Coordenação e Controle com o Estado, o Município e as Forças Armadas. E nós fizemos, então, às 16h, a abertura do centro e puxamos a coordenação logística para o centro. No dia 12, já chegou a primeira aeronave trazendo oxigênio líquido.

Então, eu queria colocar aqui aos senhores que quando nós entramos, nós entramos com bastante força. Nós entramos, chegamos no dia 10; no dia 11, abrimos o Centro Integrado de Coordenação e Controle; e, já na sequência, no dia 12, já começaram a chegar as aeronaves trazendo mais oxigênio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – General, só uma dúvida, por favor, interrompendo o senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – A competência para fornecimento de oxigênio era de quem?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Do Estado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Isso. E faltou alguma coisa por parte do Governo Federal para assessorar, apoiar?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nada.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, é preciso compreender a missão do ministério. A missão do ministério: programa, coloca recurso... Essa é a lógica. A execução plena é do Estado, do Município. Não há essa discussão. Quando nós fomos a Manaus, era porque nós estávamos vendo que a situação não estava boa – não estava boa. Nós não sabíamos ainda de oxigênio. No momento que eu soube de oxigênio – no momento que eu soube de oxigênio –, eu já comecei a agir imediatamente. E coloco dessa forma porque foi exatamente o que aconteceu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, tenho algumas perguntas objetivas aqui sobre essa questão.

As autoridades amazonenses alertaram o Ministério da Saúde sobre a iminência da falta de oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não alertaram. Apenas no dia 10, à noite, pessoalmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que as medidas tomadas por V. Exa. não foram suficientes para evitar o colapso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, eu acredito que as medidas possíveis, a partir do dia 10, foram executadas, todas executadas. Com relação à situação específica do Amazonas, em termos de logística e a resposta, o tempo de resposta, a partir de acionamento de Força Aérea, barco da Marinha e civis, ele, em quatro dias, cinco dias, nós já estávamos com os níveis de estoque sendo restabelecidos. Agora, a resposta é, se nós tivéssemos sabido antes, poderíamos ter agido antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, tem uma série de equívocos e erros nesse processo tanto por parte do Governo do Estado como por parte, também, do Ministério das Relações Exteriores, que foi incapaz de dar um telefonema para trazer de avião o oxigênio da Venezuela, um ponto. Segundo ponto, foi de conhecimento do Brasil todo que os Estados Unidos colocaram aeronaves à disposição através da ONU. Aí, dizer: "Olha, nós queríamos...", sim, mas quem ligou? Quem disse "eu quero" para levar? Essa situação é que não está explicada. Que houve o problema nós sabemos. Que é de competência do Estado sabemos também. Sabemos também que a planta da White Martins não está projetada acima daquilo para produzir de oxigênio. Correto? Ela tem uma planta que normalmente funciona, até porque a White Martins não fornece somente oxigênio para o Governo e para Prefeitura, ela fornece muito para o distrito industrial. Então, ela tem uma planta, essa planta não dá para você dobrar a capacidade de produção do dia para a noite. A partir desse momento, por que não trazer oxigênio da Venezuela, que é ali do lado? Por que não aceitar os aviões americanos, que já estavam preparados para trazer? Até porque os aviões da FAB tiveram que ser adaptados para colocar oxigênio dentro deles. Correto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, me permita, só para complementar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero quem é responsável ou não...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Eu só quero complementar – e peço que não me cortem o som – que, do dia 10 de janeiro ao dia 20 de janeiro, quando chegou a primeira carga da Venezuela, do dia 10 ao dia 20, passaram-se dez dias morrendo, em média, 200 pessoas por dia, no Amazonas. Foram 2 mil amazonenses que morreram! Nós poderíamos ter colocado aquele oxigênio, Ministro.

E o que nós queremos saber é o seguinte: faltou dinheiro ao Governo do Estado para fazer isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Faltou vontade política do Governo Federal em fazer isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E por que que não fez? Por que que não deu as informações ao Ministro Ernesto Araújo para que o avião dos Estados Unidos pudesse ter ido à Venezuela buscar o oxigênio e levar para o Amazonas, para salvar vidas? É isso que o povo brasileiro quer saber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer saber, quer saber!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, olha só... Deixa eu... Eu vou precisar... Essa explicação ela é uma explicação que vai ser necessária. Eu peço desculpas, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não peça desculpas, Ministro! Isso é fundamental nesta CPI.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, a desculpa não foi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É fato determinado desta CPI.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A desculpa não foi sobre isso; foi sobre a forma longa da resposta. Me desculpe! Não é uma desculpa pessoal; é sobre a resposta rápida.

O que que nós temos que ter compreendido? Eu não estou apresentando aqui a responsabilidade de A ou B; eu estou apresentando um fato. E, a partir daí, a CPI pode avaliar a responsabilidade. Então, eu vou apresentar um fato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 10, à noite, tomei conhecimento; no dia 11, abrimos o CICC; no dia 12, chegou o primeiro avião carregando oxigênio líquido, que é o avião da Força Aérea Brasileira; no dia 12!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com que volume de oxigênio, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, posso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Esses volumes que chegaram da Força Aérea Brasileira e de outros aviões eram apenas simbólicos. O grande volume de oxigênio...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, eram balsas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, vieram pela carga da Venezuela.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

Bem, vamos lá. Então, continuando: no dia 12, nós colocamos o primeiro avião Hércules ou o KC-390 transportando oxigênio líquido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Já, já adaptados: 12, 13, 14; a partir daí, todo dia. Todo o esforço aéreo nosso já começou no dia seguinte. Não foi em cinco, seis dias, não; foi no dia seguinte: 11, 12. Então, isso é um fato.

O outro fato que a gente precisa compreender... Porque a gente tem que compreender por que que aconteceu o problema, e aí a gente começa a compreender onde estão os responsáveis. É preciso compreender que a White Martins mantém em Manaus – é a maior fornecedora nossa – 300 mil metros cúbicos de oxigênio em estoque regulador, tanto em seus tanques, quanto nos tanques dos hospitais; são 300 mil metros cúbicos! Quando a gente observa, quando a gente observa aqui os mapas...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quando a gente observa aqui os mapas, a gente vê que a White Martins começa a consumir o seu estoque já no final de dezembro; ela já começa a ficar negativa na sua análise. Já no final de dezembro, ela começa a consumir estoques. Então, ela tem um consumo, uma demanda e um consumo obviamente dito e começa a entrar no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negativo. E esse estoque vai se encerrar no dia 13. É quando acontece, de 13 para 14 e de 14 para 15, uma queda de mais ou menos 20% da demanda e do consumo do Estado. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP). Para interpelar. *Fora do microfone.*) - A primeira carga do Ministério da Saúde para lá chegou quando?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - No dia 12.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E por que não foi mandado avião para a Venezuela?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Isso foi depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não. Está aqui o WhatsApp do Embaixador da Venezuela para mim, quando eu passei...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Sr. Presidente, por favor...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Mas não para mim...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - ... vamos deixar o Relator terminar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... Dia 14.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - ... para depois seguir a ordem de inscrição.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Isso não veio para mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k. Está certo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Isso nunca chegou em mim.

(Tumulto no recinto.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Governador do Amazonas diz diferente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O problema é que o depoente está demorando muito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É, mas vamos terminar o Relator, então.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O assunto da Venezuela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falta-lhe poder de síntese.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele foi feito pela própria White Martins.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está sendo prolixo, e aí...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A própria White Martins trouxe da planta da Venezuela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, mas não foi da planta da White Martins.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Foi o Governo da Venezuela. Ontem foi entregue o documento aqui.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A informação que eu tenho é White Martins.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente, quem está com a palavra é o Relator ou é a Comissão?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Não, informação errada... Onde foi entregue...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador, meu querido amigo, Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Mas é pertinente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa. vai perguntar isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Está tendo uma clara contradição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai perguntar isso na hora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só peço...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Voltando, eu estou querendo explicar aqui como é que a gente chegou na data. Estou acabando.

Então, a White Martins foi consumindo o seu estoque até chegar em 13 para 14, quando teve uma queda de 20% mais ou menos – 20, vinte e poucos por cento não atendidos. E isso aconteceu por dois a três dias, entre 13 e dia 15. No dia 15, já voltou a ser positivo o estoque de Manaus. Isso aqui está claro em dados da White Martins, tá? São dados da... Para a gente observar, aqui você observa claramente a curva da White Martins e os três dias onde ela cai. Esse V de queda são três dias, 13, 14 e 15, considerando que 15 ela começa a ficar positiva no seu estoque regulador. Ela começa a refazer o estoque regulador e volta novamente a atender a demanda completa. Então, nós tivemos efetivamente, pelo que está aqui e pelo que a White Martins nos mostra, de três dias onde a queda da... Que foram onde aconteceram as maiores dificuldades de atendimento em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu quero alertar para V. Exa. que a data que o Secretário de Saúde diz que falou ao telefone como V. Exa. foi dia 7 de janeiro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só quero alertá-lo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Mas eu queria dizer que no dia 7...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. está falando que dia 10 que foi comunicado...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Deixe-me falar para o senhor aqui. Dia 7...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele não... Segundo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - No dia 7 à noite, ele não me falou nada de colapso de oxigênio. Foi a solicitação de transporte, a logística de Belém para Manaus, que foi feita no dia 8 e 10. Em momento algum... Ele faz isso na sua declaração... Olha só, isso está feito em depoimento – em depoimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Exato. No depoimento da Polícia Federal, ele disse que foi dia 7.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não. Ele disse que dia 7 ele falou comigo, mas ele não disse no depoimento que me alertou sobre colapso de oxigênio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, é preciso dizer ao povo brasileiro, sob pena de nós estarmos aqui sendo coniventes com uma informação errada – desculpe a expressão –, mentirosa: não faltou oxigênio no Amazonas apenas três dias, pelo amor de Deus! Ministro Pazuello, pelo amor de Deus! Faltou oxigênio na cidade de Manaus mais de 20 dias. É só ver o número de mortos. É só ver o desespero das pessoas tentando chegar ao oxigênio.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, não são...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é possível.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não são os dados que estão comigo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas não é possível.

E mais, agora vou dizer a V. Exa.: V. Exa. não pode deixar de dizer que conhece isso. O senhor estava lá. O senhor assistiu com os seus olhos os nossos brasileiros amazonenses morrerem por falta de oxigênio.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estava lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – No dia 12, no dia 13, no dia 14, no dia 15... O senhor sabe quando foi o pico das mortes no mês de janeiro no Amazonas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As mortes...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor sabe, como ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As mortes, por oxigênio, foram de 14 para 15.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, Ministro, desculpe. Nós tivemos pico de morte de oxigênio no Amazonas, inclusive no dia 30 de janeiro – no dia 30 de janeiro!

Sabe quando chegou a carga de oxigênio que o senhor mandou do Ministério da Saúde para Manaus? Do dia 24 para o dia 25.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A da Venezuela chegou antes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Chegou no dia 20! E, antes, nós ficávamos dependendo da ajuda do Gustavo Lima, do Paulo Gustavo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Paulo Gustavo!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... do Tirulipa! Esses é que ajudaram a gente!

Ministro, pelo amor de Deus, vamos deixar clara a responsabilidade do Governo do Estado, da Prefeitura e do Governo Federal, porque amazonenses morreram, brasileiros morreram! E vamos parar de ficar dizendo que foram três dias de falta de oxigênio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E é em nome dessas pessoas que morreram no Amazonas que nós estamos aqui, tentando objetivar um depoimento.

Eu queria fazer mais duas perguntas objetivas sobre isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois do ocorrido no Amazonas, relatado aqui pelo Senador Eduardo Braga e pelo Senador Omar Aziz, o Ministério da Saúde alterou a sua estratégia em relação ao monitoramento, controle e aquisição desses insumos? Objetivamente: sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, nós levamos a... Incluímos aí a Casa Civil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alterou, então?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Alteramos com a inclusão da Casa Civil e a Infraestrutura e levamos esse assunto para um nível macro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. está dizendo que, depois do ocorrido no Amazonas, o Ministério da Saúde, em sua gestão, alterou a sua estratégia em relação ao monitoramento, controle e aquisição desses insumos. Isso responde à pergunta anterior...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não sei se aquisição e controle...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... colocada pelo Senador Eduardo Braga.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É que, depois do ocorrido no Amazonas, o ministério alterou a sua política de monitoramento, controle e aquisição desses insumos no País, diante da falha evidente no Amazonas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu acho que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Governo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... a resposta que eu vou lhe dar é que nós levamos as ações de resposta para outro nível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Pelo amor de Deus!

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Agora, em termos de aquisições e contratações, não, não foi alterado. Agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não. O senhor acabou de dizer que foi alterado, e agora não foi alterado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Senador, a pergunta é uma pergunta com três, quatro posições.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não, eu perguntei "sim" ou "não".

O SR. EDUARDO PAZUELLO - São verbos, são verbos: controlar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pelo amor de Deus!

O SR. EDUARDO PAZUELLO - ... monitorar, adquirir. Então, eu estou colocando: olha, quanto à contratação e aquisição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas eu falei de estratégia, que resume todos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - E eu vou explicar. Quanto à contratação e à aquisição, não. Nunca alteramos nada disso, nem podemos. Agora, com relação às demandas que estavam acontecendo de outros Estados - e aí não deixa de ser um monitoramento -, isso nós elevamos para a Casa Civil e levamos todo o processo para envolver outros atores, porque envolveria outros atores. Foi isso que foi feito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, como o senhor chama isso, eu não sei. Agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu chamo de estratégia, que reúne tudo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, a estratégia foi alterada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mudou a estratégia do ministério? É isso!

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim, a estratégia, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mudou a estratégia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Sim!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tá bom. Então, eu considero respondido: mudou a estratégia.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Estratégia, sim. Não para aquisições de compras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Governo amazonense...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Todos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu só quero fazer uma colocação. V. Exa. e o Senador Eduardo Braga são do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Foram liberados no ano passado R\$2,606 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ah, que conversa é essa?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... se tinha dinheiro lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você não está falando a verdade, rapaz.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Mas está aqui a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você está mentindo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não estou mentindo, aqui está o valor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você está mentindo, Heinze!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não estou mentindo, aqui está o valor liberado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você é mentiroso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Esse é... Não senhor, aqui não pode mentir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você é mentiroso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Aqui está o valor liberado para o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é verdade isso que você está falando. Isso é uma mentira multiplicada...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Não senhor. Não senhor. Vou lhe mostrar o valor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Pela ordem, Sr. Presidente! Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Vou mandar imprimir e vou lhe mostrar. Não me chame de mentiroso! Não sou! Não sou! Vou lhe mostrar agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mentiroso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Vou puxar a tabela e vou ver quanto foi para lá. Foi o dinheiro lá. Não é irresponsabilidade do Governo Federal, é do Governo lá do Amazonas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A fala é do Relator, Sr. Presidente. Por favor!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Vamos prosseguir!

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) -
Vamos prosseguir, porque as coisas estão começando a ficar claras agora. Não vamos aceitar provocação! Isso é provocação!

(Tumulto no recinto.)

(Suspensa às 13 horas e 13 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Renan.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente! Só para fazer uma... Considerando o embate que aconteceu agora há pouco, a fala do Senador Eduardo Braga, apenas para não perder a sequência e a importância desse momento, nós vamos ter aqui, na semana que vem, dois depoimentos importantes do Amazonas: do ex-Secretário-Executivo João Paulo Marques dos Santos, requerimento aprovado, e do atual Secretário de Saúde Marcellus Campêlo - que é o Secretário de Saúde. Mas eu acho que, mais do que nunca, diante do que nós estamos vendo aqui, se faz necessário trazer aqui também o Governador do Estado. Cada dia que passa e diante de tudo que nós estamos vendo aqui se mostra como imperativo, inafastável a necessidade de convocação também do Governador do Estado do Amazonas.

É o apelo que faço a V. Exa., para a gente pautar e votar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) -
Presidente, eu, mais uma vez, faço um apelo ao Ministro para nós objetivarmos, porque senão fica muito difícil para todos nós aqui, para o País que acompanha detalhadamente os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Todos - todos, sem exceção - confirmaram que a Venezuela doou 107 mil metros cúbicos de oxigênio a Manaus no dia 18 de janeiro de 2021, auxiliando aquela população no momento mais difícil da pandemia, sem exigir nada em troca.

Sim ou não: houve alguma manifestação do Ministério da Saúde ou das Relações Exteriores em agradecimento àquele País?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Do Ministério da Saúde, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nos vídeos de despedida do Ministério da Saúde, V. Exa. disse ainda que o Ministério da Saúde é "o foco, é o alvo de pressões políticas. [...] Por causa do dinheiro que é destinado aqui de forma discricionária"; ou seja, desdisse os critérios que há pouco foram colocados aqui. O senhor fala nesse momento: "de forma discricionária". Então: "A operação da grana com fins políticos acontece aqui", no ministério, continuou o senhor. "Nós conseguimos acabar com 100%? Claro que não, 100% nem Jesus Cristo. Nós acabamos com muito".

V. Exa. fez sérias acusações e disse, textualmente: "Todos queriam o pixulé do final do ano".

V. Exa. poderia esclarecer o que quis dizer ao falar em "grana para fins políticos"?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Muito bem.

Então, volto a colocar, o senhor juntou aí todas as frases, não é, elas têm um contexto mais amplo, mas eu vou colocar para o senhor o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente. Sem pretender interrompê-lo, Ministro, mas as respostas não estão vindo na direção das perguntas, infelizmente. Isso aqui fica um exercício muito ruim para a sociedade brasileira.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Relator, não dá as respostas que o senhor quer, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, eu fiz uma pergunta objetiva...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - O que o senhor quer que ele fale. Ele é o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Uma pergunta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. nem espera ele responder, Relator.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Deixe ele responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deixe ele responder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está bom.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Então, mesmo que tenha sido uma parte de um contexto mais amplo, como eu comecei a falar, eu coloco o seguinte. Quando nós... O ministério possui, só de emendas, R\$2,4 bilhões, e essas emendas, a gente bateu o martelo muito forte para que tivesse os critérios técnicos na distribuição. Então, quando você tem um Parlamentar que indica a sua emenda... Eu vou dar um exemplo bem simples: se eu quiser, eu tenho um rio ali em que cabem dois metros de barco, um calado, e o cara quer botar um barco de seis metros de calado, e não cabe. Aí tem que trazer um Parlamentar e dizer: "Olha, para isso aqui esse recurso é muito, dá para colocar também em outro local, numa outra posição". Isso são critérios técnicos sobre a distribuição de recursos por emendas impositivas. É isso que dizer que nós distribuimos por critérios técnicos. Essa é a posição sobre o assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A pergunta não foi essa, Ministro. A pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Com relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A pergunta foi uma pergunta objetiva: o que o senhor quis dizer ao falar em grana para fins políticos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - São as emendas, são as emendas impositivas. São R\$2,4 bilhões em 2020. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Seriam valores fora dos melhores critérios de que V. Exa. há pouco falou aqui?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não. Volto a colocar de novo para o senhor. Quando o Parlamentar faz uma indicação, não pode simplesmente fechar o olho e passar o dinheiro, tem que observar o critério técnico na ponta da linha, ver se aquilo cabe ali. Foi isso que nós cobramos muito forte em 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como isso acontecia no Ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Dessa forma como eu estou falando. A emenda chega e há a avaliação técnica, se aquele recurso é compatível para aquela indicação, desta forma como eu estou colocando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quais casos desse tipo V. Exa. conseguiu acabar na sua gestão? E com quais não conseguiu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, essa é uma posição que se fala como a gente fala de Jesus Cristo, quer dizer, a gente não consegue resolver 100%, agradar 100%. É só uma observação, não tenho 99,2%. A gente espera que acabe com 100%, mas a gente não tem todo o domínio da cadeia de execução do ministro até a última pessoa. Então, volto a colocar: foi exclusivamente, porque R\$2,4 bilhões, para mim, é muito dinheiro. E precisa ser observado com critérios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem decidia sobre esses recursos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Os próprios Parlamentares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os Parlamentares? No Executivo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eles indicam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – De emenda, de emenda obrigatória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando na execução orçamentária, quem decidia no Ministério sobre esses recursos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso era levado para as secretarias específicas. Tem todo um caminho claro e combinado de por onde entra a emenda, onde ela é avaliada. Vai na secretaria, vê se cabe lá, tem toda a parte de protocolo para isso. Só estou explicando que o protocolo foi cobrado ao extremo para não haver nada que não estivesse dentro de um critério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. poderia esclarecer a que se referia ao usar o termo "pixulé"?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza.

Esse termo é porque eu morei muito tempo no Rio de Janeiro e, então, a gente tem algumas palavras que saem. É o seguinte. No final do ano... Todo final do ano é normal você ter



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos não aplicados em projetos e programas. Então, se você tem um programa que tem R\$100 milhões e aplicou 92... Então, você tem saldos não aplicados. Chega no final do ano, começa prefeitura, começa hospital... Não tem nada aí ilegítimo, mas são as sobras... Desculpem o "sobras". São recursos não aplicados de vários projetos que são reaplicados por uma demanda ou outra. Este ano não teve isso: nós pegamos todos os saldos não aplicados, fizemos uma única portaria e investimos na Covid-19, no combate à Covid-19. E isso que foi feito... E como esses pequenos saldos, no nosso linguajar... Os pequenos saldos não, desculpe. Esse somatório de 15, 20, 30 programas que tinham saldos e você junta... Não houve esse tipo de grana, que é grana pequena – né? Vamos dizer assim, são pequenos saldos não aplicados, é isso aí. Não tem nada de errado, não falaria nada contra ninguém nem contra uma instituição, em hipótese alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, ao falar em "pixulé", V. Exa. quis citar alguém?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Claro que não! Se eu quisesse citar, teria citado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não citei ninguém. Eu não citei ninguém, até porque não há nenhuma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, especificamente: há algum nome que queria receber o pixulé?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia ninguém recebendo nada. Eu estou falando dos recursos não aplicados.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É que se fala em "pixulé" e ele lembra do Lula, ele deve estar preocupado com isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É, não é nada disso. Aquilo ali era uma despedida...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu exijo respeito, viu?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Pixulé é famoso pelo Lula.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu exijo respeito!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - E abaixa esse dedo, rapaz!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Exijo respeito!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - E quem é você para exigir alguma coisa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Exijo respeito!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Baixa a orelha para falar comigo, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Flávio, por favor...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Por quê? Quem é você? É mais do que eu em quê?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Está apontando o dedo para mim por quê?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Você é mais do que eu em quê?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Por que você está apontando o dedo para mim?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, é preciso tomar uma providência...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Presta atenção aqui ao depoimento!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Você quer que eu fale de outras coisas? Não vou...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Eu posso falar do que você quiser também. Você quer?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Respeito!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio, por favor...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Se olha no espelho, rapaz!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Respeite o Presidente Lula!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio e Senador Humberto, o Senador Renan fez uma pergunta porque o próprio ministro falou em pixulé. Ele é que falou, ninguém falou dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é que falou. Ele disse que não falou, que não quis dizer isso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Já respondeu e está insistindo na pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é... Não, ninguém está acusando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, tem marcação com o Relator agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não existe nenhum...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É marcação com o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não existe nenhuma acusação contra o Ministro Pazuello em relação a pixulé, pixuleco, sei lá o quê...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nada. Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi ele que citou isso numa entrevista.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi só isso, apenas isso e mais nada. Não tem nada aí por trás de nada disso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos mudar o nome então, Presidente. Vamos mudar o nome: é raspa de tacho que os Prefeitos vêm pedir para os Deputados e Senadores.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - "Não sobrou uma raspinha de tacho aí?"

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Nada, para ninguém. Foi isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Então tira o "pixuleco" fora e fica uma raspinha de tacho que fica melhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Está bem, combinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em outro momento do seu discurso, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Até porque o Senador Renan fez uma pergunta ao Ministro Pazuello e ele não respondeu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não respondeu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não, a anterior, sobre a questão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Também não respondeu!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, repasse para Município, de média e alta complexidade e PAB. Eles têm um limite, os Municípios, e isso não é estipulado pelo Parlamentar, mas, sim, por critérios técnicos - está certo? Até tem o teto PAB e tem o teto MAC. Então, não adianta. Lá está o Município de Cachoeira. São 5 milhões/ano? São 5 milhões. Não dá para dar 6. Correto? Isso não é estipulado nem por V. Exa. nem pelo Parlamentar. Vou deixar isso claro aqui, porque a pergunta do Relator era referente a esses repasses de recurso. Quem é que estipula isso? Não é o ministro nem o Parlamentar, é a lei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em outro momento da sua despedida, que está sendo ponto a ponto negada, V. Exa. declarou, aspas: "Ali começava a crise com liderança política que nós temos hoje, que mandou uma relação para a gente atender e nós não atendemos. Aí chegou, no final do ano, uma carreata de gente pedindo politicamente". Declarações suas, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha só...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu vou perguntar, devidamente às piadas. Ao não determinar quem são os todos referidos por V. Exa. que queriam o prêmio, ou a propina, ou o pixulé, o que for conceituado por V. Exa., faz acusações sem citar nomes? Assim V. Exa. coloca todas as lideranças políticas do Congresso Nacional sob suspeita, principalmente as que apoiavam o Governo. Por isso, até por justiça e honestidade intelectual, peço que V. Exa. nos revele definitivamente a quem dirige suas acusações.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não houve acusações específicas a ninguém. E não será feita acusação específica a ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Específica não houve. Eu estou perguntando exatamente isto: a quem dirigia suas acusações?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E eu estou explicando que, se não fiz, é porque não farei e não há.

Dois, quando nós estávamos discutindo uma medida provisória, nós estávamos discutindo se aquela medida provisória teria ou não caráter de indicações de destino daquela medida provisória. Foi uma discussão, até porque nós estávamos chegando ao ministério. Essa foi a discussão. E não, não havia. Ficou claro na discussão que a medida não permitia nenhum tipo de indicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma outra pergunta sobre o que o senhor falou.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa foi a resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E aí nós não fizemos. Fizemos por critérios técnicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta sobre o que o senhor falou: que relação é essa que lhe foi encaminhada para que V. Exa. atendesse e V. Exa. não atendeu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu estou falando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que não atendeu? E que relação é essa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu estou falando. Não é uma relação. Não foi... O termo relação é... Serão recursos atendidos por indicações ou não? A resposta, quando se discutiu na parte técnica, é: não, esses recursos têm que ser de critérios técnicos. Então, nós não aceitamos indicações. Foi isso daí que foi dito, ou a ideia de ser dito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Naquela mesma oportunidade, V. Exa. disse que, quando chegou ao ministério, ninguém falava com o Conass e...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e o Conasems. Era proibido falar com o Conass e o Conasems?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Quando eu cheguei ao ministério, não havia a relação, a integração de ações como nós fizemos. Então, na leitura da lei, na compreensão do SUS, isso foi a minha posição. Eu puxei o Conass e o Conasems para a posição de central do processo decisório comigo nas discussões em todos os aspectos. E, quando nós chegamos lá, a própria, a própria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então era proibido anteriormente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Em hipótese alguma. Eu falei que nós aumentamos a integração, trouxemos o pessoal para despacho diário, despacho no nível gabinete. Foi isso, foi isso que aconteceu. Nós queríamos prestigiar o Conass e o Conasems. É o contrário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que V. Sa. atribui sua demissão do cargo de Ministro da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Missão cumprida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O art. 19 da Lei 8.080, de 1990, Lei Orgânica da Saúde, considerada também Lei do SUS, estatui que são vedados, em todas as esferas de gestão do SUS, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamentos de uso não autorizado pela Anvisa.

Pergunto: por que o Ministério da Saúde orientou e recomendou o uso da cloroquina para o tratamento precoce da Covid-19, de acordo com a Nota Informativa 17/2020, do Ministério da Saúde, mesmo sem evidências científicas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi a primeira...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e absteve-se de revogar a orientação, mesmo quando as novas evidências contrariavam a eficácia desse protocolo terapêutico?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem. Então, vou repetir... Desculpe, é uma... Eu vou ter que repetir: então, a partir do conhecimento da nossa, da crise em Manaus, desculpa, da pesquisa que foi feita em Manaus, no final de março, começo de abril de 2020, nós nos sentimos obrigados a fazer uma informação nacional, alertando que não havia a comprovação científica para uso da hidroxiclороquina, está escrito dessa forma, não havia, à época, naquela nota, a confirmação científica para uso de hidroxiclороquina. Atendíamos, alinhávamos com o Conselho Federal de Medicina e colocávamos de forma clara que o médico seria soberano na prescrição de qualquer e daquele medicamento e que era público e notório que estava sendo usado de forma *off-label* no Brasil e no mundo a hidroxiclороquina e, caso o médico desejasse prescrever, em consenso com o seu paciente, deveria estar atento para doses seguras, e que não usasse na fase inflamatória, porque não era a fase ideal para ser usado. Não deveria ser usado na fase inflamatória. Essas, essas... Essa posição da nota informativa, ela, na minha visão, se eu não o fizesse, eu estaria prevaricando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então o Ministério da Saúde, sob sua orientação, orientou e recomendou o uso da cloroquina...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para tratamento precoce?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, senhor. Eu não recomendei o uso da hidroxiclороquina nenhuma vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a nota informativa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ela não recomenda. Ela não recomenda. Ela faz um alerta. Ela apenas orienta doses seguras caso o médico prescreva. Isso não é uma recomendação por protocolo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que, na sequência, V. Exa. absteve-se de revogar a orientação?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que a discussão continua aberta até hoje. Ela não é uma discussão que está fechada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro... Na época em que o senhor era ministro, o senhor pediu à Conitec para dar um parecer sobre a cloroquina?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós, na época em que eu era Ministro, pedimos, eu mandei que fizesse um levantamento de todas as evidências científicas, fizesse uma juntada e, quando nós tivéssemos essa metanálise concluída, fosse encaminhada para a Conitec. Isso aconteceu no final do ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem, no Ministério da Saúde, foi o principal responsável por convencer V. Exa. a publicar essa orientação normativa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, isso daí foi uma discussão nível todos os secretários, inclusive foi assinada por todos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, os secretários o convenceram disso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi uma discussão em nível secretários, e foi, inclusive, assinada por todos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quem foi o responsável por orientar V. Exa. sobre isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é uma reunião de secretários, Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Está perguntando quais foram os secretários.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ah, quais foram?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – É o Secretário do Executivo, o Secretário da Saps, que é o Rafael, o Secretário da... Todos eles, os seis secretários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Executivo quem é? O Secretário Executivo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É o Coronel Elcio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Elcio tecnicamente não está apropriado a discutir cloroquina, nem eu sou.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe-me dizer para o senhor: isso é uma reunião de secretários, com médicos, com doutores, com professores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, já tem algumas pessoas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, são secretários, e a maioria é médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Calejado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve solicitação expressa do Presidente da República a V. Exa. para publicação dessa orientação de tratamento precoce com a cloroquina?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nunca houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou só lembrar o depoimento do ex-Ministro Nelson Teich. O ex-Ministro Nelson Teich disse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que pediu sua exoneração porque não aceitou a pressão do Presidente da República para defender a cloroquina no SUS, que é o problema, porque ele pressionava seus antecessores. Mas não pressionava V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não me pressionou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, deixa-me... Sr. Presidente, eu não peço a palavra a V. Exa. para esclarecer que eu fiz essa pergunta objetivamente ao Ministro Teich, se ele recebeu por parte do Presidente Bolsonaro ou de algum ministro do Governo essa orientação. A afirmação dele nesta Comissão foi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele declarou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... "Não, não recebi". Então, o Relator tenta induzir o depoente a uma informação que não é verdadeira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele declarou aqui. Eu li um trecho aspeado. São declarações dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele disse à Comissão, Relator, que não recebeu do Presidente e de ninguém do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São declarações aspeadas. Teich disse que pediu sua exoneração porque não aceitou a pressão do Presidente para defender a cloroquina no SUS. O problema é este: no SUS – no SUS.

Por que ele pressionou o Mandetta, que confessou aqui, o Teich e não pressionou o Ministro Pazuello? O que teria acontecido aí nesse espaço de tempo? E, mesmo assim, sem pressionar, o Ministro baixou normativos, editou portarias, estabeleceu a política pública...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, eu gostaria de deixar claro que essas afirmações não condizem com a verdade que eu estou falando aqui. Está bom? Eu não recebi pressão alguma; dois, não ouvi do Ministro Nelson Teich, enquanto estive lá, que ele estava saindo por causa de pressão do Presidente da República. Eu não ouvi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele falou aqui, ele falou aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe, eu não ouvi isso lá. Eu estava lá, eu não ouvi lá.

E, três, a nota informativa não é uma determinação, não é um protocolo, e eu volto a dizer para os senhores: nós temos que olhar o *framing*, o eslaide lá de abril do ano passado. Lá, naquele momento, de abril para maio do ano passado, nós estávamos vivendo uma discussão dicotômica, onde médicos achavam uma coisa, outros médicos achavam outras. Uma pesquisa deu um resultado complicadíssimo do uso da cloroquina. Havia um protocolo, uma orientação clara do Ministério, da gestão anterior, para usar, e eu tinha que me posicionar. Eu não podia botar a cabeça dentro de um buraco e virar um avestruz. Eu tinha que me posicionar. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, o que é tratamento precoce? O que é tratamento precoce, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do que consiste o tratamento precoce...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e, inclusive, os fármacos que são usados?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O tratamento precoce é uma palavra que foi... Virou uma posição política ideológica. Desculpa! O atendimento do paciente... Isto está escrito na nota informativa, de forma clara, para o paciente buscar o atendimento o mais rápido possível, para que o médico faça o seu diagnóstico e o médico defina a sua conduta. Quando você tem a definição da conduta... Aí eu peço novamente aos médicos que estão presentes que, se eu errar, façam aí a correção. Quando o médico define a conduta, aí define tratamentos farmacológicos, tratamentos não farmacológicos e outras ações. Esse é o tratamento. Mas, para chegar ao tratamento, você precisa ter a noção de que tem que buscar o médico o mais rápido possível. Acho que esse é o único consenso. O único consenso da área médica ou talvez um dos únicos consensos da área da médica é o de que, quanto mais cedo você descobrir uma doença e começar a tratá-la, mais chances tem de se recuperar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos tratando da Covid!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu estou falando do contexto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta que se fazia era: o tratamento precoce...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, eu vou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou a vacina?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Só para a Covid é diferente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É por isso que V. Exa. está aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Só para a Covid não pode? É isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, esse para mim é um dos únicos consensos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, existiam três...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era vacina ou tratamento precoce.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Só um minutinho!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É só um minutinho.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não é uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não são excludentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Ministro.

O Senador Luis Carlos Heinze está pedindo a palavra. Eu quero aqui pedir desculpas ao querido amigo Luis Carlos, porque eu tenho uma relação muito boa com ele.

Eu me excedi com V. Exa., porque, quando se trata de morte, a gente não fala em dinheiro. A verdade é que o Ministro pode dizer tudo aqui. Ele pode dizer que não admite cloroquina, que se gastaram milhões e tal! Não foi falta de dinheiro, Luis Carlos Heinze. O Estado do Amazonas tinha dinheiro, o Governo Federal tinha dinheiro. Faltou oxigênio, e as pessoas morreram, Luis. Por isso, eu lhe peço desculpas por que eu fiquei nervoso. Eu não estava falando do meu Estado. Eu estava lá! E eu recebi, através do meu celular, diversas mensagens de amigas e amigos, dizendo: "Meu pai está sem oxigênio. Omar, me ajude". E eu fiquei ligando para Ministro, ligando atrás de oxigênio. E a gente ficou de mãos atadas. Nunca foi falta de dinheiro!

Por isso, quando as pessoas querem misturar um óbito, querem mensurar o número de mortes e atribuir a dinheiro... Não foi falta de dinheiro! O Presidente Bolsonaro passou... Não teve um presidente que tivesse passado mais dinheiro para Estados e Municípios como o Presidente Bolsonaro passou. Faltou foi logística! Faltou foi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Competência!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Teve incompetência, sim, muita incompetência, e não foi só do governo estadual e Federal, mas incompetência de muita gente envolvida nisso!

Então, quando eu me excedi com V. Exa., eu lhe peço um milhão de desculpas. V. Exa. não tem... Eu não tenho razão de atribuir uma palavra tão grave com uma pessoa por quem eu tenho carinho, como eu fiz.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que eu me excedi, foi... Eu sei o que eu vi e o que eu sofri. Eu vi, e o Ministro Pazuello estava lá. Ele sabe – ele sabe.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voltando às perguntas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixa eu só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. É uma questão de ordem.

Eu queria esta oportunidade...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Senador Luis Carlos, para lhe pedir desculpas.

Com a palavra, a questão de ordem de V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Senador Renan, deixar eu só lhe colocar. Tem notas técnicas, nº 5, nº 6, nº 9, nº 11, nº 17, desde o Ministro Mandetta, permitindo o uso da cloroquina. Essas notas técnicas existem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em situações, em circunstâncias já especificadas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, vou lhe dizer. Eu vou lhe dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já especificadas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E o Ministro Pazuello explicou que, depois da pesquisa criminosa – que nós vamos discutir aqui dentro – feita lá em Manaus, que matou 22 pessoas, eles trocaram, porque usavam em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer fase; era para só usar nos primeiros quatro, cinco, seis dias, e não em estágio em que estavam as pessoas já hospitalizadas e intubadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas qual é a questão de ordem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Fora a dose; a dose lá foi mortal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a questão de ordem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - A questão de ordem é só para esclarecer isso que eu estou esclarecendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, quem decide a questão de ordem é V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Todo mundo fala aqui; por que eu não posso falar? Qualquer um chega e atropela o outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tudo bem, eu dei a questão de ordem para V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu tenho direito a falar. Qualquer um chega e fala a hora que quer; eu também tenho direito e estou esclarecendo, porque eu sei do assunto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - A questão de ordem é as perguntas repetitivas. O depoente tem que ficar a toda hora repetindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Luis Carlos... Só um minutinho. Eu dei questão de ordem para o Senador Heinze...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, eu não fiz nenhuma pergunta repetida. Nós tivemos um espaço de tempo que não primou pela síntese, não respondeu objetiva...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Vamos, Sr. Relator.

Presidente, vamos ao finalmente do Relator, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, uma nova pergunta ao depoente. Todos os secretários do ministério signatários da Nota Informativa 1.720 estavam de acordo com a publicação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Na minha visão, fica óbvio pela assinatura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas é uma pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos estavam de acordo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos que assinam a nota?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram os documentos técnicos que fundamentaram a Nota Informativa 17?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, está na fundamentação da nota. Tem que ler lá, porque, na verdade, eu não estou aqui com ela. Tem que estar na fundamentação da nota, mas ficam claras aqui as observações sobre os fatos que nós estamos discutindo: a existência da nota técnica anterior, os estudos em Manaus, a própria dicotomia da visão médica, de como tratar as coisas. Essas são as fundamentações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. pode entregar essa documentação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tem que solicitar ao Ministério da Saúde. Eu não tenho mais essas ações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vamos solicitar. Eu peço à Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem vários documentos que vão ser solicitados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que, por favor, requisite esses documentos que estão sendo solicitados pela relatoria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da República, no dia 21 de março de 2020, teria declarado que já estaria ocorrendo um aumento da produção de cloroquina pelo Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército, para fornecimento a pacientes com Covid. Os ex-Ministros Mandetta e Teich, que lhe antecederam, declararam que não participaram dessa decisão e que não sabem de onde veio a ordem, mas que essa ordem não teria passado pelo Ministério da Saúde em suas gestões. Objetivamente, pergunto a V. Exa.: a produção de cloroquina pelo laboratório do Exército Brasileiro continuou durante a sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que sim, claro que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredita que sim, claro que sim.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, o LQFE produz a cloroquina todos os anos, o tempo todo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. foi consultado sobre a continuação da fabricação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. sabe dizer quem deu a ordem inicial para o aumento da produção?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sua gestão fez algum planejamento para distribuição de cloroquina para Estados e Municípios?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. A gente só atendia demandas, não planejamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quanto à preservação da saúde indígena, houve alguma ação do ministério para distribuição de cloroquina para as comunidades indígenas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A distribuição de cloroquina é normal para malária...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou encerrando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... para os indígenas, não para Covid. Nós não fazíamos distribuição... Aliás, eu sou completamente contra distribuição de qualquer medicamento, principalmente cloroquina ou qualquer um, sem a prescrição médica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais os critérios adotados para estimar as quantidades encomendadas ao laboratório do Exército?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não participei disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De quem foi a ordem, repito?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi em março. Eu não dei essa ordem, eu não conheço a ordem. Eu cheguei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que destinação o Ministério da Saúde deu a esses produtos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram distribuídos a Estados e Municípios que demandaram isso, todos por demanda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todas as unidades encomendadas foram distribuídas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou ainda há estoque sob a guarda do Exército ou do próprio ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, todas as... Tudo que se pediu, não se tinha quantitativo para entregar integralmente, então, se atendia a um percentual para cada demanda. Quanto ao estoque, tem que perguntar. Eu não sei lhe responder qual é o estoque hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em janeiro de 2021, no auge da crise do oxigênio em Manaus, o Ministério da Saúde lançou o aplicativo TrateCov, que indicava cloroquina e ivermectina para qualquer paciente, de qualquer idade, com qualquer sintoma remotamente relacionado à Covid. O ministério passou a utilizar esse aplicativo experimentalmente em Manaus no auge da crise da saúde naquela cidade, em janeiro deste ano. A esse respeito, quem determinou o desenvolvimento do aplicativo TrateCov e qual a finalidade do projeto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem, o aplicativo, na verdade, é uma calculadora. Ele é um constructo, é uma calculadora, e ele vem de um sistema que é aberto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi essa a pergunta. Eu perguntei quem determinou o desenvolvimento do aplicativo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k. Vou ser mais direto. Desculpa.

Foi a Secretária Mayra. Ela me trouxe como sugestão, quando voltou de Manaus, no dia 6 de janeiro, que poderia utilizar um aplicativo... Desculpa, o termo correto é uma plataforma, que já é desenvolvida para isso, uma calculadora, para facilitar o diagnóstico, o diagnóstico clínico feito pelo médico – exclusivamente pelo médico. E que ela iria iniciar, então, esse trabalho para fechar essa plataforma.

Essa plataforma, ela foi mostrada no dia 11, em Manaus, em desenvolvimento, não concluída ainda, era um protótipo. E essa plataforma não foi distribuída aos médicos. Essa plataforma foi copiada por um cidadão – e depois nós fizemos um boletim de ocorrência e uma investigação policial sobre isso daí –, e esse cidadão, sim, ele fez a divulgação da plataforma, com usos indevidos. Quando nós soubemos que essa plataforma tinha sido copiada e poderia ser usada por pessoas que não eram, que não estavam dentro do planejado, eu determinei que ela fosse retirada do ar e abrissem um processo para descobrir onde estavam os erros disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só repetindo, quem determinou o desenvolvimento – foi respondido – foi a secretária Mayra?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ela me trouxe a sugestão para fazer isso. Sim, foi ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual a finalidade do projeto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Fazer o diagnóstico, auxiliar no diagnóstico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Renan. Ela, dia 4 de janeiro, de Manaus, numa coletiva, ao lado do Governador, ela fala do tratamento precoce, inclusive, ela fala nas coisas... Não é bem assim, eles usaram Manaus para fazer de cobaia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Então, isso aí é crime contra um Estado, isso é crime contra as pessoas que moram na minha cidade. É cobaia, sim!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contra a vida!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 4 de janeiro, tem um vídeo da Mayra ao lado do Governador do Estado e ela falava lá de tratamento precoce, 4 de janeiro. E o grande problema do Estado do Amazonas aconteceu uma semana depois. Então, tirar aqui e dizer que não tem... Tudo pode se falar, Ministro, pode se negar cloroquina, pode se negar uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

série de coisas, só não pode negar aquelas imagens das pessoas sem oxigênio no meu Estado. Isso aí não dá para negar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual foi a unidade do Ministério da Saúde e o titular responsável pela entrada em operação do aplicativo TrateCov?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Essa plataforma foi colocada pela Seget (Secretaria de Gestão do Trabalho), que é da Dra. Mayra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Secretaria de Gestão do Trabalho, da Dra. Mayra também...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... que determinou o desenvolvimento do aplicativo, levou o aplicativo e colocou em operação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não chegou a colocar em operação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu perguntei exatamente isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não, ela não colocou em operação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem é o responsável pela entrada em operação do aplicativo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Então, olha só, o aplicativo - o aplicativo, não, a plataforma, não é um aplicativo - nunca entrou em operação, foi apenas apresentado o protótipo em desenvolvimento e foi copiado por alguém. E tem um relatório policial sobre isso. Posso lhe encaminhar também. Esse tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual foi a empresa contratada para desenvolvê-lo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não foi uma empresa, foi desenvolvido com os próprios servidores da secretaria da Mayra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como foram escolhidos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pela capacidade deles.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto custou o produto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem tomou a decisão de interromper sua utilização e por que razão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não estava em utilização, eu mandei tirar do ar o protótipo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegou ao nosso conhecimento que V. Exa., quando contraiu a Covid-19 – e há pouco foi referido aqui –, no final de outubro de 2020, foi atendido no Hospital DF Star, em Brasília, pela Dra. Ludhmila Hajjar. V. Exa. foi visto nas dependências do hospital, inclusive por autoridades públicas. Cloroquina nunca fez parte do protocolo de tratamento de Covid por aquele hospital, muito menos fez parte da prática clínica da Dra. Ludhmila, como ela mesma já declarou publicamente.

Pergunto: V. Exa. confirma que foi atendido no Hospital DF Star em Brasília?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, mas já era depois do 14º dia. Eu só fui lá fazer o exame de tomografia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nesse hospital, foi prescrita cloroquina para V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não que eu saiba.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. solicitou à médica assistente que lhe prescrevesse cloroquina?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Caso positivo, ela atendeu o pedido? Não, não é? V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Finalmente, V. Exa. tomou ou não tomou cloroquina quando teve Covid?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, deixa eu dizer uma coisa para o senhor: eu tomei tudo o que qualquer um podia me falar que tinha que tomar, porque, quando você pega a doença, você se agarra em qualquer coisa. Então, eu vou dizer uma coisa para o senhor: se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandassem tomar água-benta, eu tomava água-benta. Então, não há, não há... Não tenho restrição nenhuma para dizer: eu sou um ser humano, eu sou um ser humano! Então, a gente tem uma posição quando a gente está fazendo uma gestão e a gente tem uma posição quando a gente é um ser humano. E, como ser humano, a gente se agarra em qualquer coisa. Então, eu vou dizer: dentre os vários, diversos remédios que foram oferecidos para mim por A e por B, eu tomei todos. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... isso já é uma posição pessoal. Eu poderia até me recusar a colocar, porque é uma posição pessoal, mas é diferente do gestor; são posições diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, obrigado, obrigado.

Eu vou suspender por meia hora a sessão, para que... São 14h; a gente voltaria 14h30 para cá, para que as pessoas possam comer alguma coisa aí, o próprio Ministro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por meia hora; a gente volta em 30 minutos.

Muito obrigado.

(Suspensa às 14 horas e 02 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 11 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando os trabalhos, pela ordem de inscritos, o próximo é o Senador Humberto Costa.

V. Exa. tem 15 minutos com a tolerância desta Presidência. O Sr. Eduardo Pazuello estará à sua disposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, prezado Ministro Eduardo Pazuello, seja bem-vindo.

Eu quero começar, Presidente, de onde o ministro terminou. Perguntado pelo Relator por que ele saiu do Ministério da Saúde, ele disse: "Dever cumprido".

Eu vou aclarar para o Brasil o dever que foi cumprido. Eu, até ouvindo V. Sa. falar, pensei que estava, que acordei na Nova Zelândia, onde, do início da pandemia para cá, morreram 26 pessoas. Não é a realidade. Durante 1 ano e 10 meses em que V. Sa. foi ministro, morreram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

276 mil pessoas de Covid. Depois que o senhor saiu, já morreu um outro tanto. O Brasil continua sem vacina!

O senhor falou aqui que vacinamos não sei quantos milhões de pessoas – 25% tomou a primeira dose; a segunda dose, 8,2%. Não sei se o senhor sabe, porque o senhor saiu do ministério, mas, na semana passada, eram 5 milhões de pessoas que tinham tomado CoronaVac em primeira dose, e não tinha dose para tomar em várias cidades e Estados brasileiros.

O Brasil hoje tem *kit* intubação porque um conjunto de empresas comprou e deu para o Ministério da Saúde distribuir pelo Brasil. O Brasil está prestes a perder... Vão ser incinerados 1,6 milhão testes, porque foram comprados equivocadamente: compraram uma parte do teste e não compraram a outra; aquele cotonete grande não compraram. E ninguém quer receber! Nenhum Estado, nenhum Município, nenhuma filantrópica... Esse foi o dever, Sr. Ministro.

Vacinas. Todas as colocações que V. Sa. são equivocadas, são meias verdades. Por exemplo, o Sr. Wajngarten veio aqui, disse que era uma incompetência o trabalho do Ministério da Saúde, que foram dois meses sem responder um ofício, e o senhor veio dizer aqui que não comprou a vacina porque existia um impedimento legal. O senhor sabe quantos dias o Senado Federal levou para aprovar um projeto de lei e permitir que o Governo comprasse a vacina da Pfizer? Dois dias. A Câmara Federal, mais uns quatro ou cinco dias. E o senhor passou de setembro até o mês de março sem definir que precisava disso.

O Senador Randolfe vai lhe mostrar daqui a pouco que ele fez uma emenda numa medida provisória do Governo para aquilo poder ser aprovado, e o Governo não aceitou.

A CoronaVac. O senhor uma coisa aqui que não é verdade. O senhor disse que o Presidente da República não mandou o senhor suspender a compra das 46 milhões de doses da CoronaVac. Me dê licença aqui. Eu vou lhe mostrar... No dia 20, o senhor falou com os Governadores.

(Procede-se à exibição de vídeo via telefone celular.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dia 21.

(Procede-se à exibição de vídeo via telefone celular.) **O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ministro, não só ele não lhe disse... Aí ficou muito grave isso, porque o seguinte: ele tomou a decisão, sem falar com o senhor, de suspender a aquisição da vacina, porque era "vachina", porque que era não sei o quê, e por aí vai.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente for para a Covax, Ministro... E aqui, veja, eu ouvi aqui vários que passaram que, para tudo, diziam: "Foi o Ministério da Saúde! Foi o Ministério da Saúde!". Eu esperava que o Ministério da Saúde chegasse aqui hoje e dissesse "não foi", mas o senhor confirmou. É incrível!

O senhor disse que não comprou a vacina a mais de 10%, que não entrou no consórcio com mais de 10%, porque era caro. Qual é o preço de uma vida humana, Ministro? Qual é o preço de uma vida humana? Me responda! Para o senhor estar fazendo conta de quanto ia ser... Esses países aí fora estão comprando cinco vezes a população, quatro vezes a população, três vezes a população, e o Brasil não comprou nem para a metade! Nem para a metade. Essa é a realidade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone.*) – Claro que comprou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor me respeite, porque e estou com a palavra.

O senhor me garanta a palavra, por favor.

Tem mais: o senhor fala que teve autonomia, e vem aqui repetir os argumentos do Presidente da República. Aqui vieram dois ministros. Um disse: "Eu não tive autonomia, saí porque não tive". O outro disse: "Eu saí porque não tive autonomia". E o senhor teve autonomia? Não, o senhor não teve autonomia nenhuma. É porque o senhor fez tudo que o Presidente quis. Quem devia estar sentado aí é o Presidente Bolsonaro. O senhor concorda com todas as ideias estapafúrdias que o Presidente da República tem sobre a Covid-19. Eu não vi o senhor contestar quando ele falou mal de máscara. Eu não vi o senhor contestar quando ele falou mal de isolamento social. E aí o senhor vem aqui e diz para a gente o seguinte: "Não, depois que o Supremo tomou uma decisão, eu não podia fazer mais nada". Isso está errado, o senhor sabe!

O senhor, no começo, não conhecia o SUS, mas depois o senhor o conheceu. Na verdade, o seu papel era o de ter sido coordenador do enfrentamento, e não ficar assistindo os Estados e os Municípios enlouquecidos para tentar enfrentar, sem condição, essa situação. Mas eu não boto a culpa no senhor. Essa foi a posição do Presidente da República. Foi ele que foi ao Supremo agora há pouco para impedir os Governadores e Prefeitos de implementarem medidas de isolamento social.

V. Sa., como foi dito aqui, mudou um plano de contingência aprovado pelo seu próprio Governo para dizer que o ministério não tinha responsabilidade de garantir e dizer que agora é apoiar. Pela Lei Orgânica da Saúde e pela própria resolução, o Ministério da Saúde tinha que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrar em todo lugar em que a capacidade do Município ou do Estado fosse exaurida. Quem tinha que entrar era o Ministério da Saúde.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone.*) - É inconstitucional.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - E V. Sa. sabe disso.

Sabe o que V. Sa. fez, e eu tenho certeza que foi a mando do Presidente Bolsonaro? V. Sa. o que fez de relevante foi tentar mudar a maneira como o Ministério da Saúde informava o número de mortes, o número de pessoas acometidas. Para quê? Para maquiagem, porque o Presidente da República disse que não aguentava mais ver o Jornal Nacional mostrando... Foi preciso a imprensa se organizar, se articular num consórcio, para o povo brasileiro poder saber como andava a evolução da doença. Eu não acho que isso seja um dever cumprido, Sr. Ministro.

Sr. Ministro, o senhor falou aqui que não mandou ninguém fazer tratamento precoce, nem tomar cloroquina. Sabe qual é o problema, Ministro? É que hoje tem isso aqui. Isso aqui... A pessoa não diz e sai impune. O senhor, no dia 21 de julho de 2020, defendeu o uso precoce de cloroquina. No dia 24 de agosto, o senhor disse: "Nosso tratamento precisa ser precoce e imediato" - tratamento. No dia 3 de dezembro, o senhor, numa reunião que envolveu o Uruguai, a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Brasil, fez uma fala dizendo: "O tratamento precoce fez diferença no enfrentamento da Covid-19 no Brasil".

Tem um negócio que eu não entendi ainda. O Ministro Mandetta disse que mandaram fazer cloroquina e ele não sabia. O Ministro Teich disse que mandaram fazer cloroquina e ele não sabia. O senhor também disse que mandaram fazer cloroquina e o senhor não sabia, embora o que o senhor assumiu aqui: que quem pediu cloroquina - essa que foi feita - o senhor mandou.

Mas o senhor pediu à Fundação Oswaldo Cruz para fazer 25% a mais de cloroquina lá no instituto, lá em Farmanguinhos, argumentando que era para malária. Mas o senhor sabe o que aconteceu com a malária no ano passado? O número de casos caiu 10%. E ele mandou fazer cloroquina. Não sei... Vocês acham que foi para malária? Alguém acha aqui que foi para malária? Eu acho que não, que não foi para malária, não é?

Mas eu queria dizer mais um pouco. Eu queria dizer, Ministro, que, lá em Manaus, mandaram para o Amazonas 224 mil comprimidos de cloroquina quando o povo estava precisando de oxigênio. Só em Manaus, foram 47.960. E aquela senhora que vem depor amanhã ainda saiu visitando lugar em lugar para convencer os médicos a usar a cloroquina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tomaram a decisão genial de tirar os pacientes de Manaus e mandar para os outros Estados sem ter o cuidado de garantir que isso não fosse uma transmissão do vírus para outros Estados. Não houve essa preocupação; leva de bolo. Os Estados cada um mandando um avião, quer dizer, o ministério não se envolveu nessa questão.

Mas, Ministro, eu quero dizer ao senhor: o senhor teve Covid, não é? Graças a Deus, o senhor ficou bom, não precisou ser entubado. O senhor já pensou o que deve ser alguém com Covid acordar de madrugada com uma cânula na sua traqueia, porque não tem remédio do *kit* Covid para você poder ficar sedado?

O senhor com certeza já deve ter ouvido falar de um movimento que está acontecendo no Brasil, é o movimento que tenta amparar os órfãos da Covid, crianças que não viram a mãe; nasceram e não viram a mãe. Outros de 3, 4, 5, 6 anos que perderam pai, mãe, tio, avó. É tio virando pai. É avó virando mãe. É isso que é o Brasil do dever cumprido que V. Sa. diz ter feito.

Ministro, o Brasil o culpa, infelizmente, porque eu sei que a culpa não é sua. O senhor é um homem leal. O Presidente lá deve estar no Palácio do Planalto dizendo: "Aquilo é um companheiro leal", porque o senhor veio aqui para livrar a cara do responsável por essa situação.

Foi isso que aconteceu, Ministro. Agora, o senhor não devia ser leal a um governo. Devia ser leal ao povo brasileiro, que quer saber de quem é essa responsabilidade, quer saber por que não tem vacina, quer saber por que não tem *kit* de intubação, quer saber por que não tem teste, quer saber por que o Brasil virou esse pária mundial, uma ameaça sanitária para o mundo. A verdade é essa.

O senhor vem vender aqui um sonho e assumir a responsabilidade de quem não merece que o senhor assuma a responsabilidade por ele, porque o senhor é uma pessoa decente, é uma pessoa leal, mas aquele não gosta de povo, não cuida do seu povo, não tem responsabilidade com a população, é incompetente, só pensa no poder! É a única coisa que aquele cidadão pensa. E o senhor devia pensar aqui, agora, um pouquinho se vale a pena assumir esse caminhão de processo que tem contra o senhor para defender este Presidente da República.

Eu quero lhe fazer uma sugestão que o povo brasileiro vai adorar: peça desculpa ao povo brasileiro. (*Pausa.*)

Não quero perguntar nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati, via remota, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vou fazer a primeira pergunta muito rápida. O Brasil tem 2,7% da população mundial. O Brasil tem cerca de 13% das mortes de Covid. A que o senhor, em sua gestão, atribui esses números dramáticos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Boa tarde, Senador.

Eu coloco da seguinte forma: a nossa... O que causa efetivamente a... A contaminação, ela realmente é muito forte e ela tem fatores que são condicionantes nessa contaminação, mas os óbitos, eles têm outros fatores. Você pode ter uma cor de contaminação alta e uma cor de óbito baixa ou pode tê-las simultâneas, paralelas. Eu acredito que a curva de óbito – a pergunta é só o óbito –, ela tem a ver com muitas outras estruturas, muitas faltas de estrutura, a nossa capacidade... A nossa capacidade de resposta, de estruturação de leitos, de estruturação de equipamentos, ela não foi a mais rápida que poderia ser. Então, eu acho que a nossa capacidade de tratar as pessoas, ela poderia ter alcançado um outro nível – um outro nível. E isso tem a ver com a base da estrutura de saúde que nós já temos no nosso País, ou seja, a gente não faz uma estrutura de saúde em um ano. Essa estrutura de saúde já vem em alguns lugares deficitários, outros não, já há bastante tempo.

A própria cepa que nos pegou agora na segunda onda, agora em 2021, não aconteceu em todos os países; essa cepa foi específica de alguns países e, onde ela pegou, ela realmente fez um número de óbitos muito alto. Eu acho que, se nós somarmos esses fatores, nós vamos ter aí uma explicação para essa quantidade de óbitos que nós temos. A própria dificuldade que nós temos na nossa estrutura médica de alinhar o protocolo, alinhar a conduta, porque os nossos conselhos, a nossa própria soberania médica de tomar as posições faz com que não haja um alinhamento claro para o tratamento no nosso País. Então, existem médicos em uma linha, médicos em outras linhas. Então, eu somo essas condicionantes e coloco aí essa responsabilidade. Eu acho que o nosso País é um País continental, 210 milhões de habitantes, e qualquer desses fatores influenciam muito no final na quantidade de óbitos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então V. Sa. concorda que o fato de o Governo Federal não adotar uma estratégia nacional, por exemplo, seguindo as recomendações científicas aceitas pelos países mais desenvolvidos do mundo e pela Organização Mundial de Saúde de forma uniforme no Governo em relação à cloroquina, ao distanciamento social e ao uso de máscara, o Ministério da Saúde pode até ter tido, em alguns momentos, uma posição, mas a do Presidente da República era explicitamente e ostensivamente contrária. Então, pelo que eu entendi da sua resposta, esse foi um fator relevante para que nós chegássemos a esse número de óbitos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, eu coloco aqui de uma maneira bem clara. A política de saúde que o Ministério da Saúde, na minha gestão, desenvolveu apresentava as medidas preventivas como fundamentais para o combate à Covid, medidas preventivas que eu já coloquei aqui e coloco novamente: o uso de máscaras, a própria higiene pessoal, o distanciamento social necessário nos locais de trabalho. Isso tudo foi uma, essa parte está muito bem alinhada.

Com relação ao uso de um medicamento ou outro, eu não acho que um medicamento, nós achamos que a solução ou a causa de mais mortos é o uso ou não da hidroxicloroquina, eu não sou médico, mas, por tudo o que eu ouvi até agora, isso não é um fator decisivo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que o fator principal é o atendimento imediato, esse é o fator principal, não ficar em casa até ter falta de ar e, sim, buscar, o mais rápido possível, o atendimento médico. Eu acho que esse é o fator principal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Tasso quer se posicionar numa situação, só um minutinho, Ministro, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só uma coisa. Eu entendi que a falta de alinhamento homogêneo no Governo em relação às linhas principais... Por exemplo, eu vou dar um exemplo aqui no meu Estado: se havia uma orientação para a não aglomeração e o uso de máscara, o Presidente da República esteve aqui no meu Estado e foi a dois Municípios. Um: fez uma aglomeração gigantesca, não usou máscara, nem as pessoas que estavam presentes em seu palanque usaram máscara. Para mim, isso é um desalinhamento total entre as atitudes e ações do Presidente da República e a orientação que V. Sa. diz ser a do Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, posso? Bem, para deixar claro... Por videoconferência, às vezes a gente não consegue transmitir, se expressar da maneira correta. Então, vou deixar bem claro: a falta de alinhamento a que eu estou me referindo é a da classe médica, de como deve ser feito, qual a melhor conduta para tratar a Covid, uma doença inérita e para a qual não há protocolos claros. Essa é a falta de alinhamento que eu estou colocando. Para mim, isso é um dos fatores que nos leva ao problema. Eu não acho que o uso ou não da hidroxicloroquina, em si, seja o grande responsável pelo maior ou menor número de mortos. Eu acredito que a maior... Desculpe. (*Falha no áudio.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... sobre aglomeração e uso de máscaras aqui no Ceará e em vários... Falo aqui do Ceará



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque... É uma falta de alinhamento com todas as recomendações, não só do Ministério da Saúde, mas mundiais.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito – e aí vem uma posição muito pessoal minha – que o Presidente da República tem, na cabeça dele, outros pensamentos quando ele está agindo dessa forma. Ele está, na minha visão, tratando também a parte do psicossocial, a parte da posição do povo em acreditar que isso aí vai passar. Isso é uma análise minha. Eu não quero dizer nem que seja essa a análise dele. Então, o Presidente tem que ver todos os prismas. Eu me preocupei somente com o prisma da saúde. Os prismas que o Presidente vê são os prismas de um chefe de Estado, que tem outras visões. Como ele vê e como ele age, isso é uma posição dele.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, a última pergunta.

V. Sa. também falou aqui no seu depoimento o que mais ou menos tem a ver com que V. Sa. está dizendo agora. O Presidente, quando desautorizou a compra da CoronaVac, publicamente mandou cancelar a compra de uma vacina que era a que tinha maior probabilidade naquele momento de ser usada aqui no Brasil, o Presidente usou a sua figura política. V. Exa. concorda que, num país como o Brasil, ou em qualquer democracia do mundo, esse alinhamento, essa mobilização em torno de um objetivo só, que seria evitar mortes, deve partir do próprio Presidente da República? Ou seja, o lado político, a figura política do Presidente da República não é de médico nem de especialista, é de líder, de referência, daquele que tem que dar o exemplo, daquele que mobiliza ao redor de um determinado objetivo. Me parece, quando V. Sa. diz, agora, que ele, ao fazer aglomeração e ao mesmo tempo não usar máscara, estava mais preocupado com o psicossocial do que salvar vidas e evitar mais contágio.

E a última pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu não comparei se era mais ou menos importante. Essa comparação não foi feita por mim. Eu falei que eu acredito que a visão naquele momento, a visão pessoal minha não é uma crítica ao Presidente e, muito menos, à realidade de como pensa o Presidente. É ele que... Só ele pode se posicionar sobre os pensamentos dele. Mas, na minha visão, é uma posição, é uma das maneiras que ele se coloca perante o povo que está ali.

Agora, com relação... Eu queria deixar apenas uma explicação para o senhor. Eu coloco novamente: nós não havíamos comprado ainda nem uma dose da vacina do Butantan, porque não podíamos comprar. Havia uma intenção de compra. Então, o Presidente não poderia mandar cancelar a compra, porque eu não tinha feito a compra ainda. Então, eu não cancelei a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intenção de compra em momento algum. E o que o Presidente falou na rede social, volto a colocar: ele não repetiu isso para mim oficialmente nem pessoalmente. Eu não segui, eu não sigo, não seguiria e acho que ninguém deve seguir uma ordem emanada por uma rede social. Se o Presidente não se posicionou oficialmente comigo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro... Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... essa ordem nunca veio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, sabe o que está havendo? V. Exa. anunciou isso. O Presidente, no dia seguinte, disse que não ia comprar a CoronaVac e depois ele foi visitá-lo no hospital. Aí V. Exa. disse: "Um manda, o outro obedece". Aí, essa cronologia é que está sendo feita.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo?

Veja bem, eu quero aqui alertá-lo, Ministro. O senhor está protegido por um *habeas corpus*. O *habeas corpus* lhe protege para que V. Exa. não se incrimine, mas faltar com a verdade... Pode até dizer: "Olha, não vai dar prisão, eu estou protegido". Mas tenha a certeza, Ministro, de que faltar com a verdade aqui vai dar consequências muito grandes, porque nós não iremos parar enquanto a gente não achar a verdade.

Tem um documento aqui que me chegou às mãos. Um Deputado Federal pediu uma informação ao Ministério da Saúde. A esse documento o Ministério da Saúde responde da seguinte forma... No dia sete, à noite, o senhor recebeu um telefonema do Secretário Marcelo Scampelo lhe avisando que ia faltar oxigênio em Manaus. E está aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, isso é uma resposta dada pelo Ministério da Saúde, não sou eu que estou falando. Eu tenho o documento aqui, eu vou lhe passar às mãos e para os seus advogados. Então, dizendo, faltar a verdade e tentar tangenciar as conversas, as perguntas não será bom para ninguém, nem para esta CPI e nem para V. Exa., que tem uma carreira brilhante dentro da formação sua. Eu o conheço, eu conheci a sua família, eu sei que você é de uma boa formação. Seu pai era um homem trabalhador, não conquistou nada de graça, era imigrante, como meu pai foi imigrante. Você está me entendendo? Tenho um respeito enorme, mas eu tenho que lhe alertar, na minha posição aqui, como Presidente da CPI, como Senador da República.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Renan Ihe fez uma pergunta, o senhor respondeu, nem deixou ele terminar. Missão cumprida, eu acho que não houve missão cumprida. Nós perdemos todas as batalhas até agora, nós não ganhamos uma batalha, nós precisamos ganhar essa guerra contra o vírus. Até agora a gente está perdendo as batalhas.

Então, eu lhe faço este apelo pela relação, pelo que eu conheço da sua história, da sua família: por favor, vamos ser objetivos.

E este documento aqui, que foi do Ministério da Saúde – veja bem, não sou eu que estou inventando –, é uma resposta do Ministério da Saúde a um Deputado Federal que questionou o Ministério da Saúde sobre se o senhor tinha avisado ou não, e esse documento diz, o respondido foi o seguinte: numa conversa informal – tá certo?, em conversa informal –, o senhor foi comunicado da falta, que a White Martins tinha tido uma reunião com o Estado do Amazonas. Não estou isentando o Estado, não, hein? Por favor, não vá dizer que eu estou aqui querendo isentar o Estado de nada, não. O Estado tem suas responsabilidades. Mas eu acho que era um conjunto de esforços para que a gente não deixasse acontecer o que aconteceu no Amazonas. É isso que eu estou lhe falando.

Pelo respeito à sua carreira, pelo respeito às missões que já foram dadas, que o senhor cumpriu... Infelizmente, nós não podemos falar a mesma coisa em relação... Eu acho que todos nós ainda temos muito, há muitas missões para a gente cumprir a missão maior que é combater e exterminar o coronavírus. Nós estamos perdendo todas as batalhas até agora.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Obrigado, Presidente. Estou razoavelmente entendendo o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas, Sr. Ministro, vou aqui iniciar sobre a questão de Manaus, Ministro. Durante a sua fala a esta CPI, o senhor citou a frase: "O Presidente não me deu ordem direta para nada". O Vice-Governador do Amazonas, o Carlos Almeida, ele denunciou à imprensa que a imunidade de rebanho levou Manaus ao colapso. Aliás, a imunidade que era defendida tanto pelo Presidente Jair Bolsonaro como pelo Governador Wilson Lima. Eu pergunto ao senhor: o senhor concordou com essa abordagem?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Não, não concordo com a abordagem de imunidade de rebanho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor anunciou, o senhor avisou o Presidente da República acerca da crise de Manaus? A



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vê aqui uma certa confusão de datas, né? No primeiro momento, o senhor informa, por exemplo, ao Ministério Público a data do dia 8; depois, do dia 17, acerca do conhecimento da situação do Estado de Manaus; e se fala agora a data do dia 10. Nesse momento, o senhor comunicou ao Presidente da República? E, ao mesmo tempo, qual a orientação que o senhor recebeu do Presidente da República em relação ao caos em Manaus?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, deixe eu... Eu gostaria de fazer um esclarecimento, tentar fazer um esclarecimento mais... o melhor possível. No dia...

É óbvio que, a partir de 1º, 2º de janeiro, a partir de 28 de dezembro, meus olhos estavam sobre Manaus. Não é uma, não é uma coisa estanque o que estava acontecendo ali. Eu estava observando. E, no dia 7 de janeiro, à noite, o Secretário de Saúde ligou para o meu telefone pessoal e perguntou se eu tinha condição de ajudá-lo no transporte de cilindros de oxigênio, de Belém para Manaus, que iam para o interior do Amazonas – oxigênio gás, não o líquido; o de Manaus é líquido. E eu disse: não há problema algum. Vou acionar a OMD, que já está com o comando acionado em Manaus, e faz o transporte. Peguei o telefone, liguei para o Ministro da Defesa, liguei para o comandante militar de área, e foi feito o transporte no dia seguinte, no dia 8. Isso não foi... Em momento algum na ligação, Senadora, foi feita qualquer observação sobre colapso de oxigênio. Isso foi dia 7. No dia 8, quando nós começamos o expediente de manhã, eu já reuni os secretários e determinei que nós fôssemos a Manaus, porque não era... Não pela falta de oxigênio, mas pelo colapso que estava ficando claro na rede como um todo – não rede de oxigênio; na rede de atendimento. E o contágio subindo.

Eu falei: "Vamos levar o gabinete a Manaus e de lá a gente vai ver *in loco* primária, especializada, vigilância sanitária, todo mundo, cada um na sua, com a sua equipe". E assim foi feito. Embarcamos no domingo, dia 10.

No domingo, dia 10, eu fui direto para a reunião com o Governador e o Secretário. Nós temos que lembrar que nós estamos falando de sexta-feira, 8; sábado, 9; domingo, 10. Não é uma semana de trabalho. Na sexta-feira, 8... Na quinta-feira, à noite, 7, nós acionamos o transporte de oxigênio, o primeiro; na sexta-feira, 8, eu determinei o embarque; 9, sábado; domingo, nós embarcamos todos para Manaus. Isso é procrastinar a decisão? É qualquer um pegar seis secretários de saúde nacional, embarcar no avião e ir para Manaus? Eu fiquei com medo de estar prevaricando, fazendo demais, não sabia nem o que eu ia encontrar em Manaus.

Então, no dia 10, eu reuni o Governador e o Secretário. Foi a primeira vez que o Secretário colocou de forma clara que havia problemas na logística e no fornecimento efetivo de oxigênio para Manaus, no dia 10, à noite. Eu falei isso 50 vezes. "Ah, você recebeu o e-



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mail". Não, não recebi *e-mail* nenhum. Nem poderia receber *e-mail*. De onde que viria o *e-mail* para mim no Ministério da Saúde no dia 8, na sexta-feira?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Então, eu só queria colocar para a senhora para ficar bem claro, porque as informações que são dadas por um secretário, por um assessor ou por uma jurídica do ministério às vezes saem erradas. Isso acontece, infelizmente acontece, acontece muito. Mas essa é a realidade dos fatos, tá?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ministro, eu pediria que o senhor fosse mais conciso comigo, porque infelizmente eu não tenho nem 10% do tempo que o nosso Relator tem, então a gente precisa ser muito rápido aqui nas respostas.

E, nesse momento em que o senhor já sentia a situação caótica - aliás, o Brasil inteiro sentia -, tem um ofício que data do dia 7 de janeiro, onde consta o seguinte; esse ofício é encaminhado à Secretaria de Saúde do Estado, onde fala o seguinte: que seja difundido e adotado o tratamento precoce como forma de diminuir o número de internações e óbitos decorrentes da doença. Nesse mesmo momento, há, por exemplo, a decisão do envio de 120 mil unidades de cloroquina, de hidroxiclороquina para o Estado do Amazonas, para a cidade de Manaus.

Eu pergunto ao senhor: quem orientou este ofício? De onde surgiu, na verdade, essa ideia de fazer esse atendimento precoce, no momento realmente de caos que aquele Estado já estava vivenciando?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu vou dizer uma coisa para senhora: em momento algum pode-se parar o atendimento imediato com as medidas necessárias para iniciar o tratamento, porque a onda não vai parar. Então, são coisas paralelas. Achar que só estava se fazendo isso, achar que o ministério estava cuidando apenas de distribuir esse ou aquele medicamento, a hidroxiclороquina? Isso não é assim. O Ministério tem milhões de ações.

Achar que só estava se fazendo isso, achar que o Ministério estava cuidando apenas de distribuir esse ou aquele medicamento, a hidroxiclороquina? Isso não é assim. O Ministério tem milhões de ações.

E, sobre Manaus, sim, eu acredito que o atendimento imediato, com a prescrição do médico de medicamentos disponíveis, reduz a quantidade de pessoas que vai chegar à fase de agravamento da doença.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Se nós não controlássemos, se nós não controlássemos a entrada, aqui no meio ia continuar impactado demais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Agora, a pergunta, Ministro, é esta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A resposta é: eu não fiz... Não fui eu que fiz o ofício. Esse ofício foi feito pela Secretária Mayra. E ele foi feito em virtude da ida... Ela esteve em Manaus. Ela foi, na equipe avançada, para avaliar a situação nos dias 4 e 5.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor tinha conhecimento de que estava indo hidroxiclороquina e não o oxigênio, que era a necessidade premente do momento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não havia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ao mesmo tempo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não havia solicitação de oxigênio algum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Ao mesmo tempo, por que o Ministério da Saúde não aceitou, por exemplo, a ajuda americana de envio do avião cargueiro, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Bem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... para fazer o transporte do oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu vou colocar para a senhora: nós não mandamos apenas medicamentos para Manaus, nós mandamos respiradores, nós mandamos concentradores de oxigênio, mandamos fábricas de oxigênio e mandamos medicamentos, mandamos vacinas. E o que é que a gente... H1N1, na época. Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Oi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO - É.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sim, um minuto para mim, Presidente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - E nós fizemos um grande aumento do número de leitos ali no que era possível.

Agora, tem que ficar claro, tem que ficar claro que o Estado não nos passou situação alguma de oxigênio em relação à White Martins até o dia 10.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor aceitou ou não o avião, Ministro? A pergunta é só essa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Senhora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O senhor aceitou ou não a ajuda americana do avião cargueiro para o transporte de oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Nunca me chegou essa oferta para que eu aceitasse ou não: "Você aceita ou não?". Quando eu soube que estava sendo discutido o avião americano, é claro que eu queria o avião americano!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, o senhor nunca soube, não é? Tudo bem!

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Quando eu soube disso... Não chegou para o Ministério da Saúde.

Eu tenho a informação - isto é só um dado; eu não tenho como confirmá-la - de que a oferta nunca foi de doação de avião para nós, porque, obviamente, aquilo teria que ser contratado de alguma forma oficial. Isso, eu não tenho esse dado para lhe garantir. Agora, dependendo de nós, eu queria avião de qualquer lugar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sr. Ministro, eu vou partir aqui para outra pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu queria avião de qualquer lugar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... porque não tenho muito tempo.

Ontem, nós tivemos uma denúncia, que foi apresentada pelo Jornal Nacional, de que o Ministério da Saúde, mais especificamente seu escritório no Estado do Rio de Janeiro, teria construído, ou melhor, reformado dois galpões da ordem de um volume de R\$30 milhões e de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que parte, inclusive, desse material não havia sido entregue. Segundo ainda informações do Jornal Nacional, isso teria sido conduzido pelo Coronel George Divério, tudo isso feito num período de pandemia, buscando, na verdade, o princípio da emergência a partir desse período de pandemia. Aí, portanto, foi uma aplicação sem que ao menos, inclusive, os equipamentos tenham sido entregues.

O senhor tem informação... Qual a informação que o senhor nos dá acerca dessa denúncia, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu soube disso ontem pelo Jornal Nacional. Liguei para me informar. A informação que tive foi: as causas da emergência não foram Covid, foram outros tipos de causa, eram causas de risco à integridade das pessoas que estavam trabalhando nas duas instalações. E, dois, não houve emprego de recurso algum porque os processos foram cancelados. Foi verificado pela nossa própria integridade que a formalidade não estava correta, e ela foi cancelada antes de acontecer. Pelo que eu soube até agora, esses são os fatos; o resto já são ilações do problema. Não houve nenhum centavo colocado de nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Certo, eu queria pedir ao Presidente desta Comissão, através de algum outro membro, porque não sou membro desta Comissão, que solicitasse a cópia dessas atas, Ministro. A gente, muitos colegas aqui falam inclusive sobre essa questão de direcionamento orçamentário. Eu acho que inclusive é uma boa resposta a alguns desses colegas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... que se solicite, portanto, a cópia dessas atas das reuniões junto ao ministério e ao Estado do Rio de Janeiro.

E, para finalizar...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Desculpe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... eu quero falar aqui...

Não, eu estou falando ao Presidente Omar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu quero fazer aqui uma última pergunta ao senhor, Ministro. O senhor leva a sério o que o Presidente da República fala nas redes sociais,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu só levo a sério quando as coisas são tratadas pessoalmente comigo, oficialmente, como Ministro. Agora, as posições do Presidente nas redes sociais, as posições de tuítes, aquilo ali é a figura política dele. Dali eu não extraio ordens e determinações para nada, nunca extraí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o senhor não leva a sério.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, o termo não é "levar a sério"; eu não falei isso. Eu falei que dali eu não extraio ordens. É diferente de não levar a sério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Porque, Ministro, com todo o respeito ao senhor, mas, assim, a sensação que eu tenho é de que parece que o senhor está meio que brincando com a cara da gente na CPI.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, Senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor já mentiu demais nesta Comissão, Ministro, mas muito mesmo. Eu não tenho nem tempo para elencar aqui todas as mentiras que V. Exa. cita a esta Comissão. Por exemplo, V. Exa. acaba de falar que não teve informações acerca do avião cargueiro. Está aqui uma documentação que foi feita pelo próprio Ministério da Saúde em resposta, por exemplo, a uma Parlamentar, a Deputada Perpétua, da Câmara dos Deputados, e fala aqui claramente por que não atendeu ao pedido...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que foi apresentado para ter acesso a essa aeronave. Está aqui, claramente. Posso passar a V. Exa.

E aí inclusive a própria imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Você pode assessorar o Ministro, mas falar aqui, não. V. Exa. não...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo. Melhor ele ficar em silêncio do que se comprometer cada vez mais, porque esse documento eu recebi agora. Por isso que eu falei:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Olha, dia 7 e tal". Ele explicou aqui, mas a explicação dele não bate com a explicação do ministério. Não foi o secretário ou o Governador João... Não, foi lá o ministério.

Então, a mesma coisa: a Senadora Eliziane está trazendo um levantamento de uma resposta dada do ministério a uma Deputada. Por isso que eu acho que vocês têm que ter acesso a essas respostas para que vocês não possam, depois, passar constrangimento. É isso que eu estou querendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu só pediria a V. Exa. mais dois minutos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só... Eu ouço, Senadora. Eu só queria que V. Exa. pontuasse...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu já estou finalizando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... mas sem agressão, sem, sabe... Eu a conheço, eu gosto tanto da senhora. Por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Presidente, eu não sou agressiva. V. Exa. sabe que eu não sou agressiva; eu estou sendo enfática apenas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, você é um amor de pessoa. Eu tenho um carinho enorme por você.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, está aqui, Presidente, com toda a calma, está aqui a documentação, tanto de recortes de jornais quanto um documento emitido pelo Ministério da Saúde acerca da informação do porquê não estaria atendendo a essa ajuda americana em relação a esse avião cargueiro.

Quando, por exemplo, o Ministro fala sobre não ter manifestado intenção para a compra da CoronaVac, aí eu perguntei para ele...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Não ter?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... se ele considera ou não a palavra do Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... se ele considera ou não a palavra do Presidente.

Primeiramente, está muito claro... Não, Presidente quero mais dois minutos. Eu acabei sendo interrompida em alguns momentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu interrompi V. Exa. Por isso, a senhora tem, sim, o tempo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, está aqui a documentação, a outra documentação feita pelo próprio Ministério da Saúde que mostra claramente a manifestação de interesse, por parte do Ministério da Saúde, de compra da CoronaVac. O Presidente fala, no dia seguinte, que não vai comprar coisa nenhuma porque é da China, e, depois, o Ministro diz: "Olha, o Presidente manda, e eu obedeço". É simplesmente isso. E está aqui. O Presidente diz simplesmente que não havia intenção de compra realmente da CoronaVac. Não é verdade!

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Ao contrário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Está aqui constatado realmente nessa documentação.

Quando, por exemplo, o Ministro coloca que não teve recomendação ou orientação para o uso da cloroquina... Meu Deus do céu! Está aqui a orientação escrita pelo Ministério da Saúde, que ficou até o último dia 22 de abril no *site* do Ministério da Saúde; só depois, na verdade, retirou. Aliás, o Conselho Nacional de Saúde fez uma documentação que também está aqui e que enviou ao Ministério Público Federal falando exatamente contrário a essa orientação, porque não obedecia à recomendação, por exemplo, do próprio SUS, das organizações sanitárias e da Organização Mundial da Saúde e colocava, portanto, em risco a população brasileira. Está aqui essa outra documentação, que é do Conselho Nacional de Saúde.

E, por último, Ministro... Aliás, eu queria rapidamente perguntar ao senhor: por que o senhor não recebeu a representação da Pfizer, que, pelas informações do Diretor da Pfizer aqui nesta CPI, iniciou as conversas a partir do mês de maio e, até o mês de novembro, não conseguiu, na verdade, se reunir nem com o senhor nem mesmo com o Ministro da Economia? Por que o senhor não recebeu a Diretoria da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Vou começar pela última resposta, porque eu não recebi a diretoria de nenhuma empresa vendedora de nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Presidente... Você não recebeu? Não é verdade, Ministro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu não recebi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Está aqui a constatação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... a sua agenda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Consta claramente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Deixe eu explicar para a senhora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) - Não era para tratar de vacina.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Deixe eu explicar para a senhora.

Eu recebi o Dr. Carlos Murillo para cumprimentá-lo durante uma das suas idas lá. Recebi, pedi para que ele entendesse a importância do Brasil, importância da Pfizer, que é uma parceira de longa data conosco - nós compramos bilhões da Pfizer pelo Ministério da Saúde. Falei para ele na minha sala. Liguei para ele no final de semana para cobrá-lo numa posição mais dura. Então, eu o recebi uma vez no meu gabinete, antigo gabinete, e, uma das vezes, numa outra semana, eu liguei no final de semana para ele para cobrá-lo de uma posição que flexibilizasse mais o que nós estávamos fazendo com ele.

Então, ficam aí as duas primeiras respostas.

Eu o recebi uma vez no gabinete. Lembro claramente: eu mostrando o mapa do Brasil para ele e mostrando as dimensões do Brasil para ele compreender que nós não poderíamos ser tratados igual a qualquer outro país da América do Sul e liguei para ele pessoalmente também. Mas isso é a parte simplesmente por tê-lo recebido. Agora, em termos de diretoria da Pfizer para apresentar proposta, eu não recebi. Eu recebi o Presidente da Pfizer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - E a sua reunião com a Janssen era acerca de quê?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Não...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O senhor recebeu... Consta, na sua agenda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... também o recebimento no dia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Olha só, vou falar de novo para a senhora: eu não recebi nunca diretoria de ninguém para tratar de compra e venda de vacina. Posso ter cumprimentado o representante-chefe do cara, para apertar a mão, tomar um café, muito obrigado... Qualquer negociação foi feita na Secretaria-Executiva abaixo, não comigo. É isso o que eu estou falando para a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado. Obrigado.

Ao Presidente da América Latina da Pfizer, o Carlos Murillo, quando esteve aqui, o Senador Renan perguntou e ele disse que a reunião que ele teve foi com o Coronel, eu não lembro o nome do Coronel, me desculpe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Elcio. E que o Ministro entrou lá e só cumprimentou e saiu.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Só que consta na agenda do Ministro, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... duas agendas, em dois momentos distintos, com dois representantes, tanto da Pfizer quanto da Janssen.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Bem, Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu queria que ficasse registrado, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A palavra está com o Senador Eduardo Braga, por...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Alessandro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu só queria que ficasse registrado que o Ministro, ao longo de seu depoimento, não negou ter recebido presidentes ou diretores de laboratórios produtores de vacinas. O que ele enfatizou é que as negociações em nível técnico, comercial, se deram com as equipes técnicas do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas todo mundo entendeu dessa forma, Senador Líder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, é porque as perguntas da Senadora Eliziane queriam, de certa forma, concluir por uma contradição do Ministro, e essa contradição não houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso da Pfizer, não é essa a questão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas é porque a representante da Pfizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso da Pfizer, não é essa a questão. No caso da Pfizer é que, de agosto a dezembro, ele não recebeu ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – As negociações se realizaram no Ministério como ela afirma que se delinearam. *(Fora do microfone.)*

E ele foi claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Na verdade...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu não vou interromper a Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Na verdade essa informação... Na verdade, a informação não é minha, essa informação é da Pfizer. Acho que até cabe uma acareação entre o Ministro da Saúde e o representante da Pfizer, porque as informações não batem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigada, Senadora.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - Obrigado, Sr. Presidente, o nosso depoente está acompanhado por assessoria jurídica, correto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Eu gostaria que fossem identificados, porque me parece que ele tem advogado particular e o representante da AGU.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu realmente não sei quem é quem, mas por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Eu não tenho advogado... Esse é o Coronel Franco Duarte e esse é o representante da AGU.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor não está acompanhado, nem é representado por advogado particular?

O SR. EDUARDO PAZUELLO - Em hipótese alguma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO - A AGU eu acho que é obrigada a defender ex-Ministro, no caso.

Senador Eduardo Braga, com a palavra, por 15 minutos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa. e cumprimentar o Sr. Ministro, cumprimentar o Relator, Senador Renan, as Sras. e os Srs. Senadores e o povo brasileiro que nos acompanha, em especial, o povo do Amazonas.

Sr. Ministro, eu queria aqui lembrar números muitos tristes. V. Exa. assumiu o Ministério de Minas e Energia...

Eu vou aguardar... Eu vou aguardar o diálogo aqui paralelo, com a permissão do nosso Presidente, porque, sinceramente, eu estou desde às 9h da manhã aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço a gentileza das pessoas que estão falando. O Senador Eduardo Braga está com a palavra, e a gente precisa de 15 minutos para ele fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

É apenas para informar à Mesa que, após a fala do eminente Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque a Ordem do Dia teve início...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já iniciou?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a informação que eu acabo de receber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido a V. Exa.: que V. Exa. fizesse um apelo ao Presidente do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já fiz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – O Relator terminou agora há pouco a participação dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já fiz.

O Presidente do Senado me recebeu da seguinte forma...

Bem, eu falei, desde o primeiro momento, que, se tiver que parar, a gente vai parar e vai voltar depois.

Eu fiz esse apelo, como outros Senadores ligaram para o Presidente. O Líder Fernando Bezerra ligou, o Senador Rogério Carvalho ligou. E eu falei com o Presidente. Ele me disse que teria uma matéria para aprovar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Já foi retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não tem nada. Não sei por que está havendo sessão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Foi retirada de pauta, pelo que eu sei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, como eu ia falando, peço apenas para repor os 15 minutos, Sr. Presidente, porque eu sequer comecei ainda a falar.

Mas, Sr. Ministro, eu, lamentavelmente, vou lembrar números tristes. V. Exa. assumiu o Ministério da Saúde com 15.633 mortes no Brasil. Deixou o Ministério da Saúde, dez meses depois, o Brasil, com 298.843 mortes.

Sr. Presidente, triste dizer, hoje, que os números mostram 439.050 brasileiros mortos pelo covid.

Ora, Ministro, se V. Exa. tem na sua agenda diretor de empresa de venda de vacina, isso é obrigação de V. Exa., como Ministro, tratar de compra de vacina para salvar vida de brasileiro! Não tem que haver nenhuma vergonha, Senador Humberto Costa, se isso existe. O ruim é o senhor vir aqui à Comissão dizer que, na qualidade de Ministro, não tratou de compra de vacina quando nós precisamos de vacina para salvar vidas! Quando uma das razões de esta CPI existir é para resolver o problema de vacina!

Não é crime Ministro da Saúde sentar com diretoria da Pfizer, sentar com a diretoria da Sinovac, sentar com a diretoria da Covaxin, sentar com quem quer que seja para comprar vacina para salvar vidas!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, se a Senadora Eliziane trouxe a agenda de V. Exa. e lá consta, eu ia fazer uma pergunta a V. Exa., porque, se V. Exa. dissesse que era mentira, eu ia lhe dizer: Ministro, eu não consigo entender o senhor, como Ministro da Saúde, tendo assumido o Ministério com 15.633 mortes, mais de 200 mil pessoas morreram na sua gestão, e o senhor não estava priorizando compra de vacina? Como? É a primeira pergunta.

A segunda pergunta é: o senhor concorda que, se não houvesse faltado oxigênio no Amazonas, vidas teriam sido salvas? Essa é a segunda pergunta.

A terceira pergunta, Sr. Ministro, é: a quem o senhor, então, atribui a responsabilidade de falta de oxigênio no Amazonas? À empresa? À sua equipe? Já que o senhor disse, ainda há pouco, que agiu rápido e que fez tudo a seu alcance.

Portanto, eu quero ouvir de V. Exa., porque não é possível, porque não é possível, nós, brasileiros, estarmos vendo o que está acontecendo e ficarmos aqui num discurso negacionista, se é cloroquina, se não é cloroquina!

Eu não quero saber se é A, se é B ou se é C; o que eu quero saber é como nós salvamos vida. Como é que nós estancamos essa mortandade no País? Porque não é natural, porque não é normal o volume de mortos. Eu tenho 60 anos, Ministro. Eu não imaginei que, aos 60 anos de idade, às vésperas dos meus 40 anos de vida pública, eu estivesse testemunhando e vivenciando o que eu tenho vivenciado.

Quarta pergunta: quem autorizou a desativação do Hospital de Campanha Nilton Lins em Manaus? Ele foi desativado, Sr. Relator, em julho de 2020, logo ao cabo da primeira onda. E, como todos sabemos, não foi apenas o hospital de campanha do Amazonas que foi desativado. Nós tivemos em várias capitais brasileiras, em vários Estados brasileiros, redução de leitos de UTI.

Portanto, a quinta pergunta a V. Exa.: com relação à questão... Com relação à questão da má gestão dos leitos da UTI, das UTIs: a quem e a quem V. Exa. atribui a redução e o fechamento dos hospitais de campanha e dos leitos de UTI pós-primeira onda? O Ministério da Saúde sabia ou não da existência e da possibilidade da segunda onda?

Sexta pergunta: o aplicativo TrateCov. O aplicativo TrateCov, Sr. Ministro, está na TV Brasil, com propaganda oficial. No dia 19 de janeiro de 2021, na minha cidade, na cidade de Manaus, como recomendação, Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Eduardo, a TV Senado está transmitindo agora a sessão. Não... Foi cortada a sessão daqui. Eu acho melhor a gente suspender, para V. Exa. voltar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Porque é... Vamos esperar um pouco, Ministro? Depois a gente volta. Então, vamos suspender a reunião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É a melhor providência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente volta assim que o Senador Rodrigo Pacheco encerrar a reunião lá.

(Suspensa às 16 horas e 11 minutos.)

(Suspensa às 16 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 09 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós ficamos aguardando, conforme o combinado aqui, por 30 minutos, para ver se a sessão do Senado seria interrompida. Infelizmente, não terminou. Nós temos ainda 23 Senadores e Senadoras para falar e nós estamos aqui desde às 9h da manhã. Poderíamos ficar um pouco mais, mas a gente não sabe que horas vai terminar a sessão do Senado e nós estamos votando.

Acabei de botar uma matéria aqui, via remota...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, é só essa nominal que tem. Parece-me que vai continuar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, acontece que, quando os Senadores estiverem inscritos para falar, independente de votação ou não, a sessão do Senado, ainda que permaneça...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E se nós entrarmos num acordo? Eu uso cinco minutos. Eu tenho uma pergunta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senadora, me perdoe, me perdoe, nós não podemos aqui ficar falando em nome de outros Senadores que estão inscritos.

Senador Omar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se cada um...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... eu concordo com V. Exa. Eu acho que nós devemos suspender os trabalhos e recomeçar amanhã, às 9h da manhã. Ainda tem dois itens na pauta, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Parece que vai tirar, Senador... Senador Eduardo, é muito diferente quando você participa aqui e participa remotamente: aí a gente marca viagem, compra passagem, reserva... Só no sentido... Não, eu quero só ajudar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Senadora, eu também quero ajudar. A gente mora no Amazonas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Eu imagino, eu sei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - De lá para cá são 2 horas e 40 de voo. Não tem voo quinta-feira à tarde para o Amazonas, nem à noite, eu vou ter que ir sexta-feira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Só para que a senhora saiba.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Não, eu queria... É de total interesse o senhor estar no Amazonas. Eu queria saber se é possível fazer algum acordo com o Senador Rodrigo, com o Presidente. O que nós poderíamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Para ajudar, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... a senhora viaja amanhã?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Não, eu não vou mais viajar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, vamos marcar: amanhã, às 10h da manhã, a gente reinicia a sessão. Nós começamos meia hora antes, porque nós temos que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votar requerimentos para a semana que vem. Tem requerimentos e convocações que estão pautados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - E aí, Presidente, amanhã pela manhã, se o Senador Otto quiser recomendar por ele, eu abro mão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não tem problema, mas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - ... ele recomeça e depois eu falo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ministro Pazuello, amanhã...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Pode ser?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... nós vamos iniciar 9h. Nós iniciaremos às 9h e a sua...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. às 10h da manhã, está bom?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Estarei presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, está encerrada a sessão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está suspensa a reunião, desculpem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A reunião está suspensa até amanhã, às 9h da manhã.

Pois não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É porque amanhã nós teríamos outro depoimento, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós teríamos outro depoimento amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou te ouvindo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Teríamos outro depoimento amanhã. Como é que fica o outro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O depoimento da Dra. Mayra ficará para terça-feira que vem, e assim por diante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um abraço.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 12 minutos.)